



**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO – IDP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE BRASÍLIA– EAB/IDP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO

**A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSEENSES.**

BRASÍLIA - DF

2019

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO

**A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola de Administração de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Professor Dr. Pedro Luiz Costa Cavalcante.

BRASÍLIA - DF

2019

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO

**A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola de Administração de Brasília - Instituto Brasiliense de Direito Público como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Professor Doutor Pedro Luiz Costa Cavalcante.

Brasília, ____ de fevereiro de 2019.

Professor Doutor Pedro Luiz Costa Cavalcante
Professor Orientador

Professor _____
Membro da Banca Examinadora

Professor _____
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, exemplos de dedicação e humildade.

A minha esposa, exemplo de companheirismo.

A minha filha, Maria Alice, razão da minha existência.

RESUMO

A existência de infinidade de demandas sociais e a limitação de recursos impõe que esses mesmos recursos sejam invocados na justa medida para a realização das finalidades propostas. Tendo isso em conta, a tese desenvolvida explora a eficiência relativa dos municípios mato-grossenses no que diz respeito aos gastos em educação fundamental no período de 2011 a 2015. Busca, centralmente, avaliar a eficiência na aplicação dos recursos municipais no desenvolvimento dos sistemas formativos. De início, foram apresentados a gênese do sistema educativo brasileiro, seu modo de financiamento e os resultados obtidos ao longo dos anos. Notou-se, aí, um abismo entre os recursos empregados e os resultados verificados. Em seguida, foram analisados os planos estratégicos voltados ao desenvolvimento do ensino, nos quais se notou significativo descumprimentos das metas e objetivos definidos. Por derradeiro, utilizando o método FDH (*free disposable hull*) construiu-se um medidor de eficiência dos gastos municipais com educação e analisou-se tais dados para cada um dos municípios mato-grossenses, classificando-os de acordo com sua eficiência, bem como em relação ao número de habitantes e à renda média *per capita*. Nos resultados da análise observou-se que municípios com maior renda *per capita* tendem a gastar de modo menos eficiente, no entanto apresentam melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica e uma menor Taxa de Distorção Idade-série. Notou-se, ainda, que os municípios mais populosos, até 100.000 mil habitantes, apresentam melhor eficiência no gasto com educação e em outros índices analisados. Assim, a principal contribuição do trabalho refere-se à elaboração de um indicador de eficiência da educação fundamental municipal que seja de fácil compreensão à população em geral. Propiciou-se, também, a discussão sobre a efetividade e eficácia das políticas públicas em educação desenvolvidas no Brasil, com a finalidade de reforçar o controle social sobre elas e a necessidade de *accountability* no processo de tomada de decisões por parte dos gestores públicos.

Palavras-Chave: Gastos em educação; Desempenho; Eficiência.

ABSTRACT

There are infinity of social demands and limited resources. It imposes that these resources are invoked in the right measure for the accomplishment of the proposed goals. Taking this into account, the thesis developed explores the relative efficiency of municipalities in Mato Grosso as regards spending on primary education in the period 2011 to 2015. It seeks, centrally, to evaluate the efficiency in the application of municipal resources in the development of educational systems. At the outset, was presented the genesis of the Brazilian educational system, its mode of financing and the results obtained over the years. There are an abyss between the resources used and the results verified. Next, were analyzed the strategic plans for the development of education, in which there were significant noncompliance with the defined goals and objectives. Finally, using the FDH (free disposable hull) method, was constructed an efficiency measure of municipal expenditures with education and analyzed for each one of the municipalities of Mato Grosso, classifying them according to their efficiency, population and the average income per capita. In the results of the analysis it was observed that the municipalities with higher income per capita tend to spend less efficiently, however they present a better Basic Education Development Index and a lower Age-Grade Distortion Rate. It was also noted that the most populous municipalities, up to 100,000 inhabitants, presents a better efficiency in spending on education and other indexes analyzed. Thus, the main contribution of the work refers to the elaboration of indicators of efficiency in education in a way accessible to the population in general, as well as the effectiveness of public policies in education, reinforcing social control and the need for accountability in the decision-making process by the pubic managers.

Key-words: Spending on Education; Performance; Efficiency.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O SISTEMA EDUCATIVO NO BRASIL E EM MATO GROSSO: EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENSINO.	18
1.1 – <i>O sistema educativo no Brasil: evolução e financiamento.</i>	18
a) <i>No Brasil colônia e no império – constituição de 1824.</i>	18
b) <i>Na República.</i>	19
c) <i>Na Ditadura.</i>	21
d) <i>Na Constituição Cidadã.</i>	21
1.2 – <i>O sistema educativo no Brasil: resultado das Políticas Nacionais nos últimos anos e o déficit de efetividade:</i>	24
1.3 – <i>O sistema de educação em Mato Grosso – panorama estadual</i>	32
a) <i>Plano estadual de educação</i>	32
b) <i>Projeto político pedagógico</i>	36
c) <i>Número de matrículas no ensino fundamental no Estado</i>	36
d) <i>Proficiência do alunado (Prova Brasil)</i>	38
e) <i>Desproporcionalidade entre professores efetivos e temporários</i>	38
f) <i>Afastamento de professores</i>	40
g) <i>Infraestrutura das escolas</i>	42
h) <i>Gastos estaduais de 35% da receita de impostos e transferências até 2035...</i> ..	44
i) <i>Resultado das políticas de gestão e investimento em educação no Estado de Mato Grosso.</i>	45
CAPÍTULO 2 – ECONOMETRIA DA EFICIÊNCIA E AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO.	50
a) <i>Origens da eficiência.</i>	50
b) <i>Conceito.</i>	51
c) <i>Metodologia de construção do índice de eficiência.</i>	53
CAPÍTULO 3 –ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL PARA OS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES NO PERÍODO DE 2011 A 2015.	62
3.1 – <i>Indicadores educacionais.</i>	62
a) <i>Nível de proficiência</i>	62
b) <i>Distorção idade-série</i>	65
c) <i>Taxa de aprovação</i>	66
d) <i>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)</i>	67
3.2 – <i>Análise dos escores de eficiência obtidos por meio da metodologia FDH.</i>	68
3.3 – <i>Indicadores socioeconômicos.</i>	86
a) <i>PIB per capita</i>	87
b) <i>População</i>	96
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXO A – GRÁFICOS E TABELAS DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES EM PROFICIÊNCIA:	117
ANEXO B – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE A VARIÁVEL DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO:	135
ANEXO C – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE A TAXA DE APROVAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES:	143

ANEXO D – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) EM MATO GROSSO:	
.....	153
ANEXO E – ANÁLISE GLOBAL DOS INDICADORES DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (DI), DA TAXA DE APROVAÇÃO (AP), E DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (ID):	163
.....	163
ANEXO F – TABELA DE GASTO POR ALUNO E NÍVEL MÉDIO DE PROFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.	175
.....	175
ANEXO G – CONJUNTO DE DADOS DO PIB PER CAPITA.	185
.....	185
ANEXO H – CONJUNTO DE DADOS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL.	195
.....	195
ANEXO I – CONJUNTO DE DADOS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL.	197
.....	197

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Gasto com educação e cultura por categorias - Brasil - 2002 a 2015 R\$ Bilhões - A preços de dezembro de 2015 (IGP-DI).....</i>	<i>25</i>
<i>Tabela 2 - Indicadores de Resultado do Plano Estadual de Educação.</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 3 - Matrículas no Ensino Fundamental em escolas públicas de MT.</i>	<i>37</i>
<i>Tabela 4 - Posição de Mato Grosso no cenário nacional do Ensino Fundamental</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 5 - Resultados de políticas públicas. Educação. Rede Estadual. Comparação Média Brasil.</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 6 - Evolução dos indicadores de Políticas Públicas da Educação – 2013 a 2017.</i>	<i>47</i>
<i>Tabela 7 - Parâmetros de eficiência.....</i>	<i>55</i>
<i>Tabela 8 - Exemplo de Produtos e Insumos associados.....</i>	<i>57</i>
<i>Tabela 9 - Exemplo - Dados dos cinco maiores municípios.</i>	<i>59</i>
<i>Tabela 10 - Nível de proficiência - Média nacional por ano e disciplina.</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 11 - Consolidação do desempenho em relação à média nacional por disciplina, no período de 2011 a 2015.....</i>	<i>65</i>
<i>Tabela 12 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2011.....</i>	<i>69</i>
<i>Tabela 13 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2013.....</i>	<i>72</i>
<i>Tabela 14 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2015.....</i>	<i>75</i>
<i>Tabela 15 - Classes de tamanho da população e total de municípios por classe para o estado de Mato Grosso.</i>	<i>97</i>
<i>Tabela 16 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>123</i>
<i>Tabela 17 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>124</i>
<i>Tabela 18 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>125</i>
<i>Tabela 19 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>126</i>
<i>Tabela 20 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>127</i>
<i>Tabela 21 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>128</i>
<i>Tabela 22 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>129</i>
<i>Tabela 23 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>130</i>
<i>Tabela 24 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>131</i>
<i>Tabela 25 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>132</i>
<i>Tabela 26 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>133</i>
<i>Tabela 27 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>134</i>
<i>Tabela 28 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2011.....</i>	<i>137</i>
<i>Tabela 29 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2012.....</i>	<i>138</i>

<i>Tabela 30 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2013.....</i>	<i>139</i>
<i>Tabela 31 - Tabela histograma da Distorção idade-série por municípios/2014.</i>	<i>140</i>
<i>Tabela 32 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2015.....</i>	<i>141</i>
<i>Tabela 33 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	<i>145</i>
<i>Tabela 34 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	<i>146</i>
<i>Tabela 35 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	<i>147</i>
<i>Tabela 36 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	<i>148</i>
<i>Tabela 37 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	<i>150</i>
<i>Tabela 38 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	<i>151</i>
<i>Tabela 39 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	<i>155</i>
<i>Tabela 40 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	<i>156</i>
<i>Tabela 41 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	<i>157</i>
<i>Tabela 42 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	<i>158</i>
<i>Tabela 43 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	<i>160</i>
<i>Tabela 44 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	<i>161</i>
<i>Tabela 45 - Ranking (por média) do Índice de Distorção Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>163</i>
<i>Tabela 46 - Ranking (por média) do Índice de Distorção Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>167</i>
<i>Tabela 47 - Ranking (por média) do Índice de Distorção Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>171</i>
<i>Tabela 48 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>175</i>
<i>Tabela 49 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>178</i>
<i>Tabela 50 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>181</i>
<i>Tabela 51 - Conjunto de dados PIB per capita 2011.</i>	<i>185</i>
<i>Tabela 52 - Resumo de dados dos quartis - 2011.</i>	<i>188</i>
<i>Tabela 53 - Conjunto de dados PIB per capita 2013.</i>	<i>188</i>
<i>Tabela 54 - Resumo de dados dos quartis - 2013.</i>	<i>191</i>
<i>Tabela 55 - Conjunto de dados PIB per capita 2015.....</i>	<i>191</i>
<i>Tabela 56 - Resumo de dados dos quartis - 2015.</i>	<i>194</i>
<i>Tabela 57 - Tamanho da população - Censo 2010.</i>	<i>195</i>
<i>Tabela 58 - Número de Matrículas.</i>	<i>197</i>

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Composição do quadro de professores efetivos e temporários nas escolas de Mato Grosso.</i>	<i>40</i>
<i>Figura 2 - Professores da rede estadual em afastamento por motivo de saúde.</i>	<i>41</i>
<i>Figura 3 - Percentual de escolas com infraestrutura adequada.</i>	<i>42</i>
<i>Figura 4 - Percentual de escolas com infraestrutura adequada.</i>	<i>43</i>
<i>Figura 5 - Percentual de Aplicação em Educação - Cálculo TCE - Série Histórica.</i>	<i>45</i>
<i>Figura 6 - Exemplo de Construção da Fronteira de Eficiência.</i>	<i>58</i>
<i>Figura 7 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>80</i>
<i>Figura 8 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>81</i>
<i>Figura 9 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>81</i>
<i>Figura 10 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>81</i>
<i>Figura 11 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>82</i>
<i>Figura 12 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>83</i>
<i>Figura 13 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>83</i>
<i>Figura 14 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>84</i>
<i>Figura 15 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.</i>	<i>85</i>
<i>Figura 16 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência - Exclusão Pedra Preta.</i>	<i>85</i>
<i>Figura 17 - Resultado do Índice de Proficiência (score de eficiência) por quartil do PIB per capita – 2011.</i>	<i>88</i>
<i>Figura 18 - Resultado do Índice de Distorção Idade-série por quartil do PIB per capita – 2011.</i>	<i>89</i>
<i>Figura 19 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita - 2011.</i>	<i>89</i>
<i>Figura 20 - Resultado do IDEB por quartil do PIB per capita - 2011.</i>	<i>90</i>
<i>Figura 21 - Resultado do Índice de Proficiência (score de eficiência) por quartil do PIB per capita – 2013.</i>	<i>91</i>
<i>Figura 22 - Resultado do Índice de Distorção Idade-série por quartil do PIB per capita – 2013.</i>	<i>91</i>
<i>Figura 23 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita - 2013.</i>	<i>92</i>
<i>Figura 24 - Resultado do IDEB por quartil do PIB per capita - 2013.</i>	<i>92</i>

<i>Figura 25 - Resultado do Índice de Proficiência (score de eficiência) por quartil do PIB per capita – 2015.....</i>	<i>93</i>
<i>Figura 26 - Resultado do Índice de Distorção por quartil do PIB per capita – 2015... </i>	<i>94</i>
<i>Figura 27 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita – 2015. ... </i>	<i>94</i>
<i>Figura 28 - Escores de resultado do IDEB por quartil do PIB per capita – 2015.</i>	<i>95</i>
<i>Figura 29 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município – 2011.....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 30 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município - 2013.....</i>	<i>99</i>
<i>Figura 31 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município - 2015.....</i>	<i>99</i>
<i>Figura 32 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-Série por tamanho da população- 2011.....</i>	<i>100</i>
<i>Figura 33 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-série por tamanho da população - 2013.....</i>	<i>100</i>
<i>Figura 34 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-série por tamanho da população - 2015.....</i>	<i>101</i>
<i>Figura 35 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população - 2011.....</i>	<i>102</i>
<i>Figura 36 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população - 2013.....</i>	<i>102</i>
<i>Figura 37 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população – 2015.....</i>	<i>103</i>
<i>Figura 38 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população - 2011.</i>	<i>104</i>
<i>Figura 39 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população - 2013.</i>	<i>104</i>
<i>Figura 40 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população – 2015.....</i>	<i>105</i>
<i>Figura 41 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 42 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 43 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>118</i>
<i>Figura 44 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.....</i>	<i>118</i>
<i>Figura 45 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>119</i>
<i>Figura 46 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>119</i>
<i>Figura 47 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 48 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 49 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 50 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 51 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>122</i>
<i>Figura 52 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.....</i>	<i>122</i>

<i>Figura 53 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2011).</i>	135
<i>Figura 54 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2012).</i>	135
<i>Figura 55 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2013).</i>	136
<i>Figura 56 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2014).</i>	136
<i>Figura 57 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2015).</i>	137
<i>Figura 58 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	143
<i>Figura 59 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	143
<i>Figura 60 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	144
<i>Figura 61 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	144
<i>Figura 62 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	145
<i>Figura 63 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	145
<i>Figura 64 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	153
<i>Figura 65 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2011).</i>	153
<i>Figura 66 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	154
<i>Figura 67 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).</i>	154
<i>Figura 68 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	155
<i>Figura 69 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).</i>	155

INTRODUÇÃO

A educação se traduz como direito social e dimensão indissociável do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento basilar do Estado Democrático de Direito. Ela visa o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205, CF/88).

Dentre os direitos sociais, o direito à educação ganha especial importância na medida em que este consiste em uma pré-condição para o exercício dos demais direitos fundamentais. Isso porque a educação auxilia o indivíduo a entender a real importância dos direitos humanos, sociais e políticos e a forma de exercê-los, municiando o cidadão com as armas necessárias a vindicá-los.

A essencialidade desse direito tem levado o Estado a investir cada vez mais em políticas públicas educacionais. Conforme levantamento do Instituto de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil dedica, em média, 5,95% do Produto Interno Bruto à educação - o que corresponde a 15,72% dos gastos públicos (UNESCO, 2014). No entanto, não basta a afetação de recursos públicos para essa área, é necessário que esses recursos sejam gastos com eficiência, isto é, de modo otimizado, para que produzam os melhores resultados possíveis.

Embora a ideia de gastar de forma mais eficiente seja bastante defendida por diversos setores da sociedade, a avaliação dessa característica envolve metodologia pouco conhecida fora do meio acadêmico. Por essa razão, o objetivo deste trabalho consiste em analisar de forma acessível e didática, sem perder o rigor científico, os gastos municipais em educação no ensino fundamental¹, assim como a qualidade do ensino nos municípios do Estado de Mato Grosso, no período de 2011 a 2015.

O trabalho busca mensurar a eficiência (medida de maior proficiência atrelada a um determinado nível de gasto), a efetividade (realização dos objetivos previstos na construção de

¹ Considerada uma etapa da educação básica, o ensino fundamental tem como objetivo cuidar da formação da criança de modo que se assegure respeito aos valores culturais e artísticos de sua região e do país. Embora seja prioridade dos municípios, o ensino fundamental deve ser ofertado em regime de colaboração com o estado, visando garantir a concretização do direito constitucional à educação. Configura-se como a segunda etapa da educação básica, composta, inicialmente, pela pré-escola e que se encerra no ensino médio. O ensino fundamental possui nove anos de duração e deve ser ofertado de forma gratuita na escola pública para crianças a partir dos 6 anos de idade, bem como para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

uma política pública) e a eficácia (potencial de transformação em uma realidade que se propõe intervir) na gestão dos recursos dedicados à educação.

Se, de forma geral, administrar envolve o gerenciamento de negócios, pessoas ou recursos com o objetivo de alcançar metas definidas, essa ciência, aplicada ao campo da educação, procura, sob a perspectiva da efetividade: reduzir a distância entre os resultados alcançados e as metas estabelecidas pelas políticas públicas educacionais; da eficiência: produzir resultados otimizados com os recursos disponíveis; e, da eficácia: proporcionar melhores condições de vida e bem-estar à população.

É importante destacar que o estudo não pretende ser uma análise exaustiva da política educacional; o foco estará na avaliação dos municípios e sua eficiência² na utilização dos recursos destinado ao ensino fundamental. O problema principal a ser solucionado é estabelecer uma medida de eficiência/ineficiência do gasto municipal em educação fundamental para cada município. Buscando alcançar este objetivo, será utilizado o método Free Disposal Hull³ – FDH, para estimar a fronteira de produção educacional dos municípios.

Essa medida de eficiência se baseará na construção de uma função de produção, mensurada pela proporção entre os gastos totais por aluno na educação fundamental em cada município e o resultado medido pela Prova Brasil, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e pelas taxas de distorção idade-série e aprovação⁴.

Serão abordados, também, os instrumentos de gerenciamento do ensino público estabelecidos nos programas nacionais de educação após a Constituição da República de 1988, em especial, o Plano Nacional de Educação de 2014, correlacionando-os ao atingimento de determinados índices de desenvolvimento social e econômicos pelos municípios mato-grossenses, no período de 2011 a 2015.

² A eficácia e efetividade também serão abordadas no estudo, no entanto, como mencionado, o destaque estará na eficiência, para a qual é dedicado um capítulo inteiro.

³ Este método consiste em procedimentos matemáticos que permitem avaliar, individualmente, os municípios selecionados, em relação àquele que apresentou a melhor prática, isto é, a melhor gestão do gasto público na educação. O presente estudo pretende, ainda, analisar os fatores que explicam a ineficiência dos municípios na alocação de recursos na educação.

⁴ Vale frisar que, embora a metodologia mais adequada seja a construção de uma função de produção para cada escola, essa iniciativa se mostraria inviável diante da escassez de dados disponíveis a nível escolar. Assim, supõe-se, para esta pesquisa, que a função de produção é homogênea dentro de cada município.

Tais análises, como dito, possibilitarão avaliar, além da eficiência (otimização de gastos e resultados), a efetividade (cumprimento das metas propostas) e a eficácia (concretização dos resultados propostos) quanto às políticas públicas de educação desenvolvidas pelos municípios mato-grossenses, no período objeto da análise.

Nesse sentido, a escolha do recorte territorial se justifica pela existência de vasto acervo informativo sobre os índices educacionais municipais de Mato Grosso, disponíveis tanto na base de dados do Governo Federal, quanto no Sistema de Acompanhamento de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, maximizando a integridade das informações; bem assim, por serem escassos os estudos que se voltam para além dos grandes centros populacionais, de forma que o trabalho, além de inovador, terá potencial transformador numa realidade sobre a qual se faz notadamente necessário.

Por sua vez, o recorte temporal (período de 2011 a 2015) vincula-se à necessidade de que os dados sejam os mais recentes e parametrizados possíveis, de modo que as informações mais atuais, à época da elaboração desta pesquisa, datavam de 2015, especialmente quanto à Prova Brasil (a ser utilizada como medida da proficiência do grau de ensino) e aos principais indicadores que serão utilizados no estudo, razão porque optou-se por esse marco temporal, retroagindo-se até cinco anos (2011), como forma de viabilizar a comparação.

A hipótese a ser testada é de que existe umbilical relação entre a eficiência das políticas públicas em educação e fatores sociais e de gestão escolar, como a qualificação do corpo docente escolar, a complexidade da gestão escolar, a renda média per capita e o tamanho da população, por exemplo.

Dessa forma, a pesquisa terá caráter eminentemente exploratório perquirindo os problemas relacionados à administração escolar e seu reflexo na proficiência do alunado mato-grossense.

Para isso, o trabalho estará organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresentará, de forma breve, a gênese do sistema educativo, seus instrumentos de gestão e financiamento e os resultados alcançados pelas políticas educacionais no Brasil e em Mato Grosso. Na terceira, apresenta-se uma breve explicação sobre os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, bem como sua afirmação histórica no campo dos direitos sociais. Apresenta-se, ainda, na secção, a metodologia utilizada na pesquisa para a obtenção do

score de eficiência dos gastos públicos municipais com educação fundamental no estado de Mato Grosso. Na quarta seção analisam-se os resultados obtidos por meio do modelo FDH e a correlação entre esses resultados e os indicadores sociais e educativos. Na última seção destaca-se as principais conclusões do estudo.

Cabe advertir, contudo, que a mensuração da eficiência dos gastos públicos e a avaliação de seus resultados é tarefa das mais complexas, sobre a qual incidem diversos fatores (sociais, econômicos e culturais). Desse modo, determinar um grau de eficiência que considere toda a infinidade de variáveis que refletem sobre o processo educativo seria extremamente dificultoso, por essa razão, propõe-se aqui um método simplificado, que buscará aferir a razão entre investimentos públicos e os níveis de proficiência do alunado mato-grossense, mas que, certamente, não abrange todas as nuances que interferem na construção do processo formativo.

Vale assinalar que, até mesmo o critério temporal, é um fator que dificulta a análise, eis que os resultados das políticas públicas educacionais demoram a se externar. Assim, é preciso ponderação na interpretação dos resultados a serem obtidos e a compreensão de que essas conclusões refletem uma parcela da realidade, delimitada pelos recortes empregados na metodologia da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – O SISTEMA EDUCATIVO NO BRASIL E EM MATO GROSSO: EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENSINO.

1.1 – O sistema educativo no Brasil: evolução e financiamento.

No plano constitucional, a educação constitui direito de todos e dever do Estado e da família, estando alicerçada em oito princípios, dentre os quais se destacam: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e a garantia de padrão de qualidade (artigo 206, incisos I, II, III e VII, da Constituição da República de 1988).

No entanto, a proteção jurídica conferida a esse direito já foi muito diferente.

a) No Brasil colônia e no império – constituição de 1824.

Durante os mais de trezentos anos em que o Brasil se configurou uma colônia de Portugal, o modelo econômico esteve baseado na forma de plantation – isto é: na exploração da mão de obra escrava como sustento de um sistema de plantações latifundiárias e monocultoras voltadas para a exportação. Nesse período, o projeto político-pedagógico brasileiro nunca esteve articulado na forma de um sistema de educação pública, devido, entre outros motivos, à desnecessidade de capacitação dos trabalhadores em uma grande variedade de técnicas de produção (CAMPOS, et al., 2015, p. 144-145).

Com a Declaração de Independência do Brasil, em 1822, cresce um plano educacional com forte influência da Igreja Católica e das elites locais, iniciado com a chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, fugindo da fúria do General francês Napoleão Bonaparte (CAMPOS, et al., 2015, p. 144-145).

A vinda da Corte Portuguesa, trouxe consigo a necessidade de instalação de escolas em terras brasileiras, eis que, mais do nunca, mostrava-se necessária a formação das elites dirigentes do país, que não mais podiam depender da Europa, ocupada em grande parte por Napoleão (DA SILVA; FELCA, 2005, p. 46-47).

Contudo, mesmo após a Independência, o modelo econômico do Brasil-colônia se perpetuou baseado em grandes plantações para a exportação, principalmente café, e dependentes do trabalho escravo, acarretando baixo investimento tanto na educação básica quanto na de nível superior (CAMPOS, et al., 2015, p. 144-145).

A Constituição do Império de 1824, é espelho dessa política de baixo investimento. O texto constitucional, em que pese ter determinado a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, não definiu a vinculação de recursos públicos para a realização desse objetivo.

Nota-se que a preocupação em garantir a educação pública era apenas formal, na medida em que não foram disciplinados os meios para realização do suposto direito, especialmente, no que atine a seu financiamento.

b) Na República.

A constituição da República de 1891, embora rompesse com o regime autoritário anterior (império), não significou, à princípio, expressiva mudança das políticas públicas educacionais.

A crítica mais contundente dirigida nesse período à gestão do ensino público eram os excessos do regime federativo implantado pela República.

A situação do ensino primário teria se agravado ainda mais, pois, sob a forma da federação, foi concedida a cada estado plena liberdade para gerir os negócios da instrução pública. Para José Veríssimo, talvez o regime político tivesse “trocado a roupa”, sem que tivesse “mudado de pele” (*apud* SCHUELER e MAGALDI, 2008, p.41).

No entanto, foi ao longo desse período (primeira República) que importantes marcos foram atingidos no campo da educação, como a consolidação da laicidade no ensino público (reforma Benjamin Constant), a difusão de ideias visando o alargamento do ensino público primário e secundário⁵, assim como a difusão do ensino prático, embrião para do ensino técnico-profissional no Brasil.

⁵ Como forma de combate às expressivas taxas de analfabetismo existentes.

Contudo, foi a Constituição de 1934 a primeira a prever a afetação de recursos públicos para a manutenção e o desenvolvimento dos sistemas educativos. De acordo com disposto no art. 156 da Constituição de 1934, a União e os municípios deveriam aplicar nunca menos de 10%, e os estados e o DF nunca menos de 20%, da renda resultante dos impostos.

A citada Carta instituiu, ainda, a subvinculação pela União de, no mínimo, 20% por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual para o ensino nas zonas rurais (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Além disso, a Constituição de 1934 determinou à União, aos estados e ao DF a reserva de parte de seus patrimônios territoriais para formação dos respectivos fundos de educação; que as sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, porcentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros constituíssem os fundos especiais destinados à aplicação exclusiva em obras educativas, determinadas em lei; e que parcela destes fundos fosse aplicada em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Essas medidas significaram importante avanço na construção de um sistema educativo, até então inexistente.

No entanto, sua sucessora, a Constituição de 1937 (Estado Novo), retrocedendo com as garantias até então previstas, excluiu qualquer vinculação de receitas orçamentárias, mantendo, apenas a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Ainda assim, por ocasião da matrícula seria exigida “aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar” - art. 130 (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

O restabelecimento da vinculação de recursos à educação somente viria a ocorrer doze anos depois, por ocasião da promulgação da Constituição de 1946, que, além de restituir o dispositivo introduzido pela Constituição de 1934, ampliou para 20% o percentual de vinculação da receita municipal, equiparando-se ao estabelecido para os estados e o DF.

c) Na Ditadura.

Sob regime autoritário, a Constituição de 1967, novamente, eliminou a consignação de receitas ao ensino, o que foi mantido pela EC nº 1/1969. Apesar disso, as Cartas ditatoriais reafirmaram a responsabilidade dos poderes públicos de assegurar a gratuidade do ensino primário (apenas deste), nos estabelecimentos oficiais, e definiu para tanto a faixa etária a ser contemplada: dos 7 aos 14 anos, fixando em 8 anos a duração da educação primária (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Mais tarde, por iniciativa do senador João Calmon, foi aprovada a EC nº 24/1983 que restabeleceu a vinculação de receitas à educação. Desta feita, coube à União o mínimo de 13% e aos demais entes federados a aplicação de 25% de suas receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Contudo, a regulamentação deste dispositivo constitucional só ocorreu por meio da Lei nº 7.348, de 24 de julho de 1985, tendo sido implantada, efetivamente, no exercício financeiro de 1986; dez anos após esta emenda ter dado entrada no Congresso Nacional (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

d) Na Constituição Cidadã.

A Constituição da República de 1988, por sua vez, rompendo com o período de autoritarismo que vigorava desde 1964 (sedimentado na Carta de 1967 e na Emenda nº 01 de 1969) inaugurou uma nova ordem jurídica no Brasil. Fruto de ampla participação popular, a nova Constituição, promulgada em 1988, estabeleceu diversos direitos e garantias estampados em seu Título II.

A intervenção ativa de diversos núcleos significativos da sociedade converteu o Estado brasileiro em um Estado Social e Democrático. Essa nova ordem, além de garantir direitos, instituiu metas e finalidades a serem alcançadas pela República, dentre elas: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O texto constitucional, embora não inovasse quanto à previsão de direitos e garantias fundamentais, presentes desde a primeira Constituição brasileira em 1824, pretendia dar-lhes efetividade, daí porque, pela primeira vez, os direitos sociais passaram a constar em capítulo próprio, apartado da ordem econômica.

A Constituição de 1988, reacionária aos vinte anos de regime de exceção realizou uma forte inserção de direito e garantias, recebendo a alcunha de “Constituição Cidadã”.

Em alusão ao direito à educação, o novo regime democrático atribuiu à União, aos estados, ao DF e aos municípios gestão compartilhada do sistema educacional brasileiro, mediante coexistência de três sistemas de ensino autônomos que deveriam funcionar em regime de colaboração.

No topo desta cadeia, encontra-se a União com atribuições bastante distintas: manutenção do sistema federal; execução de programas próprios de apoio supletivo; e transferências para os sistemas estaduais e municipais. Ou seja, o regime de colaboração, pelo qual a União exerce ação supletiva e redistributiva, tem como referências a plena capacidade de atendimento às demandas por ensino e a capacidade fiscal de cada esfera de governo (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Plasmado no texto constitucional encontram-se, ainda, as obrigações do Estado de promover: a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; a progressiva universalização do ensino médio gratuito; o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; e o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 208, da Constituição da República).

Para efetivação desses alargado conjunto de direitos e garantias, a Constituição também ampliou o percentual de recursos vinculados a serem aplicados pela União (de 13% para 18%) na manutenção e desenvolvimento do ensino, mantendo os 25% devidos

às outras esferas de governo, tal como havia sido assegurado pela Emenda Calmon (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Passados oito anos desde a promulgação da Constituição da República de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) encarregou-se de definir o que se enquadrava ou não no conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Realizou, também, importante correção sobre a Constituição de 1988 ao determinar que, uma vez respeitado o índice mínimo nacional, os percentuais mínimos da receita de impostos aplicado na educação em cada localidade poderiam variar regionalmente, de acordo com o que constasse nas respectivas Constituições ou leis orgânicas dos estados, do DF e dos municípios, reconhecendo a possibilidade dos entes federados irem além do piso fixado pela CF/88 (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Em 1996, por sua vez, foi proposta a Emenda Constitucional nº 14, pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), que criou o FUNDEF a partir de 1º de janeiro de 1998. O Fundo tinha por objetivos imediatos assegurar gasto mínimo por aluno e piso salarial para o magistério.

Dentre suas contribuições, o FUNDEF reafirmou a necessidade de estados, DF e municípios cumprirem os dispositivos da Constituição de 1988, relativos à vinculação de 25% de receitas de impostos e transferências à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, além de obrigar os entes federados, a partir de 1998, a aplicar 60% dos recursos de MDE no ensino fundamental (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

A emenda de criação do FUNDEF determinou, também, que fosse de competência dos estados, do DF e dos municípios a responsabilidade de arcar com os recursos necessários à constituição do fundo. No entanto, em decorrência dos desníveis socioeconômicos entre os entes federados, que acarretam baixo gasto por aluno/ano principalmente nas regiões Nordeste e Norte, o dispositivo legal incumbiu à União a responsabilidade de complementar os recursos do FUNDEF sempre que, em cada estado e no DF, seu valor por aluno não alcançasse o mínimo definido nacionalmente. Reconhece, assim, que acentuada desigualdade socioeconômica regional, em particular as diferenças na capacidade de financiar a educação, é um dos principais obstáculos à universalização do acesso e à melhoria da qualidade do ensino fundamental (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Essa estrutura de financiamento prevaleceu até dezembro de 2006, quando, então, foi promulgada a EC nº 53, por meio da qual foram alterados diversos artigos que tratam da educação (arts. 7º, 23, 30, 206, 211 e 212, além do Art. 60 do ADCT) e foi instituído o FUNDEB, no âmbito de cada unidade federada, vindo a substituir o FUNDEF, que teve vigência no período de 1998 a 2006 (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

O texto final da EC nº 53 incorporou avanços significativos em relação ao projeto original, entre os quais a inclusão da creche no sistema público de ensino. Ampliou, também, a participação financeira da União em termos nominais nos três primeiros anos de sua implementação (R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 3 bilhões no segundo e R\$ 4,5 bilhões no terceiro) e definiu-a em percentual de 10% do total dos recursos dos fundos a partir do quarto ano de vigência (IPEA, 2009, v. 2, p. 46-49).

Contudo, a estruturação de um sistema formal de ensino e a efetiva disponibilização de recursos para seu custeio não foram suficientes para que o ensino público prestado apresentasse qualidade.

1.2 – O sistema educativo no Brasil: resultado das Políticas Nacionais nos últimos anos e o déficit de efetividade:

A análise dos resultados da política de investimentos nos últimos anos aponta sérias dificuldades no sistema educativo, mesmo após mais de uma década da implementação do FUNDEB.

A Tabela 1⁶, demonstra que as reformas promovidas implicaram, de fato, na maior disponibilidade de recursos à educação básica (em especial, por parte da União), a partir do ano de 2007, quando implementado o Fundo:

⁶ Extraída do estudo “Gastos Sociais do Governo Central – 2002 a 2015”, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2016, p. 21).

Tabela 1 - Gasto com educação e cultura por categorias - Brasil - 2002 a 2015 R\$ Bilhões - A preços de dezembro de 2015 (IGP-DI)

Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio e Investimento	39,8	37,5	35,6	41,6	45,1	52,2	61,0	71,2	78,2	88,8	98,3	102,0	116,0	110,4
Educação Básica	30,4	29,6	27,8	30,3	33,3	37,7	49,1	56,0	61,5	69,7	74,2	72,3	77,4	75,6
Educação Superior	5,3	4,9	3,0	5,0	6,1	6,8	7,4	9,1	9,8	12,0	17,1	22,0	29,8	28,6
d/q FIES ⁽¹⁾	0,0	0,1	0,1	1,0	1,4	1,3	1,3	1,5	1,3	2,5	5,7	8,8	15,2	14,8
Educação Profissional e Tecnológica	1,7	1,4	3,3	2,1	2,3	2,3	2,0	2,9	3,4	3,9	4,6	6,0	7,4	5,0
Cultura, Esporte e Lazer	0,7	0,3	0,6	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,6	1,2	1,3	1,0	1,0	0,9
Demais Custeio e Investimento	1,7	1,3	0,8	3,4	2,4	4,4	1,3	1,6	1,9	2,0	1,1	0,8	0,4	0,3
Pessoal	14,2	16,4	17,5	16,8	18,9	19,0	17,3	20,9	22,6	24,1	24,6	27,2	30,6	29,0
Total Gasto Direto	54,0	53,9	53,0	58,4	64,0	71,2	78,3	92,1	100,8	112,9	123,0	129,3	146,7	139,4

Fonte: SIAFI/SIDOR, FGV. Notas: 1. Em particular, as informações sobre a execução orçamentária do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) constam em boxe específico nesta seção. Importante destacar que o FIES não é exatamente uma despesa, mas sim uma inversão financeira, ou seja, um empréstimo que o Governo Central faz aos estudantes e que deverá ser quitado por eles no futuro.

No entanto, embora os recursos aplicados na educação básica tenham alcançado, em 2015, o patamar de R\$ 75,6 bilhões (mais que o dobro em comparação com a execução verificada em 2002, de R\$ 30,4 bilhões), o Censo da Educação medido naquele ano (2015) demonstrou a existência de 3 milhões de crianças entre 4 e 17 anos sem acesso à escola, contrariando o Plano Nacional de Educação que previa a matrícula de todas as crianças até 17 anos de idade. A faixa mais crítica é a de quatro anos (690 mil crianças estão fora da escola) e de 17 anos (932 mil adolescentes sem estudar), segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

Outro dado que chama atenção é o de que dos mais de 709 mil professores registrado na rede pública no país em 2015, 334.717 dão aulas em uma área diferente da que se formaram (INEP, 2016). Na disciplina de física, por exemplo, mais de 68% dos professores são formados em outras áreas. Geografia, história e ciências também têm uma alta porcentagem de formação inadequada. Não bastasse, mais da metade (52%) dos professores sequer completou o ensino superior (DIAS, 2016).

Nas palavras do Ministro da Educação à época, Aloizio Mercadante, isso ocorreria por causa dos baixos salários e da falta de atratividade para a carreira – o que se refletiria na falta de interesse dos alunos: “É impossível que um professor consiga encantar os alunos ministrando uma disciplina que ele mesmo não fez”, disse, na coletiva de imprensa em que apresentou os números e anunciou um programa de formação para os professores de escola pública (DIAS, 2016).

Os dados do censo mostram, ainda, que há diferenças na taxa de aprovação por série. No 1º e 2º anos, por exemplo (onde os alunos têm, em média, 6 e 7 anos e estão sendo alfabetizados) a taxa de aprovação é de 97,5% e 96,5%. No 3º ano, fase final da alfabetização, ela cai para 87,8%. Em 2015, 77,8% das crianças chegam ao 3º ano com aprendizagem adequada em leitura. Em relação à matemática, o número cai: menos da metade dos alunos (42,9%) têm aprendizado suficiente na disciplina (INEP, 2015).

Com efeito, embora estejam melhorando nos últimos anos, as taxas de analfabetismo no país ainda são altas - mais altas do que recomenda a Organização das Nações Unidas: 13,2 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever - o número equivale a 8,3% da população brasileira, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2014 (IBGE, 2014).

Ademais, estima-se que 27% da população brasileira não consegue compreender textos simples, segundo dados de 2012 do Instituto Paulo Montenegro (INAF, 2016, p. 7) (DIAS, 2016). O índice mostra que uma parcela considerável da população que chegou ao ensino médio ou mesmo à universidade avançou nos estudos sem conseguir avançar na compreensão de textos ou em matemática. Em 2012, 8% dos alunos do ensino médio e 4% dos universitários eram analfabetos funcionais. (IPM, 2016, p. 7) (DIAS, 2016).

De mais a mais, estudos demonstram que o índice de analfabetismo varia muito de região para região do Brasil. O Nordeste concentra os piores índices: segundo a Pnad, 16,9% da população local era analfabeta em 2014 (IBGE, 2014). Na região Sul, o número era de 4,4%. Também há diferença em relação à cor da pele. Em 2012, 80% dos brancos eram funcionalmente alfabetizados. Entre os negros, o número caía para 64% (DIAS, 2016).

Todo esse quadro se projeta nos baixos índices de desempenho da educação brasileira, figurando, o país, na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática, dentre as 70 nações avaliadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, no ano de 2015 (OCDE, 2015).

Visando a modificação dessa situação o legislador buscou traçar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional à longo prazo, nos próximos dez anos (de 2014 a 2024).

Tais diretrizes encontram-se estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei 13.005/2014, dentre as quais se vislumbram: a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; e a melhoria da qualidade da educação⁷.

Além disso, foram estabelecidas 20 metas, compostas de diversas estratégias para alcançá-las. São elas:

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica):

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,7	3,7	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos

⁷ Diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade socioambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios

técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (BRASIL, 2014).

Contudo, após quatro anos de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), apenas um dos dispositivos foi cumprido integralmente, enquanto aqueles previstos para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 tiveram avanços em apenas 30%, segundo balanço da Campanha Nacional pelo Direito à Educação em parceria com o Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (BRASIL, 2018).

Já em 2017, o Observatório do Plano Nacional da Educação apontava que apenas 20% das metas e estratégias que deveriam ter sido cumpridas até 2017 haviam sido alcançadas total ou parcialmente. Isso significa que 4 (quatro) em cada 5 (cinco) não foram atingidas (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Tal constatação é ainda mais prejudicial na medida em que se percebe que o Plano Nacional de Educação foi organizado como uma agenda progressiva, o que significa que seus dispositivos estão dispostos em um cronograma, com tarefas atribuídas para cada um dos dez anos. Se uma tarefa agendada para 2015 não for realizada, ela prejudica o cumprimento de outra agendada para 2016, 2017 e assim por diante, conforme explica o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara (CARTA EDUCAÇÃO, 2018).

Em verdade, o próprio Plano aprovado em 2014 foi editado com atraso. A obrigação de planejamento da educação decorre do artigo 214 da Constituição da República de 1989, a seguir:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V -

promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Grifo apostro). (BRASIL, 1988).

Essa obrigação, no entanto, só veio a se concretizar com a elaboração do primeiro Plano Nacional da Educação, estampado na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de 2001 a 2010. Ainda assim, o primeiro plano decenal teve pouca efetividade, especialmente diante da baixa participação popular em sua construção e fiscalização. Também contribuíram para isso os vetos presidenciais impostos ao texto e mantidos ao longo dos governos.

Findo o prazo previsto no primeiro ato de planejamento elaborado, um novo deveria sucedê-lo. Todavia não foi o que ocorreu, ao menos, não antes de uma longa espera e muita pressão por parte da sociedade.

Nesse passo, cabe perceber que somente quatro anos após o fim do primeiro Plano Nacional é que um segundo foi aprovado, por meio da Lei 13.005/2014. Porém, essa aprovação não ocorreu de forma totalmente espontânea. O novo plano só veio a ser editado, com quatro anos de atraso, em razão da grande insistência da sociedade civil, especialmente, das entidades de defesa do direito à educação, conforme demonstram algumas matérias jornalísticas divulgadas no período⁸.

Esses dados da realidade evidenciam a primeira grande dificuldade que aflige o sistema educativo brasileiro: o déficit na efetividade das normas programáticas que traduzem políticas públicas.

As informações aqui apresentadas demonstram que as metas estabelecidas não são cumpridas e sequer há integração entre os três sistemas federativos de ensino (o que seria objeto do atual Plano Nacional, contudo, trata-se de uma das iniciativas em atraso), dificultando a cooperação entre esses sistemas e compartimentalizando as estruturas administrativas que deveriam funcionar em sintonia.

⁸ “Atraso compromete metas do Plano de Educação”. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/atraso-compromete-metas-do-plano-de-educacao-1d50m9j8d1x9rku2uol862fym/>>. Acesso em: 12 set. 2018; e, “Atraso no Plano Nacional de Educação prejudica briga por recursos”. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/atraso-no-plano-nacional-de-educacao-prejudica-briga-por-recursos/n1237854723629.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

Demais disso, as políticas estabelecidas não são acompanhadas e fiscalizadas a contento, redundando em descumprimento e, por fim, em seu esquecimento. Esses dados demonstram a diminuta efetividade das políticas públicas educacionais, aprofundando o abismo existente a realidade educacional e a previsão normativo-estratégica.

A inefetividade da política reflete-se também em sua ineficácia, porquanto o descumprimento das diretrizes traçadas está intimamente relacionado à concretização de seus resultados e, por conseguinte, aos níveis sociais e de desenvolvimento experimentados pela sociedade.

Com efeito, é certo que o interesse na concretização do direito social à educação nem sempre coincide com a vontade dos poderes constituídos. A uma, porque raras vezes há interesse na modificação da conjuntura estrutural que elegeu um determinado representante. A duas, porque essa modificação implica em um investimento contínuo e de longo prazo que, quase sempre, não repercute diretamente nas urnas.

Aliado a isso, importa perceber que, desde o segundo semestre de 2014, o Brasil enfrenta um grave período de recessão econômica, a partir do qual afloraram ideias centradas no corte ou na contenção dos gastos públicos, especialmente dos gastos sociais, vistos por muitos como descontrolados e causadores do *deficit* público. (SULPINO VIEIRA, 2016, p. 5).

É o caso da Emenda Constitucional nº 95/2016 (oriunda da PEC 241-55/2016, “PEC do teto dos gastos”), aprovada de forma acelerada no final de 2016, que estabelece um novo regime tributário e determina que nenhum investimento em áreas sociais poderá exceder o reajuste inflacionário, pelo período de 20 anos.

O investimento de novos recursos na construção de escolas, pré-escolas e creches ou, até, na melhoria do Ensino Superior ficará praticamente estagnado. Se a situação já se mostrava comprometida, a tendência é que haja o sucateamento da pouca infraestrutura já existente, em razão da escassez de recursos para sua manutenção e melhoria.

A emenda, conforme aponta a coordenadora de Políticas Educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda (BRASIL, 2018), é um dos entrave até mesmo para a efetivação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), já que algumas de suas medida estruturantes, como o estabelecimento do Custo Aluno-

Qualidade inicial (CAQi) – isto é: quanto custa uma educação básica pública de qualidade –, foram paralisadas diante do cenários de austeridade.

A Comissão Interinstitucional para Implementação do CAQi-CAQ (Custo Aluno-Qualidade inicial e Custo Aluno-Qualidade) criada pela Portaria nº 142, de 17 de março de 2016, pouco tempo depois de sua instalação foi extinta pelo governo, dando lugar a um “Comitê Permanente de Avaliação de Custos da Educação Básica” (CPACEB). No ato de criação do Comitê, o Ministério da Educação, revogou a portaria MEC nº 142/2016 que instituiu a Comissão.

A mensagem parece mais ou menos clara: a política de investimentos voltadas à qualidade do ensino público, dará lugar ao corte de gastos e à avaliação de custos.

Esse quadro de austeridade, como visto, impacta essencialmente o sistema de proteção social brasileiro e, por isso, se mostra caro avaliar a eficiência dos gastos públicos, buscando encontrar alternativas que, embora em cenário de escassez financeira, promovam o desenvolvimento do ensino público.

1.3 – O sistema de educação em Mato Grosso – panorama estadual

O cenário mato-grossense, por sua vez, não se distancia muito da realidade brasileira. Pelo contrário, conforme se verá adiante grande parte dos índices estaduais encontram-se abaixo da média nacional.

Isso se deve, principalmente, à falta de planejamento adequado, razão porque a análise terá início pelos instrumentos de gestão e planejamento do ensino público no estado, avançando para outros aspectos conjunturais, como o número de matriculados nas escolas, a proficiência do alunado, o número de professores efetivos e professores temporários, o número de afastamento de professores das escolas em razão de licenças médicas, entre outros dados.

a) Plano estadual de educação

Como já mencionado, objetivando, dentre outras metas, a integração dos sistemas federados de ensino em um sistema nacional, a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE) de duração decenal.

A norma determinou aos estados e municípios a elaboração ou adequação dos seus planos educacionais, em conformidade com as diretrizes, metas e estratégias do novo PNE.

De acordo com as orientações do MEC, os planos de educação dos estados e municípios deveriam contemplar três aspectos principais: **a.** a elaboração de um diagnóstico que reflita a situação educacional do ente público; **b.** a definição de diretrizes, metas e estratégias do plano, a partir do diagnóstico educacional; e **c.** o estabelecimento de sistemática de acompanhamento e avaliação da execução do plano de educação.

No âmbito estadual, antes mesmo da obrigatoriedade determinada pelo novo PNE o governo mato-grossense já havia elaborado seu Plano Estadual de Educação (PEE-MT)⁹, instituído pela Lei Estadual nº 8.806/08, de modo que, após a entrada em vigor do PNE, o Plano Estadual foi alterado (pela Lei Estadual nº 10.111/14, e, de acordo com o diagnóstico elaborado pela Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação de 2011) para sua adequação ao Plano Nacional.

No entanto, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Mato Grosso – SEDUC ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, consolidados no Relatório de Auditoria Operacional na Gestão Escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso (BRASIL, 2017a, p. 20), no âmbito municipal, dos 141 municípios mato-grossenses, somente 43 tinham plano de educação, antes de sua obrigatoriedade. Ou seja, 69,5% dos municípios não tinham planejamento estratégico para direcionar a execução e o aperfeiçoamento da política municipal de ensino.

Outrossim, verificando-se os indicadores de resultado do Plano Estadual de Educação elaborados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2018a), é possível observar que das 17 metas previstas, apenas duas foram concretizadas nos últimos quatro anos, conforme se observa da Tabela 2:

Tabela 2 - Indicadores de Resultado do Plano Estadual de Educação.

META	INDICADOR	INDICADOR DE RESULTADO			
		2015	2016	2017	2018

⁹ Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/pde/plano-estadual-de-educacao>> Acesso em 20 nov. 2018.

META 1 - Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino.	Número total de municípios x municípios com sistema único de ensino. Meta não apurada	**	**	**	**
META 2 - Aferir a qualidade da educação em 100% (cem por cento) das unidades de ensino do sistema estadual de educação até 2015.	Número de escolas com qualidade aferida por número total de escolas do sistema estadual (pública e privada).	33,28	**	45,76	**
META 3 - Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em lei, destinados à educação.	Total de recursos aplicados na educação pelo total de recursos destinados para a educação	25,71	29,19	29,39	26,14
META 4 - Assegurar, imediatamente, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica pública. Indicador - número de planos de carreira para educação básica em relação ao número de entes federativos que compõem o sistema.	Número de planos de carreira para educação básica em relação ao número de entes federativos que compõem o sistema.	**	**	**	87%
META 5 - Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2017.	Taxa de Professores com nível superior - Licenciatura - Rede Estadual	95,86	95,78	96,28	96,12
META 6 - Ofertar educação infantil a 80% (oitenta por cento) de crianças de 0 a 03 anos até 2017.	Número de crianças de 0 a 3 anos atendidas em relação ao total de crianças nessa faixa etária.	22,2	28,7	29,1	28,7
META 7 - Ofertar a Educação Infantil para 100% (cem por cento) de crianças de 04 e 05 anos até 2016.	Número de crianças de 4 a 5 anos atendidas em relação ao total de crianças atendidas nessa faixa etária.	83,7	85,4	89,1	85,4
META 8 - Atender 100% (cem por cento) da população escolarizável no ensino fundamental até 2015 na idade apropriada.	Percentual da população atendida no ensino fundamental na idade apropriada em relação ao total da população escolarizável, nesta faixa etária. Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 – 6 a 14 anos (Em %)	96,8	97,4	98	98,1
META 9 - Garantir a oferta de ensino médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% (vinte e cinco por cento) até 2017.	Número de matrículas no ensino médio em relação a população escolarizável. Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 (Em %)	75,1	80	77,7	89,5
META 10 - Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a triplicá-las até 2017.	Acréscimos anuais da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio. Indicador: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio	**	25.227	**	23.572
METAS 11 - Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para 100% (cem por cento) da demanda existente até 2016.	Número de vagas ofertadas para EJA em relação à demanda de jovens e adultos.	**	**	**	**
	Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2012-2017 (Em %)	57,7	62,8	55,7	88
META 12 – Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.	Número de alunos da educação básica atendidos no e do campo pela população escolarizável da educação básica que mora no campo.	**	**	**	**
	Número de matrículas da rede estadual de educação	1992	2062	2031	2129

META 13 - Atender a população indígena, em todos os níveis de ensino, em 100% (cem por cento) da demanda em idade apropriada até 2017.	Quantidade de alunos em idade apropriada atendidos pela quantidade de demanda em idade apropriada não atendida.	**	**	**	**
	Número de matrículas da rede estadual de educação	8258	8692	8901	9776
META 14 - Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% (cem por cento) da demanda até 2015.	Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns	74,9	77,2	**	84,6
META 15 - Igualar a escolaridade média entre grupos de cor e raça declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE até 2017.	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017 Por raça/cor – Em anos de estudo	10,3	10,2	10,3	**
	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017 Por raça/cor – Em anos de estudo - Brancos	**	12,2	12,1	**
	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017 Por raça/cor – Em anos de estudo- Pretos	**	10,7	10,5	**
	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2016 e 2017 Por raça/cor – Em anos de estudo- Pardos	**	10,9	11	**
META 16 - Aumentar progressivamente a carga horária em 01 hora por ano, atingindo pelo menos sete horas diárias, para 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes matriculados na educação básica até 2017.	Número de estudantes matriculados na educação básica em escolas com carga horária entre 5 e 7 horas diárias pelo número de matrículas na educação básica. Rede Estadual de Educação	0	0,26	0,65	1,88
	Matrículas em tempo Integral - Rede Estadual	0	1.016	2.487	7.371
META 17 - Prover a oferta de educação superior para, pelo menos, 33% (trinta e três por cento) da população mato-grossense com ensino médio concluído na faixa etária de 18 a 24 anos, garantindo seu financiamento.	Número de matrículas de alunos, na faixa etária de 18 a 24 anos, na Educação Superior pelo número total de jovens desta mesma faixa etária com ensino médio concluído. Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior Taxa líquida de matrícula – 2012-2017 – Por unidades da federação e regiões metropolitanas	21,4	23	22,1	26,6

Tabela Elaborada pelo NGER - atualizada em 06/11/2018

LEGENDA:

Cumpriu a Meta estabelecida
Não cumpriu a Meta estabelecida
Indicador próximo ao estabelecido na META

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9121200/PEE+-+06.11.18%282%29.pdf/6824b935-59bf-824d-a68e-3fd349024b93>> Acesso em: 26. nov. 2018.

b) Projeto político pedagógico

Por sua vez, o projeto político pedagógico (PPP) é um instrumento de planejamento que permite a cada escola traçar objetivos e metas a serem concretizados, em prazos estabelecidos, partindo do conhecimento e da avaliação da situação em que se encontra a unidade escolar, até o alcance da situação almejada.

Esse projeto é de grande importância para o desenvolvimento dos sistemas formativos e a melhoria na qualidade do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em seu art. 12, inciso I, determina que todos os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as de seus sistemas de ensino.

Conforme análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (BRASIL, 2017a, p. 50) no Relatório de Auditoria Operacional: “Gestão Escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso”, a partir do acesso à base de dados da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, verificou-se que, em 2015, 253 das 765 escolas em Mato Grosso, ou seja, 33,07%, ainda não haviam concluído ou iniciado o processo de elaboração do PPP, no Sistema Integrado de Gestão Educacional da Secretaria (Sigeduca)¹⁰.

Demonstra-se, assim, que as escolas municipais estão sendo conduzidas sem nenhum instrumento de planejamento de suas ações pedagógicas, ou, ainda, com base em instrumentos desatualizados. Tal situação faz com que o planejamento seja deficiente, o que compromete a concreção de resultados efetivos e, por conseguinte, o desempenho da educação escolar.

c) Número de matrículas no ensino fundamental no Estado

Em Mato Grosso, o número de matrículas no ensino fundamental, considerando apenas as escolas das redes públicas, vem apresentando redução nos últimos anos.

Entre 2010 e 2014, constatou-se uma redução de 7,21% no número de matrículas no Ensino Fundamental, conforme demonstra a Tabela 3 (Dados do Relatório de

¹⁰ Sistema desenvolvido, em ambiente Web, para auxiliar a gestão escolar dos estabelecimentos de ensino junto à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso.

Auditoria Operacional – Gestão escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso)
(BRASIL, 2017b, p. 13):

Tabela 3 - Matrículas no Ensino Fundamental em escolas públicas de MT.

Ano	Localização	Iniciais	Finais	Subtotal	Total
2010	Urbana	193.543	172.238	365.781	444.844
	Rural	44.383	34.680	79.063	
2011	Urbana	190.445	170.458	360.903	438.692
	Rural	42.736	35.053	77.789	
2012	Urbana	192.333	165.726	358.059	433.423
	Rural	41.680	33.684	75.364	
2013	Urbana	192.796	159.417	352.213	423.342
	Rural	39.187	31.942	71.129	
2014	Urbana	190.867	153.252	344.119	412.749
	Rural	38.774	29.856	68.630	

Fonte: Tabela extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Infraestrutura e transporte escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte consolidada: Censo Escolar, 2010 a 2014.

De acordo com os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC) consolidados pela equipe de auditoria, o número de matrículas no Ensino Fundamental, em Mato Grosso, considerando apenas as escolas públicas, vem reduzindo: em 2010 foram registradas 444.844 matrículas; em 2011 houve o registro de 438.692 matrículas; em 2012 foram registradas 433.423; em 2013, 423.972. Já em 2014 o número de matrículas atingiu o patamar de 412.749 alunos matriculados. (BRASIL, 2017b, p. 13).

No entanto, analisando-se as taxas de abandono escolar no período de 2010 a 2015, nota-se que, no biênio de 2010/2011, tal indicador somava 2,7%, no biênio seguinte, 2,4%, mantendo-se na mesma proporção em 2013/2014.

Contudo, no período de 2014/2015, a taxa de evasão apresentou leve subida para 2,5%, conforme dados divulgados pelo INEP¹¹.

¹¹ Disponível em: <Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

d) Proficiência do alunado (Prova Brasil)

Por sua vez, dados da prova Brasil, consolidados no do Relatório de Auditoria Operacional “Gestão escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015” indicam que a proficiência do alunado mato-grossense está abaixo da média nacional e da região Centro-Oeste. (BRASIL, 2017b, p. 14).

Na edição de 2013, o estado apresentou proficiência em português de 38% para o 5º ano e 19% para o 9º ano, enquanto para matemática os resultados foram de 32% e 8%, respectivamente (BRASIL, 2017b, p. 14-15).

A proficiência serve como parâmetro para medir o percentual de alunos que obtiveram aprendizado considerado adequado por especialistas nas disciplinas de português e matemática. As avaliações da Prova Brasil são realizadas a cada dois anos e abrangem os alunos dos anos iniciais e finais do Ensino fundamental, para as disciplinas de português e matemática.

A Tabela 4, a seguir, aponta que o Estado de Mato Grosso teve uma queda gradativa no ranking nacional de proficiência do ensino fundamental. Nos anos iniciais, entre 2009 a 2013, o Estado caiu da 12ª posição para o 17ª. Para os anos finais, o declínio de Mato Grosso foi maior, ficando entre os sete piores estados brasileiros no ranking nacional do índice de aprendizagem do ensino fundamental. (BRASIL, 2017b, p. 23)

Tabela 4 - Posição de Mato Grosso no cenário nacional do Ensino Fundamental

Ensino Fundamental	2009	2011	2013
Anos Iniciais	12º Lugar	15º Lugar	17º Lugar
Anos Finais	9º Lugar	10º Lugar	20º Lugar

Fonte: Tabela extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Gestão escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte consolidada: QEdu com dados do INEP/MEC. Elaboração: Equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

e) Desproporcionalidade entre professores efetivos e temporários

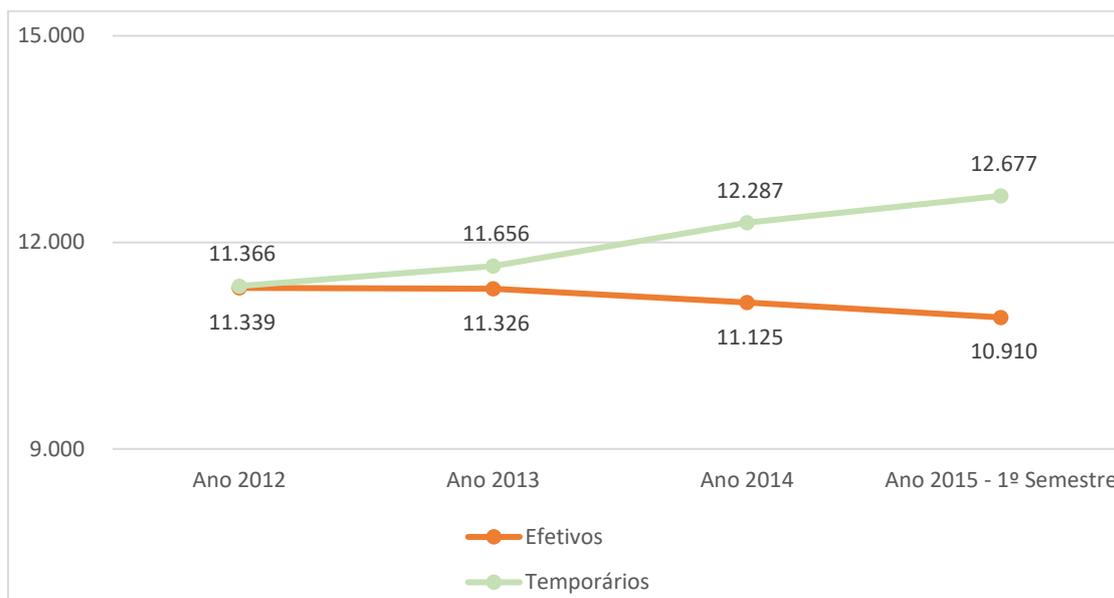
A Constituição da República de 1988 estabelece em seu art. 206, inciso V, que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da valorização dos profissionais da educação escolar, exigindo que o ingresso na carreira seja exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, art. 67, I e a Lei Complementar Estadual nº 49/987, art. 108, I, determinam que o ingresso na carreira seja feito exclusivamente por concurso público, como forma de promover a valorização dos Profissionais da Educação Básica.

Entretanto, no âmbito das Secretarias de Educação de Mato Grosso, a excepcionalidade da contratação de professores temporários é utilizada como regra. Dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e consolidados pelo TCE/MT apontam que 53,74% dos professores da rede estadual são temporários, o que traz impactos negativos na qualidade do ensino. (BRASIL, 2017b, p. 25).

Na *Figura 1*, encontra-se ilustrada a composição do quadro de professores efetivos e temporários na rede estadual de ensino. Observa-se um decréscimo de 3,8% no quantitativo de professores efetivos, passando de 11.339 em 2012, para 10.910 em 2015. Por outro lado, houve um acréscimo de 11,53% na contratação de professores temporários, passando de 11.366 em 2012, para 12.677 em 2015. (BRASIL, 2017b, p. 26).

Figura 1 - Composição do quadro de professores efetivos e temporários nas escolas de Mato Grosso.



Fonte: Gráfico extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Gestão escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte consolidada: Seduc-MT. Elaboração: Equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

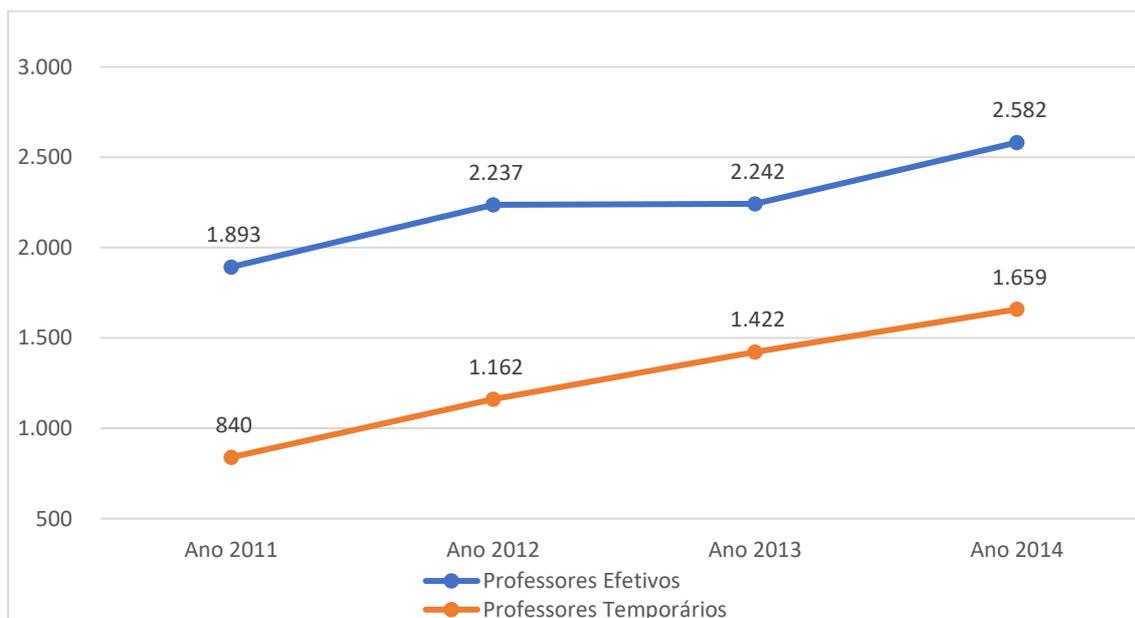
Esse cenário revela que a contratação de professores temporários não está relacionada somente à substituição de professores que estão afastados, mas também à compensação da demanda permanente de professores efetivos, que o estado se omite em contratar.

f) Afastamento de professores

Outro dado relevante refere-se ao crescente número de afastamentos dos professores efetivos e temporários.

Conforme demonstra a *Figura 2*, de 2011 a 2014, os afastamentos permitidos em lei que mais evoluíram tiveram como causa “motivo de saúde”, tanto no caso dos professores temporários, com crescimento 97,50%; quanto no de professores efetivos, com aumento de 36,39% (BRASIL, 2017b, p. 26):

Figura 2 - Professores da rede estadual em afastamento por motivo de saúde.



Fonte: Gráfico extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Gestão escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte consolidada Relatório de Auditoria nº 81.760/14/TCE-MT.

O crescente aumento dos índices de professores afastados eleva o número de contratos temporários na rede de ensino e potencializa o rodízio desses profissionais nas unidades escolares.

Essa situação gera aumento de despesa e desperdício de recursos públicos, que poderiam ser redirecionados para atividades pedagógicas relacionadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Ademais, observa-se que há uma desmotivação na carreira dos professores temporários devido à precariedade do seu vínculo empregatício, o que traz impactos negativos na qualidade do ensino.

O constante rodízio de professores acaba por implicar na descontinuidade do processo formativo, acarretando, não raras vezes, na omissão de conteúdo ou em sua repetição.

O crescimento do número de afastamentos é, ainda, sintoma da desvalorização dos profissionais do magistério da educação básica e da falta de condições de trabalho adequadas.

g) Infraestrutura das escolas

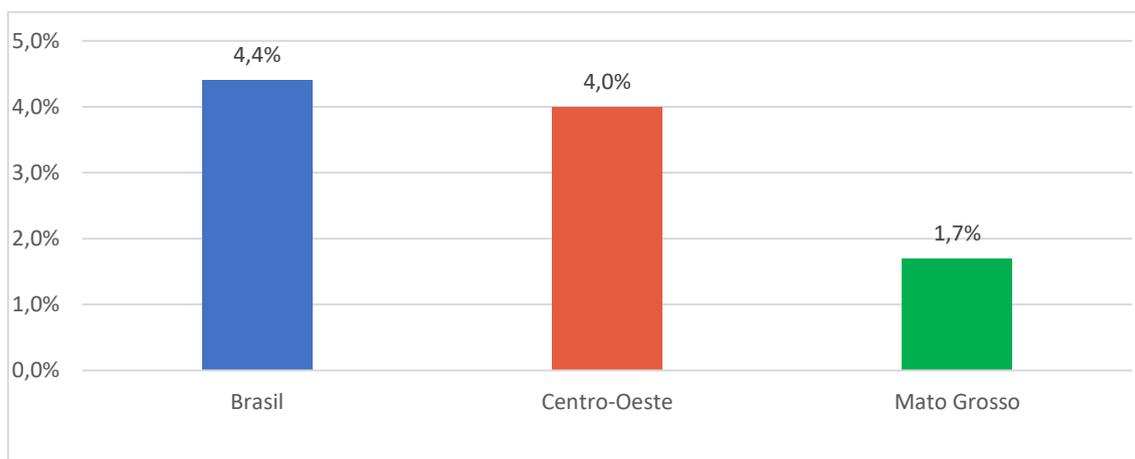
De acordo com a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o Poder Público deve atuar em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias elencadas no Plano Nacional de Educação.

A Estratégia nº 18, ligada à meta nº 7 do PNE, trata da garantia de oferta de itens de infraestrutura para as escolas públicas da educação básica, a seguir especificados: energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário, espaços para a prática esportiva, bens culturais e artísticos; equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Segundo levantamento do Observatório do Plano Nacional de Educação¹², consolidado no Relatório de Auditoria Operacional - Infraestrutura e Transporte Escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso, a proporção de escolas públicas do Ensino Fundamental, com infraestrutura adequada a essa estratégia ainda está distante do ideal. Em todo o país, apenas 4,4% das escolas públicas estão adequadas à mencionada diretriz. (BRASIL, 2017a, p. 19).

Esse indicador cai para 4% quando se trata das escolas da região Centro-Oeste. Mato Grosso, por sua vez, é o estado com o pior indicador na região: apenas 1,7% de suas escolas têm estrutura ideal. A Figura 3 apresenta o panorama descrito no que se refere à infraestrutura das escolas. (BRASIL, 2017a, p. 19).

Figura 3 - Percentual de escolas com infraestrutura adequada.



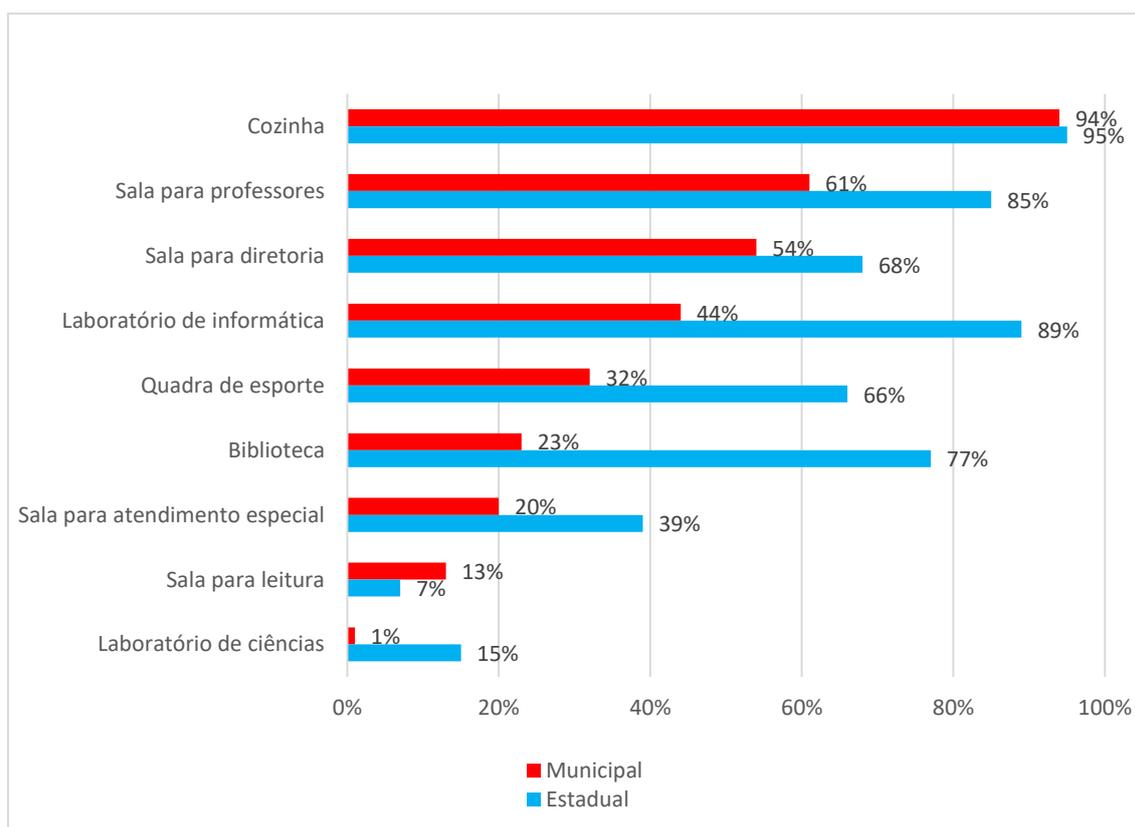
¹² Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>.

Fonte: Gráfico extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Infraestrutura e transporte escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte consolidada: Censo Escolar 2013 (Observatório do PNE).

Consideram-se escolas com infraestrutura ideal aquelas que tenham todos os itens de infraestrutura descritos na meta, avaliados pelo Censo Escolar, isto é: água de rede pública ou filtrada, esgoto sanitário da rede pública, energia elétrica, internet de banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra de esportes e laboratório de ciências.

Dados do Censo Escolar de 2014, tratados pela auditoria operacional nas redes estadual e municipais de ensino em Mato Grosso, ressaltam a carência de diversos itens de infraestrutura. Os dados demonstram que as deficiências de infraestrutura são mais evidentes nas escolas das redes municipais, conforme se nota da Figura 5. (BRASIL, 2017a, p. 20).

Figura 4 - Percentual de escolas com infraestrutura adequada.



Fonte: Gráfico extraído do Relatório de Auditoria Operacional - Infraestrutura e transporte escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso – 2015. Fonte Consolidada: Auditoria com base no Censo Escolar INEP/2014 e QEdU.

Ademais, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2013, agregados na Auditoria Operacional - Infraestrutura e transporte escolar do Ensino Fundamental em Mato Grosso, somente 1,7% na rede estadual e municipal de Mato Grosso, das escolas têm estrutura adequada à estratégia do Governo Federal. A auditoria constatou, *in loco*, a

deficiência na estrutura física das escolas das redes municipal e estadual de ensino, destacando-se: **a.** carência de laboratórios de ciências, de quadras de esportes e de salas de atendimento especial; e **b.** a deficiência na climatização e baixa incidência de tratamento de esgoto. (BRASIL, 2017b, p. 43).

Além do mais, conforme demonstrado pelo Censo Escolar de 2014, as deficiências de infraestrutura são mais evidentes nas escolas das redes municipais. Esse dado foi constatado também pela Corte de Contas, por meio das visitas técnicas realizadas pela equipe de auditoria, as quais evidenciaram que as escolas da rede estadual, em relação à municipal, têm maior acesso aos diversos itens de infraestrutura escolar. (BRASIL, 2017b, 43).

h) Gastos estaduais de 35% da receita de impostos e transferências até 2035

Como já mencionado no início do capítulo, a Constituição da República em seu art. 212 estabelece que os Estados devem aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

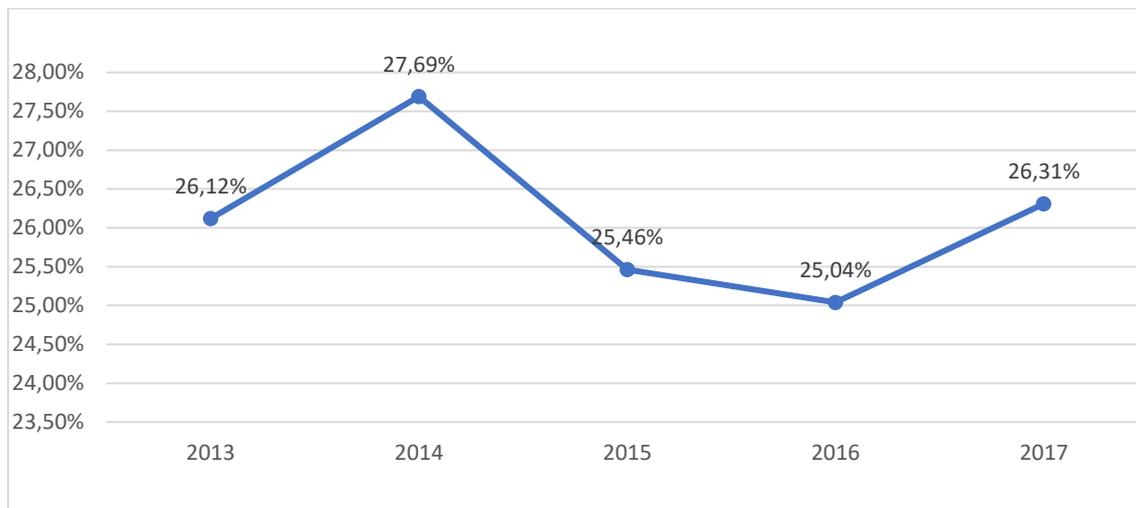
Ao final do exercício de 2017, o Estado de Mato Grosso realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$ 2.489.019.284,47. Esse valor corresponde a 26,31% da receita de impostos e transferências, cumprindo o limite de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal. (MATO GROSSO, 2018b, p. 237).

Com efeito, a Constituição do Estado de Mato Grosso disciplina, em seu art. 245 que o Estado deverá alcançar a aplicação de 35% da receita resultante de impostos, inclusive proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar. Para tanto, o inciso III do mesmo artigo determina que deverá ser acrescido, no mínimo, 0,5% nos exercícios financeiros de 2016 a 2035 até atingir o percentual almejado.

Por conseguinte, no exercício de 2017, o Estado deveria aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino o percentual de 26%. Como analisado alhures, foi aplicado o percentual de 26,31%, tendo o Estado de Mato Grosso cumprido o que determina o art. 245 da Constituição Estadual.

No exercício de 2017 houve crescimento na aplicação de recursos em Educação após uma série de quedas registradas desde 2014, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 5 - Percentual de Aplicação em Educação - Cálculo TCE - Série Histórica.



Fonte: Gráfico extraído do Relatório Técnico das Contas de Governo do Estado de Mato Grosso, exercício de 2017 – Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/governo>. Fonte consolidada: Relatórios Técnicos de Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso exercício 2013 a 2017.

i) *Resultado das políticas de gestão e investimento em educação no Estado de Mato Grosso.*

Nesta seção, apresenta-se o resultado das políticas públicas educativas mato-grossenses, obtidos por meio da avaliação do desempenho geral do estado em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política pública.

Tabela 5 - Resultados de políticas públicas. Educação. Rede Estadual. Comparação Média Brasil.

Indicadores	RESULTADOS – AVALIAÇÃO 2017	
	MÉDIA BRASIL	MÉDIA MATO GROSSO
Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos) – 2015	68,91	69,48
Taxa de Abandono – Rede Estadual – Ensino Médio – 2016	7,60	11,80
Taxa de Abandono – Rede Estadual – Até a 4ª Série/5ºAno Ensino Fundamental – 2016	0,70	0,20
Taxa de Abandono – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino Fundamental – 2016	3,00	1,30
Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino Fundamental – 2016	12,00	7,80
Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação – Rede Estadual – 2016	490,21	481,99

Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015	52,63	81,96
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015	51,09	76,90
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015;	52,25	79,77
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015	49,42	78,85

Fonte: Tabela extraída do Relatório Técnico das Contas de Governo do Estado de Mato Grosso, exercício de 2017 – Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/governo>. Fonte consolidada, extraída do Relatório de Avaliação de Resultados de Políticas Públicas – educação e saúde – disponível no link: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1490208692#>>. (MATO GROSSO, 2018b, p 251-252).

Da análise da tabela acima verifica-se que o Estado apresentou desempenho acima da média nacional em 04 indicadores: a) Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos) – 2015; b) Taxa de Abandono – Rede Estadual – Até a 4ª Série/5º Ano Ensino fundamental – 2016; c) Taxa de Abandono – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental – 2016; e d) Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental – 2016¹³.

Entretanto, em sua grande maioria, o desempenho mato-grossense está abaixo do desempenho nacional médio. O estado apresenta desempenho abaixo da média nacional em 06 dos 10 indicadores selecionados: a) Taxa de Abandono – Rede Estadual – Ensino Médio – 2016; b) Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação – Rede Estadual – 2016; c) Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015; d) Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015; e) Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015; e f) Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2015.

13 Note-se que a melhora na Taxa de Reprovação (Rede Estadual) do ensino fundamental (5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental – 2016), repercutiu, também, favoravelmente nas taxas de abandono escolar respectivas (ensino fundamental – rede estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano).

Quanto ao desempenho dos alunos do ensino fundamental da rede estadual na Prova Brasil, verifica-se que em média, quase 80% das escolas estaduais de Mato Grosso tiveram notas em matemática e português inferiores à média nacional.

Tabela 6 - Evolução dos indicadores de Políticas Públicas da Educação – 2013 a 2017.

INDICADORES	PARÂMETRO DE COMPARAÇÃO	ANO DE AVALIAÇÃO				
		2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos)	Média MT	70,60	73,00	73,00	69,48	69,48
	Variação da média MT	-	3,40%	0,00%	-4,82%	0,00%
Taxa de Abandono – Rede Estadual – Ensino Médio	Média MT	14,30	14,90	13,70	14,90	11,80
	Variação da média MT	-	4,20%	-8,05%	8,76%	-20,81%
Taxa de Abandono – Rede Estadual – Até a 4ª Série/5º Ano Ensino Fundamental	Média MT	0,20	0,09	0,10	0,10	0,20
	Variação da média MT	-	55,00%	11,11%	0,00%	100,00%
Taxa de Abandono – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino Fundamental	Média MT	1,80	1,20	0,90	1,10	1,30
	Variação da média MT	-	33,33%	25,00%	22,22%	18,18%
Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino Fundamental	Média MT	1,10	1,70	2,90	3,40	7,80
	Variação da média MT	-	54,55%	70,59%	17,24%	129,41%
Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação – Rede Estadual	Média MT	469,70	467,87	479,98	475,70	481,99
	Variação da média MT	-	-0,39%	2,59%	-0,89%	1,32%
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	Média MT	76,52	82,74	82,74	81,96	81,96
	Variação da média MT	-	8,13%	0,00%	-0,94%	0,00%
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	Média MT	67,99	79,76	76,79	76,90	76,90
	Variação da média MT	-	17,31%	0,00%	-3,59%	0,00%
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	Média MT	74,84	84,65	84,65	79,77	79,77
	Variação da média MT	-	13,11%	0,00%	-5,76%	0,00%
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	Média MT	70,54	77,88	77,88	78,85	78,85
	Variação da média MT	-	10,41%	0,00%	1,25%	0,00%

Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil						
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Tabela extraída do Relatório Técnico das Contas de Governo do Estado de Mato Grosso, exercício de 2017 – Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/governo>. Fonte consolidada, extraída do Relatório de Avaliação de Resultados de Políticas Públicas – educação e saúde – disponível no link: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1490208692#>>. (MATO GROSSO, 2018b, p 251-252).

A partir da tabela acima, comparando-se os índices apresentados em 2017 e no exercício anterior, conclui-se que: a) O indicador que apresentou melhor desempenho em relação ao exercício de 2016 foi o de “Taxa de Abandono – Rede Estadual - Ensino Médio” com uma redução de 20,81% em relação ao exercício anterior; b) Por sua vez, os indicadores que apresentaram pior desempenho em relação ao exercício 2016 foram a “Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental” e a “Taxa de Abandono – Rede Estadual – Até a 4ª Série/5º Ano Ensino fundamental” com um aumento de 129,41% e 100%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Esses dados, especialmente em relação à taxa de abandono escolar, já podiam ser sentidos quando analisado o decréscimo no número de matrículas (abordado no item c). Ademais, os índices de reprovação têm influência direta e expressiva nas taxas de abandono escolar.

De mais a mais, quando comparado os indicadores apresentados de 2013 a 2017 verifica-se que: a) a “Taxa de Abandono – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental” foi o indicador que apresentou melhor desempenho nos últimos cinco anos, passando de 1,80 em 2013, para 1,30 em 2017, um decréscimo de 27,78%; b) Já o indicador com pior desempenho no último quinquênio é a “Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano Ensino fundamental” que passou de 1,10 em 2013, para 7,80 em 2017, apresentando um acréscimo de 609,09%.

Destaca-se que dos 10 indicadores analisados em 2017, 03 apresentaram desempenho melhor que em 2013, 06 apresentaram desempenho pior e 01 permaneceu inalterado, demonstrando a piora nas políticas públicas de educação do estado de Mato Grosso.

Essas informações, embora não demonstrem de forma peremptória a influência da crise no fracasso das políticas públicas de ensino no estado de Mato Grosso, evidenciam que, em alguma medida, o cenário de austeridade contribuiu para o baixo desempenho do

ensino público mato-grossense, especialmente, porque o período analisado abarcou de forma mais incisiva o início da crise, em 2014 e o seu desenrolar nos anos seguintes.

CAPÍTULO 2 – ECONOMETRIA DA EFICIÊNCIA E AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO.

Superado o desafio de trazer ao leitor um panorama da evolução do sistema educativo brasileiro, cumpre-nos adentrar, especificamente, ao campo da eficiência.

a) Origens da eficiência.

A eficiência é uma pedra fundamental do Estado de Direito Social. Conforme bem resume João Carlos Simões Gonçalves Loureiro (1995, p. 123-124):

A transformação do Estado em “garante universal da existência” nas sociedades técnicas de massas, a difusão das teses performativas de legitimação, a ideia de uma racionalidade instrumental ou estratégica são sinais da modernidade.

A categoria não é nova – está no centro do labor das velhas ciências Camerais - que frutificaram num tempo de crescimento do aparelho, de refeço do centro político e de consequência perda de poder das periferias. Mas, se a administração de agressão centrou as preocupação das construções juspublicísticas na ideia de garantia do indivíduo perante o Estado, na sua possibilidade de tutela face a um modo de atuar nuclearmente autoritário, expresso no ato administrativo, como forma típica de ação, e só marginalmente prestativo, o começo do século XX político consagrou a viragem no sentido da assunção de responsabilidades sociais pelo Estado. A era da técnica e a rebelião das massas, o aparecimento do risco como um forte componente em concorrência com a tradicional culpa, colocaram o Estado como um fornecedor de outros bens que os contratualista liberais não previram.

As ciências da administração revigoraram-se e, no quadro de um pensamento economicista, a exigência da eficiência aparece associada ao Estado Social, à sua crise e mesmo às suas alternativas. (LOUREIRO, 1995, p. 124)

Conforme explica Olsen (2008, p. 206), na medida em que o constituinte instituiu o direito à educação fundamental, por exemplo, ele imediatamente determinou ao Estado a criação de escolas, o pagamento de um corpo de professores preparados para o mister, a disponibilização do acesso das comunidades a estas instituições de ensino, a criação de um órgão administrativo regulador das atividades educacionais (MEC) - o fornecimento de material escolar, etc. Dada as proporções da população em idade escolar, é certo que prestações como estas demandam gastos vultuosos. Essa dimensão fática não pode ser ignorada.

Aliás, Stephen Holmes e Cass Sunstein (apud OLSEN, 2008, P. 59) apontam que não só direitos sociais têm custo ao Estado, mas todo e qualquer direito, se não no sentido de realização de prestações sociais fáticas, no sentido de criação de estruturas institucionais que permitam o seu exercício.

Essa temática ganha mais evidência diante da insuficiência de recursos orçamentários. O Professor Harisson Leite (2016, p. 49-52) explica que o orçamento público lida, inevitavelmente, com recursos limitados para atender demandas cada vez maiores, especialmente nas sociedades de massa modernas. A escassez desses recursos torna imprescindível o seu racionamento, a fim de que haja distribuição mais equitativa dos recursos públicos destinados aos diversos programas de governo.

Nas palavras do Professor (2016, p. 53-56), trata-se de fazer escolhas entre os bens que serão protegidos, aliado às reclamações dos indivíduos que estão competindo, num cenário de recursos limitados, pelas políticas públicas. Contudo, quando não há recursos suficientes para prover todas as necessidades, a decisão do administrador de investir em determinada área implica escassez de recursos para outra que não foi contemplada.

Os alicerces da noção de eficiência, estão aí ancorados; remontam ao Estado Social, ao alargamento do rol de direitos e à percepção de que os recursos (econômicos e naturais) são limitados. A partir da percepção dessas variáveis é possível se entender o imperativo de economia e eficiência nas sociedades modernas.

b) Conceito.

O conceito de eficiência tem mobilizado os esforços de diversos saberes, nomeadamente das ciências administrativas, econômicas e sociais.

A ambiguidade da definição de eficiência resulta não só das diferentes compreensões de distintas ciências como também da sua aplicação para designar, na maioria dos textos, outras realidades conexas, ou mesmo, em certas perspectivas idênticas. Falamos de conceitos como: produtividade, economicidade, efetividade, bom andamento, boa administração, eficácia, racionalização e rendibilidade. (LOUREIRO, 1995, p. 124).

A princípio, para melhor compreensão, ressaltamos um conceito genericista da noção de eficiência, ou seja, um conceito mais ou menos possível de aplicação em diversos ramos do saber, apresentado por Suzana Tavares da Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010, p. 519):

O conceito de eficiência designa a característica dos elementos (pessoas, coisas, organizações) que alcançam o melhor resultado (não é apenas uma relação de grandeza, neste caso procurar-se-ia o maior rendimento, mas sim de quantidade/qualidade), com o menor dispêndio de recursos (tempo, trabalho, energia, matérias primas).

Do próprio conceito de eficiência entende-se porque seu campo de aplicação privilegiado e a sua ancoragem natural encontram-se nas ciências econômica e administrativas, nos estudos das opções dilatadas pela escassez.

É importante, também, distinguir a eficiência, da eficácia e efetividade. Para isso, recorremos à lição de Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão (2010, p. 329-341) para quem, a eficácia está relacionada ao grau de alcance dos objetivos visados, independentemente do grau ou quantidade de recursos que estes convocam, ou seja, é a concreção dos fins preestabelecidos em lei, programas, metas ou estratégias.

Já a eficiência refere-se à utilização de recursos financeiros, humanos e materiais, de modo a atingir a maximização de resultados para um determinado nível de recursos. Ou seja, a obtenção do resultado almejado, desde que seu cumprimento seja realizado da melhor forma possível, em atenção aos recursos utilizados e ao interesse público visado. (CALVÃO, 2010, p. 329-341).

A eficiência, portanto, é sempre um mandado de otimização, quer dos meios utilizados, quer dos fins visados. Nesse sentido, distingue-se da rendibilidade, pois, a otimização implica na qualidade do produto e não uma relação de mera quantidade, conforme assinalado por Suzana Tavares da Silva (2010, p. 519).

Enfim, a eficácia relaciona-se à capacidade de determina ação produzir resultados no mundo real. Para MARINHO e FAÇANHA (IPEA, 2001, p. 7) os programas sociais regem-se por objetivos de eficácia, uma vez que, “esperadamente, os investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados, na realidade que se propõe intervir”.

Entendido os conceitos acima, podemos avançar, finalmente, à metodologia de construção de um índice de eficiência que possa medir o desempenho da educação fundamental nos municípios mato-grossenses.

c) Metodologia de construção do índice de eficiência.

Registre-se, de início, que, neste trabalho, procuramos avaliar, quantitativamente, os níveis de eficiência dos municípios de Mato Grosso. Para tanto, analisamos a relação entre a produção e os insumos, construindo fronteiras não paramétricas de eficiência a partir da técnica de análise Free Disposal Hull - FDH.

Este método consiste em procedimentos matemáticos que permitem avaliar, individualmente, os municípios selecionados, em relação àquele que apresentou a melhor prática, isto é, a melhor gestão do gasto público na educação.

O intuito é avaliar a eficiência dos gastos públicos municipais em educação fundamental, no estado de Mato Grosso, durante o período de 2011 a 2015, assim como a qualidade das políticas públicas prestadas pelos municípios no período, buscando entender os programas de educação desenvolvidos, se estes foram concretizados e se alcançaram resultados efetivos na realidade da população a que se destinavam.

A literatura utiliza diferentes técnicas para analisar a eficiência dos governos locais. É possível distinguir dois ramos principais de fronteiras nas melhores práticas: as fronteiras paramétricas e as não paramétricas.

A abordagem paramétrica baseia-se numa função de produção caracterizada por parâmetros constantes, sendo a estimação dos dados de eficiência feitos normalmente por métodos econométricos. Isso nos indica uma grande limitação na abordagem paramétrica, eis que as medidas de eficiência podem variar muito de acordo com a função escolhida.

De maneira contrária, a forma não paramétrica não se baseia em uma função de produção especificada *a priori*, sendo a forma da fronteira de conjunto produtivo determinada considerando certas propriedades que o conjunto de produção deve satisfazer. Métodos não paramétricos receberam uma quantidade considerável de interesse principalmente porque eles têm hipóteses menos restritivas e maior flexibilidade que os métodos paramétricos.

As ferramentas não paramétricas mais comuns usadas na literatura para a medição da eficiência do governo local são a Análise Envoltória de Dados (Charnes et al., 1978), - DEA, e sua não-convexa versão, o Free Disposal Hull (Deprins et al., 1984), - FDH.

No método FDH - a fronteira é obtida através da comparação de entradas e saídas (insumos e produtos) de modo a estabelecer pontos dominantes. Nesse aspecto, uma observação é declarada ineficiente se for dominada por pelo menos outra observação; dominação, aqui, significa a capacidade de produzir maior saída (produto/resultado) com menor entrada (insumo).

Por conseguinte, se uma observação não é dominada por qualquer outra, é declarada FDH eficiente. Por construção, toda observação ineficiente é necessariamente dominada por uma ou várias observações.

Como esta técnica é muito assertiva em relação à medição de ineficiência, a metodologia FDH é particularmente adequada para detectar os casos mais óbvios de ineficiência: para cada município declarado ineficiente no FDH, é possível encontrar pelo menos um município na amostra que apresenta um desempenho superior em relação ao primeiro.

Na ausência de um número suficiente de municípios similares (“pares”) com os quais pode ser comparado, este município, em vez de criar uma relação do tipo dominante/dominado, é declarado eficiente por padrão. Essa eficiência não é resultado de qualquer superioridade efetiva, mas é devido à falta de informação que permite comparações pertinentes. Além disso, por padrão, o conceito de eficiência da FDH se aplica tanto para o município que apresenta o menor nível de gastos, quanto para aqueles com os valores mais altos no indicador de saída.

No Brasil, há vários estudos sobre essa temática, destacando-se o trabalho de Delgado e Machado (2007), que estimou fronteiras de eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais, nos níveis de ensino fundamental e médio. Entre outros resultados, os autores constataram que as escolas localizadas onde há mais abundância de recursos educacionais tendem a ser mais eficientes. Machado Júnior et al. (2011), na busca de encontrar a eficiência do gasto municipal em educação, saúde e assistência social nos municípios do Ceará, constataram baixos níveis da eficiência média do gasto público

municipal em todas as áreas, principalmente na educação. Sampaio e Guimarães (2009), com o objetivo de analisar a eficiência no ensino básico, nas escolas públicas e nas privadas, observaram que as escolas particulares foram mais eficientes que as públicas. Zoghbi et al. (2011), com objetivo de avaliar a eficiência dos municípios paulistas, no gasto em educação fundamental, usaram o modelo FDH para estimar a fronteira de eficiência. Entre os resultados, os autores perceberam que o grupo de municípios com mais de cem mil habitantes foi mais eficiente. (MARIANO DA SILVA; LIMA DE ALMEIDA, 2012, p. 223).

Com base nos cálculos do índice de eficiência, que variam entre 0 e 1, podemos estabelecer os seguintes critérios para a classificação dos municípios, onde IE é o Índice de Eficiência apurado¹⁴:

Tabela 7 - Parâmetros de eficiência.

Muito baixo	$IE \leq 0,25$
Baixo	$0,25 < IE \leq 0,50$
Médio	$0,50 < IE \leq 0,75$
Alto	$0,75 < IE \leq 1,0$

Fonte: Elaboração própria.

Nessa senda, para cumprir a finalidade deste estudo serão considerados os seguintes indicadores como ferramentas ao processo de avaliação das políticas voltadas ao ensino fundamental, promovidas pelos municípios mato-grossenses no período de 2011 a 2015¹⁵:

- Índice de Gasto por Aluno – consistente na razão entre “despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) no âmbito do ensino fundamental” e o “número total de alunos matriculados no ensino fundamental”, disponibilizados (já de forma totalizada) no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹⁶.

¹⁴ Mencionados critérios, dialogam com aqueles previsto por Harine Matos Maciel, Ahmad Saeed Khan e Leonardo Andrade Roca, no ensaio “Ecoeficiência entre os países: o uso do método free disposal Hull” (2017, p. 5), e permitem se o índice de eficiência obtido é alto, médio, baixo ou muito baixo, conforme faixas pré-estabelecidas pelo autor.

¹⁵ Metodologia baseada no trabalho desenvolvido por: ZOGHBI, Ana Carolina, et. al. Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas. *In*: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. n. 36. jan./jun., 2011, p. 09-61

¹⁶ Módulo “Relatório de Indicadores”, indicador “4.2 - Investimento educacional por aluno do ensino fundamental”. Disponível em:

- Índice de Distorção Idade-Série: Serão utilizados como base de dados o Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos) /MEC (Ministério da Educação) e o Sistema de Acompanhamento de Políticas Públicas do TCE/MT. Ademais, vale notar que o índice de distorção é um indicador negativo de forma que ao analisar a variável os maiores valores estão associados a um pior resultado para o estado.

- Índice da Taxa de Aprovação: proporção de alunos matriculados na série k , no ano t , que são aprovados (Censo Escolar do INEP/MEC).

- Índice de Proficiência da Prova Brasil: o índice de proficiência será construído de forma a agregar as proficiências dos anos iniciais e finais do ensino fundamental para as disciplinas de português e de matemática. Para isso, serão calculados indicadores relativos à média total do município, utilizando como base de dados os resultados da Prova Brasil do INEP/MEC.

- Índice do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica): indicador de qualidade educacional que combina os resultados de proficiência da Prova Brasil com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

De posse dessas informações, os escores de eficiência serão agrupados e comparados a outros indicadores econômicos e sociais, como a renda média *per capita* e o tamanho da população, visando estabelecer as possíveis relações existentes entre essas diversas variáveis.

Dessa forma, será possível avaliar tanto os *scores* de eficiência de cada município, quanto relacioná-los a fatores diretos e indiretos que possam contribuir para a variação nos graus de eficiência das políticas públicas de ensino municipais¹⁷.

Para melhor exemplificar, analisar-se-á uma situação hipotética relacionada ao objeto da pesquisa¹⁸. Para tanto, o primeiro passo é a construção de um “Índice de Gasto

<https://www.fnede.gov.br/siope/demonstrativoFuncaoEducacao.do?acao=atualizar&pag=result&anos=2015&periodos=-1&cod_uf=12&municipios=120001>. Acesso em 14. set. 2018.

¹⁷ Trata-se de avaliar a realização dos objetivos e instrumentos de gestão do ensino público estabelecidos nos programas educacionais nacionais, após a Constituição da República de 1988, a partir dos índices de desenvolvimento sociais e econômicos obtidos pelos municípios no período de 2011 a 2015.

¹⁸ Exemplo baseado no excelente estudo realizado por Ana Carolina Zoghbi, Enlison Mattos, Fabiana Rocha e Paulo Arvate, citado anteriormente (2011).

por Aluno”, consistente no valor total gasto com ensino fundamental por município, dividido pelo número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental municipal. Em nosso estudo, utilizamos os dados oficiais calculados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), apresentados no módulo “Relatório de Indicadores Financeiros” – Indicador 4.2 – “Investimento educacional por aluno do ensino fundamental”¹⁹.

Esse resultado será associado a um indicador de proficiência do alunado, como a nota na Prova Brasil, no IDEB, ou, ainda, a outros indicadores educacionais como as taxas de aprovação e de distorção idade-séria.

Para montar o exemplo de aplicação assumiremos algumas simplificações: i) existem apenas quatro municípios na amostra (A, B, C e D); ii) o nível adequado de educação dos alunos em português depende apenas do *score* obtido na Prova Brasil; iii) quanto maior a nota, melhores os resultados em termos de nível adequado de aprendizagem na disciplina; iv) embora existam diferenças entre as escolas de uma mesmo município, essas diferenças serão desprezadas, utilizando-se apenas a média municipal, dada a dificuldade de se obter informações a nível escolar; e v) os resultados de avaliação correspondem a apenas uma das fases da educação escolar: o ensino fundamental, num determinado exercício financeiro.

Assim, seguindo o que se disse anteriormente, a função de produção do nível adequado de aprendizagem em português dos alunos de ensino fundamental (produto) em cada município *i* seria dado por: $Y_i = F\{x_i\}$, em que x_i é gasto alocado por aluno (insumo).

A tabela a seguir apresenta a combinação de produto e insumo para o conjunto da amostragem de exemplo:

Tabela 8 - Exemplo de Produtos e Insumos associados.

	Produto - indicador de ensino-proficiência média em português no Ensino fundamental – Pontuação na Prova Brasil.	Insumo – Índice de Gasto por Aluno - Gasto municipal com ensino fundamental, dividido pelo número de matrículas.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do>>. Acesso em: 14. set. 2018.

Município A	275	R\$ 2.200,00
Município B	280	R\$ 2.300,00
Município C	295	R\$ 2.400,00
Município D	285	R\$ 2.600,00

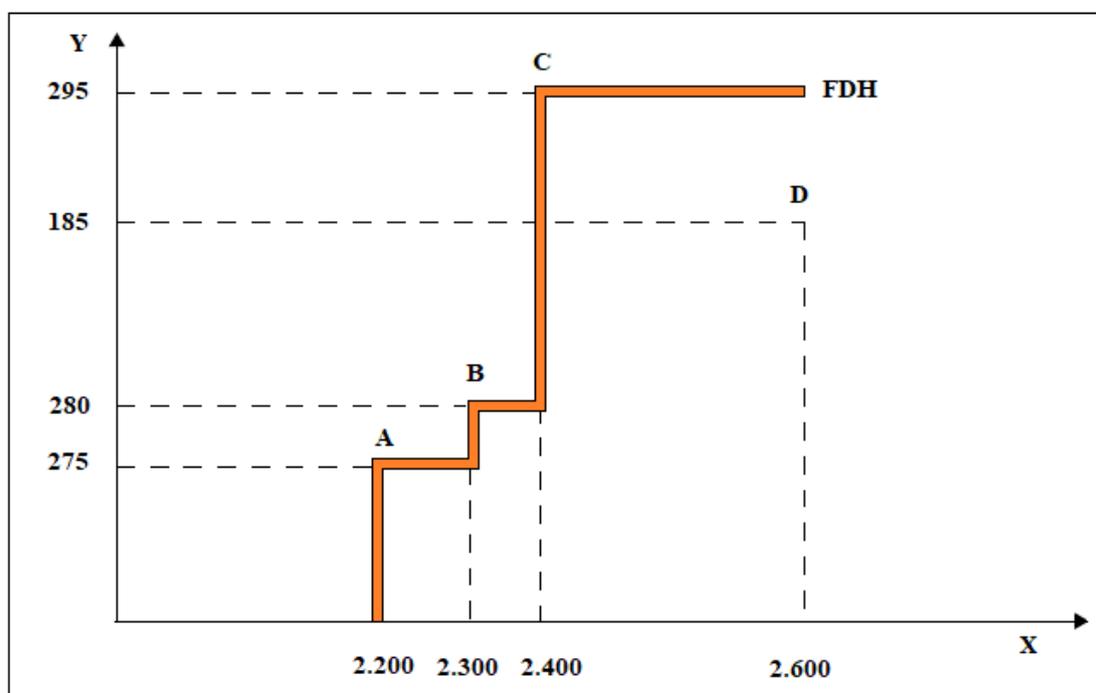
Fonte: Elaboração própria.

Cada município, portanto, possui um produto (indicador) associado a um insumo. Por exemplo, o município A possui uma proficiência igual a 275 em português, com um gasto por aluno igual a R\$ 2.200,00. O município D, uma proficiência igual a 285 com um gasto igual a R\$ 2.600,00.

Uma análise rápida sobre a evolução do produto e do insumo na área de educação permitiria afirmar que ao se passar do município A para o B e do B para o C não existiria ineficiência. Aumentou-se o gasto por aluno (um custo maior para o município), mas obteve-se um resultado melhor em termos de aproveitamento. O município D, por sua vez, pode ser considerado ineficiente, porque ao se aumentar o gasto por aluno, percebeu-se uma queda na proficiência dos alunos.

Veja-se graficamente:

Figura 6 - Exemplo de Construção da Fronteira de Eficiência



Fonte: Elaboração própria.

Assim, o município D seria ineficiente na técnica de FDH²⁰ em relação aos demais. Os municípios A, B e C, a seu turno, estariam localizados na fronteira eficiente para a amostragem selecionada.

Ainda, com a finalidade de possibilitar uma melhor compreensão sobre o trabalho proposto, será analisada a eficiência e o desempenho relativo aos cinco maiores municípios mato-grossenses: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra.

Nesse sentido, segundo dados do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE/FNDE)²¹, citados municípios investiram em educação fundamental por aluno, no ano de 2015: R\$ 7.809,78; R\$ 4.709,81; R\$ 7.196,51; R\$ 5.733,02 e R\$ 5.966,50, respectivamente.

Ademais, os municípios atingiram a seguinte pontuação média, calculada a partir da média aritmética entre o desempenho dos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas disciplinas de português e matemática para o ano de 2015²²: Cuiabá – 223,28 pontos; Várzea Grande – 208,63 pontos; Rondonópolis – 220,99 pontos; Sinop – 234,94 pontos; e, Tangará da Serra – 241,03 pontos.

Assim, temos a seguinte tabela de correspondência:

Tabela 9 - Exemplo - Dados dos cinco maiores municípios.

	Produto (A) - indicador de ensino-proficiência média em português no Ensino fundamental – Pontuação na Prova Brasil.	Insumo (B) – Índice de Gasto por Aluno - Gasto municipal com ensino fundamental, dividido pelo número de matrículas.	Score de Eficiência. (A/B)	Resultados segundo a amostra dominante (0,0443)
Cuiabá	223,28	R\$ 7.809,78	0,0286	0,64
Várzea Grande	208,63	R\$ 4.709,81	0,0443	1
Rondonópolis	220,99	R\$ 7.196,51	0,0307	0,69
Sinop	234,94	R\$ 5.733,02	0,0410	0,92

²⁰ Free disposable hull (FDH), em que se assume a existência de n Estados na amostra, m produtos ou serviços produzidos por esses Estados e k insumos sendo utilizados na produção desses mesmos produtos.

²¹ Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: 16 set. 2018.

²² Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/resultados>>. Acesso em 17 ago. 2018.

Tangará da Serra	241,03	R\$ 5.966,50	0,0404	0,91
------------------	--------	--------------	--------	------

Fonte: SIOPE/FNDE e SAEB/Prova Brasil.

A análise preliminar dos resultados obtidos demonstra que os municípios de Várzea Grande, Sinop e Tangará da Serra encontram-se na linha de eficiência da amostra estudada, de modo que passando-se do primeiro para o segundo e do segundo ao terceiro há o dispêndio de maiores recursos, ligados a um maior desempenho. Os demais municípios, por sua vez, apresentam maiores gastos atrelados a menores resultados, indicando a ineficiência na aplicação dos respectivos recursos públicos.

É o que se nota, por exemplo, na comparação entre os dados do município de Cuiabá e Tangará da Serra, em que o gasto maior de recursos por parte do primeiro não correspondeu a um maior desempenho do corpo escolar.

Observe-se, ainda, que, para o método FDH, o município de Várzea Grande é considerado eficiente em razão da menor quantidade de recursos (insumos) e o município de Tangará da Serra, é considerado eficiente em razão de ter apresentado o melhor produto (resultado/nota) da série de dados.

Com efeito, cabe analisar que para os recursos disponíveis, Várzea Grande, Sinop e Tangará da Serra podem ser considerados muito eficientes, cabendo a ressalva quanto à necessidade de implementação de maiores recursos (que elevem o desempenho) por parte do primeiro município; já Cuiabá e Rondonópolis foram considerados com eficiência mediana, consoante enquadramento demonstrado na Tabela 7, acima.

Entendido isso, cabe ressaltar, novamente, que a mensuração da eficiência dos gastos públicos e a avaliação de seus resultados é tarefa das mais complexas, sobre a qual incidem diversos fatores (sociais, econômicos e culturais). Desse modo, determinar um grau de eficiência que considere toda a infinidade de variáveis que refletem sobre o processo educativo seria extremamente dificultoso, por essa razão, propôs-se aqui um método simplificado, que permitisse aferir a razão entre investimentos públicos e níveis de proficiência do alunado mato-grossense, mas que, certamente, não abrange todas as nuances que interferem na construção do processo formativo.

Para ilustrar a questão, vale assinalar que até mesmo o critério temporal é um fator que dificulta a análise, eis que os resultados das políticas públicas educacionais demoram a se externar.

Assim, é preciso ponderação na interpretação dos resultados a serem obtidos e a compreensão de que essas conclusões refletem uma parcela da realidade, delimitada pelos recortes empregados na metodologia da pesquisa acima exposta.

CAPÍTULO 3 –ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL PARA OS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES NO PERÍODO DE 2011 A 2015.

3.1 – Indicadores educacionais.

O estado de Mato Grosso possui, em sua totalidade, 141 municípios. Todos estes serão analisados nesta seção, de acordo com os dados obtidos por intermédio do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE/FNDE), do Censo Escolar (CENSO/INEP), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB/Prova Brasil), do Sistema de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dos indicadores educacionais elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

As variáveis relacionadas à educação utilizadas nesta seção para comparação serão: distorção idade-série, taxa de aprovação, gasto por aluno, proficiência (SAEB/Prova Brasil) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, todas agregadas ao nível municipal.

a) Nível de proficiência

A Prova Brasil, utilizada como medida de proficiência neste ensaio, é uma avaliação censitária que engloba os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino.

Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados. Os resultados são disponibilizados por escola e por ente federativo.

Esse mecanismo procura avaliar o aprendizado realizado ao longo da trajetória escolar do aluno, abarcando assuntos tratados tanto nos anos anteriores ao período avaliado, como nos anos posteriores.

Nesse passo, a média de proficiências da rede municipal brasileira pode ser sistematizada no quadro seguinte:

Tabela 10 - Nível de proficiência - Média nacional por ano e disciplina.

Agrupamento	Ano	Série	Disciplina	Nota
I	2011	5º ano	Português	183,93
II	2011	9º ano	Português	233,5
III	2011	5º ano	Matemática	202,69
IV	2011	9º ano	Matemática	240,23
V	2013	5º ano	Português	187,29
VI	2013	9º ano	Português	234,34
VII	2013	5º ano	Matemática	202,51
VIII	2013	9º ano	Matemática	238,84
IX	2015	5º ano	Português	200,21
X	2015	9º ano	Português	243,56
XI	2015	5º ano	Matemática	212,49
XII	2015	9º ano	Matemática	246,62

Fonte: SAEB/Prova Brasil.

Analisando-se distributivamente os resultados dos municípios mato-grossenses, nota-se que, de modo global, somente 47,23%, dos 141 municípios apresentaram notas superiores à média nacional; ou seja, menos da metade dos municípios.

Mais detalhadamente, tem-se que, para o agrupamento I (resultado de proficiência para os seguintes critérios: ano - 2011; série - 5º ano/anos iniciais; disciplina - português): 45 municípios superaram a média nacional, dos 127 que tiveram seus dados disponibilizados pelo INEP; para o conjunto II (ano, 2011; série, 9º ano - ou anos finais; disciplina de português), 50 municípios apresentaram médias superiores à nacional, dentre os 83 com dados divulgados; para o bloco III, 42 municípios, dos 127 com dados disponibilizados; para o grupo IV, 55, de 83 municípios; para o agrupamento V, 56 municípios dos 124 com dados divulgados; para o grupo VI, 51 municípios apresentaram médias superiores à nacional, entre os 85 que possuem dados disponíveis; para o grupo VII, 59 municípios superaram a média nacional, dos 124 que tiveram seus dados disponibilizados pelo INEP; para o conjunto de dados nº VIII, 50 municípios, dos 85 que apresentaram dados; para o grupo IX, 56 municípios superaram a média nacional, dos 122 que realizaram a prova e tiveram seus dados divulgados pelo INEP; para o conjunto X, somente 29 municípios superaram a média nacional, dos 72 que apresentaram informações; para o grupo XI, 54 municípios superaram a média nacional, dos 122 com dados disponibilizados; e, para o último conjunto (XII), apenas 32 municípios, dos 72 com informações disponíveis, ultrapassaram a média nacional.

Esses números, (relativamente aos municípios que superaram a média brasileira) correspondem para o grupo: I²³) 31,91% do total de municípios e 35,43% do total líquido, ou seja, excluindo-se os municípios que não realizaram a prova ou não tiveram seus dados publicados; II²⁴) 35,46% do total de municípios e 60,24% líquidos; III²⁵) 29,79% do total e 33,07% líquidos; IV²⁶) 39,01% do total e 66,26%, líquidos; V²⁷) 39,72% do total e 45,16% líquidos, isto é: excluindo-se os municípios que não realizaram a prova ou não tiveram seus dados publicados; VI²⁸) 36,17% do total e 60% líquidos; VII²⁹) 41,84% do total e 47,58% líquidos; VIII³⁰) 35,46% do total e 58,82% líquidos; IX³¹) 39,72% do total e 45,90% líquidos (excluindo os municípios que não realizaram a prova ou não tiveram seus dados publicados); X³²) 20,57% do total e 40,28%, líquidos; XI³³) 38,30% do total e 44,26% líquidos; e, para o grupo XII³⁴) 22,69% do total e 44,44% líquidos (esses dados podem ser conferidos de modo detalhado no Anexo A, ao final do trabalho).

Pode-se afirmar, com isso, que os municípios de Mato Grosso se encontram em uma posição de desvantagem em relação a grande parte do país.

Ademais, analisando-se a evolução líquida no período de 2011-2015 nota-se que, no geral, não houve grande evolução no desempenho do alunado mato-grossense, isso porque, embora o desempenho da educação municipal tenha evoluído para os anos iniciais nas disciplinas de português e matemática, houve piora no desempenho para ambas as

²³ Proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental municipal em Mato Grosso no ano de 2011.

²⁴ Proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental municipal em Mato Grosso no ano de 2011.

²⁵ Proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental municipal em Mato Grosso no ano de 2011.

²⁶ Proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental municipal em Mato Grosso no ano de 2011.

²⁷ Proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental municipal em Mato Grosso no ano de 2013.

²⁸ Proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2013.

²⁹ Proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2013.

³⁰ Proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2013.

³¹ Proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2015.

³² Proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2015.

³³ Proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série – anos iniciais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2015.

³⁴ Proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série – anos finais) do ensino fundamental (EF) municipal em Mato Grosso no ano de 2015.

disciplinas nas séries finais do ensino fundamental, conforme se percebe da tabela consolidada a seguir:

Tabela 11 - Consolidação do desempenho em relação à média nacional por disciplina, no período de 2011 a 2015.

Disciplina	2011 (% líquida)	2013 (% líquida)	2015 (% líquida)
Português (Séries Iniciais)	35,43	45,16	45,90
Português (Séries Finais)	60,24	60%	40,28%
Matemática (Séries Iniciais)	33,07%	47,58%	44,26%
Matemática (Séries Iniciais)	66,26%	58,82%	44,44%

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. O percentual corresponde à quantidade de municípios com médias mais altas que a média nacional, excetuando aqueles que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou que não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

b) Distorção idade-série

O índice de distorção idade-série, por sua vez, é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar.

No sistema educacional brasileiro, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. (QEDU, 2018).

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante sua trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional brasileira. (QEDU, 2018).

Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série. O cálculo desse índice é realizado a partir dos dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive sua idade.

Observa-se, neste caso, significativa melhora no desempenho dos municípios mato-grossenses. De 2011 a 2015, a grande maioria das localidades diminuiu suas taxas de distorção idade-série e, em 2015, mais da metade dos municípios apresentou

percentual de distorção idade-série de, no máximo, 10%. Comparativamente à taxa nacional³⁵, que era de 26,5%, em 2011, 24,4%, em 2013 e 22,2%, em 2015, os índices se mostram extremamente positivos.

Ademais, se analisarmos os dados mais recentes (de 2015), temos que apenas 5 dos 141 municípios do estado, apresentaram taxas de distorção idade-série maiores que a média nacional. Nesse sentido, vale registrar que taxas de distorção maiores indicam um pior resultado, na medida em que esses dados correspondem à proporção de alunos que não se encontram na etapa de formação adequada para sua idade. Logo, a manutenção da taxa até 10%, no máximo, é um bom indicador.

Pontue-se, por fim, que os dados detalhados relativos ao indicador podem ser verificados no Anexo B, ao final do estudo.

c) Taxa de aprovação

Por sua vez, as taxas de aprovação da rede municipal de ensino fundamental em Mato Grosso mostraram-se muito superiores às nacionais. Enquanto a taxa média do Estado figurou em 95,02% (média de 93,44%, em 2011, 94,76%, em 2012, 95,2% em 2013, 95,7, em 2014 e 96%, em 2015, para o ensino público fundamental no Estado. Conforme dados da “Taxa de Rendimento Escolar”, medida pelo INEP³⁶) entre os anos de 2011 e 2015, os dados nacionais alcançaram o resultado médio de 87,30% (Média nacional de 86,7%, em 2011; 87%, em 2012; 88,1%, em 2103; em 2014, 88%; e, em 2015, 86,7%, conforme dados da “Taxa de Rendimento Escolar”, medida pelo INEP)³⁷.

O bom desempenho mato-grossense nesse índice é resultado de políticas de não reprovação estimuladas pelo governo federal, cuja principal finalidade é evitar a evasão escolar.

A nível local, grande número de municípios chegou a atingir 100% de aprovação escolar. Isso pode ser visualizado nas figuras constantes no Anexo C, que reúne os histogramas relativos à taxa em cada município, bem como as tabelas de referências com referência nominal a cada município e sua respectiva Taxa de Aprovação.

³⁵ Para a rede municipal, relativamente ao ensino fundamental.

³⁶ Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

³⁷Disponíveis em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

d) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Por fim, cabe, a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Indicador, criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, sintetiza duas variáveis muito importantes para a avaliação da qualidade do ensino no país: a) o Fluxo escolar: representado pela taxa de aprovação escolar; e b) o Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) quanto a ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica – uma avaliação amostral do Saeb que utiliza os mesmos instrumentos da Prova Brasil, mas inclui a rede privada).

Para aferição do Índice (IDEB) utiliza-se uma escala que varia de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Nesse sentido, segundo avalia o projeto Qedu (2018), a construção e divulgação do índice ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

A combinação de ambas os critérios também têm o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (QEDU, 2018).

O IDEB é também uma ferramenta importante em prol da qualidade da educação e ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

Pois bem, compreendido o indicador; aos resultados:

O desempenho nacional em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para a rede municipal de ensino apontam as seguintes notas médias: 4,7, em 2011, 4,9 em 2013 e 5,3, em 2015, para os anos iniciais; e 3,8, em 2011, 3,8, em 2013 e 4,1 em 2015, para os anos finais.

Os municípios mato-grossenses, por sua vez, apresentaram notas médias de 4,7, em 2011; 5,1, em 2013, e 5,5, em 2015, para os anos iniciais. Em relação aos anos finais as notas médias da rede municipal mato-grossense ficaram em: 4,3, em 2011; 4,3, em 2013; e 4,5, em 2015.

Tais resultados demonstram, em geral, o bom desempenho da rede municipal de ensino de Mato Grosso, se comparado com a média nacional. No entanto, esse resultado é inferior ao de países desenvolvidos. Além disso, a queda de desempenho nos anos finais de formação da educação básica em relação aos anos iniciais é expressiva, indicando necessidade de maior atenção a essa etapa formativa.

O desempenho individualizado da rede municipal de ensino de Mato Grosso pode ser apreendido no Anexo D deste estudo.

3.2 – Análise dos escores de eficiência obtidos por meio da metodologia FDH.

Nesta seção, por sua vez, serão apresentados os resultados da fronteira de eficiência elaborada.

Antes, porém, foi necessária a coleta de dados sobre o Índice de Gasto por Aluno – consistente na razão entre “despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) no âmbito do ensino fundamental” e o “número total de alunos matriculados naquela etapa de formação”.

Esses dados encontram consolidado no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³⁸, podendo ser consultados no Anexo F, ao final, ou na própria fonte de dados,

³⁸

Disponível

em:

<https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFuncaoEducacao.do?acao=atualizar&pag=result&anos=2015&periodos=-1&cod_uf=12&municipios=120001>.

disponível do módulo “Relatório de Indicadores”, indicador “4.2 - Investimento educacional por aluno do ensino fundamental”.

Assim, vale lembrar que, quando calculada a fronteira de eficiência (eficiência máxima), cada município assume um valor (score) relativo aos outros municípios. Dessa forma, é possível ordená-los segundo sua eficiência no gasto.

A fronteira de eficiência, nesse aspecto considera a melhor proporção entre insumo (entradas ou *inputs*) e a produção de melhores resultados (produto, saída ou *outputs*). Todos os demais municípios (dominados, em relação à melhor proporção) recebem um *score* em relação ao município dominante. A partir daí é possível perceber quanto cada município poderia realizar com mais ou menos recursos.

Os dados a seguir, demonstram a metodologia e os resultados obtidos a partir da razão entre o total gasto por aluno em cada município e as médias gerais por eles alcançados. O *score* alcançado é a relação entre a amostra mais eficiente, dominante, e as demais, dominadas para cada período de realização do exame (Prova-Brasil):

Tabela 12 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2011.

MUNICÍPIOS	Gasto / Aluno (Input-R\$)	Notas Médias (Output)	Razão	Score	RK
RIO BRANCO	2.915,57	220,715	0,0757	1,0000	1
GUARATÁ DO NORTE	3.155,99	232,4225	0,0736	0,9729	2
CAMPO VERDE	3.448,80	237,0475	0,0687	0,9080	3
APIACÁS	3.050,96	209,5875	0,0687	0,9075	4
FELIZ NATAL	3.291,10	216,3175	0,0657	0,8683	5
LUCAS DO RIO VERDE	3.766,96	246,275	0,0654	0,8636	6
CARLINDA	3.330,56	217,5925	0,0653	0,8630	7
JURUENA	3.532,66	226,7025	0,0642	0,8477	8
CAMPINÁPOLIS	3.208,59	200,8825	0,0626	0,8271	9
DENISE	3.333,98	208,6525	0,0626	0,8267	10
VILA RICA	3.421,22	209,365	0,0612	0,8084	11
COLNIZA	3.325,92	199,35	0,0599	0,7918	12
PARANAÍTA	3.574,62	213,1225	0,0596	0,7876	13
COCALINHO**	2.843,85	169,015	0,0594	0,7851	14
SANTA CARMEM	3.768,43	223,855	0,0594	0,7847	15
PEIXOTO DE AZEVEDO	3.397,34	200,6625	0,0591	0,7802	16
VÁRZEA GRANDE**	3.215,64	188,27	0,0585	0,7734	17
NOVO SÃO JOAQUIM	3.671,98	213,8525	0,0582	0,7693	18
BRASNORTE	3.512,58	204,21	0,0581	0,7680	19

NOVA LACERDA	3.837,81	220,6825	0,0575	0,7596	20
PONTAL DO ARAGUAIA	3.850,62	220,545	0,0573	0,7566	21
SANTA CRUZ DO XINGU	3.496,14	198,72	0,0568	0,7509	22
NOVA MARILÂNDIA	4.089,62	232,24	0,0568	0,7502	23
ALTA FLORESTA	3.919,49	221,7025	0,0566	0,7472	24
NOVA OLÍMPIA**	3.428,36	192,105	0,0560	0,7402	25
CAMPO NOVO DO PARECIS	4.022,34	224,255	0,0558	0,7365	26
COMODORO	4.008,54	222,135	0,0554	0,7320	27
NOVA MARINGÁ**	3.766,93	208,38	0,0553	0,7308	28
NOVA NAZARÉ**	3.431,91	188,675	0,0550	0,7262	29
CÁCERES	3.739,71	204,9875	0,0548	0,7241	30
COTRIGUAÇU	4.067,71	222,55	0,0547	0,7227	31
VERA**	3.253,47	177,58	0,0546	0,7210	32
RIBEIRÃO CASCALHEIRA	3.788,75	206,465	0,0545	0,7199	33
POCONÉ	3.523,52	191,56	0,0544	0,7182	34
TANGARÁ DA SERRA	4.213,74	228,6725	0,0543	0,7169	35
ARIPUANÃ**	3.462,54	187,6	0,0542	0,7157	36
SORRISO	4.241,80	229,155	0,0540	0,7136	37
VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE	3.799,49	202,4125	0,0533	0,7037	38
MARCELÂNDIA	3.833,85	200,765	0,0524	0,6918	39
NOVA GUARITA	4.159,65	216,51	0,0521	0,6876	40
COLÍDER	4.366,35	226,8675	0,0520	0,6864	41
ÁGUA BOA	4.259,04	219,2175	0,0515	0,6799	42
CONFRESA	3.779,51	193,715	0,0513	0,6771	43
BARRA DO BUGRES	4.135,38	211,01	0,0510	0,6740	44
NOVA UBIRATÃ**	3.661,79	185,32	0,0506	0,6685	45
MATUPÁ	4.108,72	207,6375	0,0505	0,6676	46
SINOP	4.562,39	226,9925	0,0498	0,6572	47
BARRA DO GARÇAS	4.377,62	216,8825	0,0495	0,6545	48
PEDRA PRETA	4.543,31	222,2325	0,0489	0,6462	49
NOVA BANDEIRANTES	4.230,70	206,6625	0,0488	0,6453	50
PONTES E LACERDA	4.457,05	217,58	0,0488	0,6449	51
PORTO ESPERIDIÃO	4.275,14	208,3	0,0487	0,6436	52
CLÁUDIA	4.250,41	207	0,0487	0,6433	53
TABAPORÃ**	4.036,02	195,31	0,0484	0,6393	54
PRIMAVERA DO LESTE	4.753,83	229,865	0,0484	0,6388	55
TERRA NOVA DO NORTE*	4.934,15	238,145	0,0483	0,6376	56
NOVA MUTUM	4.783,27	230,525	0,0482	0,6366	57
CHAPADA DOS GUIMARÃES**	3.836,91	184,715	0,0481	0,6360	58
SAPEZAL	4.813,47	227,835	0,0473	0,6253	59
UNIÃO DO SUL**	4.193,81	198,38	0,0473	0,6249	60
CASTANHEIRA**	3.858,48	182,18	0,0472	0,6237	61
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	4.655,13	219,0475	0,0471	0,6216	62
NOVA CANAÃ DO NORTE	4.624,68	215,6125	0,0466	0,6159	63
ALTO BOA VISTA	4.526,80	210,5875	0,0465	0,6145	64

NOVA MONTE VERDE	4.704,00	212,35	0,0451	0,5963	65
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**	4.401,33	194,625	0,0442	0,5841	66
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	5.143,15	225,3575	0,0438	0,5788	67
ALTO PARAGUAI**	4.095,61	178,795	0,0437	0,5767	68
ITIQUIRA	5.057,93	215,0825	0,0425	0,5617	69
ROSÁRIO OESTE	4.574,50	193,68	0,0423	0,5593	70
INDIAVAÍ	4.791,06	202,465	0,0423	0,5582	71
CANARANA**	5.053,01	213,27	0,0422	0,5575	72
VALE DE SÃO DOMINGOS	4.795,73	202,265	0,0422	0,5571	73
RESERVA DO CABAÇAL**	5.087,60	212,22	0,0417	0,5510	74
QUERÊNCIA	5.087,60	211,9	0,0417	0,5502	75
POXORÉO	5.254,56	218,56	0,0416	0,5495	76
RONDONÓPOLIS	5.196,76	215,605	0,0415	0,5481	77
JUÍNA	5.188,68	211,3925	0,0407	0,5382	78
SÃO PEDRO DA CIPA	4.964,08	200,83	0,0405	0,5344	79
ARAPUTANGA**	4.831,93	195,185	0,0404	0,5336	80
NOVA XAVANTINA**	4.635,18	186,09	0,0401	0,5303	81
NORTELÂNDIA	6.209,60	249,1475	0,0401	0,5300	82
MIRASSOL D'OESTE	5.664,39	224,92	0,0397	0,5245	83
CUIABÁ	5.545,77	215,385	0,0388	0,5130	84
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO*	4.909,71	190,46	0,0388	0,5125	85
NOBRES	5.198,09	200,2325	0,0385	0,5089	86
NOVO MUNDO	5.370,93	206,7	0,0385	0,5084	87
JACIARA	5.622,27	216,305	0,0385	0,5082	88
PARANATINGA**	4.909,02	188,565	0,0384	0,5074	89
ARAGUAIANA	5.094,34	195,65	0,0384	0,5073	90
CONQUISTA D'OESTE**	5.200,17	198,54	0,0382	0,5044	91
ALTO TAQUARI	5.931,32	225,49	0,0380	0,5022	92
TAPURAH	5.434,63	206,16	0,0379	0,5011	93
PORTO DOS GAÚCHOS	5.767,18	218,39	0,0379	0,5002	94
PORTO ALEGRE DO NORTE**	3.861,26	146,205	0,0379	0,5002	95
PLANALTO DA SERRA**	4.771,32	179,515	0,0376	0,4970	96
SALTO DO CÉU	6.073,10	224,635	0,0370	0,4886	97
SÃO JOSÉ DO XINGU**	4.355,17	161,025	0,0370	0,4884	98
SANTA RITA DO TRIVELATO	6.121,82	225,8325	0,0369	0,4873	99
SANTO AFONSO**	4.931,54	178,74	0,0362	0,4788	100
LAMBARI D'OESTE**	4.627,44	167,12	0,0361	0,4771	101
DIAMANTINO**	5.281,85	188,675	0,0357	0,4719	102
NOVA SANTA HELENA**	5.357,68	190,085	0,0355	0,4687	103
CAMPOS DE JÚLIO	6.651,14	235,41	0,0354	0,4676	104
BOM JESUS DO ARAGUAIA**	4.727,37	165,505	0,0350	0,4625	105
PORTO ESTRELA**	5.252,86	178,855	0,0340	0,4498	106
ALTO GARÇAS**	5.871,06	190,67	0,0325	0,4290	107
CURVELÂNDIA**	4.789,21	153,25	0,0320	0,4227	108
SANTO ANTÔNIO DO LESTE	6.644,19	212,315	0,0320	0,4221	109

GAÚCHA DO NORTE**	6.613,50	206,7	0,0313	0,4129	110
ITANHANGÁ**	6.393,10	199,175	0,0312	0,4116	111
NOVO HORIZONTE DO NORTE**	6.766,91	204,015	0,0301	0,3983	112
GLÓRIA D'OESTE**	7.016,93	205,49	0,0293	0,3869	113
SERRA NOVA DOURADA	6.741,11	190,1425	0,0282	0,3726	114
PONTE BRANCA**	7.479,65	209,62	0,0280	0,3702	115
JANGADA**	5.980,02	164,48	0,0275	0,3633	116
JUARA	8.130,78	220,625	0,0271	0,3584	117
IPIRANGA DO NORTE**	7.896,64	210	0,0266	0,3513	118
NOVO SANTO ANTÔNIO	7.493,48	197,43	0,0263	0,3480	119
JUSCIMEIRA**	6.709,84	173,32	0,0258	0,3412	120
ALTO ARAGUAIA	8.312,86	213,9725	0,0257	0,3400	121
ARAGUAINHA**	6.852,61	176,005	0,0257	0,3393	122
ITAÚBA**	7.203,97	183,49	0,0255	0,3365	123
JAURU	8.095,19	203,67	0,0252	0,3324	124
CANABRAVA DO NORTE**	7.036,42	171,18	0,0243	0,3214	125
DOM AQUINO**	7.343,48	163,07	0,0222	0,2933	126
GENERAL CARNEIRO**	8.699,72	182,28	0,0210	0,2768	127
GUIRATINGA**	9.367,47	182,31	0,0195	0,2571	128
SÃO JOSÉ DO POVO**	10.503,96	174,375	0,0166	0,2193	129

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de Acorizal; Arenópolis; Barão de Melgaço; Figueirópolis D'oste; Luciara; Nova Brasilândia; Ribeirãozinho; Rondolândia; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; Tesouro; e Torixoréu, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Tabela 13 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2013.

MUNICÍPIOS	Gasto / Aluno (Input-R\$)	Notas Médias (Output)	Razão	Score	RK
COLNIZA	3.065,65	210,72	0,0687	1,0000	1
LUCAS DO RIO VERDE	3.956,89	251,16	0,0635	0,9234	2
COLÍDER	3.707,69	235,15	0,0634	0,9227	3
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	3.761,99	236,26	0,0628	0,9137	4
GUARATÁ DO NORTE	3.954,93	242,73	0,0614	0,8929	5
VÁRZEA GRANDE	3.447,97	210,65	0,0611	0,8888	6
SINOP	4.061,63	236,46	0,0582	0,8470	7
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	3.799,49	219,69	0,0578	0,8412	8
CAMPINÁPOLIS	3.743,72	215,66	0,0576	0,8381	9
SANTA CARMEM	3.969,62	223,58	0,0563	0,8194	10
JURUENA	4.319,28	241,27	0,0559	0,8127	11
COCALINHO**	3.030,59	168,05	0,0555	0,8067	12
RIBEIRÃO CASCALHEIRA	4.129,80	226,71	0,0549	0,7986	13
NOVA LACERDA	4.227,83	230,33	0,0545	0,7926	14
TANGARÁ DA SERRA	4.330,56	231,74	0,0535	0,7785	15

NOVA MARILÂNDIA	4.534,79	241,84	0,0533	0,7759	16
PEIXOTO DE AZEVEDO	3.892,70	206,39	0,0530	0,7713	17
FELIZ NATAL	4.702,53	247,62	0,0527	0,7661	18
NOVA MARINGÁ**	3.766,93	198,22	0,0526	0,7656	19
ARIPUANÃ	4.328,22	222,00	0,0513	0,7462	20
CAMPO NOVO DO PARECIS	4.845,24	241,86	0,0499	0,7262	21
SORRISO	4.760,77	235,11	0,0494	0,7185	22
NOVA UBIRATÃ	4.206,85	207,56	0,0493	0,7178	23
CONFRESA	4.338,54	210,80	0,0486	0,7069	24
RIO BRANCO	5.025,33	243,80	0,0485	0,7058	25
CAMPO VERDE	4.968,78	239,29	0,0482	0,7006	26
SÃO PEDRO DA CIPA	4.286,04	204,83	0,0478	0,6953	27
PLANALTO DA SERRA	4.606,63	219,57	0,0477	0,6934	28
CARLINDA	4.724,16	225,13	0,0477	0,6933	29
PRIMAVERA DO LESTE	4.920,45	233,76	0,0475	0,6912	30
PONTE BRANCA**	4.179,13	193,92	0,0464	0,6751	31
APIACÁS	4.457,56	206,04	0,0462	0,6725	32
NOVA CANAÃ DO NORTE	5.086,32	233,85	0,0460	0,6689	33
ALTO TAQUARI	5.523,64	245,19	0,0444	0,6458	34
NOVA BANDEIRANTES	5.139,52	227,28	0,0442	0,6434	35
BARRA DO GARÇAS	5.130,50	226,25	0,0441	0,6416	36
ARENÁPOLIS	5.505,86	238,69	0,0434	0,6307	37
CÁCERES	4.926,60	212,78	0,0432	0,6283	38
COMODORO	5.134,78	215,27	0,0419	0,6099	39
VILA RICA**	4.403,35	184,47	0,0419	0,6095	40
ÁGUA BOA	5.647,87	231,40	0,0410	0,5961	41
INDIAVAÍ	5.222,71	213,38	0,0409	0,5944	42
ITANHANGÁ**	5.080,58	207,34	0,0408	0,5937	43
MARCELÂNDIA	5.410,68	219,32	0,0405	0,5897	44
PEDRA PRETA	5.728,94	231,47	0,0404	0,5878	45
SANTA CRUZ DO XINGU	5.563,48	223,63	0,0402	0,5848	46
CLÁUDIA	5.390,37	216,63	0,0402	0,5847	47
ALTO BOA VISTA	5.242,31	210,37	0,0401	0,5838	48
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	4.697,76	188,28	0,0401	0,5831	49
SAPEZAL	6.116,48	244,42	0,0400	0,5814	50
PORTO ESPERIDIÃO	5.356,64	213,80	0,0399	0,5807	51
NOVA MONTE VERDE	5.546,00	221,13	0,0399	0,5801	52
NOVA OLÍMPIA**	4.798,10	187,50	0,0391	0,5685	53
NOVA NAZARÉ	5.356,73	207,61	0,0388	0,5638	54
PONTES E LACERDA	5.825,61	225,25	0,0387	0,5625	55
BOM JESUS DO ARAGUAIA**	4.251,13	162,34	0,0382	0,5556	56
BRASNORTE	5.592,40	212,85	0,0381	0,5537	57
SANTA RITA DO TRIVELATO	6.196,92	234,86	0,0379	0,5514	58
DENISE	5.389,57	203,87	0,0378	0,5503	59
TAPURAH	6.114,94	228,88	0,0374	0,5445	60

QUERÊNCIA	6.050,05	226,03	0,0374	0,5435	61
BARRA DO BUGRES	6.011,47	222,35	0,0370	0,5381	62
MIRASSOL D'OESTE	5.990,83	220,00	0,0367	0,5343	63
VALE DE SÃO DOMINGOS	6.116,76	224,30	0,0367	0,5335	64
NOVA GUARITA	6.118,31	222,21	0,0363	0,5284	65
SERRA NOVA DOURADA	5.733,71	207,75	0,0362	0,5271	66
RIBEIRÃOZINHO**	5.870,61	212,50	0,0362	0,5266	67
JUÍNA	5.700,37	206,29	0,0362	0,5265	68
PORTO DOS GAÚCHOS	6.611,71	238,94	0,0361	0,5258	69
CAMPOS DE JÚLIO	6.933,64	250,31	0,0361	0,5252	70
ALTO GARÇAS**	5.531,78	198,98	0,0360	0,5233	71
NOVA XAVANTINA**	5.154,67	185,12	0,0359	0,5225	72
CHAPADA DOS GUIMARÃES	5.793,09	207,49	0,0358	0,5211	73
NOVO MUNDO**	5.008,51	178,07	0,0356	0,5172	74
RONDONÓPOLIS	6.152,98	218,27	0,0355	0,5161	75
SALTO DO CÉU	6.519,56	230,77	0,0354	0,5150	76
CURVELÂNDIA	6.066,99	212,02	0,0349	0,5084	77
NOVA MUTUM**	5.810,72	201,16	0,0346	0,5036	78
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**	5.262,21	182,00	0,0346	0,5032	79
SÃO JOSÉ DO XINGU**	4.693,00	161,38	0,0344	0,5003	80
NOVO SÃO JOAQUIM	6.111,55	207,91	0,0340	0,4949	81
VERA**	5.794,53	195,63	0,0338	0,4912	82
NOVA SANTA HELENA**	5.720,30	191,12	0,0334	0,4861	83
MATUPÁ	6.173,61	205,74	0,0333	0,4848	84
UNIÃO DO SUL**	6.312,50	208,76	0,0331	0,4811	85
ITIQUIRA	6.597,42	217,74	0,0330	0,4801	86
PONTAL DO ARAGUAIA	7.094,95	232,99	0,0328	0,4777	87
JACIARA	7.241,76	233,92	0,0323	0,4699	88
TERRA NOVA DO NORTE	6.446,57	206,78	0,0321	0,4667	89
RESERVA DO CABAÇAL**	6.050,05	189,37	0,0313	0,4554	90
POCONÉ	6.392,06	199,75	0,0312	0,4546	91
ARAPUTANGA**	5.913,05	183,79	0,0311	0,4522	92
PORTO ESTRELA**	5.649,59	175,34	0,0310	0,4515	93
LAMBARI D'OESTE	6.054,19	186,91	0,0309	0,4491	94
COTRIGUAÇU**	5.570,90	171,76	0,0308	0,4486	95
GENERAL CARNEIRO**	5.883,76	179,05	0,0304	0,4427	96
JUSCIMEIRA**	6.170,85	183,45	0,0297	0,4325	97
JAURU	7.218,92	211,81	0,0293	0,4269	98
TABAPORÃ**	6.426,91	186,45	0,0290	0,4221	99
SANTO ANTÔNIO DO LESTE	7.789,71	225,25	0,0289	0,4207	100
POXORÉO	7.767,81	223,19	0,0287	0,4180	101
NOVO HORIZONTE DO NORTE**	7.248,20	207,94	0,0287	0,4174	102
CUIABÁ	7.686,58	219,90	0,0286	0,4162	103
ALTA FLORESTA	7.492,71	214,32	0,0286	0,4161	104
NOBRES**	6.240,48	177,08	0,0284	0,4128	105

GLÓRIA D'OESTE	8.312,20	235,49	0,0283	0,4122	106
PARANATINGA**	6.664,64	187,39	0,0281	0,4091	107
DIAMANTINO**	6.496,97	180,87	0,0278	0,4050	108
PARANAÍTA	7.792,36	213,81	0,0274	0,3992	109
ITAÚBA**	6.734,26	182,95	0,0272	0,3952	110
IPIRANGA DO NORTE**	8.116,60	213,33	0,0263	0,3824	111
ALTO PARAGUAI**	7.173,51	178,28	0,0249	0,3616	112
NORTELÂNDIA	10.016,69	247,49	0,0247	0,3595	113
SANTO AFONSO	8.929,14	211,40	0,0237	0,3444	114
ALTO ARAGUAIA	9.688,62	228,48	0,0236	0,3431	115
ROSÁRIO OESTE**	7.097,85	161,78	0,0228	0,3316	116
NOVO SANTO ANTÔNIO	9.785,96	218,90	0,0224	0,3254	117
CASTANHEIRA**	8.308,68	170,13	0,0205	0,2979	118
ARAGUAIANA**	8.372,09	170,39	0,0204	0,2961	119
JUARA**	9.103,41	182,36	0,0200	0,2914	120
CANABRAVA DO NORTE**	8.168,23	158,97	0,0195	0,2831	121
GAÚCHA DO NORTE**	8.605,64	161,17	0,0187	0,2725	122
CANARANA**	10.826,57	191,46	0,0177	0,2573	123
JANGADA**	9.975,96	155,80	0,0156	0,2272	124

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. Valores em reais. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguaína; Barão de Melgaço; Conquista D'oeste; Dom Aquino; Figueirópolis D'oeste; Guiratinga; Luciara; Nova Brasilândia; Porto Alegre do Norte; Rondolândia; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; Tesouro; e Torixoréu, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Tabela 14 - Score e Ranking de eficiência da rede municipal de ensino fundamental de Mato Grosso - 2015.

MUNICÍPIOS	Gasto / Aluno (Input-R\$)	Notas Médias (Output)	Razão	Score	RK
PEDRA PRETA	2.438,94	222,83	0,0914	1,0000	1
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	3.823,74	238,42	0,0624	0,6825	2
COLNIZA	3.818,60	213,54	0,0559	0,6121	3
LUCAS DO RIO VERDE	5.095,83	253,23	0,0497	0,5439	4
GUARATÃ DO NORTE	5.240,38	252,00	0,0481	0,5263	5
SANTA CARMEM	5.147,05	243,42	0,0473	0,5176	6
RIBEIRÃO CASCALHEIRA	4.757,64	223,98	0,0471	0,5153	7
CARLINDA	4.961,35	229,93	0,0463	0,5073	8
CAMPO VERDE	5.435,53	244,31	0,0449	0,4919	9
VÁRZEA GRANDE	4.709,81	208,63	0,0443	0,4848	10
RIO BRANCO	5.369,03	236,56	0,0441	0,4822	11
JURUENA**	5.099,43	224,49	0,0440	0,4818	12
SORRISO	5.402,38	235,88	0,0437	0,4779	13
NOVA LACERDA	5.290,04	230,70	0,0436	0,4773	14
FELIZ NATAL**	4.806,14	209,09	0,0435	0,4762	15
ALTO TAQUARI	5.550,43	240,51	0,0433	0,4743	16

CAMPINÁPOLIS**	4.270,56	184,40	0,0432	0,4726	17
BARRA DO GARÇAS	5.340,28	229,28	0,0429	0,4699	18
NOVA UBIRATÃ	5.406,68	226,10	0,0418	0,4577	19
NOVA BANDEIRANTES	5.369,44	223,81	0,0417	0,4562	20
ÁGUA BOA**	5.348,56	220,59	0,0412	0,4514	21
SINOP	5.733,02	234,94	0,0410	0,4485	22
ARENÁPOLIS	5.683,86	232,88	0,0410	0,4485	23
PEIXOTO DE AZEVEDO	5.139,58	210,33	0,0409	0,4479	24
APIACÁS	5.574,16	227,66	0,0408	0,4470	25
CONFRESA	5.183,55	209,75	0,0405	0,4429	26
TANGARÁ DA SERRA	5.966,50	241,03	0,0404	0,4422	27
ALTA FLORESTA	5.697,59	227,44	0,0399	0,4369	28
CHAPADA DOS GUIMARÃES	5.765,04	227,66	0,0395	0,4322	29
UNIÃO DO SUL**	5.447,71	214,76	0,0394	0,4315	30
TABAPORÃ**	5.272,20	205,38	0,0390	0,4264	31
COLÍDER	6.257,98	240,85	0,0385	0,4213	32
BRASNORTE	5.692,74	218,38	0,0384	0,4199	33
NOVO SÃO JOAQUIM	5.648,56	215,65	0,0382	0,4179	34
SAPEZAL**	5.553,76	211,98	0,0382	0,4178	35
JUÍNA	5.925,63	220,69	0,0372	0,4076	36
TAPURAH	5.720,29	209,93	0,0367	0,4017	37
JACIARA	6.575,49	238,87	0,0363	0,3976	38
PRIMAVERA DO LESTE	6.662,67	241,40	0,0362	0,3966	39
DENISE	5.772,33	207,33	0,0359	0,3931	40
CAMPO NOVO DO PARECIS	6.831,71	244,93	0,0359	0,3924	41
ARIPUANÃ	6.269,67	221,23	0,0353	0,3862	42
SANTA RITA DO TRIVELATO	7.398,03	254,91	0,0345	0,3771	43
PONTES E LACERDA	6.619,77	227,43	0,0344	0,3760	44
VERA**	6.154,61	211,28	0,0343	0,3757	45
CANABRAVA DO NORTE**	5.669,88	193,60	0,0341	0,3737	46
VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE	6.239,04	211,88	0,0340	0,3717	47
BOM JESUS DO ARAGUAIA**	5.254,66	178,14	0,0339	0,3711	48
NOVA GUARITA*	6.791,86	229,87	0,0338	0,3704	49
COMODORO	6.757,21	225,78	0,0334	0,3657	50
LAMBARI D'OESTE	6.171,04	205,99	0,0334	0,3654	51
NOVA MARILÂNDIA**	6.309,12	209,43	0,0332	0,3633	52
INDIAVAÍ	6.344,12	209,68	0,0331	0,3618	53
NOVA OLÍMPIA**	6.215,84	204,87	0,0330	0,3607	54
SALTO DO CÉU	7.367,77	235,62	0,0320	0,3500	55
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**	6.827,95	217,31	0,0318	0,3484	56
NOVA CANAÃ DO NORTE	7.138,48	226,38	0,0317	0,3471	57
MATUPÁ	6.844,04	215,63	0,0315	0,3448	58
CÁCERES	6.742,97	212,19	0,0315	0,3444	59
PARANAÍTA	7.237,48	225,05	0,0311	0,3403	60
VILA RICA**	6.562,67	203,66	0,0310	0,3397	61

ITIQUIRA	7.262,00	223,84	0,0308	0,3374	62
PORTO ESPERIDIÃO	6.981,09	214,45	0,0307	0,3362	63
RONDONÓPOLIS	7.196,51	220,99	0,0307	0,3361	64
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	6.749,60	206,68	0,0306	0,3351	65
ALTO BOA VISTA	7.225,16	219,78	0,0304	0,3329	66
CONQUISTA D'OESTE**	6.865,08	207,92	0,0303	0,3315	67
PONTAL DO ARAGUAIA	6.984,92	211,54	0,0303	0,3315	68
NOVA SANTA HELENA**	6.921,90	209,36	0,0302	0,3311	69
ITANHANGÁ**	7.287,76	219,99	0,0302	0,3304	70
ALTO GARÇAS**	7.233,62	214,97	0,0297	0,3253	71
PARANATINGA**	7.014,50	206,75	0,0295	0,3226	72
NOVO HORIZONTE DO NORTE**	7.758,93	225,03	0,0290	0,3174	73
NOVA XAVANTINA**	7.417,22	214,98	0,0290	0,3172	74
COTRIGUAÇU**	6.963,60	201,69	0,0290	0,3170	75
CUIABÁ	7.809,78	223,28	0,0286	0,3129	76
MIRASSOL D'OESTE	8.168,02	231,55	0,0283	0,3103	77
TERRA NOVA DO NORTE**	7.134,13	201,95	0,0283	0,3098	78
NOVO MUNDO**	7.493,48	211,20	0,0282	0,3085	79
GLÓRIA D'OESTE	8.058,68	222,31	0,0276	0,3019	80
VALE DE SÃO DOMINGOS*	8.172,90	225,27	0,0276	0,3017	81
CANARANA**	7.353,71	202,07	0,0275	0,3008	82
NOVA MARINGÁ**	7.886,60	216,21	0,0274	0,3001	83
CURVELÂNDIA	7.084,81	194,11	0,0274	0,2999	84
ARAPUTANGA**	7.348,67	200,35	0,0273	0,2984	85
MARCELÂNDIA	7.804,46	211,97	0,0272	0,2973	86
JAURU*	9.241,33	247,76	0,0268	0,2934	87
NOVA MONTE VERDE	7.907,56	211,41	0,0267	0,2926	88
SÃO JOSÉ DO XINGU	8.387,11	223,94	0,0267	0,2922	89
BARRA DO BUGRES	8.116,23	214,12	0,0264	0,2888	90
CLÁUDIA	8.295,94	218,70	0,0264	0,2885	91
RESERVA DO CABAÇAL**	7.598,34	199,87	0,0263	0,2879	92
PLANALTO DA SERRA**	7.135,40	187,68	0,0263	0,2879	93
QUERÊNCIA**	7.598,34	196,19	0,0258	0,2826	94
NOVA MUTUM**	8.192,14	209,60	0,0256	0,2800	95
PORTO ESTRELA**	7.657,26	194,16	0,0254	0,2775	96
NOVO SANTO ANTÔNIO**	7.503,12	190,03	0,0253	0,2772	97
IPIRANGA DO NORTE**	9.099,82	229,30	0,0252	0,2758	98
NOBRES**	7.669,62	189,03	0,0246	0,2698	99
GUIRATINGA**	8.200,01	200,09	0,0244	0,2671	100
ALTO PARAGUAI**	7.690,98	187,59	0,0244	0,2670	101
GAÚCHA DO NORTE**	8.522,15	204,06	0,0239	0,2621	102
NOVA NAZARÉ**	8.971,45	213,33	0,0238	0,2603	103
RIBEIRÃOZINHO**	10.381,94	246,30	0,0237	0,2597	104
DIAMANTINO**	8.811,85	201,26	0,0228	0,2500	105
PONTE BRANCA**	9.473,12	211,66	0,0223	0,2445	106

SANTO ANTÔNIO DO LESTE	9.906,25	220,50	0,0223	0,2436	107
POCONÉ	8.960,20	199,36	0,0222	0,2435	108
CAMPOS DE JÚLIO	11.377,05	252,64	0,0222	0,2430	109
POXORÉO**	9.109,79	202,16	0,0222	0,2429	110
NORTELÂNDIA**	10.054,73	221,87	0,0221	0,2415	111
SANTO AFONSO**	9.688,82	210,69	0,0217	0,2380	112
SÃO PEDRO DA CIPA	9.870,26	208,13	0,0211	0,2308	113
ALTO ARAGUAIA	10.653,82	223,56	0,0210	0,2297	114
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	9.336,11	192,60	0,0206	0,2258	115
COCALINHO**	8.886,40	182,59	0,0205	0,2249	116
DOM AQUINO*	10.482,53	208,81	0,0199	0,2180	117
JUSCIMEIRA**	11.038,44	207,75	0,0188	0,2060	118
ARAGUAIANA**	10.569,32	194,24	0,0184	0,2011	119
CASTANHEIRA**	10.801,77	197,31	0,0183	0,1999	120
JUARA**	10.651,15	192,54	0,0181	0,1979	121
PORTO DOS GAÚCHOS	13.186,09	233,44	0,0177	0,1938	122
ITAÚBA**	11.531,99	204,09	0,0177	0,1937	123
PORTO ALEGRE DO NORTE**	10.315,73	173,78	0,0168	0,1844	124
TORIXORÉU**	12.887,33	201,67	0,0156	0,1713	125
JANGADA**	13.311,06	174,33	0,0131	0,1433	126

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguaína; Barão de Melgaço; Figueirópolis D'oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Dos dados acima expostos é possível notar que nos anos de 2011 e 2013 a maior parte dos municípios obteve eficiência mediana (igual ou superior a 0,5, ver critério de qualificação na “tabela 7”) no gasto de seus recursos. Isso é observável a partir da formatação condicional aplicada ao conjunto de dados acima. Contudo, no ano de 2015, o resultado médio se mostrou pouco expressivo, alcançando os municípios, em geral, baixo desempenho.

Duas são as explicações para esse fenômeno, a primeira e mais latente é a alta eficiência da amostra dominante em 2015, o município de Pedra Preta, eis que, apesar de ter apresentado o menor gasto por aluno (posição 126 do ranking), obteve a 45ª maior média de proficiência. A segunda explicação se deve à maior disponibilidade de recursos, sem que, efetivamente, tenha havido uma melhora no desempenho do alunado.

Dos anos de 2013 para 2015, entre os 124 municípios que apresentaram dados de proficiência, 95 gastaram mais em educação no ano de 2015 do que no ano de 2013 (um

aumento médio de R\$2.243,51), enquanto isso, na mesma amostra, somente 76 municípios obtiveram uma melhora no nível de proficiência (19,43 pontos, em média) no período.

Analisando-se os dados inversos, tem-se que dos 124 municípios do conjunto (excetuando, portanto, aqueles sem dados disponíveis para algum dos anos), nota-se que 29 municípios tiveram despesas menores em educação, cerca de R\$ 1.267,74 em média, e 49 municípios apresentaram proficiência média inferior, correspondente a 16,68 pontos a menos.

Dessa forma, liquidando-se esses valores, é possível perceber que no biênio 2013/2015 houve um aumento médio de R\$ 1.422,33 reais nos gastos públicos por aluno e que isso só correspondeu, na média, a 2,74 pontos nas notas obtidas.

É fácil notar que a influência desses dois fatores: a expressiva eficiência individual do município de Pedra Preta, aliada à baixa eficiência global dos municípios, implicou na expressiva modificação do gráfico de desempenho (fronteira FDH) acima. De forma que poucos municípios alcançaram uma eficiência superior a 50%.

Ademais, os resultados mostram que, entre os 5 municípios mais eficientes (excluindo-se, por óbvio, a amostra dominante), houve uma perda ou “desperdício”, na ordem de 3% para Guaratã do Norte, 9% para Campo Verde, 9% para Apiacás, 13% para Feliz Natal e 14% para Lucas do Rio Verde no ano de 2011; em 2013, a perda foi de 8% para Lucas do Rio Verde, 8% para Colíder, 9% para São José dos Quatro Marcos, 11% para Guaratã do Norte e 11% para Várzea Grande; por fim, para 2015, houve uma perda de 32% para São José dos Quatro Marcos, 39% para Colniza, 46% para Lucas do Rio Verde, 47% para Guaratã do Norte e 48% para Santa Carmem.

Há que se ponderar, contudo, que, para o ano de 2015, houve expressivo desempenho do município dominante (Pedra Preta), acarretando o aumento nas distâncias média entre a amostra dominante e dominada, aliado à maior disponibilidade de recursos, sem que isso tenha correspondido a um aumento significativo na proficiência.

No entanto, ainda que se ressalvasse o score obtido pelo município dominante e utilizássemos os dados do segundo colocado (São José dos Quatro Marcos) como amostra dominante, mesmo nesse hipótese, a ineficiência naquele ano giraria em torno de 10%

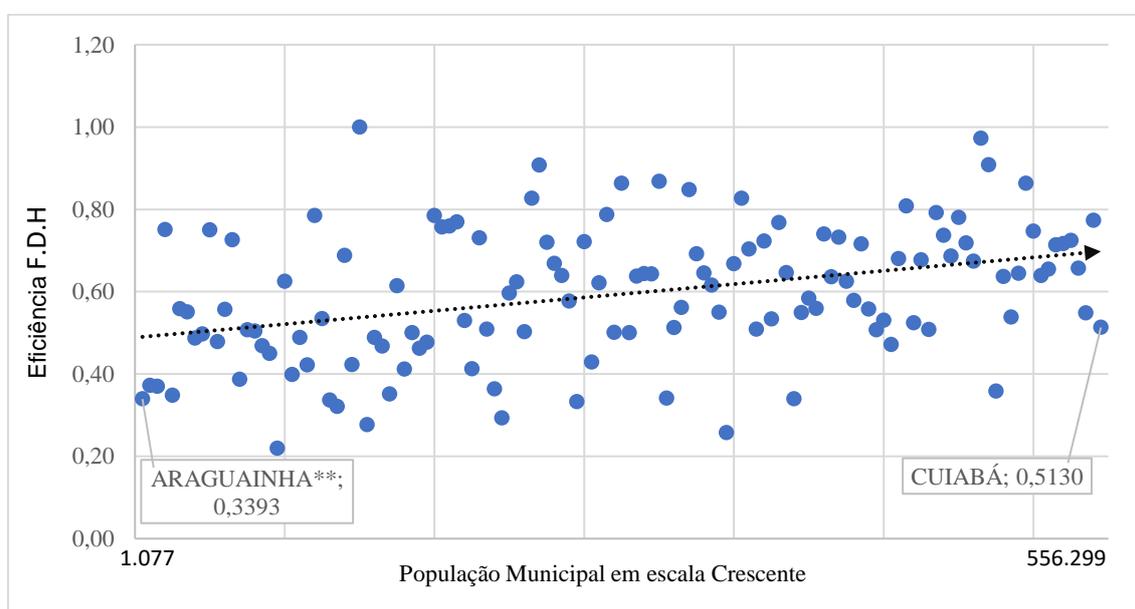
(Colniza), 20% (Lucas do Rio Verde), 23% (Guaratã do Norte), 24% (Santa Carmem) e 24% (Ribeirão Cascalheira), dados ainda altos se comparados com os anos anteriores.

Essas informações denotam que o incremento de recursos não foi acompanhado de políticas que melhorassem a sua gestão, de forma que os resultados produzidos pouco se alteraram, causando, na maioria dos casos, uma ineficiência nos gastos públicos.

Ademais, analisando-se esses mesmos dados, observa-se, tendencialmente, haver um incremento na eficiência municipal, conforme maior seja maior a população municipal e maior o número de matrículas nos estabelecimentos de ensino.

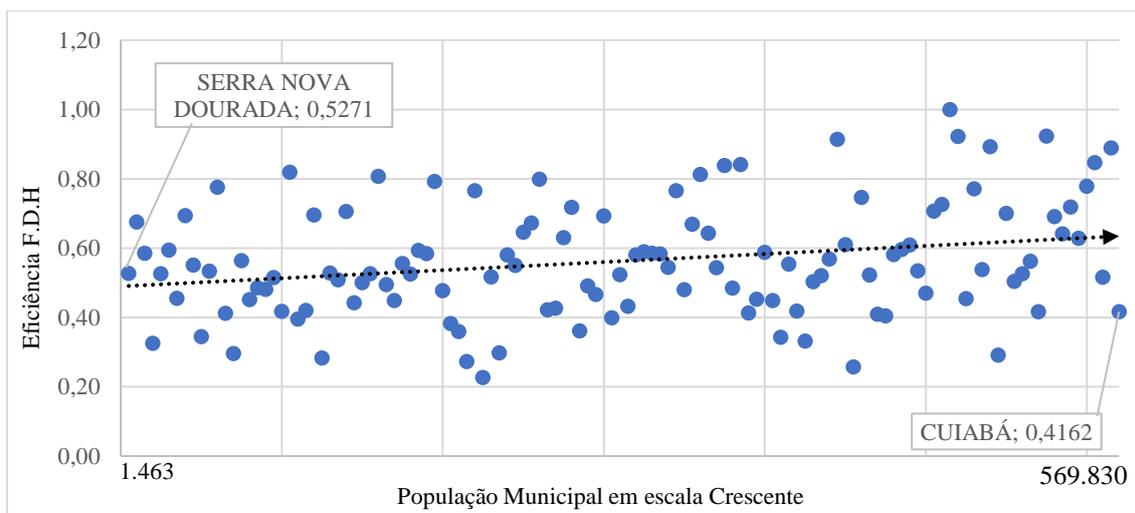
Tais dados denotam a influência de fatores como o aumento do controle social (accountability) – associado ao incremento de habitantes e desenvolvimento do município – e da melhoria na gestão escolar – associada, especialmente, à competição por cargos, maior na qualificação do corpo docente e a maior procura pelos serviços educacionais presente nos grandes centros populacionais – na consecução de melhores resultados. Como se vê:

Figura 7 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.



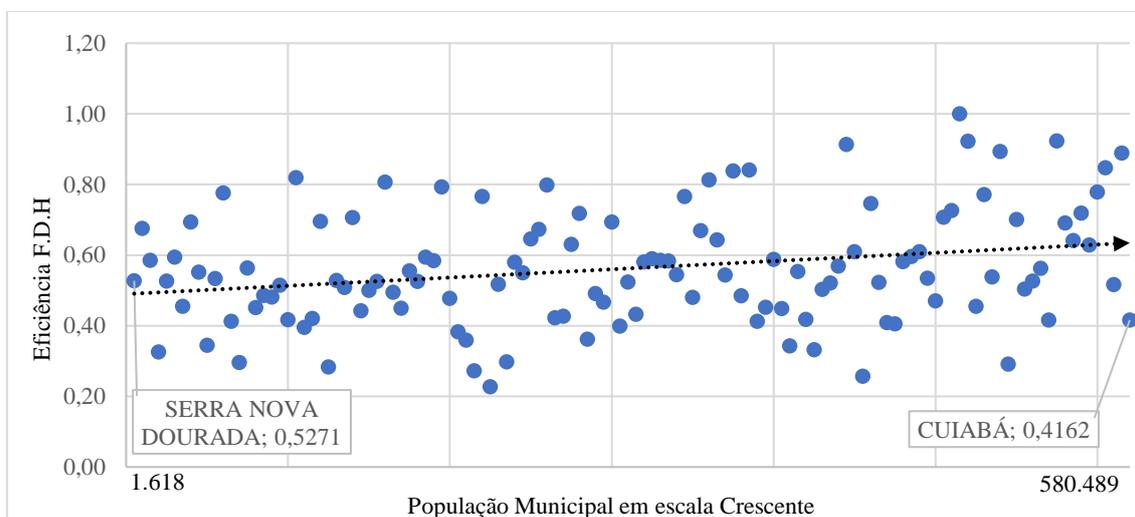
Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D' oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 8 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.



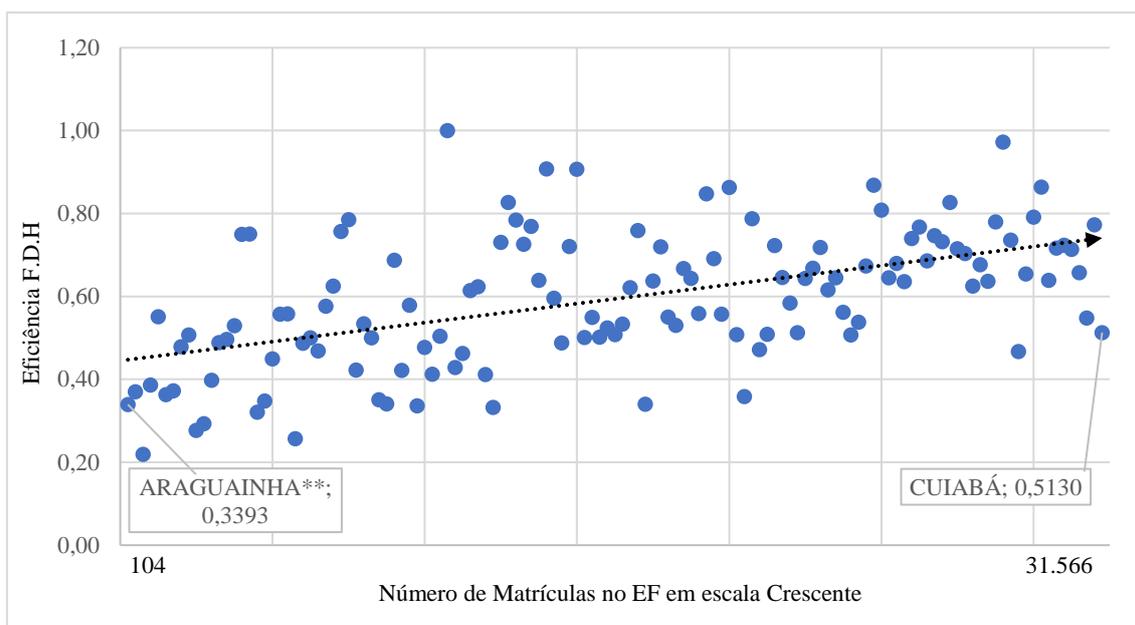
Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguaí; Barão de Melgaço; Conquista D' oeste; Dom Aquino; Figueirópolis D' oeste; Guiratinga; Luciara; Nova Brasilândia; Porto Alegre do Norte; Rondolândia; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; Tesouro; e Torixoréu, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 9 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – População Municipal – Ordem ascendente – Linha de tendência.



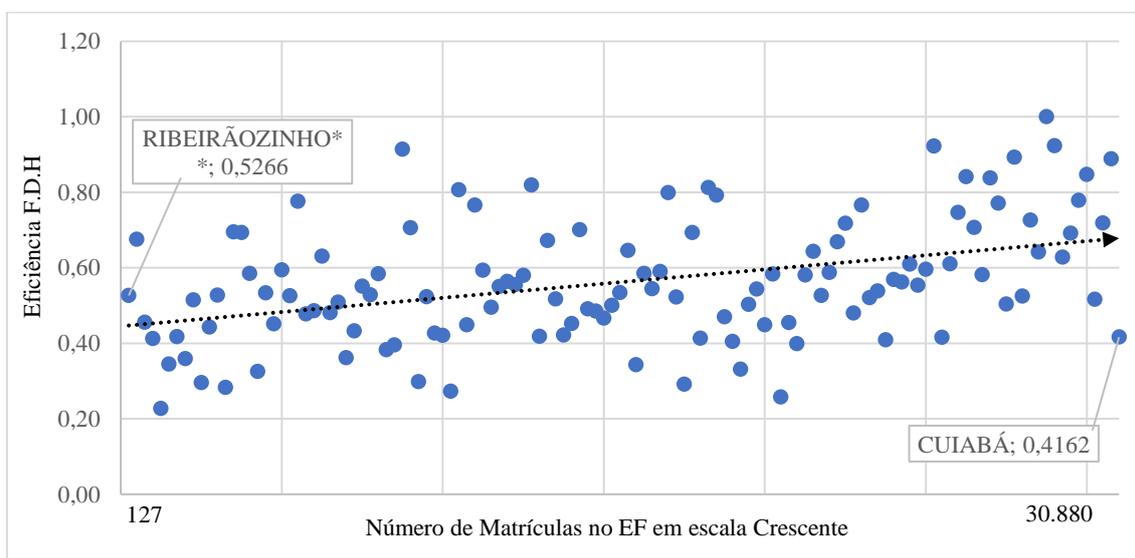
Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguaí; Barão de Melgaço; Figueirópolis D' oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 10 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.



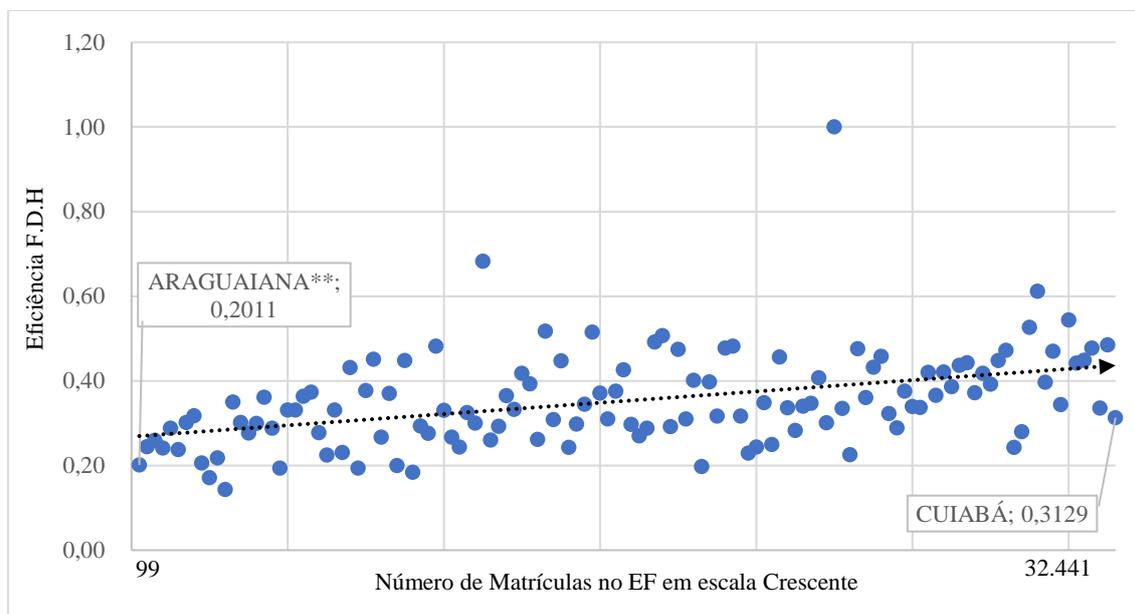
Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e Censo escolar. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D'oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 11 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.



Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e Censo escolar. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Conquista D'oeste; Dom Aquino; Figueirópolis D'oeste; Guiratinga; Luciara; Nova Brasilândia; Porto Alegre do Norte; Rondolândia; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; Tesouro; e Torixoréu, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

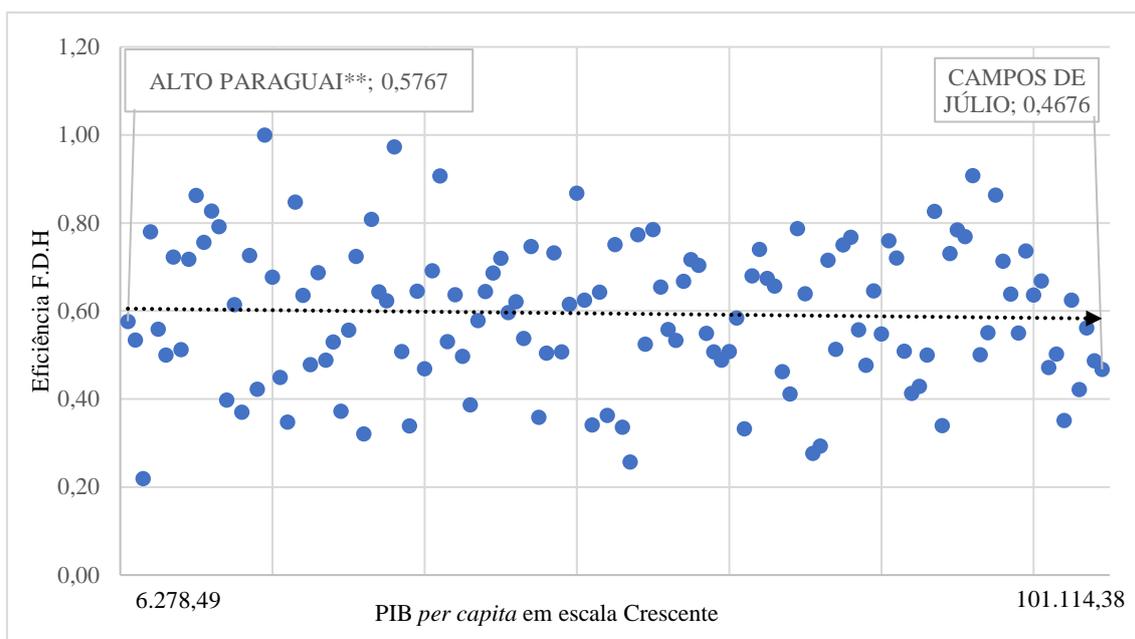
Figura 12 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Ordem ascendente – Linha de tendência.



Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e Censo escolar. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D' oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

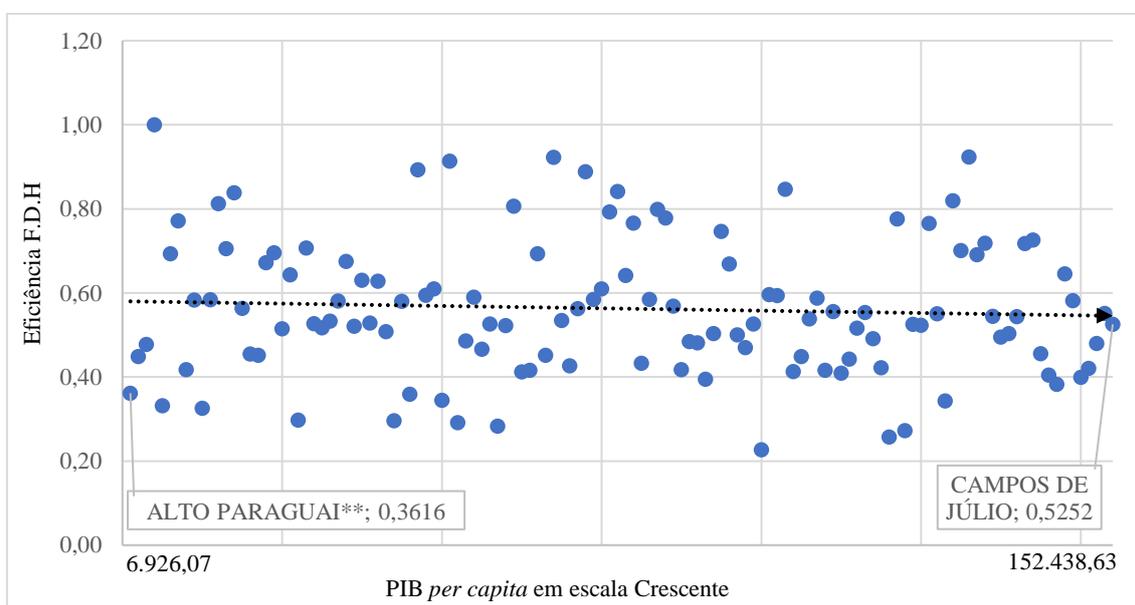
Já quando se analisa o Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas pelo município) *per capita* (dividida pelo número de habitantes), relativamente aos anos de 2011 e 2013, verifica-se uma tendência inversa à anterior, denotando que os municípios mais ricos tendem a gastar de modo menos eficiente os seus recursos.

Figura 13 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2011 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.



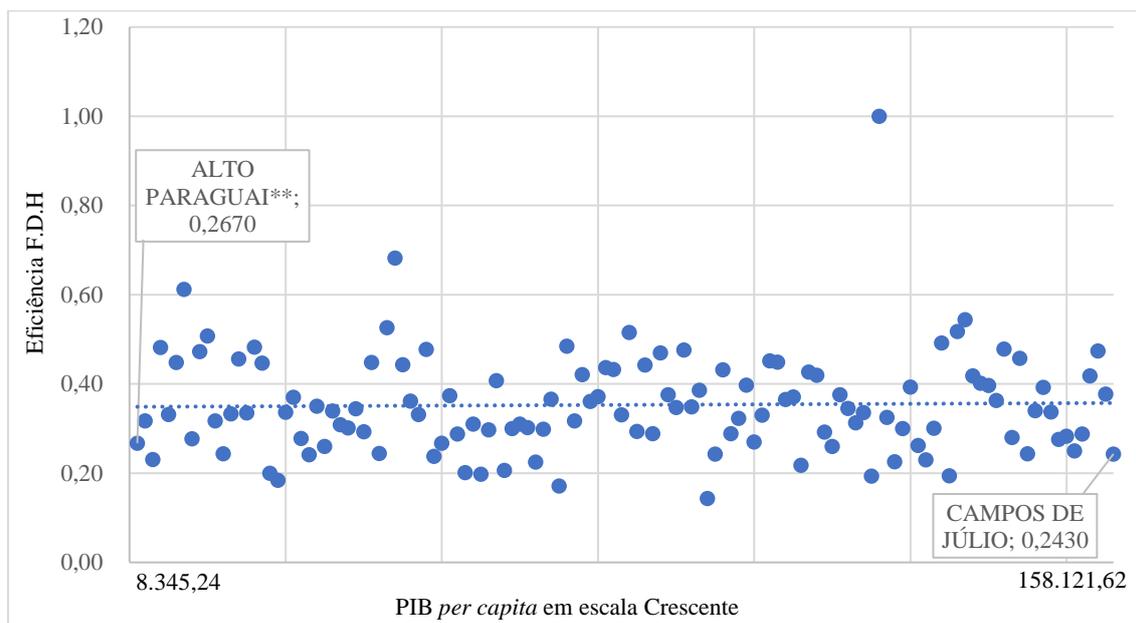
Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais.
 **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D'oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 14 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2013 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.



Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais.
 **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Conquista D'oeste; Dom Aquino; Figueirópolis D'oeste; Guiratinga; Luciara; Nova Brasilândia; Porto Alegre do Norte; Rondolândia; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; Tesouro; e Torixoréu, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

Figura 15 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência.



Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D' oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência.

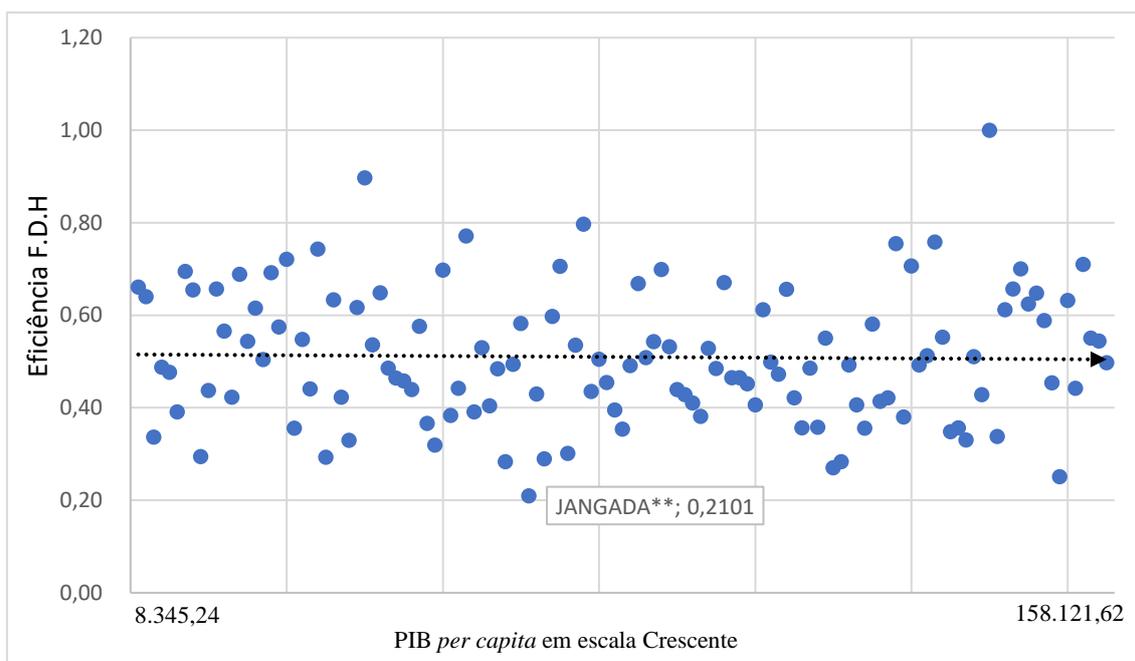
No ano de 2015, contudo, a tendência foi modificada tendo em vista a grande disparidade no *score* de eficiência entre o município dominante (Pedra Preta) e os demais.

Devido a essa grande diferença, o resultado da equação tendencial foi modificado. Percebeu-se que o resultado individual do município, por si só, foi capaz de alterar a tendência verificada nos anos anteriores.

Nesse passo, embora os municípios mais ricos tenham se mostrado um pouco mais eficientes, naquele ano, essa diferença foi muito sutil, conforme denota a equação gráfica da linha de tendência ($y = 7E^{-05}x + 0,3488$).

Entretanto, excluído o resultado do município de Pedra Preta, a tendência estabelecida nos anos anteriores se mantém, denotando que, de fato, os municípios mais ricos tendem a “desperdiçar” mais recursos. Veja-se:

Figura 16 - Distribuição dos municípios por escores de eficiência relativo ao gasto público com o ensino fundamental/2015 – PIB per capita – Ordem ascendente – Linha de tendência - Exclusão Pedra Preta.



Fonte: SAEB/Prova Brasil, SIPE/FNDE e IBGE. *Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: nota média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal; Araguainha; Barão de Melgaço; Figueirópolis D' oeste; General Carneiro; Luciara; Nova Brasilândia; Rondolândia; Rosário Oeste; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; Santo Antônio do Leverger; São José do Povo; Serra Nova Dourada; e Tesouro, que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC, impossibilitando a aferição de sua eficiência. Foi excluído, ainda, o município de Pedra Preta, conforme indica a legenda e as análises feitas.

Isso é o que se observa, também, no trabalho de Ana Carolina Zoghbi et al. (2011, p. 41-46), onde o quartil mais rico apresentou o pior desempenho e o segundo quartil o melhor, em todos os indicadores avaliados (Proficiência, Taxa de Aprovação, Distorção Idade-Série, Indicador Médio sem IDEB, IDEB, Indicador Médio com o IDEB).

No entanto, tais resultados são apenas análises tendenciais, merecendo maior aprofundamento na seção seguinte.

3.3 – Indicadores socioeconômicos.

Pois bem. Na sequência dos estudos, os resultados dos indicadores educacionais e de eficiência serão correlacionados, de forma detalhada, aos indicadores socioeconômicos, quais sejam: o produto interno bruto (PIB) *per capita* do município e o tamanho de sua população, como forma de se comprovar a tendência exposta acima.

a) *PIB per capita*

A primeira forma escolhida de apresentação do escore de eficiência refere-se aos quartis de *PIB per capita*. A metodologia de análise proposta se baseia na divisão dos municípios em quatro grupos iguais segundo seu *PIB per capita*.

O objetivo é verificar, de forma mais aprofundada, a correlação entre riqueza e eficiência na aplicação dos recursos destinados à educação, assim como em relação aos demais indicadores educacionais analisados no decorrer deste trabalho.

Inicialmente, porém, faz-se necessária a padronização dos dados que serão apresentados (eficiência, índice de distorção idade-série, taxa de aprovação e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB).

É que, para cada indicador há quantidades diferentes de dados disponibilizados pelas fontes oficiais, assim, por exemplo, em relação ao IDEB, em 2011, existem dados para 132 municípios; para o score de eficiência, tendo em conta a ausência de dados sobre a Prova Brasil para alguns municípios, há dados para 129 municípios; para o índice de distorção idade-série, 139 dados, enquanto isso, para a taxa de aprovação, os dados estão completos.

Dessa forma, para que se permita uma comparação entre os diversos resultados em cada medidor de resultados, serão uniformizados os conjuntos de informações, resultando, em relação ao período de 2011, na exclusão dos seguintes municípios: Acorizal, Arenápolis, Barão de Melgaço, Figueirópolis D'Oeste, Jangada, Luciara, Nova Brasilândia, Ribeirãozinho, Rondolândia, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, Tesouro, Torixoréu e Vale de São Domingos, que não apresentaram informações para todos índices utilizados como parâmetro.

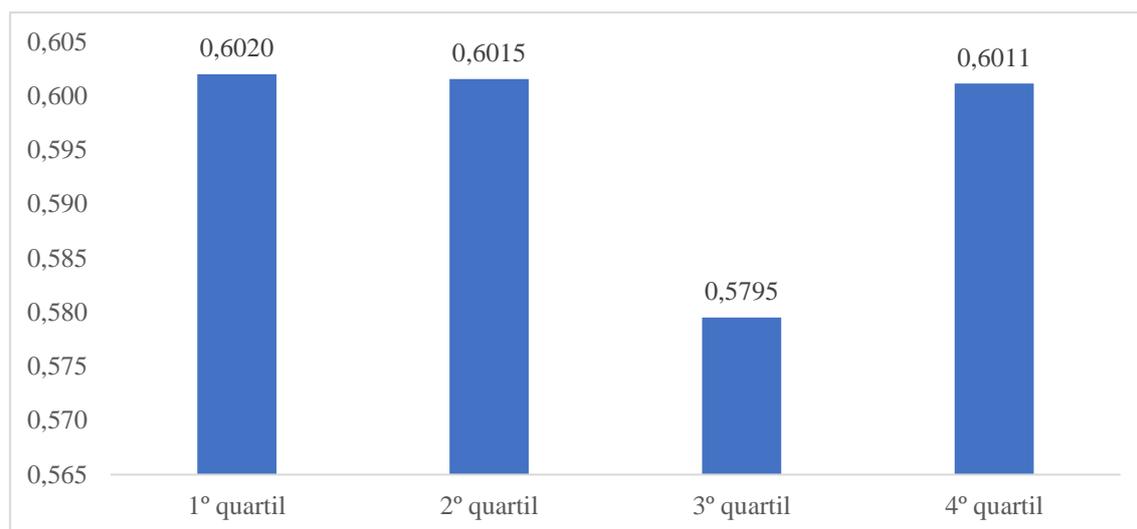
Assim, do grupo resultante, composto de 125 municípios, o primeiro quartil apresentou 32 municípios e os demais 31 municípios em cada um.

Outrossim, a média de *PIB per capita* no primeiro quartil, que equivale ao grupo de municípios com menor *PIB per capita* foi de R\$ 9.494,56. Já o segundo apresentou

um PIB *per capita* médio de R\$ 14.289,25. No terceiro quartil a média foi de R\$ 21.466,87. Por fim, o quartil mais rico apresentou um PIB *per capita* de R\$ 45.329,19³⁹.

Associando essas informações ao índice de proficiência temos que o primeiro quartil mostrou-se o mais eficiente, enquanto o terceiro quartil foi o mais ineficiente.

Figura 17 - Resultado do Índice de Proficiência (score de eficiência) por quartil do PIB *per capita* – 2011.



Fonte: Elaboração própria.

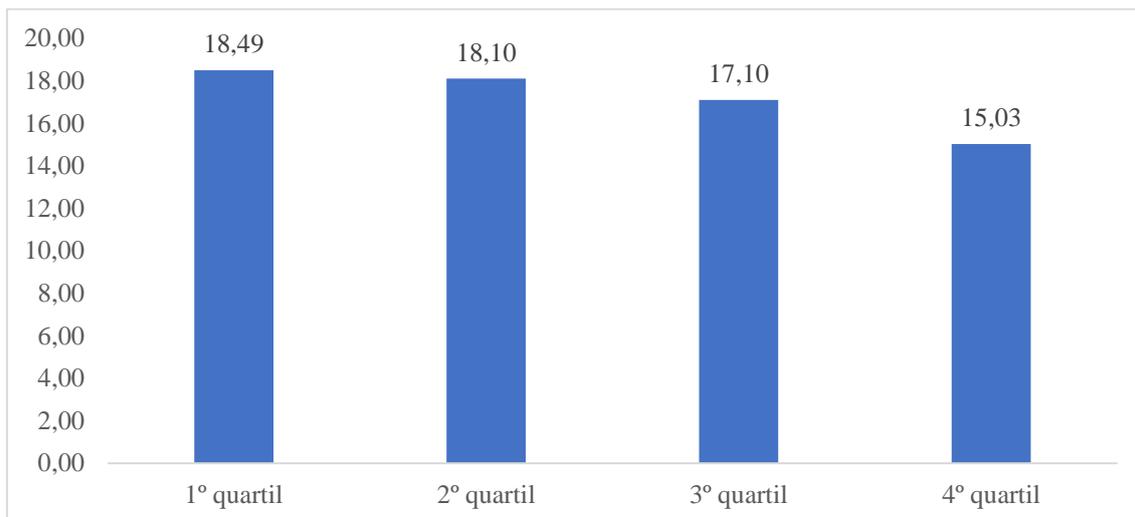
Os demais gráficos apresentam os resultados para os indicadores educacionais restantes: o Índice de distorção Idade-série; a Taxa de Aprovação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Para o primeiro índice percebe-se que os grupos que congregam maior riqueza apresentam taxas menores de distorção, enquanto os quartis de menor PIB *per capita* aparecem com um índice maior. Nesse aspecto, calha lembrar que, para a distorção idade-série, o menor resultado do índice corresponde a um maior desempenho, na medida em que se trata de um indicador negativo.

Por sua vez, os melhores resultados da taxa de aprovação aparecem associada ao terceiro quartil e o pior ao primeiro quartil, que corresponde ao grupo de menor PIB *per capita*, conforme se vê:

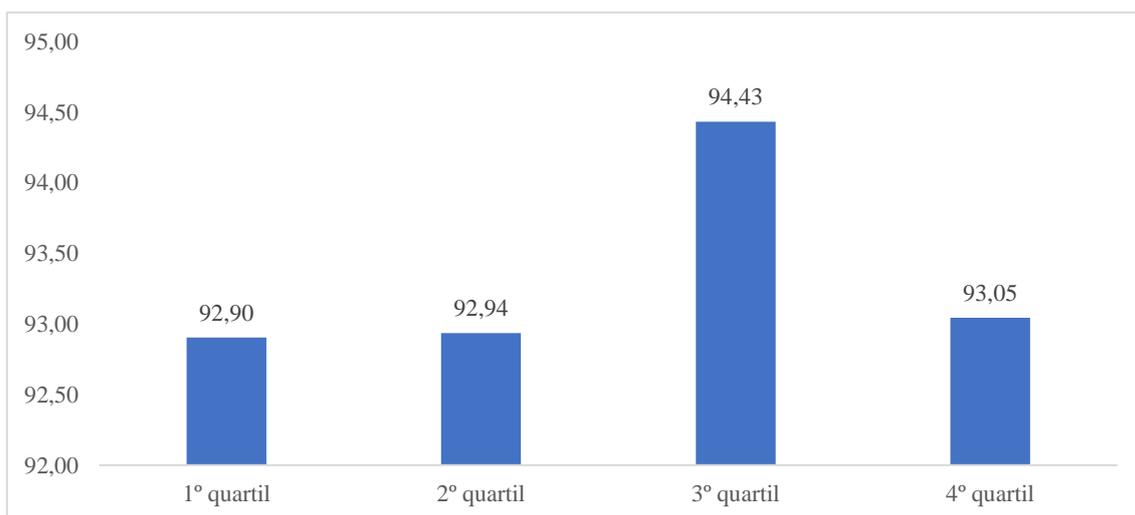
³⁹ Dados disponíveis nos anexos finais, especialmente o de letra “g”.

Figura 18 - Resultado do Índice de Distorção Idade-série por quartil do PIB per capita – 2011.



Fonte: Elaboração própria.

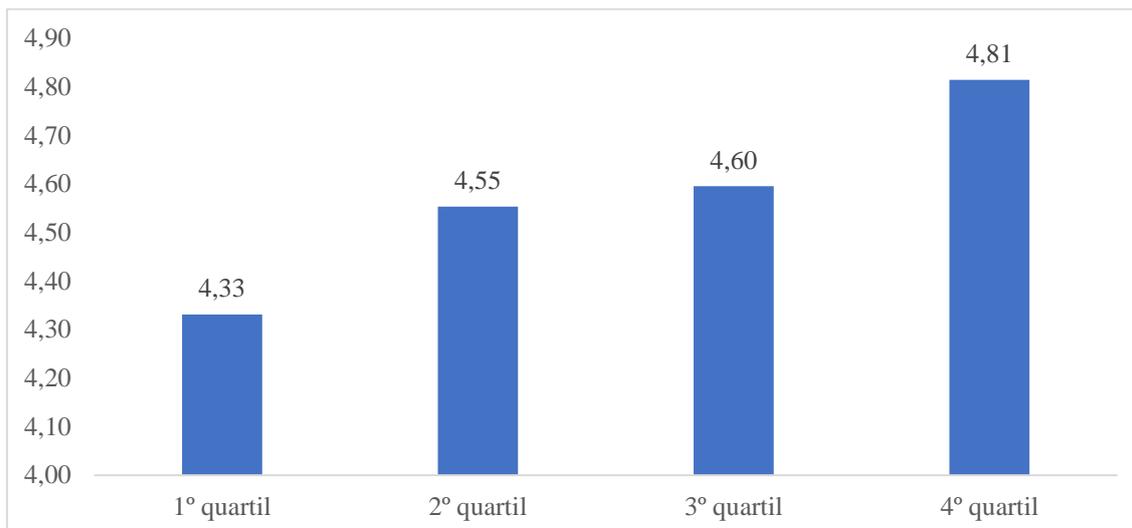
Figura 19 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita - 2011.



Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, para o Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB), os resultados demonstram que o melhor desempenho corresponde ao 4º quartil, que apresenta o maior PIB *per capita*. No extremo oposto, com o menor resultado, está ao 1º quartil:

Figura 20 - Resultado do IDEB por quartil do PIB per capita - 2011.



Fonte: Elaboração própria.

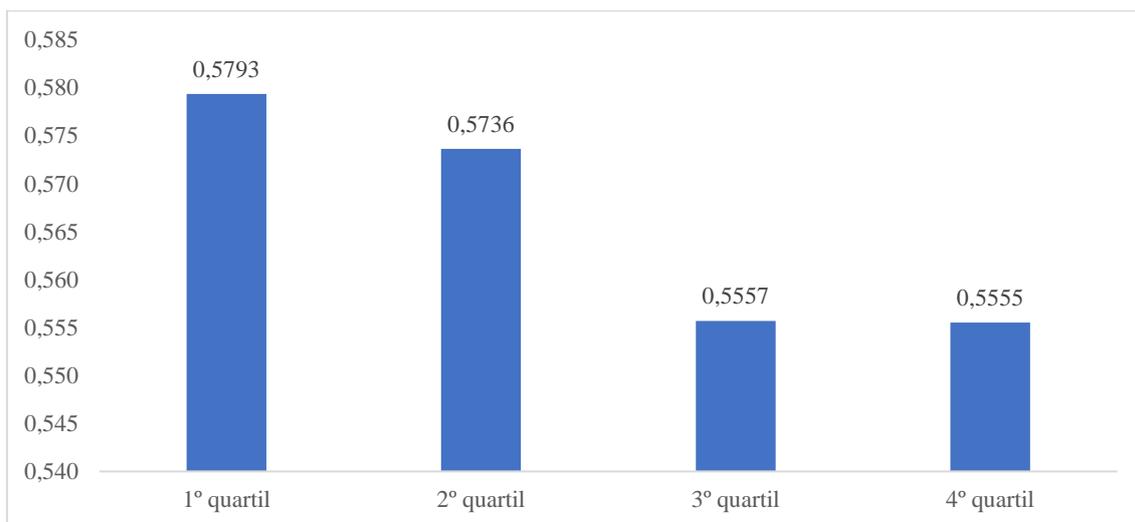
Já em relação ao ano de 2013, foram excluídos os seguintes municípios: Acorizal, Araguainha, Barão de Melgaço, Conquista D'Oeste, Dom Aquino, Figueirópolis D'Oeste, Guiratinga, Jangada, Luciara, Nova Brasilândia, Porto Alegre do Norte, Rondolândia, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, Tesouro, Torixoréu e Vale de São Domingos, objetivando a uniformização do conjunto.

Desta feita, cada quartil apresentou 30 municípios, exceto o primeiro que obteve 31 municípios.

A média de PIB *per capita* no primeiro quartil, que equivale ao grupo de municípios com menor PIB *per capita* foi de R\$11.195,52. Já o segundo apresentou um PIB *per capita* médio de R\$ 17.477,94. No terceiro quartil a média foi de R\$ 27.215,19. Por fim, o quartil mais rico apresenta um PIB *per capita* de R\$ 60.665,03. Nota-se, já de início o incremento de recursos entre os anos – *vide* os dados detalhados no Anexo G.

A seguir serão apresentados os gráficos relativos à distribuição do *score* de eficiência, índice de distorção idade-série, taxa de aprovação e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para cada quartil de PIB.

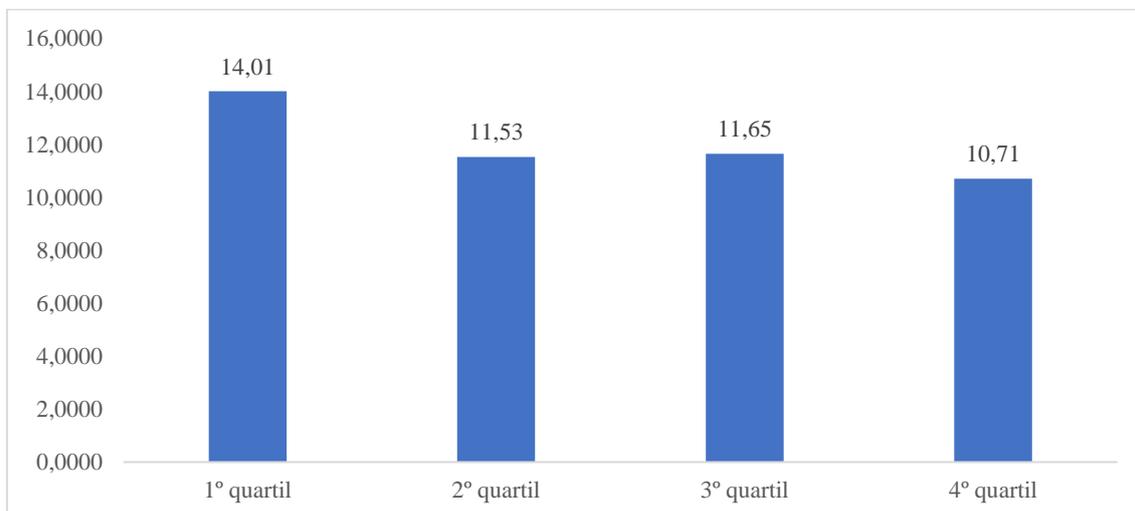
Figura 21 - Resultado do Índice de Proficiência (score de eficiência) por quartil do PIB per capita – 2013.



Fonte: Elaboração própria.

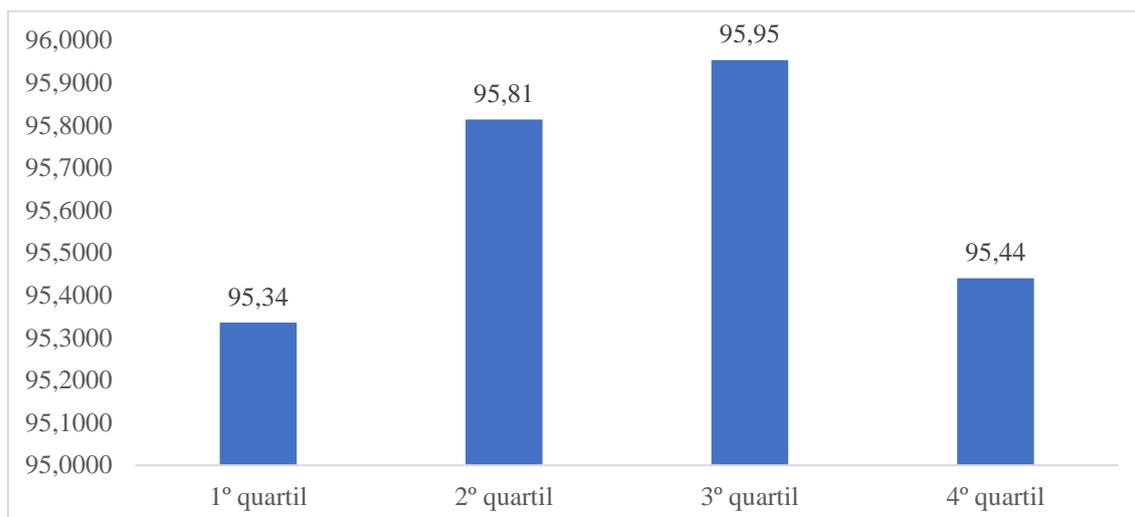
O gráfico acima representa o *escore* de proficiência por quartil de PIB *per capita*. Os resultados evidenciam, novamente, que o primeiro quartil, que apresenta o menor PIB por pessoa, foi o mais eficiente, enquanto o quarto quartil, o mais ineficiente. Esses dois dados já indicam que municípios mais ricos tendem a desperdiçar mais recursos.

Figura 22 - Resultado do Índice de Distorção Idade-série por quartil do PIB per capita – 2013.



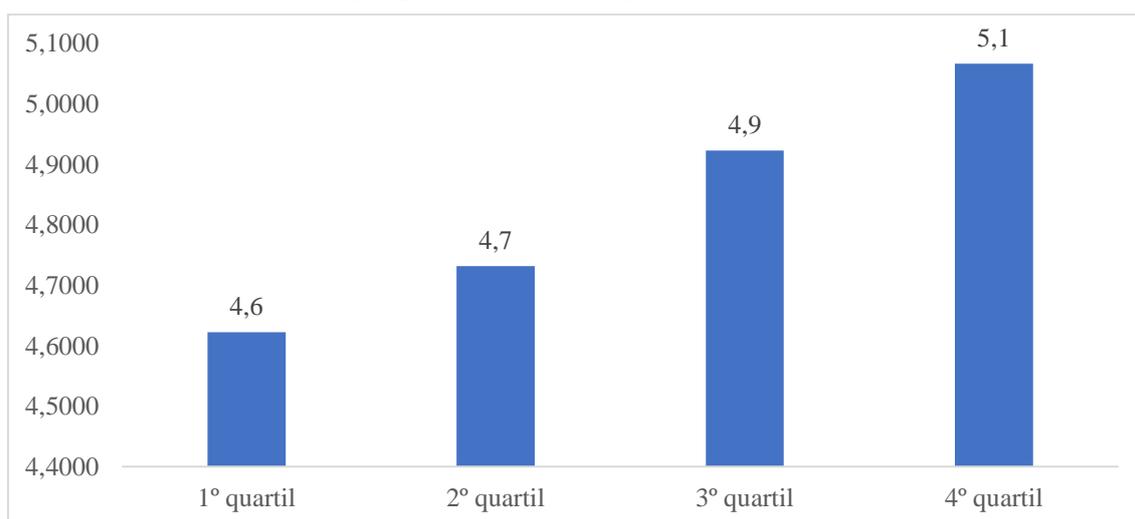
Fonte: Elaboração própria.

Figura 23 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita - 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 24 - Resultado do IDEB por quartil do PIB per capita - 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, a partir dos gráficos anteriores é possível constatar que o grupo de maior riqueza apresenta o menor valor do índice de distorção idade-série, enquanto o quartil de menor PIB *per capita* aparece com o pior resultado⁴⁰.

Para a taxa de aprovação, o primeiro quartil, novamente, apresentou o menor rendimento. No extremo oposto, com o melhor desempenho do grupo, encontra-se o terceiro quartil, assim como no ano anteriormente analisado. Quanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a seu turno, é possível constatar que os

⁴⁰ Nova mente, cabe lembrar que, para o índice de distorção, o resultado de menor valor corresponde a um maior desempenho, na medida em que se trata de um indicador negativo.

melhores desempenhos estão associados ao maior PIB per capita, de forma que o primeiro quartil apresentou o menor resultado, enquanto o último quartil apresentou o maior.

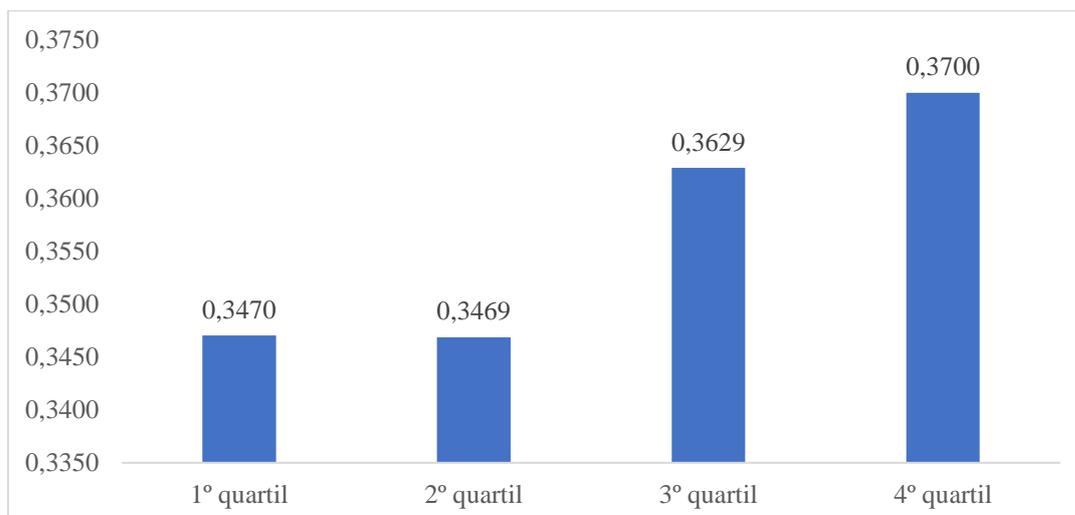
Por fim, para o último período (2015), a uniformização de informações redundou na exclusão dos seguintes municípios: Acorizal, Araguainha, Barão de Melgaço, Figueirópolis D'Oeste, General Carneiro, Jangada, Jauru, Luciara, Nova Brasilândia, Rondolândia, Rosário Oeste, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, Serra Nova Dourada, Tesouro e Vale de São Domingos, haja vista a inexistência de dados em algum dos indicadores avaliados.

Desse modo, o grupo resultante, composto de 122 municípios, ficou distribuído da seguinte forma: 31 município no primeiro e último quartis; e, 30 municípios no segundo e terceiro.

A média de PIB *per capita* no primeiro quartil, que equivale ao grupo de municípios com menor PIB *per capita* ficou em torno de R\$ 14.071,28. Para o segundo R\$ 21.545,53. Para o terceiro R\$ 31.578,31. E, por fim, para o quarto quartil R\$ 60.985,23.

Abaixo, serão apresentados os gráficos relativos à distribuição do *score* de eficiência, índice de distorção idade-série, taxa de aprovação e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para cada quartil de PIB:

Figura 25 - Resultado do Índice de Proficiência (*score* de eficiência) por quartil do PIB per capita – 2015.



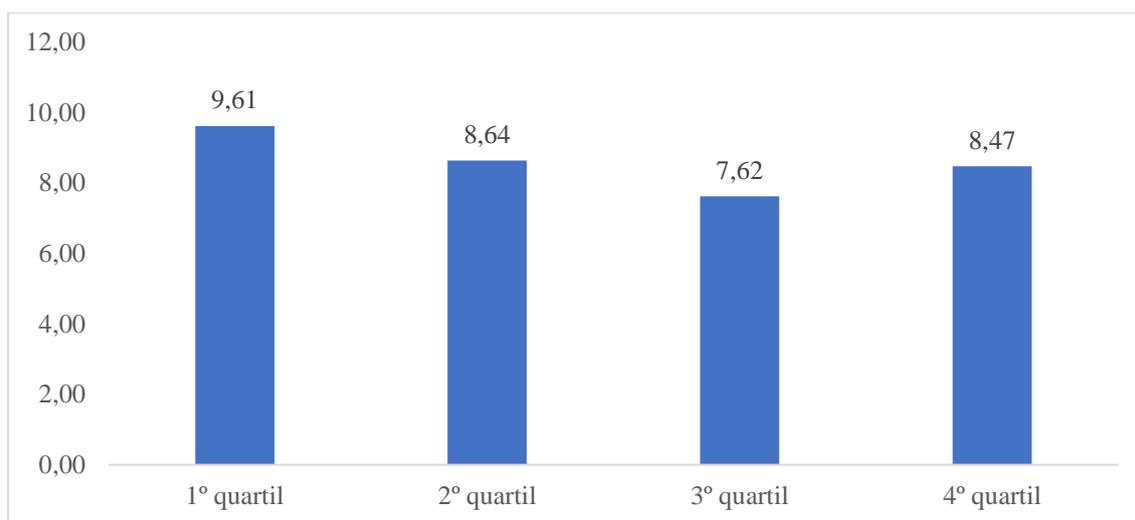
Fonte: Elaboração própria.

Nota-se do gráfico que, no ano de 2015, o maior índice médio de proficiência coube ao quarto quartil, enquanto o menor resultado foi apresentado pelo segundo quartil. Todavia, a diferença entre o primeiro quartil (menos eficiente) e o segundo quartil não ultrapassou 0,0001, o que também implicaria considera-lo ineficiente.

Vale ressaltar, ainda, que no ano de 2015, conforme já pontuado, houve grande disparidade entre o Município dominante (Pedra Preta, integrante do 4º quartil) o que explica o elevado desempenho do conjunto no período analisado.

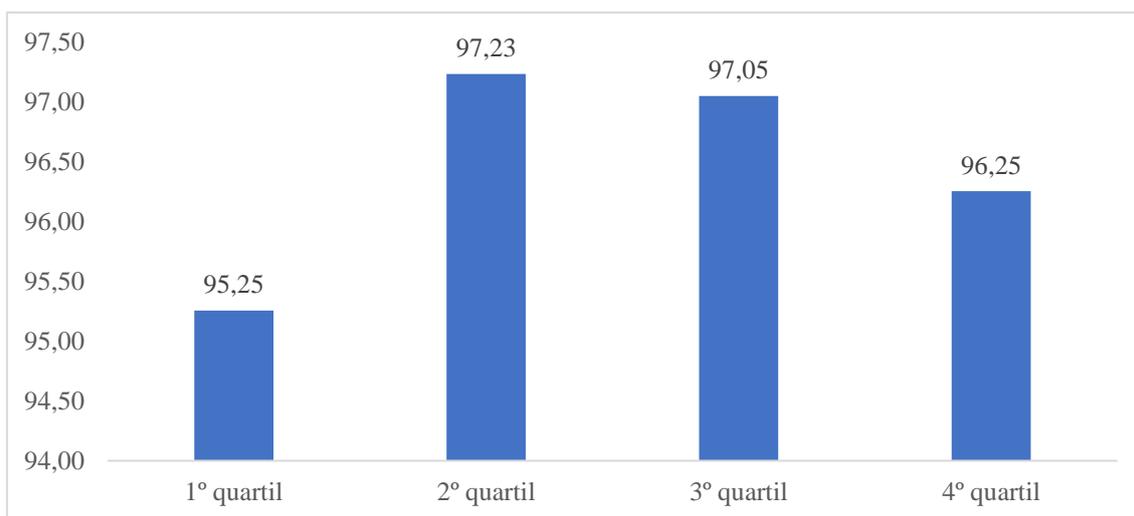
A seu turno, o resultado do Índice de Distorção Idade-séria evidencia que o primeiro quartil, composto pelos municípios de menor PIB *per capita* apresentou, pelo terceiro ano consecutivo o pior resultado, enquanto o terceiro quartil apresentou o melhor desempenho.

Figura 26 - Resultado do Índice de Distorção por quartil do PIB per capita – 2015.



Fonte: Elaboração própria.

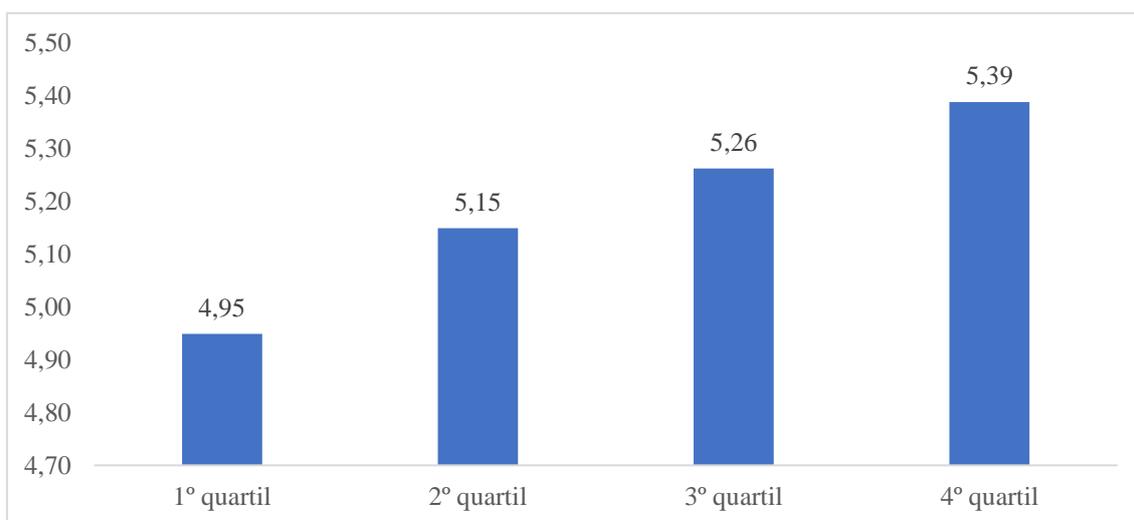
Figura 27 - Resultado da Taxa de Aprovação por quartil do PIB per capita – 2015.



Fonte: Elaboração própria.

Para a Taxa de Aprovação, no entanto, o pior desempenho encontra-se associado ao primeiro quartil, composto pelos municípios de menor PIB *per capita*, enquanto o melhor resultado foi apresentado pelo segundo quartil.

Figura 28 - Escores de resultado do IDEB por quartil do PIB *per capita* – 2015.



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentou, consecutivamente, escala crescente, tendo seu pior desempenho no primeiro quartil (menor PIB *per capita*) e o maior desempenho no último quartil (município com maior PIB *per capita*).

Os dados acima apontam que, nos anos de 2011 e 2013, a eficiência dos quartis iniciais foram maiores, denotando que, nesse período, o desperdício de recursos foi maior por parte dos municípios de maior PIB *per capita*. Contudo, em 2015, os municípios mais

ricos gastaram de forma mais eficiente, o que pode indicar uma possível melhora na gestão administrativa.

As taxas de distorção idade-série, por sua vez, quase de modo uniforme, apresentaram resultados menos satisfatórios para os municípios dos quartis iniciais, ao passo que os quartis de maior PIB *per capita* apresentaram maior desempenho.

Isso indica a influência que a disponibilidade de recursos (PIB *per capita*) têm sobre a evasão ou abandono escolar. É que, muito provavelmente, a existência de melhores condições de vida e trabalho associadas ao resultado do Produto Interno Bruto propiciam a permanência dos alunos na escola.

Quanto às Taxas de Aprovação, em todos os casos, os municípios pertencentes ao primeiro quartil foram os que tiveram pior desempenho. Enquanto isso, o segundo e terceiro quartis foram aqueles que apresentaram melhores resultados no terceiro e nos dois primeiros anos, respectivamente.

Por derradeiro, de forma unânime para todos os anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica apresentou melhores resultados à medida em que o PIB *per capita* crescia, evidenciando maiores resultados em razão do aumento de riquezas produzidas.

Frise-se que os dados utilizados na elaboração dos resultados encontram-se disponíveis nos anexos do estudo, especialmente, no Anexo G, ao fim, possibilitando transparência e detalhamento ao estudo.

b) População

A outra forma proposta de agregação dos escores de eficiência dos gastos em educação e dos índices educacionais dos municípios mato-grossenses foi por classes de tamanho da população.

A escolha dos valores de corte baseou-se nos já utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, é importante lembrar que a divisão estabelecida pelo IBGE apresenta cinco divisões no tamanho da população, como se observa na tabela:

Tabela 15 - Classes de tamanho da população e total de municípios por classe para o estado de Mato Grosso.

Divisão Inicial (IBGE)		Divisão Final	
Tamanho da população	Total de municípios	Tamanho da população	Total de municípios
Até 5.000	36	(1) Até 5.000	36
De 5.001 a 20.000	76	(2) De 5.001 a 20.000	76
De 20.001 a 100.000	25	(3) De 20.001 a 100.000	25
De 100.001 a 500.000	3	(4) Mais de 100.000	4
Mais de 500.000	1	-	-
Total	141	-	141

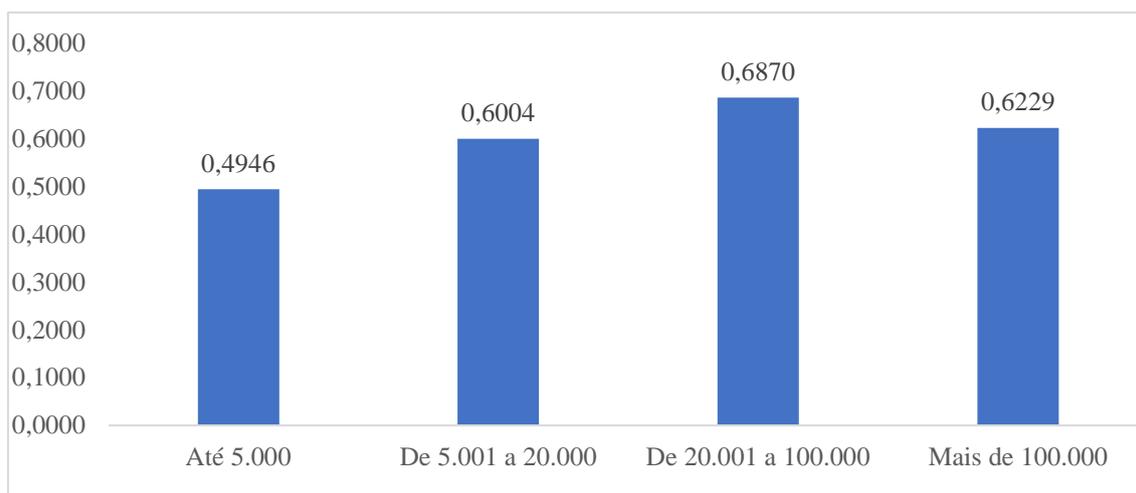
Fonte: IBGE. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

Quando utilizado esse corte do IBGE para os municípios do estado de Mato Grosso, observa-se que o último estrato apresenta somente um município. Dessa forma, qualquer inferência referente a esse grupo seria pouco significativa devido ao tamanho reduzido da amostra. Por essa razão, optou-se por agregar a última classe com a penúltima, como pode ser observado na coluna da divisão final. Assim, as análises seguintes foram baseadas nesses quatro grupos de tamanho da população.

Para facilitar a descrição dos resultados, denominamos quatro grupos segundo o tamanho da população. O grupo 1 refere-se a municípios com menos de 5 mil habitantes, o grupo 2 é composto por municípios com população entre 5.001 e 20 mil, o grupo 3 apresenta municípios com entre 20.001 e 100 mil habitantes, e o grupo 4 é composto por municípios com mais de 100 mil habitantes. Tais dados encontram-se dispostos de modo mais detalhado no Anexo H do estudo.

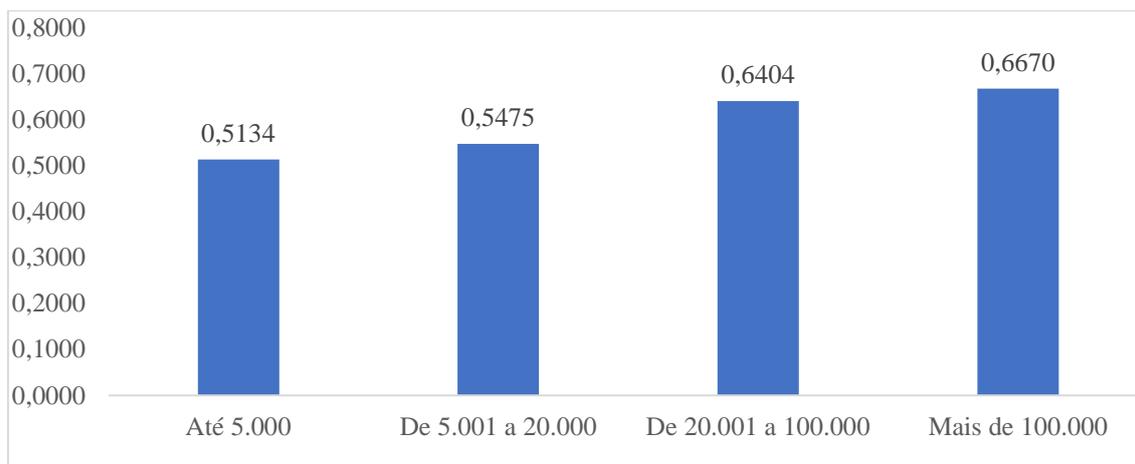
Pontuado isso, passa-se às análises dos indicadores educacionais e de eficiência, segundo o tamanho da população:

Figura 29 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município – 2011.



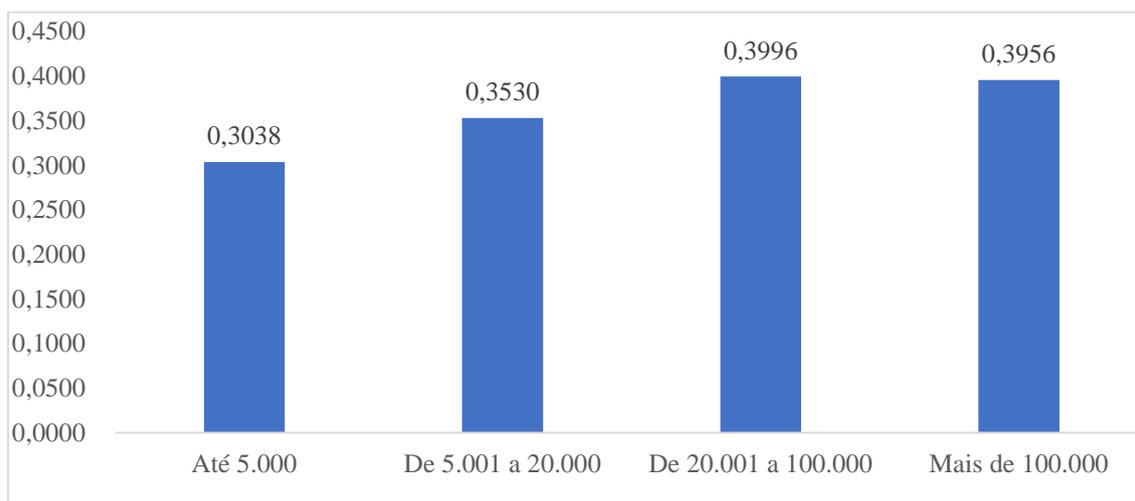
Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 7, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre seu desempenho na Prova Brasil, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que 5 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

Figura 30 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município - 2013.



Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 9, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre seu desempenho na Prova Brasil, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que 8 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

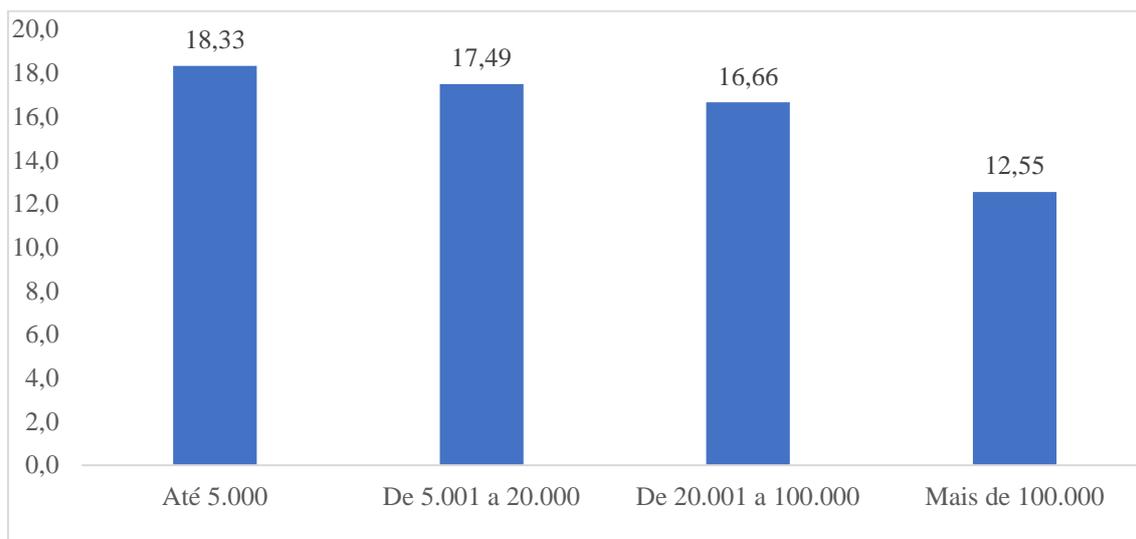
Figura 31 - Escores de resultado do Índice de Eficiência por tamanho da população município - 2015.



Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 9, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre seu desempenho na Prova Brasil, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que 6 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

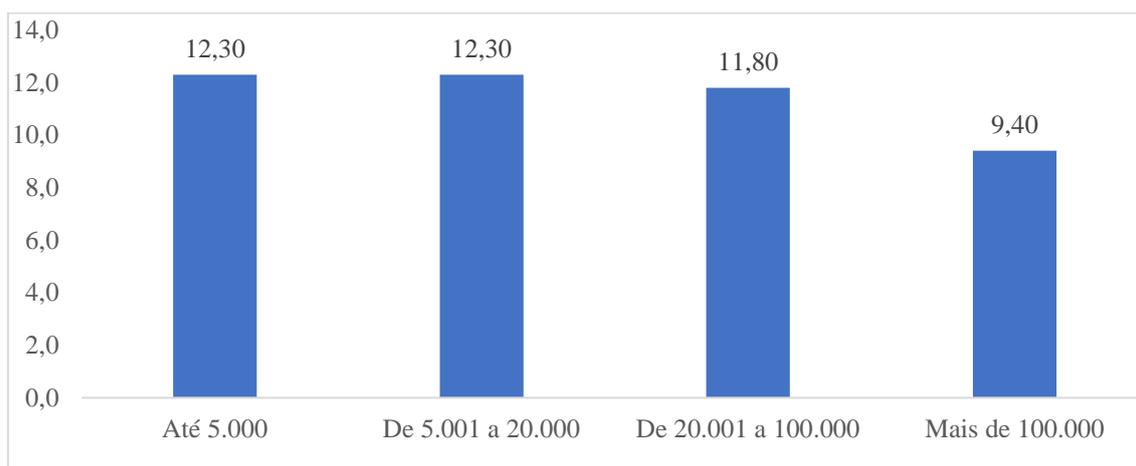
Os resultados para esse indicador apontam que os municípios mais populosos apresentam resultados mais eficientes nos gastos em educação. Os menos populosos, por outro lado, representam municípios mais ineficientes. Esses resultados podem sugerir que os municípios mais populosos apresentam uma administração mais qualificada devido à maior competição por vagas na administração pública. Além disso, a maior demanda por serviços públicos acaba gerando mais esforço por parte dos funcionários para atender a essa demanda, o que implica aumento de eficiência.

Figura 32 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-Série por tamanho da população- 2011.



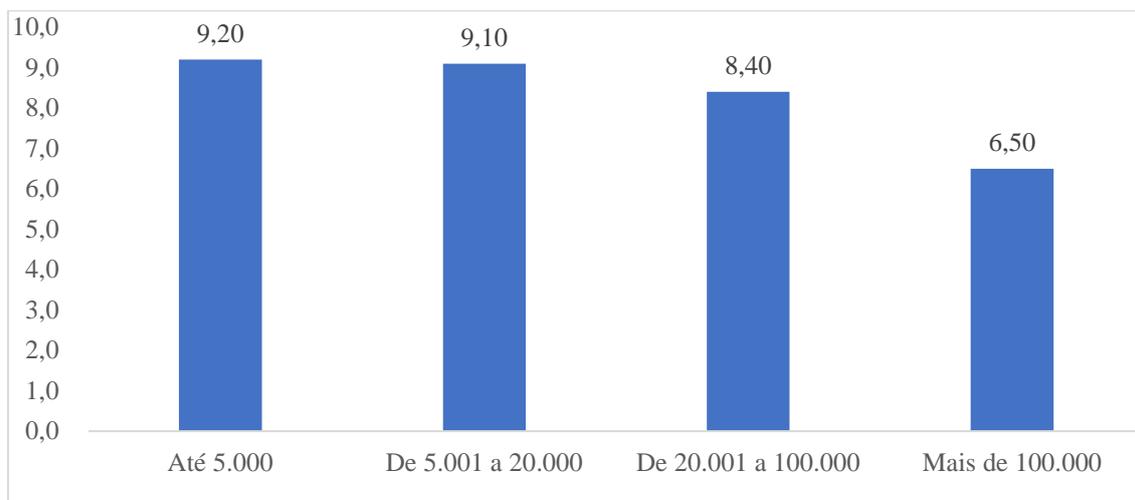
Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 2, 2, dos 76 municípios não possuem dados oficiais sobre o Índice de Distorção Idade-séria, assim não foram computados.

Figura 33 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-série por tamanho da população - 2013.



Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 1, dos 36 municípios não possui dados oficiais sobre o Índice de Distorção Idade-séria, assim não foi computado; o mesmo ocorre para 1 município do Grupo 2.

Figura 34 - Escores de resultado do Índice de Distorção Idade-série por tamanho da população - 2015.



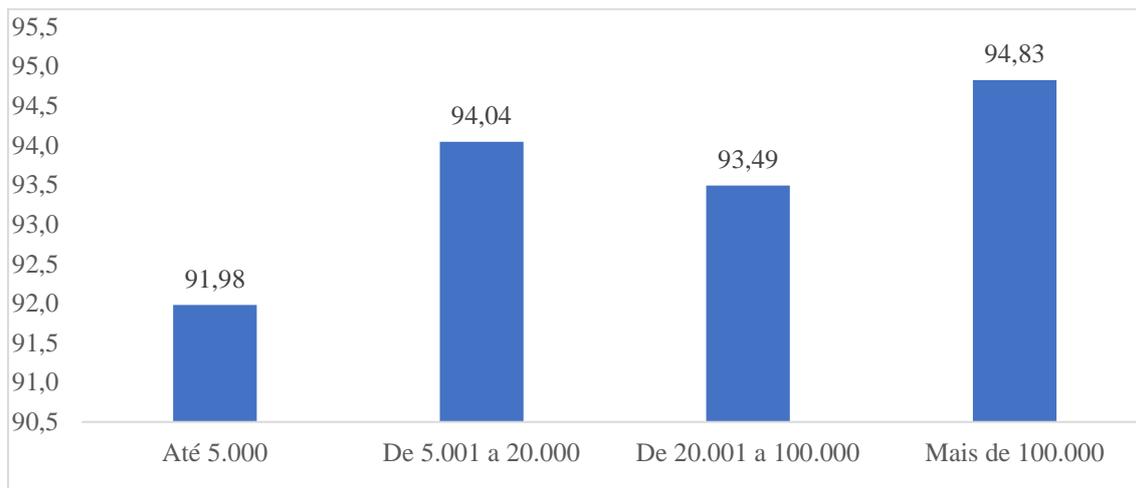
Fonte: Elaboração própria.

Situação semelhante ocorre em relação ao índice de distorção idade-série, em que municípios mais populosos apresentam melhores resultados, muito provavelmente, em razão da gama de serviços prestados pela Administração Pública, associada ao grau de desenvolvimento dessas localidades. Essas condições proporcionam melhores condições de vida e subsistência e, assim, acarretam a redução no abandono ou evasão escolar, principal fator para o aumento no índice de distorção idade-série.

O conjunto de prestações sociais garantidas pelo Estado, portanto, está fortemente ligado à permanência das crianças na escola, situação que se inverte em regiões menos urbanizadas e nas quais o Estado não se faz suficientemente presente.

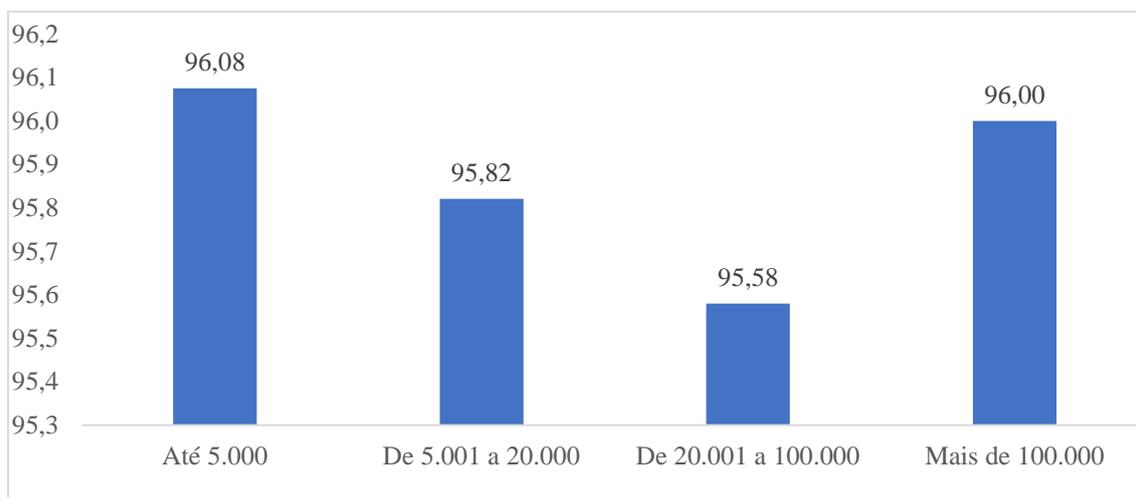
Assim, a existência de um certo grau de desenvolvimento do município e, por conseguinte, de sua Administração, parece se relacionar a melhores resultados do Índice de Distorção Idade-série.

Figura 35 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população - 2011.



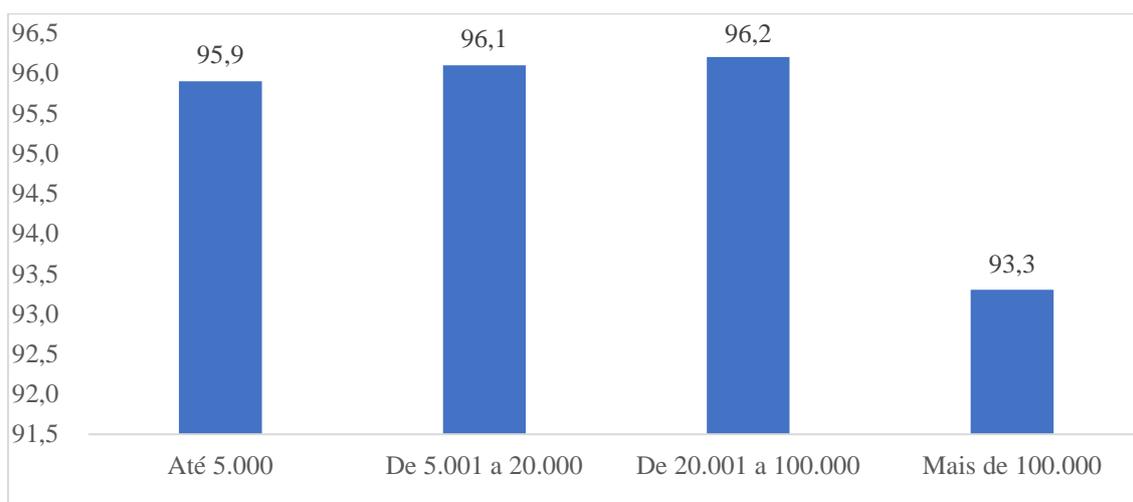
Fonte: Elaboração própria.

Figura 36 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população - 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 37 - Escores de resultado da Taxa de Aprovação por tamanho da população – 2015.



Fonte: Elaboração própria.

Já em relação às Taxas de Aprovação municipal, em 2011, os municípios mais populosos (quarto grupo) mostraram melhores resultados; em 2013, houve sensível queda em seu desempenho e, no ano de 2015, converteu-se no grupo de menor desempenho.

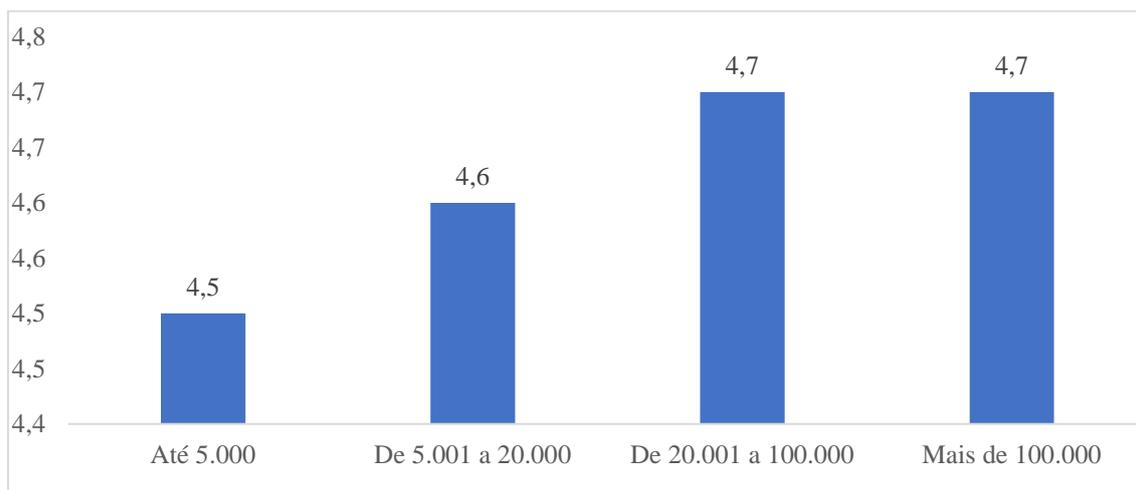
Essa mudança pode estar associada ao inchaço da Administração Pública nas grandes cidades, diminuindo a qualidade do serviço prestado ou à retenção de alunos pelo não atingimento das competências necessárias à progressão de ano.

O aumento dos serviços da proteção social do Estado é extremamente relevante para garantir a permanência das crianças na escola, como se avaliou acima. No entanto, o Estado Garantidor não se exime de prestar seus serviços com qualidade.

Nesse sentido, a eficiência estampada como princípio jurídico no artigo 37 da Constituição da República de 1988, impõe que os serviços públicos sejam prestados com economia e qualidade.

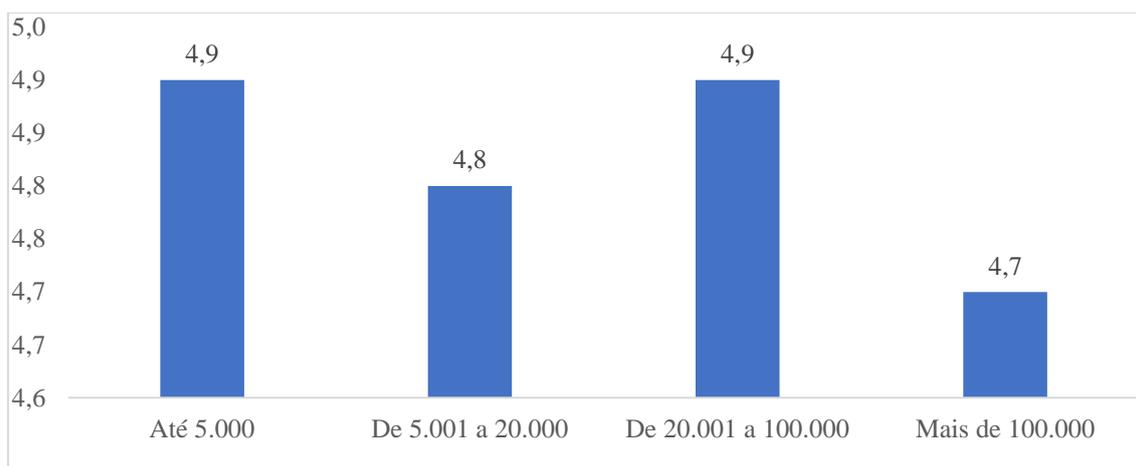
O não atingimento conjunto das dimensões de qualidade e quantidade acaba por gerar distorções nos sistemas, conforme acredita-se ter ocorrido aqui. Tanto é assim que o grupo 3, cuja população é pouco menor que o grupo 4 foi o mais eficiente no ano de 2015, indicando a existência de um limite na capacidade de atendimento da Administração Escolar.

Figura 38 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população - 2011.



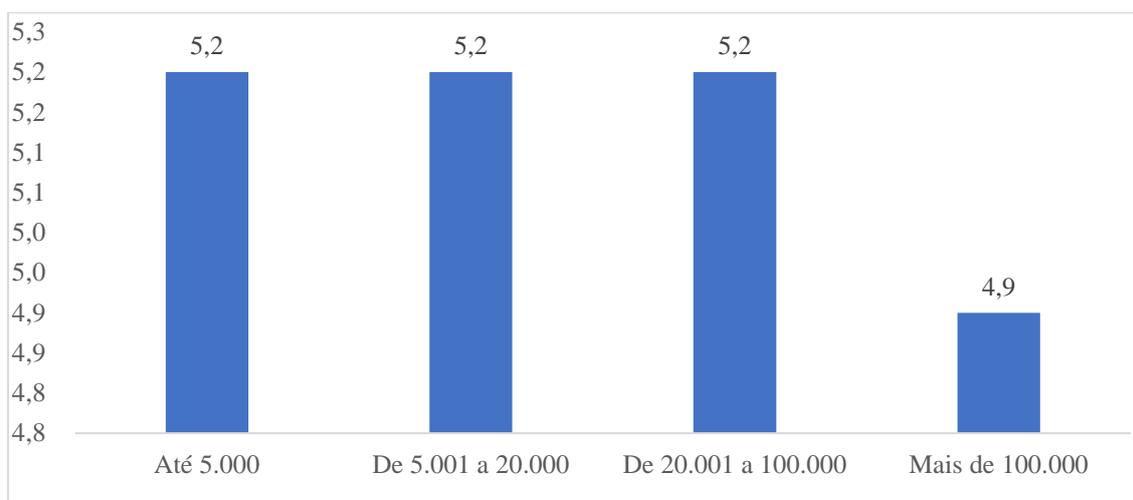
Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 2, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre o IDEB, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que 9 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

Figura 39 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população - 2013.



Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 10, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre o IDEB, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que 9 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

Figura 40 - Escores de resultado do IDEB por tamanho da população – 2015.



Fonte: Elaboração própria. Nota: no Grupo 1, 9, dos 36 municípios não possuem dados oficiais sobre o IDEB, assim não foram computados; o mesmo ocorreu para o Grupo 2, em que, também, 9 municípios não apresentaram dados ou não tiveram seus dados divulgados.

Essa tendência acima assinalada é vista, também, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assiste-se, aqui, a uma regressão no desempenho dos municípios mais populoso, muito provavelmente, pelo esgotamento relativo da sua capacidade administrativa.

Nesse sentido, vale notar que entre todos os grupos o melhor desempenho foi apresentado pelo Grupo 3, localizado no quartil médio superior. Ao que tudo indica, de modo geral, esse grupo de municípios seria capaz de bem-gerir seus recursos e, ainda, alcançar resultados efetivos na qualidade do ensino. A demanda relativamente alta pelos serviços, em virtude da quantidade de habitantes, parece associada a esse bom desempenho.

Vale assinalar quanto ao ponto, que o IDEB reúne em um único indicador dados do fluxo escolar (taxas de aprovação) e de proficiência (desempenho no SAEB/Prova Brasil), tratando-se do método avaliativo mais completo aqui estuado.

Assim, se comparado os scores de eficiência do Grupo 3, nota-se que seus resultados são os mais altos para o primeiro e último ano, e o segundo mais alto em 2013. Aliás, de modo geral, a melhor performance média foi verificada no grupo 3, o que indica o equilíbrio entre a eficiência na gestão dos recursos públicos e a consecução de efetivas melhorias nas políticas públicas de ensino.

Nesse aspecto, parece haver uma linha imaginária, cuja transposição acarreta menores resultados. Essa fronteira, estaria próxima ao grupo 3, de forma que os municípios com até 100.000 habitantes, apresentaram resultados satisfatórios (em relação ao demais municípios do estado) em todos os índices analisados.

CONCLUSÃO

De tudo que se expôs é possível perceber que desde sua gênese o sistema educativo brasileiro enfrenta duras provações.

O regime de colonato que se desenvolveu em terras brasileiras não impunha a necessidade de formação de mão de obra especializada. A formação acadêmica e, até a instrução primária, eram direcionadas às classes sociais dominantes.

Como bem realçam os professores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2017, p. 762-764):

No Brasil, em razão do histórico descaso do Estado no que diz respeito ao oferecimento de uma educação extensa e de qualidade, ocorreu a marginalização de amplos setores da sociedade, prejudicando, inclusive a concretização de outros direitos fundamentais.

As tentativas de se constituir um aparelhamento público voltado ao ensino, nos primeiros anos do Brasil império, não passava de mero discurso. A constituição de 1824 apesar de ter determinado a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, não definiu a vinculação de recursos públicos para a efetivação desse direito.

Com o passar dos anos, apesar da grande evolução nas garantias constitucionais estabelecidas (tanto em relação à ampliação da oferta do ensino público – agora da educação básica à superior – quanto de seu financiamento), os resultados alcançados pelas políticas públicas educacionais ainda se mostram tímidos.

A performance dos sistemas educativos nos diversos indicadores apresentados ao longo dos capítulos um e três demonstram essa faceta da realidade.

Almejando a modificação desse quadro, tentou-se estabelecer metas, diretrizes e objetivos voltados ao desenvolvimento da educação. Contudo, conforme apontado nos capítulos 1 e 2, muitas dessas metas e diretrizes carecem de efetividade.

Os diversos objetivos do Plano Nacional da Educação não são cumpridos, ou são cumpridos em atraso, comprometendo a agenda e programação das próximas etapas. Esse quadro de inefetividade é reforçado pelo discurso de austeridade que ganha força em momentos de crise econômica como a que vive atualmente o Brasil.

A necessidade de eficiência, contudo, não se encontra relacionada apenas ao período de austeridade, mas são provenientes, também, de uma demanda da população pela inovação no setor público, de forma a dar respostas ágeis e eficientes aos anseios sociais.

Numa sociedade globalizada e extremamente exigente, é fundamental que se almeje alcançar uma administração pública profundamente eficaz, racional nos procedimentos e pouco dispendiosa, que caminhe para a otimização dos resultados práticos no mais curto espaço de tempo.

E, para que exista um caminho claro a ser percorrido, importa que nos debrucemos sobre os princípios que estão no cerne destes conceitos.

Por essa razão, o objetivo essencial do trabalho foi avaliar a eficiência relativa dos municípios mato-grossenses em relação aos gastos municipais na educação fundamental. Mais especificamente, ordenar os municípios de acordo com seus gastos em educação fundamental, a partir de índices de resultados e de dois indicadores sociais como a renda média *per capita* municipal e o tamanho de sua população.

Os resultados obtidos apontam desempenhos extremamente positivos em relação a alguns municípios, como: Apiaçás, Campo Verde, Colíder, Colniza, Feliz Natal, Guaratã do Norte, Lucas do Rio Verde, Pedra Preta, Rio Branco, Santa Carmem e São José dos Quatro Marcos, que figuraram entre os municípios mais eficientes do estado, em algum dos anos medidos (2011, 2013 e 2015).

As análises mostraram, ainda, que os municípios com população média entre 20.001 e 100 mil habitantes foram os mais eficientes no gasto com educação e apresentaram as melhores médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Esses resultados sugerem uma melhor gestão escolar, seja dos recursos empregados, seja das políticas pedagógicas em si. Um dos possíveis fatores para essa gestão de melhor desempenho é a maior competição por vagas na administração pública no município mais populosos, eis que, em geral, oferecem melhores condições de vida e trabalho. Além disso, a maior demanda por serviços públicos acaba gerando mais esforço por parte dos funcionários para atendê-la, o que implica aumento de eficiência.

Contudo, por óbvio que essa relação entre demanda e aumento de eficiência tem seu limite na capacidade de atendimento da Administração Pública, de forma que, nos quatro municípios com mais de cem mil habitantes essa capacidade mostrou-se comprometida, apresentando, nos anos de 2013 e 2015 (mais recentemente), um menor desempenho em relação ao grupo de municípios com população média entre 20.001 e 100.000 habitantes.

Verificou-se também que os municípios mais populosos apresentaram menores Índices de Distorção Idade-série. Esse resultado se deve, muito provavelmente, em virtude da gama de serviços prestados pela Administração Pública, aliada ao grau de desenvolvimento dessas localidades.

Tais condições, que proporcionam melhores condições de vida e subsistência a sua população, diminuem a probabilidade de evasão escolar e contribuem para o aumento da taxa de aprovação, bem como diminuição do índice de distorção idade-série.

O conjunto de prestações sociais garantidas pelo Estado, portanto, está fortemente ligado à permanência das crianças na escola, situação que se inverte em regiões menos urbanizadas e nas quais o Estado não se faz suficientemente presente.

A existência de um certo grau de desenvolvimento do município e, por conseguinte, de sua Administração, associada a uma gestão eficiente parece relacionar-se aos melhores resultados do Índice de Distorção Idade-série verificados em Mato Grosso.

O aumento da proteção social do Estado é extremamente relevante para garantir a permanência das crianças na escola, como se avaliou na pesquisa. No entanto, o Estado Garantidor não deve se eximir de prestar seus serviços com qualidade.

A eficiência como princípio, não só econômico-administrativo, mas jurídico, figura estampada no artigo 37 da Constituição da República, impondo aos gestores da máquina pública que os serviços sejam prestados não só com economia, mas com qualidade.

Nesse passo, notou-se que município mais ricos (com maior PIB *per capita*) tiveram um “desperdício” maior de recursos. De modo que, com a quantidade de recursos aplicados, seria possível, em tese, a obtenção de melhores resultados.

Ainda assim, para as taxas de aprovação e para o índice de distorção idade-série, os municípios que apresentaram maior PIB *per capita* obtiveram, em geral, melhores performances. A existência de recursos disponíveis à população, por certo, diminui o abandono escolar e a reprovação, impactando favoravelmente no índice analisado.

Notou-se, também, que, à medida que se passava de um quartil de menor PIB *per capita* para um de maior PIB *per capita*, havia igual aumento das notas obtidas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Essa constatação demonstra a capacidade que a geração de riqueza e desenvolvimento têm de repercutir favoravelmente na realidade social.

Vale ressaltar que embora a eficácia das políticas públicas educacionais, ou seja, sua aptidão para produzir resultados concretos, tenham causas multifatoriais, a eficiência no dispêndio de recursos é fundamental para a produção de maiores ganhos sociais, especialmente em momento de austeridade econômica.

O conflito entre efetividade dos direitos sociais e disponibilidade de recursos tem que ser resolvido pela ponderação e concordância prática, de modo que a análise econômica de um direito não o impossibilite de ser efetivado.

Isso é ainda mais latente em relação ao direito à educação, que se traduz como pressuposto para o conhecimento e realização dos demais direitos fundamentais. Como bem pontuam os Professores Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2017, p. 762-764):

Não por acaso, o próprio texto constitucional, em seu art. 205, preceitua que a educação deve ser promovida “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Nesse ponto, é interessante ressaltar o papel desempenhado por uma educação de qualidade na completa eficácia dos direitos políticos dos cidadãos (...). Isto porque as falhas na formação intelectual da população inibem sua participação no processo político e impedem o aprofundamento da democracia.

Dessa forma, a singela contribuição deste trabalho ao analisar, sobretudo, a eficiência do sistema educativo municipal mato-grossense, é possibilitar o amplo conhecimento de seus resultados, procurando servir de subsídio ao exercício do controle social dos recursos públicos e à tomada de decisões estratégicas pelos gestores públicos.

É importante se ter em conta, porém, que a avaliação realizada é limitada, tendo vista se tratar de um assunto complexo e que sobre influência de diversos fatores. No entanto, as discussões aqui iniciadas e os achados preliminares indicados suscitam o debate sobre a prioridade que se tem dado às políticas públicas voltadas à educação.

Como se pôde perceber, eficácia e efetividade encontram-se mitigadas em razão do descumprimento dos planos estratégicos traçados pelo poder público. No campo da eficiência, por sua vez, os dados mais recentes analisado demonstram a queda na eficiência relativa dos municípios.

Conquanto existam bons exemplos a serem notados e que merecem mais aprofundamento em outros trabalhos, o aumento de recursos disponíveis nos últimos anos, antes das recentes medidas de austeridade adotadas pelo governo, implicara em pouca melhoria na proficiência do alunado.

Esses achados devem servir de norte para que sejam identificados erros e acertos da Administração na condução dos sistemas educativos municipais, buscando a troca de experiência e boas práticas entre as administrações escolares.

Nesse sentido espera-se que o trabalho como um todo, e, especialmente, o ranking de eficiência dos municípios, seja de auxílio à busca de informações sobre a gestão educacional.

Deste modo, busca-se que esse diagnóstico, por mais incompleto que seja, dada a complexidade dos fenômenos em estudo, possa instruir e apoiar a tomada de decisões em prol de uma educação pública de qualidade, além de reforçar o controle social.

Espera-se que os insumos aqui fornecidos possam subsidiar novas discussões acadêmicas (em futuras pesquisas) e práticas, estas, sobretudo, no âmbito dos Tribunais de Conta, em especial, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Busca-se que, tal qual o objeto de estudo, que este trabalho seja eficiente, efetivo e eficaz na mobilização da sociedade e das Instituições em prol de um sistema de ensino público de qualidade, tão importante para o desenvolvimento do país e o alcance de melhores condições de vida a sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Plano Nacional de Educação completa três anos com apenas 20% das metas cumpridas.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-06/plano-nacional-de-educacao-completa-tres-anos-com-apenas-20-das-metas>>. Acesso em 02 out. 2017.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante***, vol. 1. Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018¹.

_____. **Constituição da República de 1988.** Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. **Plano Nacional da Educação.** MEC: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 06. dez. 2018.

_____. Semana da Ação Mundial. **Balanco do PNE: Depois de 4 anos de vigência do Plano Nacional de Educação, dentre os dispositivos com prazo entre 2014 e 2018, somente um foi cumprido integralmente e 30% parcialmente.** 2018. Disponível em: <<http://semanadeacaomundial.org/2018/2018/06/04/balanco-pne/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CALVÃO, Maria Filipa Pires Urbano da Costa. O Princípio da Eficiência. in: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.** A. 7, 2010, p. 329-341. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F-1588671351/A.7%20%282010%29%20p.329-341.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

CARTA EDUCAÇÃO. **PNE chega ao quarto ano com apenas um dispositivo cumprido integralmente.** Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/pne-chega-ao-quarto-ano-com-apenas-um-dispositivo-cumprido-integralmente/>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

CHARNES, A., Cooper, W. & Rhodes, E. (1978). **Measuring the efficiency of decision making units**. *European Journal of Operational Research*, 2(6), 429-444.

DA SILVA, Cinthya Nunes Vieira; FELCA, Marcelo Adelqui. **Direito à educação no Brasil: aspectos históricos**. *Revista de Direito*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 10 (2005). Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rdire/article/view/2191/2086>>. Acesso em: 18 maio 2018.

DEPRINS, D., L. Simar, and H. Tulkens. 1984. **Measuring Labor Inefficiency in Post Offices**. In *The Performance of Public Enterprises: Concepts and Measurements*, ed. M. Marchand, P. Pestieau, and H. Tulkens, 243–267. Amsterdam: North-Holland.

DIAS, Tatiana. **7 dados que mostram como está a educação brasileira hoje**. *Nexo - Jornal Digital*, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/04/7-dados-que-mostram-como-está-a-educacao-brasileira-hoje>>. Acesso em 20 maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2015, Notas Estatísticas**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36521-apresentacao-censo-escolar-divulgacao-22032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Universidade do Professor oferecerá 105 mil vagas para que docentes completem formação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=35121>>. Acesso em: 20 maio 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Políticas Sociais - Políticas Sociais: acompanhamento e análise - vinte anos da Constituição Federal**. Brasília, 2009, n. 17, v. 2, p. 16-81. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5796&Itemid=9>. Acesso em: 20 maio 2018.

IPM. Instituto Paulo Machado. **Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF 2015**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/relatorios>>. Acesso em: 22 maio 2018.

LEITE, Harisson. **Manual de direito financeiro**. 5. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

LOUREIRO, João Carlos Simões Gonçalves. **O procedimento administrativo entre a eficiência e a garantia dos particulares**. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra Editora:1995.

MACIEL, Harine Matos, et. al. Ecoeficiência entre países: o uso do método free disposal hull. In: **Espacios**. Caracas, 2017, vol. 38, n. 27, p. 30-48. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n27/17382730.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARIANO DA SILVA, Jorge Luiz; LIMA DE ALMEIDA, Júlio César. Eficiência no gasto público com educação: Uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte. In: **Planejamento E Políticas Públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA: Brasília, 2012, n. 39, jul./dez., p. 219-242. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/%20320/280>>. Acesso em: 22 abril 2018.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas Sociais: Efetividade, Eficiência e Eficácia como Dimensões Operacionais da Avaliação**. Brasília: IPEA, 2000.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. **Indicadores de Resultados do Plano Estadual de Educação**. 2018a. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9121200/PEE+->>

+06.11.18%282%29.pdf/6824b935-59bf-824d-a68e-3fd349024b93>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. **Contas anuais do Poder Executivo Estadual – Exercício 2017**. 2018b. Disponível em: <https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/documento/num/81710/ano/2018/numero_documento/109610/ano_documento/2018/hash/3d2d7394cedd95d21207de1fa0f2d491>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório de auditoria operacional: gestão escolar do ensino fundamental em Mato Grosso 2015**. Tribunal de Contas do Estado. Cuiabá: Publicontas, 2017a.

_____. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório de auditoria operacional: infraestrutura e transporte escolar do ensino fundamental em Mato Grosso 2015**. Tribunal de Contas do Estado. Cuiabá: PubliContas, 2017b.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2017**. Disponível em: < <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2017-en.pdf?expires=1531615363&id=id&accname=guest&checksum=4F0612FBA3703FFC866C2D8EA79A8703> >. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Programme for International Student Assessment - PISA 2015. Disponível em <<https://data.oecd.org/pisa/science-performance-pisa.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. **Direitos fundamentais sociais: efetividade frente à reserva do possível**. Curitiba: Juruá, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.32-55. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SULPINO VIEIRA, Fabiola. Nota Técnica 26 - **Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas?** Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160822_nt_26_disoc.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

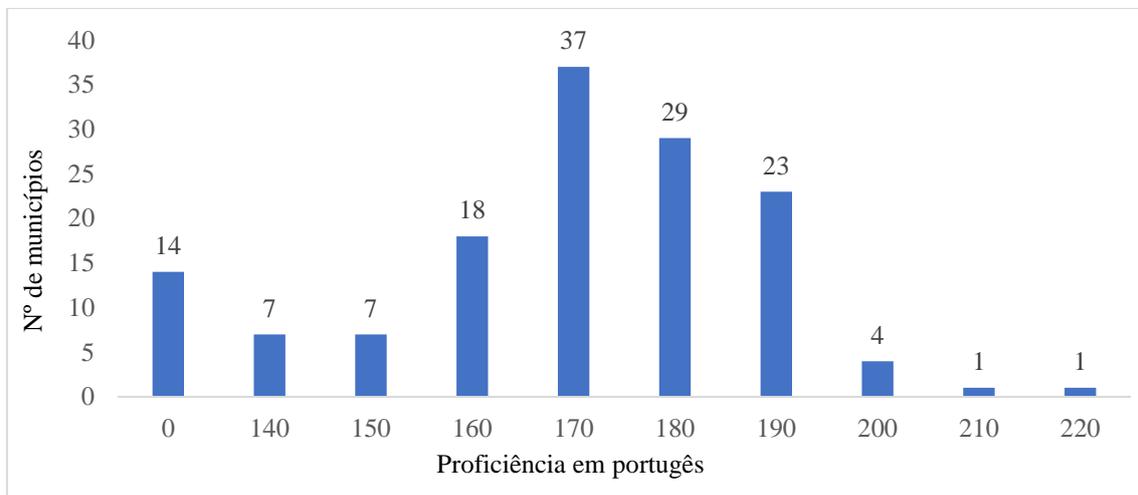
TAVARES DA SILVA, Suzana. O Princípio (fundamental) da Eficiência. in: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto**. - A. 7, 2010 - p. 519-544. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1281640765/A.7%20%282010%29%20p.519-544.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

UNESCO. **Instituto de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Education. Financial resources. Canadá, 2014. Disponível em: <http://uis.unesco.org/?URL_ID=5262&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=20> . Acesso em: 23 maio 2018.

ZOGHBI, Ana Carolina, et. al. Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. n. 36. jan./jun., 2011, p. 09-61.

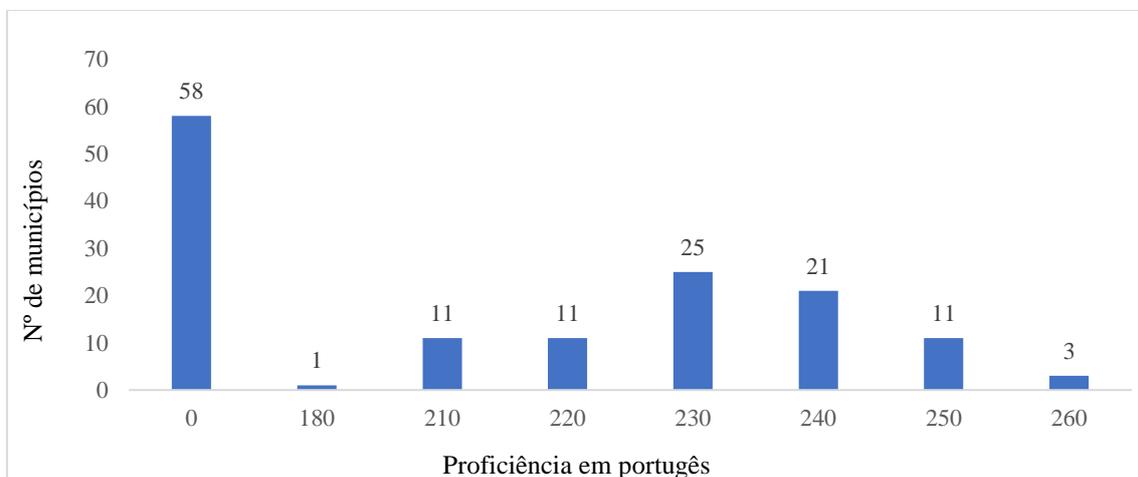
ANEXO A – GRÁFICOS E TABELAS DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES EM PROFICIÊNCIA:

Figura 41 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.



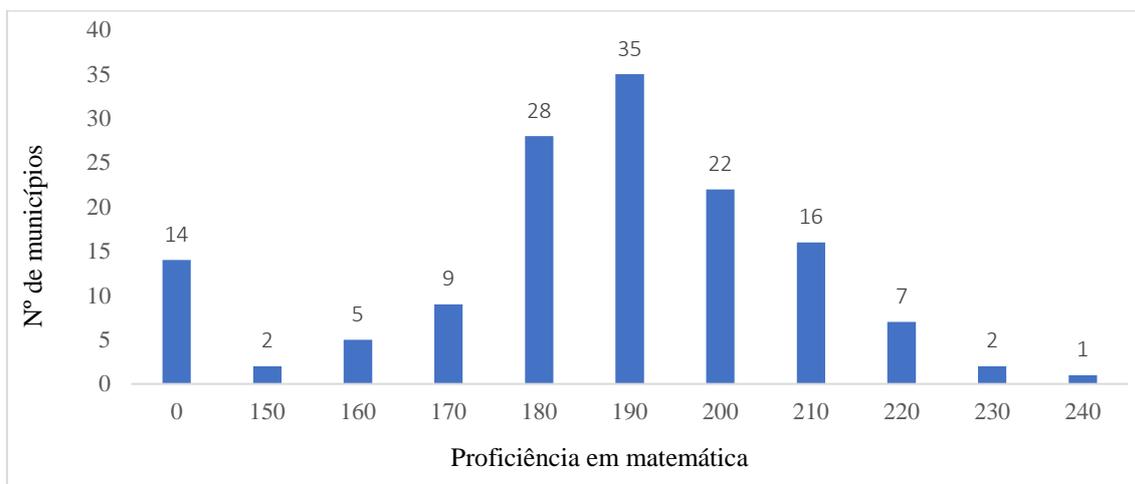
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 42 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.



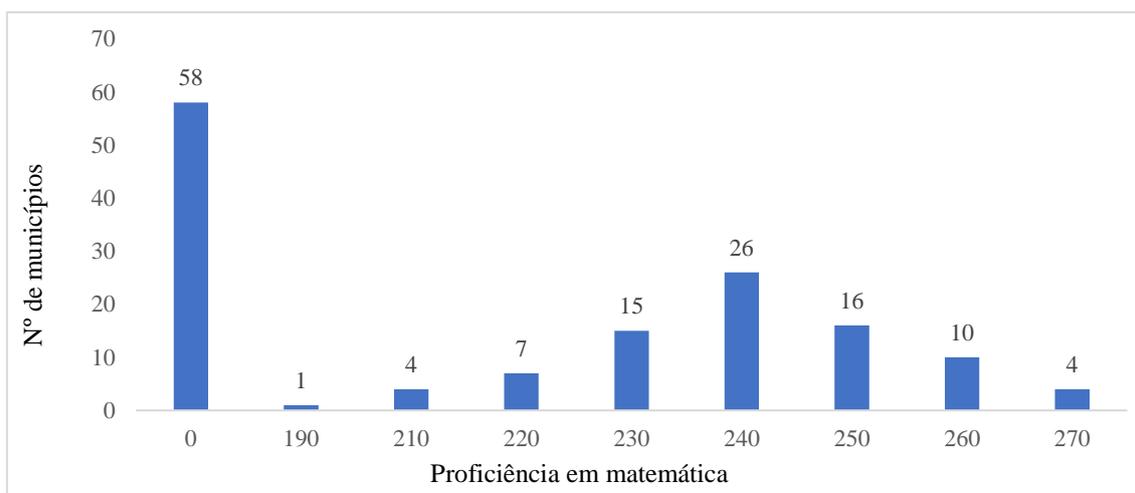
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 43 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.



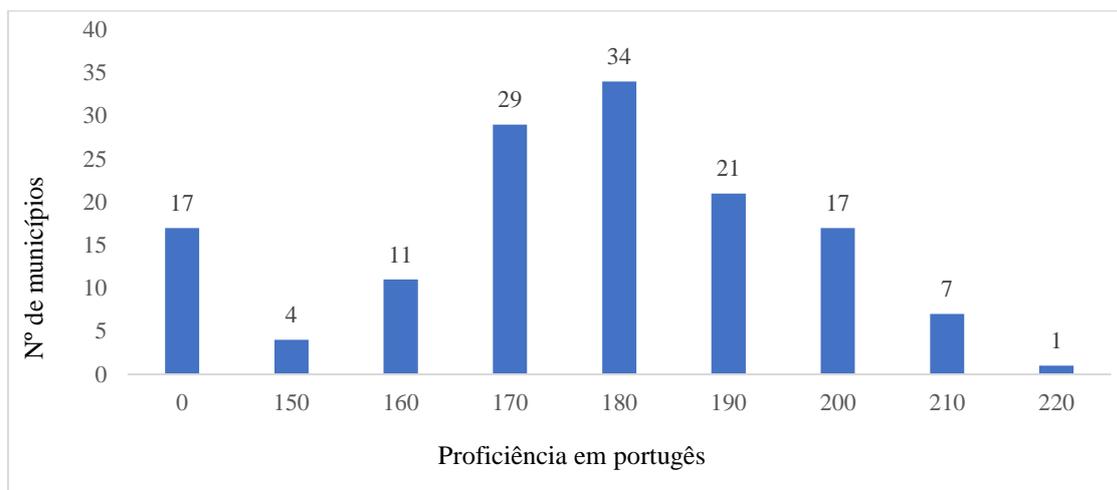
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 44 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.



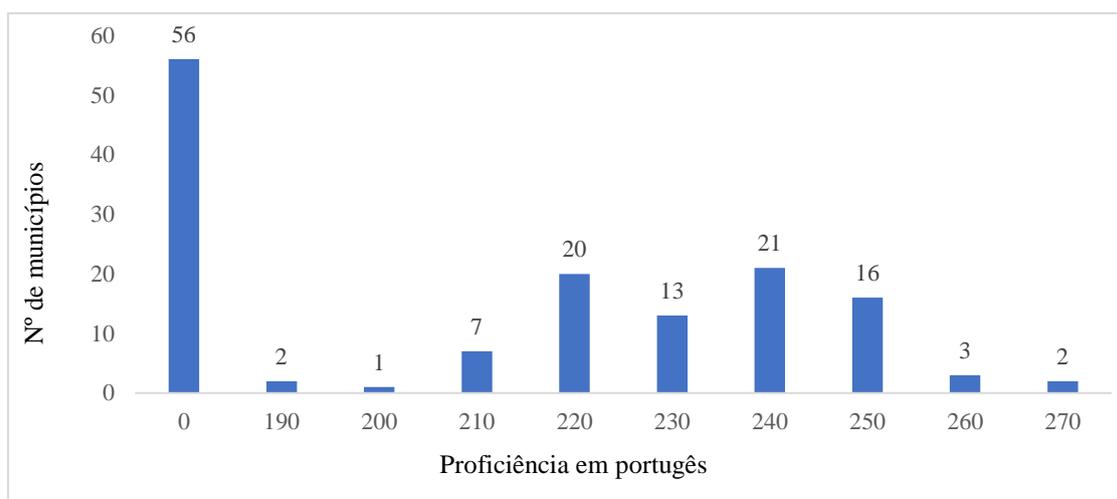
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 45 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.



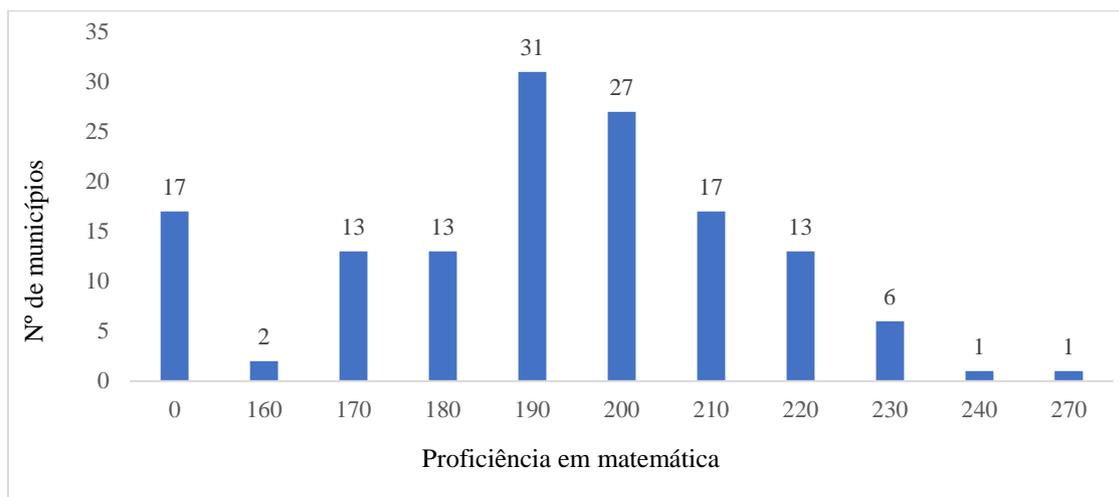
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 46 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.



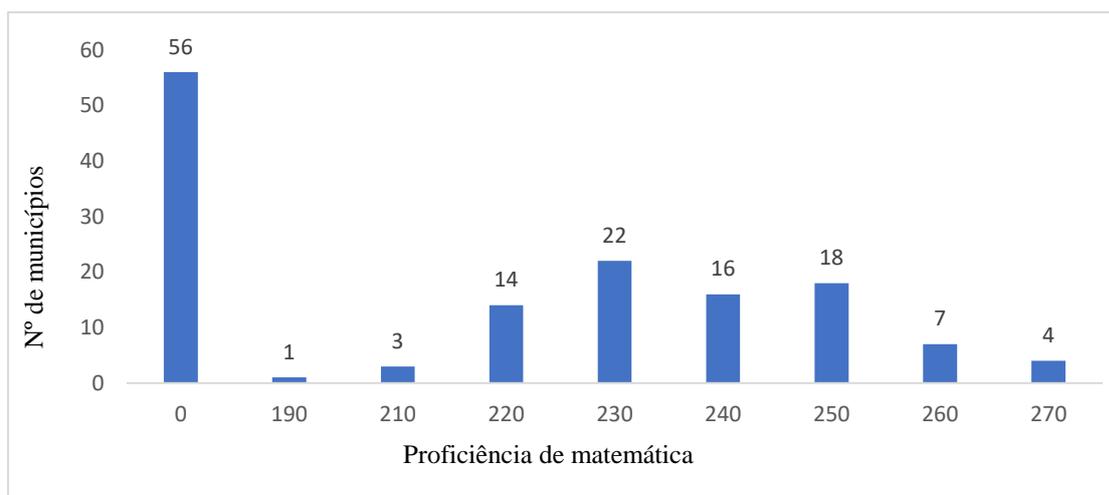
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 47 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.



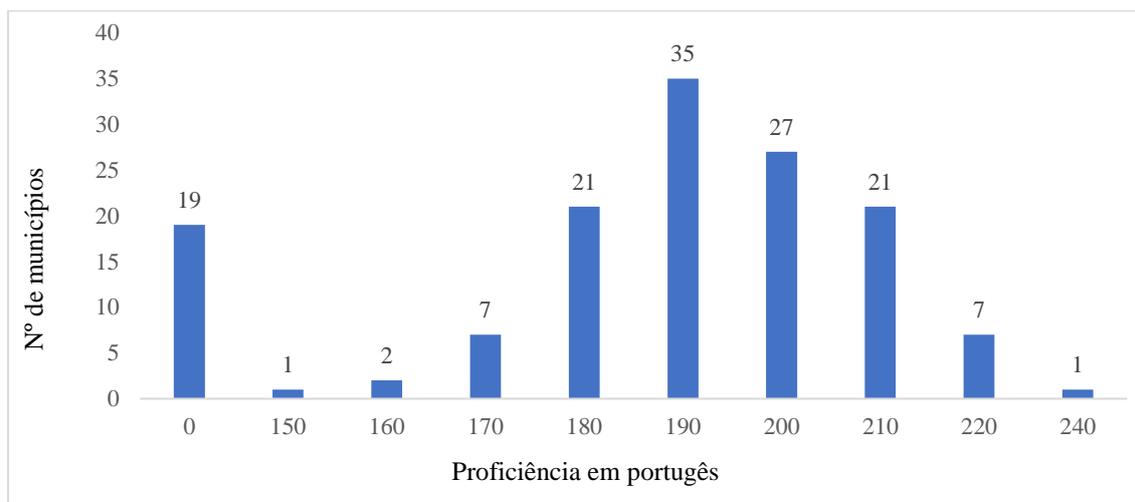
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 48 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.



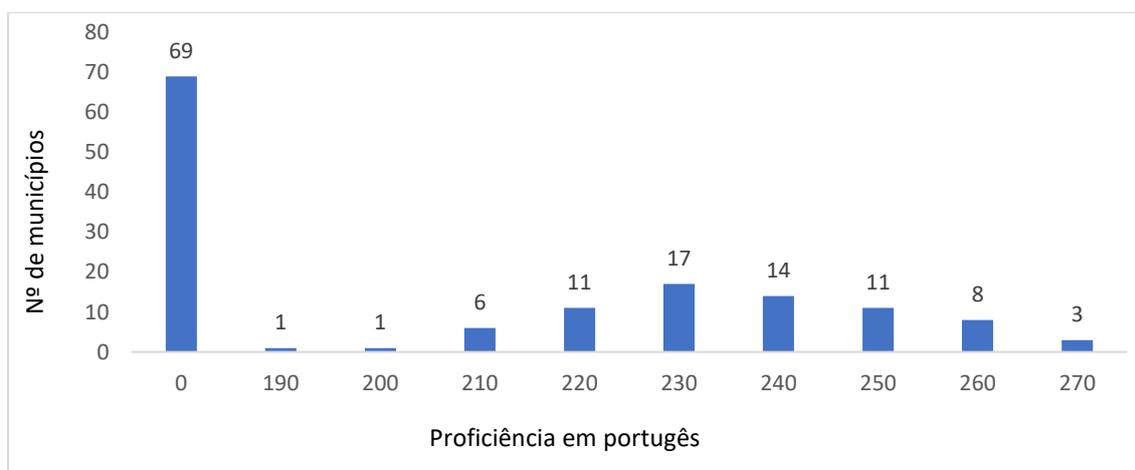
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 49 - Histograma de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.



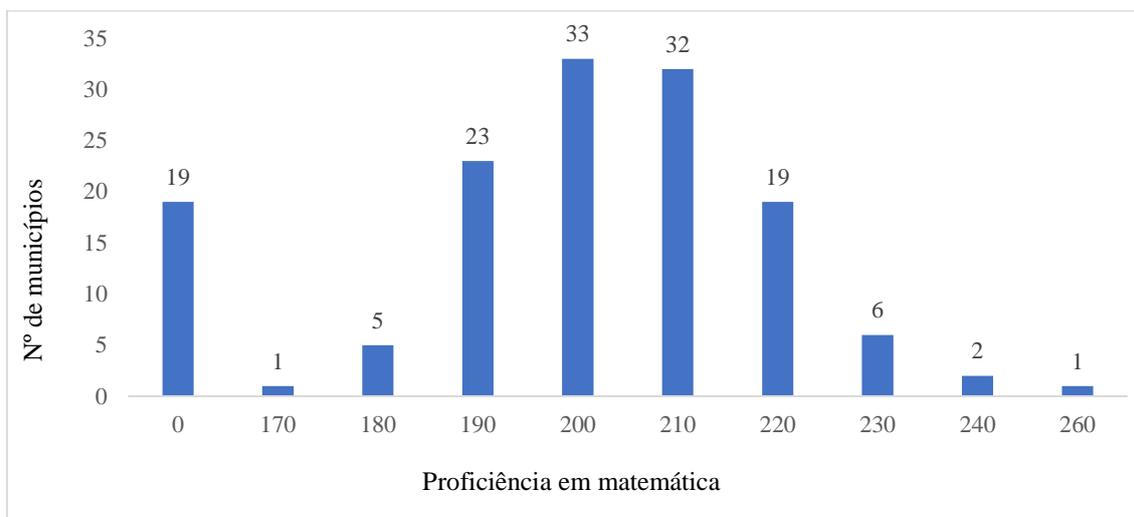
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 50 - Histograma de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.



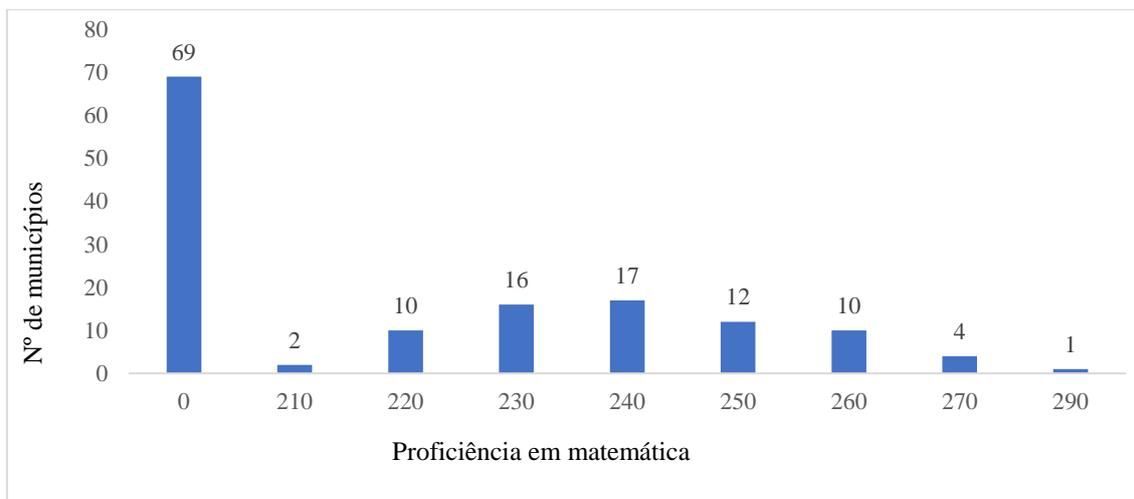
Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 51 - Histograma de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.



Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Figura 52 - Histograma de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.



Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Nas tabelas seguintes encontram-se dispostos nominalmente os municípios mato-grossenses de acordo com os intervalos de dados apresentados nos histogramas acima, destacando-se as localidades que obtiveram um desempenho acima da média nacional para cada período, série e disciplina:

Tabela 16 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	14	ACORIZAL, ARENÁPOLIS, BARÃO DE MELGAÇO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, LUCIARA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, TERRA NOVA DO NORTE, TESOIRO, TORIXORÉU.
140	7	PORTO ALEGRE DO NORTE, NOVO SANTO ANTÔNIO, CURVELÂNDIA, DOM AQUINO, SANTA CRUZ DO XINGU, ROSÁRIO OESTE, SÃO JOSÉ DO XINGU.
150	7	VALE DE SÃO DOMINGOS, SERRA NOVA DOURADA, JANGADA, CLÁUDIA, CAMPINÁPOLIS, COCALINHO, BOM JESUS DO ARAGUAIA.
160	18	CANABRAVA DO NORTE, CONFRESA, JUSCIMEIRA, SANTO AFONSO, LAMBARI D'OESTE, POCONÉ, FELIZ NATAL, BRASNORTE, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, NOVO SÃO JOAQUIM, TAPURAH, SÃO JOSÉ DO POVO, MARCELÂNDIA, COLNIZA, INDIAVAÍ, SÃO PEDRO DA CIPA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ARAGUAINHA.
170	37	PORTO ESTRELA, VERA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, JAURU, PLANALTO DA SERRA, ALTO BOA VISTA, NOVA NAZARÉ, PORTO ESPERIDIÃO, QUERÊNCIA, CÁCERES, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, NOBRES, GENERAL CARNEIRO, CASTANHEIRA, NOVA UBIRATÃ, ARAGUAIANA, PEIXOTO DE AZEVEDO, BARRA DO BUGRES, NOVO MUNDO, ITAÚBA, NOVA GUARITA, NOVA MONTE VERDE, NOVA BANDEIRANTES, DENISE, PONTAL DO ARAGUAIA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, ARIPUANÃ, COTRIGUAÇU, NOVA XAVANTINA, JUÍNA, CUIABÁ, VILA RICA, NOVA OLÍMPIA, RIO BRANCO, GUIRATINGA.
180	29	BARRA DO GARÇAS, PORTO DOS GAÚCHOS, PARANAÍTA, NOVA CANAÃ DO NORTE, VÁRZEA GRANDE, SANTA CARMEM, PARANATINGA, NOVA SANTA HELENA, CARLINDA, PONTES E LACERDA, GLÓRIA D'OESTE, TABAPORÃ, UNIÃO DO SUL (183,89), ITIQUIRA (184,89), SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ARAPUTANGA, MATUPÁ, CONQUISTA D'OESTE, DIAMANTINO, ALTO GARÇAS, RONDONÓPOLIS, ALTO TAQUARI, POXORÉO, ITANHANGÁ, CAMPO NOVO DO PARECIS, SAPEZAL, COMODORO, JUARA, GUARATÁ DO NORTE.
190	23	ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, RESERVA DO CABAÇAL, NOVA MUTUM, TANGARÁ DA SERRA, ÁGUA BOA, SINOP, PRIMAVERA DO LESTE, COLÍDER, JURUENA, MIRASSOL D'OESTE, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVA MARINGÁ, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, NOVA LACERDA, SORRISO, PONTE BRANCA, JACIARA, CAMPOS DE JÚLIO, IPIRANGA DO NORTE, SALTO DO CÉU, CAMPO VERDE, SANTA RITA DO TRIVELATO.
200	4	PEDRA PRETA, CANARANA, NOVA MARILÂNDIA, GAÚCHA DO NORTE.
210	1	LUCAS DO RIO VERDE.
220	1	NORTELÂNDIA.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 17 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	58	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, CURVELÂNDIA, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUSCIMEIRA, LAMBARI D'OESTE, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOIRO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VÁRZEA GRANDE, VERA.
180	1	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
210	11	POCONÉ, CONFRESA, ARAGUAIANA, JAURU, ROSÁRIO OESTE, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, NOBRES, PEIXOTO DE AZEVEDO, SERRA NOVA DOURADA, NOVA BANDEIRANTES, COLNIZA.
220	11	MATUPÁ, VILA RICA, ALTO ARAGUAIA, CAMPINÁPOLIS, SÃO PEDRO DA CIPA, PORTO ESPERIDIÃO, CÁCERES, JUÍNA, MARCELÂNDIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, DENISE.
230	25	TERRA NOVA DO NORTE, NOVO MUNDO, SALTO DO CÉU, SANTA CRUZ DO XINGU, PARANAÍTA, BRASNORTE, TAPURAH, BARRA DO BUGRES, INDIAVAÍ, NOVO SANTO ANTÔNIO (233,48), JACIARA (233,99), NOVA MONTE VERDE, PEDRA PRETA, JUARA, SANTA RITA DO TRIVELATO, RONDONÓPOLIS, APIACÁS, NOVA CANAÃ DO NORTE, ÁGUA BOA, CARLINDA, PONTES E LACERDA, NOVA LACERDA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, COMODORO, ITIQUIRA.
240	21	ALTO BOA VISTA, VALE DE SÃO DOMINGOS, PORTO DOS GAÚCHOS, POXORÉO, CUIABÁ, ALTO TAQUARI, FELIZ NATAL, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, BARRA DO GARÇAS, CLÁUDIA, NOVO SÃO JOAQUIM, ALTA FLORESTA, QUERÊNCIA, NOVA MARILÂNDIA, COTRIGUAÇU, MIRASSOL D'OESTE, NOVA GUARITA, CAMPO NOVO DO PARECIS, SORRISO, RIO BRANCO, JURUENA.
250	11	COLÍDER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, TANGARÁ DA SERRA, SANTA CARMEM, SINOP, NOVA MUTUM, CAMPOS DE JÚLIO, SAPEZAL, PRIMAVERA DO LESTE, PONTAL DO ARAGUAIA, GUARATÁ DO NORTE.
260	3	NORTELÂNDIA, CAMPO VERDE, LUCAS DO RIO VERDE.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 18 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2011.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	14	ACORIZAL, ARENÁPOLIS, BARÃO DE MELGAÇO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, LUCIARA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, TERRA NOVA DO NORTE, TESOIRO, TORIXORÉU.
150	2	PORTO ALEGRE DO NORTE, SANTA CRUZ DO XINGU.
160	5	VALE DE SÃO DOMINGOS, CURVELÂNDIA, SERRA NOVA DOURADA, NOVO SANTO ANTÔNIO, LAMBARI D'OESTE.
170	9	BOM JESUS DO ARAGUAIA, POCONÉ, SÃO JOSÉ DO XINGU, JANGADA, CONFRESA, ROSÁRIO OESTE, ARAGUAIANA, DOM AQUINO, COCALINHO.
180	28	BRASNORTE, INDIAVAÍ, SÃO JOSÉ DO POVO, CANABRAVA DO NORTE, CLÁUDIA, QUERÊNCIA, ARAGUAINHA, COLNIZA, JUSCIMEIRA, CAMPINÁPOLIS, SÃO PEDRO DA CIPA, GUIRATINGA, VERA, TAPURAH, DENISE, CÁCERES, MARCELÂNDIA, NOVO SÃO JOAQUIM, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, NOVO MUNDO, ALTO PARAGUAI, PLANALTO DA SERRA, PORTO ESTRELA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, COTRIGUAÇU, PEIXOTO DE AZEVEDO, MATUPÁ, APIACÁS.
190	35	CASTANHEIRA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, ALTO BOA VISTA, GENERAL CARNEIRO, FELIZ NATAL, DIAMANTINO, PONTAL DO ARAGUAIA, ITIQUIRA, ITAÚBA, NOVA GUARITA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, NOBRES, PORTO ESPERIDIÃO, JUÍNA, SANTO AFONSO, NOVA BANDEIRANTES, NOVA XAVANTINA, BARRA DO BUGRES, NOVA CANAÃ DO NORTE, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, NOVA MONTE VERDE, SANTA CARMEM, PARANATINGA, ALTO GARÇAS, VÁRZEA GRANDE, BARRA DO GARÇAS, NOVA UBIRATÃ, CUIABÁ, ARIPUANÁ, VILA RICA, NOVA SANTA HELENA, JACIARA, RIO BRANCO, RONDONÓPOLIS, CARLINDA.
200	22	PONTES E LACERDA, PORTO DOS GAÚCHOS, PARANAÍTA, ALTO ARAGUAIA, JAURU, ÁGUA BOA (202,42), ALTA FLORESTA (202,80), POXORÉO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, NOVA OLÍMPIA, COMODORO, NOVA NAZARÉ, ARAPUTANGA, ALTO TAQUARI, COLÍDER, TABAPORÃ, PRIMAVERA DO LESTE, TANGARÁ DA SERRA, SAPEZAL, SINOP, CAMPO NOVO DO PARECIS, JUARA.
210	16	NOVA MUTUM, GUARATÃ DO NORTE, SORRISO, GAÚCHA DO NORTE, NOVA LACERDA, CONQUISTA D'OESTE, ITANHANGÁ, MIRASSOL D'OESTE, UNIÃO DO SUL, NOVO HORIZONTE DO NORTE, CAMPOS DE JÚLIO, SALTO DO CÉU, SANTA RITA DO TRIVELATO, CAMPO VERDE, JURUENA, PEDRA PRETA.
220	7	IPIRANGA DO NORTE, NOVA MARINGÁ, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, PONTE BRANCA, CANARANA, GLÓRIA D'OESTE, NOVA MARILÂNDIA.
230	2	RESERVA DO CABAÇAL, LUCAS DO RIO VERDE.
240	1	NORTELÂNDIA.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 19 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2011.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	58	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, CURVELÂNDIA, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUSCIMEIRA, LAMBARI D'OESTE, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOIRO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VÁRZEA GRANDE, VERA.
190	1	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
210	4	ARAGUAIANA, POCONÉ, NOBRES, MARCELÂNDIA.
220	7	PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFRESA, SÃO PEDRO DA CIPA, JAURU, SERRA NOVA DOURADA, COLNIZA, INDIAVAÍ.
230	15	ROSÁRIO OESTE, CÁCERES, MATUPÁ, NOVO MUNDO, PEDRA PRETA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, JACIARA, CAMPINÁPOLIS, BRASNORTE, NOVA BANDEIRANTES, VILA RICA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, NOVA LACERDA, TAPURAH, ALTO BOA VISTA.
240	26	PORTO ESPERIDIÃO (240,05), PARANAÍTA (240,36), RONDONÓPOLIS, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, APIACÁS, ALTO ARAGUAIA, BARRA DO BUGRES, DENISE, POXORÉO, CUIABÁ, NOVA MONTE VERDE, JUÍNA, ITIQUIRA, CLÁUDIA, ÁGUA BOA, TERRA NOVA DO NORTE, QUERÊNCIA, NOVO SANTO ANTÔNIO, BARRA DO GARÇAS, JURUENA, MIRASSOL D'OESTE, ALTA FLORESTA, PONTES E LACERDA, JUARA, CARLINDA, NOVA CANAÃ DO NORTE.
250	16	NOVA GUARITA, SANTA RITA DO TRIVELATO, PORTO DOS GAÚCHOS, NOVA MARILÂNDIA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, CAMPO NOVO DO PARECIS, SALTO DO CÉU, RIO BRANCO, SINOP, NOVO SÃO JOAQUIM, VALE DE SÃO DOMINGOS, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, PONTAL DO ARAGUAIA, COMODORO, SANTA CRUZ DO XINGU, COLÍDER.
260	10	SAPEZAL, NORTELÂNDIA, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, FELIZ NATAL, PRIMAVERA DO LESTE, SANTA CARMEM, NOVA MUTUM, ALTO TAQUARI, LUCAS DO RIO VERDE.
270	4	GUARATÃ DO NORTE, CAMPO VERDE, CAMPOS DE JÚLIO, COTRIGUAÇU.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 20 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	17	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, CONQUISTA D'OESTE, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GUIRATINGA, NOVA BRASILÂNDIA, PORTO ALEGRE DO NORTE, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, TESOURO, TORIXORÉU, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
150	4	INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, JANGADA, CANABRAVA DO NORTE.
160	11	GAÚCHA DO NORTE, SÃO JOSÉ DO XINGU, ROSÁRIO OESTE, BOM JESUS DO ARAGUAIA, APIACÁS, POCONÉ, SÃO PEDRO DA CIPA, SERRA NOVA DOURADA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
170	29	ALTO BOA VISTA, CASTANHEIRA, ARAGUAIANA, CÁCERES, COTRIGUAÇU, COLNIZA, CONFRESA, PLANALTO DA SERRA, PORTO ESTRELA, PORTO ESPERIDIÃO, TERRA NOVA DO NORTE, NOVA NAZARÉ, PEIXOTO DE AZEVEDO, MATUPÁ, SANTO AFONSO, MARCELÂNDIA, CLÁUDIA, NOBRES, NOVO MUNDO, ALTO PARAGUAI, NOVO SÃO JOAQUIM, VALE DE SÃO DOMINGOS, JUÍNA, GENERAL CARNEIRO, SALTO DO CÉU, DENISE, JAURU, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, LUCIARA.
180	34	DIAMANTINO, ITIQUIRA, PONTES E LACERDA, CAMPINÁPOLIS, BARRA DO BUGRES, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, NOVA UBIRATÃ, JUARA, VÁRZEA GRANDE, ITAÚBA, CURVELÂNDIA, PARANAÍTA, JUSCIMEIRA, ARAPUTANGA, VILA RICA, MIRASSOL D'OESTE, SANTA CRUZ DO XINGU, NOVA XAVANTINA, NOVO SANTO ANTÔNIO, BRASNORTE, CUIABÁ, TABAPORÃ, POXORÉO, JACIARA (187,28), PARANATINGA (187,39), NOVA OLÍMPIA, ALTO ARAGUAIA, RONDONÓPOLIS, ALTA FLORESTA, PONTAL DO ARAGUAIA, COMODORO, RESERVA DO CABAÇAL, ARIPUANÃ, QUERÊNCIA.
190	21	SANTO ANTÔNIO DO LESTE, NOVA SANTA HELENA, SANTA CARMEM, GLÓRIA D'OESTE, CANARANA, CARLINDA, PRIMAVERA DO LESTE, PONTE BRANCA, FELIZ NATAL, NOVA BANDEIRANTES, NOVA LACERDA, VERA, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, BARRA DO GARÇAS, NOVA MARINGÁ, NOVA MONTE VERDE, ALTO GARÇAS, TAPURAH, COLÍDER.
200	17	ALTO TAQUARI, NOVA MUTUM, CAMPOS DE JÚLIO, SAPEZAL, ÁGUA BOA, SANTA RITA DO TRIVELATO, PORTO DOS GAÚCHOS, SINOP, ARENÁPOLIS, GUARATÃ DO NORTE, NORTELÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, ITANHANGÁ, PEDRA PRETA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVA GUARITA, UNIÃO DO SUL.
210	7	CAMPO VERDE, NOVA MARILÂNDIA, CAMPO NOVO DO PARECIS, RIBEIRÃOZINHO, IPIRANGA DO NORTE, RIO BRANCO, JURUENA.
220	1	LUCAS DO RIO VERDE.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 21 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	56	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUARA, JUSCIMEIRA, NOBRES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, PARANATINGA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOUREO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VERA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
190	2	LAMBARI D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
200	1	DENISE.
210	7	POCONÉ, JUÍNA, TERRA NOVA DO NORTE, COMODORO, PEIXOTO DE AZEVEDO, NOVA NAZARÉ, NOVO SÃO JOAQUIM.
220	20	MATUPÁ, NOVA UBIRATÃ, APIACÁS, SÃO PEDRO DA CIPA, NOVA GUARITA, ALTA FLORESTA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, SANTO AFONSO, VÁRZEA GRANDE, BRASNORTE, SERRA NOVA DOURADA, CURVELÂNDIA, PARANAÍTA, JAURU, CAMPINÁPOLIS, PORTO ESPERIDIÃO, ALTO BOA VISTA, ARIPUANÃ, CONFRESA, CÁCERES.
230	13	COLNIZA, NOVA MONTE VERDE, CLÁUDIA, RONDONÓPOLIS (233,47), SANTA CARMEM (234,39), MIRASSOL D'OESTE, PLANALTO DA SERRA, ITIQUIRA, NOVO SANTO ANTÔNIO, BARRA DO GARÇAS, MARCELÂNDIA, CUIABÁ, TAPURAH.
240	21	INDIAVAÍ, NOVA BANDEIRANTES, SANTA CRUZ DO XINGU, LUCIARA, NOVA CANAÃ DO NORTE, CARLINDA, QUERÊNCIA, BARRA DO BUGRES, VALE DE SÃO DOMINGOS, POXORÉO, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, ÁGUA BOA, ALTO ARAGUAIA, SANTA RITA DO TRIVELATO, TANGARÁ DA SERRA, PONTES E LACERDA, PEDRA PRETA, NOVA LACERDA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIO BRANCO, COLÍDER.
250	16	SORRISO, SINOP, PORTO DOS GAÚCHOS, SALTO DO CÉU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, CAMPO VERDE, PRIMAVERA DO LESTE, JURUENA, GUARATÁ DO NORTE, JACIARA, ARENÁPOLIS, CAMPO NOVO DO PARECIS, GLÓRIA D'OESTE, PONTAL DO ARAGUAIA, LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MARILÂNDIA.
260	3	ALTO TAQUARI, SAPEZAL, FELIZ NATAL.
270	2	NORTELÂNDIA, CAMPOS DE JÚLIO.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 22 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2013.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	17	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, CONQUISTA D'OESTE, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GUIRATINGA, NOVA BRASILÂNDIA, PORTO ALEGRE DO NORTE, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, TESOURO, TORIXORÉU, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
160	2	JANGADA, BOM JESUS DO ARAGUAIA.
170	13	ROSÁRIO OESTE, CANABRAVA DO NORTE, LAMBARI D'OESTE, CHAPADA DOS GUIMARÃES, PLANALTO DA SERRA, SÃO PEDRO DA CIPA, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, INDIAVAÍ, SERRA NOVA DOURADA, COCALINHO, SÃO JOSÉ DO XINGU, ALTO PARAGUAI.
180	13	ARAGUAIANA, POCONÉ, CÁCERES, PEIXOTO DE AZEVEDO, GAÚCHA DO NORTE, COTRIGUAÇU, NOVA NAZARÉ, CONFRESA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, PORTO ESPERIDIÃO, ITIQUIRA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, NOVO SÃO JOAQUIM.
190	31	CASTANHEIRA, CAMPINÁPOLIS, NOVO SANTO ANTÔNIO, JUARA, COLNIZA, VALE DE SÃO DOMINGOS, LUCIARA, MATUPÁ, CLÁUDIA, TERRA NOVA DO NORTE, JUSCIMEIRA, DENISE, NOVA XAVANTINA, QUERÊNCIA, GENERAL CARNEIRO, VÁRZEA GRANDE, DIAMANTINO, NOBRES, PONTES E LACERDA, PORTO ESTRELA, GLÓRIA D'OESTE, JAURU, SANTO AFONSO, JACIARA, RONDONÓPOLIS, MARCELÂNDIA, VILA RICA, JUÍNA, ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, TABAPORÃ.
200	27	CUIABÁ, BARRA DO BUGRES, NOVA UBIRATÃ, COMODORO, PARANATINGA, ARAPUTANGA (202,35), SANTA CRUZ DO XINGU (202,58), CURVELÂNDIA, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, BRASNORTE, MIRASSOL D'OESTE, PARANAÍTA, POXORÉO, PONTE BRANCA, ITAÚBA, NOVA MONTE VERDE, PONTAL DO ARAGUAIA, NOVA SANTA HELENA, CANARANA, SANTA CARMEM, NOVA OLÍMPIA, RESERVA DO CABAÇAL, PRIMAVERA DO LESTE, VERA, TANGARÁ DA SERRA, TAPURAH, ARIPUANÃ.
210	17	SANTO ANTÔNIO, DO LESTE, ALTO GARÇAS, FELIZ NATAL, CARLINDA, SORRISO, NOVA MUTUM, NOVO MUNDO, SALTO DO CÉU, BARRA DO GARÇAS, NOVA BANDEIRANTES, PORTO DOS GAÚCHOS, ARENÁPOLIS, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SAPEZAL, NOVA LACERDA, SINOP, ÁGUA BOA.
220	13	COLÍDER, NOVA MARINGÁ, CAMPOS DE JÚLIO, PEDRA PRETA, ALTO TAQUARI, CAMPO NOVO DO PARECIS, GUARATÁ DO NORTE, NOVA GUARITA, CAMPO VERDE, RIO BRANCO, ITANHANGÁ, UNIÃO DO SUL, NOVA CANAÃ DO NORTE.
230	6	SANTA RITA DO TRIVELATO, IPIRANGA DO NORTE, NORTELÂNDIA, RIBEIRÃOZINHO, JURUENA, NOVO HORIZONTE DO NORTE.
240	1	LUCAS DO RIO VERDE.
270	1	NOVA MARILÂNDIA.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 23 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2013.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	56	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUARA, JUSCIMEIRA, NOBRES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, PARANATINGA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOUREO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VERA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
190	1	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
210	3	LAMBARI D'OESTE, POCONÉ, NOVA UBIRATÃ.
220	14	MATUPÁ, PEIXOTO DE AZEVEDO, SÃO PEDRO DA CIPA, DENISE, VÁRZEA GRANDE, JUÍNA, NOVO SÃO JOAQUIM, CURVELÂNDIA, NOVA NAZARÉ, BRASNORTE, JAURU, TERRA NOVA DO NORTE, COLNIZA, ALTA FLORESTA.
230	22	CONFRESA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, SERRA NOVA DOURADA, PARANAÍTA, NOVA MONTE VERDE, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, SANTO AFONSO, RONDONÓPOLIS, NOVO SANTO ANTÔNIO, NOVA GUARITA, ITIQUIRA, CUIABÁ, CÁCERES, CAMPINÁPOLIS, PORTO ESPERIDIÃO, LUCIARA (237,57), POXORÉO (238,91), COMODORO, CARLINDA, CLÁUDIA, PEDRA PRETA.
240	16	MIRASSOL D'OESTE, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, MARCELÂNDIA, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTA CARMEM, QUERÊNCIA, NOVA BANDEIRANTES, ÁGUA BOA, ARIPUANÃ, INDIAVAÍ, PONTES E LACERDA, NOVA LACERDA, PLANALTO DA SERRA, TAPURAH.
250	18	PONTAL DO ARAGUAIA, VALE DE SÃO DOMINGOS, NOVA CANAÃ DO NORTE, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ALTO ARAGUAIA, TANGARÁ DA SERRA, JURUENA, SINOP, CAMPO VERDE, NOVA MARILÂNDIA, ARENÁPOLIS, SANTA RITA DO TRIVELATO, PRIMAVERA DO LESTE, COLÍDER, GLÓRIA D'OESTE, CAMPO NOVO DO PARECIS, SORRISO, JACIARA.
260	7	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, PORTO DOS GAÚCHOS, SALTO DO CÉU, SAPEZAL, NORTELÂNDIA, GUARATÃ DO NORTE, RIO BRANCO.
270	4	LUCAS DO RIO VERDE, ALTO TAQUARI, CAMPOS DE JÚLIO, FELIZ NATAL.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 24 - Tabela de proficiência em português (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	19	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GENERAL CARNEIRO, JAURU, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SERRA NOVA DOURADA, TESOURO, VALE DE SÃO DOMINGOS.
150	1	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.
160	2	PORTO ALEGRE DO NORTE, JANGADA.
170	7	CURVELÂNDIA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, POCONÉ, CAMPINÁPOLIS, PONTAL DO ARAGUAIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, COCALINHO.
180	21	CÁCERES, PLANALTO DA SERRA, ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, INDIAVAÍ, NOVO SANTO ANTÔNIO, PORTO ESTRELA, NOBRES, CONFRESA, BARRA DO BUGRES, MARCELÂNDIA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, CANABRAVA DO NORTE, PORTO ESPERIDIÃO, DENISE, COLNIZA, PEIXOTO DE AZEVEDO, CHAPADA DOS GUIMARÃES, TAPURAH, LAMBARI D'OESTE, QUERÊNCIA.
190	35	PARANAÍTA, ARIPUANÃ, ARAGUAIANA, JUARA, POXORÉO, NOVA MONTE VERDE, CASTANHEIRA, RESERVA DO CABAÇAL, NOVO SÃO JOAQUIM, GUIRATINGA, SÃO PEDRO DA CIPA, VÁRZEA GRANDE, CANARANA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, JUÍNA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, COTRIGUAÇU, MATUPÁ, CLÁUDIA, APIACÁS, ARAPUTANGA, ITAÚBA, JUSCIMEIRA, BRASNORTE, TABAPORÃ, RONDONÓPOLIS, GLÓRIA D'OESTE, COMODORO, NOVA OLÍMPIA, PONTES E LACERDA, CUIABÁ, TORIXORÉU, DIAMANTINO, VILA RICA, PARANATINGA.
200	27	NOVA LACERDA (200,37), ITIQUIRA, NOVA BANDEIRANTES, NOVA MARILÂNDIA, SALTO DO CÉU, SANTA CRUZ DO XINGU, TERRA NOVA DO NORTE, GAÚCHA DO NORTE, NOVA MARINGÁ, NOVA CANAÃ DO NORTE, CARLINDA, NOVO MUNDO, VERA, CONQUISTA D'OESTE, PEDRA PRETA, FELIZ NATAL, ALTA FLORESTA, BARRA DO GARÇAS, SAPEZAL, NOVA MUTUM, PORTO DOS GAÚCHOS, SANTO AFONSO, UNIÃO DO SUL, MIRASSOL D'OESTE, NOVA UBIRATÃ, NOVA SANTA HELENA, CAMPO NOVO DO PARECIS.
210	21	ALTO ARAGUAIA, SORRISO, NOVA NAZARÉ, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, JACIARA, NORTELÂNDIA, ARENÁPOLIS, PRIMAVERA DO LESTE, SINOP, ITANHANGÁ, RIO BRANCO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, ALTO TAQUARI, JURUENA, TANGARÁ DA SERRA, PONTE BRANCA, NOVA XAVANTINA, COLÍDER, ALTO GARÇAS, ÁGUA BOA, CAMPOS DE JÚLIO.
220	7	CAMPO VERDE, NOVO HORIZONTE DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, GUARATÃ DO NORTE, SANTA CARMEM, LUCAS DO RIO VERDE, SANTA RITA DO TRIVELATO.
230	1	RIBEIRÃOZINHO.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 25 - Tabela de proficiência em português (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	69	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPINÁPOLIS, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, FELIZ NATAL, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUARA, JURUENA, JUSCIMEIRA, LUCIARA, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, NOVO SANTO ANTÔNIO, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, POXORÉO, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, TABAPORÃ, TERRA NOVA DO NORTE, TESOURO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VERA, VILA RICA.
190	1	DOM AQUINO.
200	1	CURVELÂNDIA.
210	6	POCONÉ, VÁRZEA GRANDE, TAPURAH, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO PEDRO DA CIPA.
220	11	VALE DE SÃO DOMINGOS, LAMBARI D'OESTE, PEIXOTO DE AZEVEDO, NOVA MONTE VERDE, NOVA GUARITA, MARCELÂNDIA, DENISE, CONFRESA, NOVO SÃO JOAQUIM, INDIAVAÍ, MATUPÁ.
230	17	COLNIZA, NOVA CANAÃ DO NORTE, GLÓRIA D'OESTE, BRASNORTE, SANTA CRUZ DO XINGU, ALTO ARAGUAIA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE, NOVA UBIRATÃ, PEDRA PRETA, PORTO ESPERIDIÃO, APIACÁS, NOVA BANDEIRANTES, CLÁUDIA, ITIQUIRA, BARRA DO BUGRES, RONDONÓPOLIS, CÁCERES.
240	14	ARIPUANÃ, JAURU, PONTAL DO ARAGUAIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, MIRASSOL D'OESTE, CUIABÁ, JUÍNA (243,23), ALTA FLORESTA (245,59), SANTO ANTÔNIO DO LESTE, ALTO BOA VISTA, CARLINDA, PARANAÍTA, COMODORO, RIO BRANCO.
250	11	NOVA LACERDA, BARRA DO GARÇAS, PONTES E LACERDA, JACIARA, SINOP, ARENÁPOLIS, PORTO DOS GAÚCHOS, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SORRISO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
260	8	ALTO TAQUARI, COLÍDER, SANTA RITA DO TRIVELATO, CHAPADA DOS GUIMARÃES, TANGARÁ DA SERRA, CAMPO VERDE, PRIMAVERA DO LESTE, CAMPO NOVO DO PARECIS.
270	3	GUARATÃ DO NORTE, CAMPOS DE JÚLIO, LUCAS DO RIO VERDE.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

Tabela 26 - Tabela de proficiência em matemática (1º ao 5º ano - 1ª a 4ª série) do EF - Mato Grosso/2015.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	19	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GENERAL CARNEIRO, JAURU, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SERRA NOVA DOURADA, TESOURO, VALE DE SÃO DOMINGOS.
170	1	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.
180	5	JANGADA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, PORTO ALEGRE DO NORTE, COCALINHO, CURVELÂNDIA.
190	23	CAMPINÁPOLIS, POCONÉ, BARRA DO BUGRES, CÁCERES, CHAPADA DOS GUIMARÃES, ALTO BOA VISTA, PONTAL DO ARAGUAIA, LAMBARI D'OESTE, JUARA, ALTO PARAGUAI, CONFRESA, PLANALTO DA SERRA, INDIAVAÍ, NOBRES, ARAGUAIANA, NOVO SANTO ANTÔNIO, DENISE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MARCELÂNDIA, COLNIZA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PORTO ESPERIDIÃO, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
200	33	TERRA NOVA DO NORTE, CASTANHEIRA, NOVO SÃO JOAQUIM, QUERÊNCIA, CANABRAVA DO NORTE, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, JUÍNA, DIAMANTINO, TAPURAH, NOVA MONTE VERDE, MATUPÁ, COMODORO, PARANAÍTA, TORIXORÉU, CLÁUDIA, GAÚCHA DO NORTE, RONDONÓPOLIS, ARAPUTANGA, ARIPUANÃ, PORTO ESTRELA, VÁRZEA GRANDE, BRASNORTE, SÃO PEDRO DA CIPA, RESERVA DO CABAÇAL, GUIRATINGA, VILA RICA, PONTE BRANCA, COTRIGUAÇU, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, CUIABÁ, NOVA SANTA HELENA, ITIQUIRA, PONTES E LACERDA.
210	32	CANARANA, CONQUISTA D'OESTE, NOVA OLÍMPIA, ITAÚBA, NOVA BANDEIRANTES, NOVA MUTUM (212,48), POXORÉO (212,52), FELIZ NATAL , ALTO GARÇAS , PARANATINGA , TABAPORÃ , BARRA DO GARÇAS , ALTA FLORESTA , NOVA XAVANTINA , SANTO AFONSO , NOVA NAZARÉ , CARLINDA , SALTO DO CÉU , NOVA CANAÃ DO NORTE , NOVA MARILÂNDIA , ARENÁPOLIS , SAPEZAL , VERA , PEDRA PRETA , NOVO MUNDO , NOVA LACERDA , NOVA UBIRATÃ , APIACÁS , JUSCIMEIRA , RIO BRANCO , SINOP , SANTA CRUZ DO XINGU .
220	19	SORRISO , PRIMAVERA DO LESTE , GLÓRIA D'OESTE , UNIÃO DO SUL , SÃO JOSÉ DO RIO CLARO , COLÍDER , ÁGUA BOA , TANGARÁ DA SERRA , MIRASSOL D'OESTE , ITANHANGÁ , CAMPO NOVO DO PARECIS , ALTO TAQUARI , PORTO DOS GAÚCHOS , SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS , NOVO HORIZONTE DO NORTE , NOVA MARINGÁ , ALTO ARAGUAIA , JACIARA , CAMPOS DE JÚLIO .
230	6	NORTELÂNDIA , CAMPO VERDE , JURUENA , SANTA CARMEM , IPIRANGA DO NORTE , GUARATÁ DO NORTE .
240	2	LUCAS DO RIO VERDE , RIBEIRÃOZINHO .
260	1	SANTA RITA DO TRIVELATO .

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

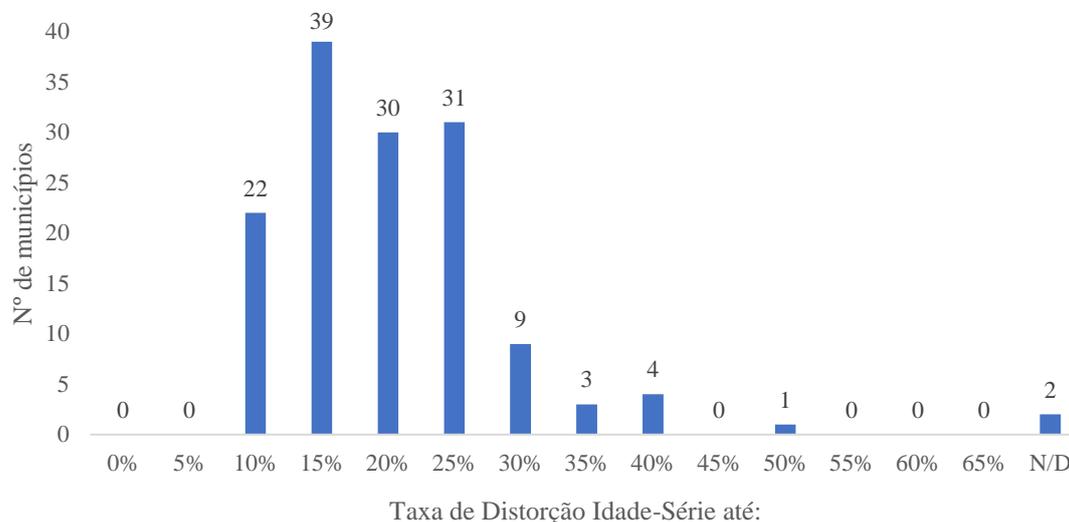
Tabela 27 - Tabela de proficiência em matemática (6º ao 9º ano - 5ª a 8ª série) do EF - Mato Grosso/2015.

Nota	Número de Municípios	Municípios
0	69	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPINÁPOLIS, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, FELIZ NATAL, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JUARA, JURUENA, JUSCIMEIRA, LUCIARA, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, NOVO SANTO ANTÔNIO, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, POXORÉO, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, TABAPORÃ, TERRA NOVA DO NORTE, TESOIRO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VERA, VILA RICA.
210	2	CURVELÂNDIA, SÃO PEDRO DA CIPA.
220	10	DENISE, LAMBARI D'OESTE, VÁRZEA GRANDE, POCONÉ, ALTO ARAGUAIA, DOM AQUINO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, NOVA MONTE VERDE, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VALE DE SÃO DOMINGOS.
230	16	PEIXOTO DE AZEVEDO, PEDRA PRETA, TAPURAH, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, INDIAVAÍ, PONTAL DO ARAGUAIA, MATUPÁ, CONFRESA, NOVA GUARITA, CÁCERES, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, PORTO ESPERIDIÃO, CLÁUDIA, GLÓRIA D'OESTE, BRASNORTE, COLNIZA.
240	17	SANTA CRUZ DO XINGU, MARCELÂNDIA, NOVO SÃO JOAQUIM, JUÍNA, RONDONÓPOLIS, CUIABÁ, NOVA UBIRATÃ, BARRA DO BUGRES, PORTO DOS GAÚCHOS, ALTA FLORESTA, NOVA BANDEIRANTES, BARRA DO GARÇAS (246,09), ARENÁPOLIS (246,74), ITIQUIRA, ARIPUANÃ, PONTES E LACERDA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA.
250	12	MIRASSOL D'OESTE, CARLINDA, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, COMODORO, SORRISO, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA LACERDA, SINOP, JAURU, PARANAÍTA, SANTA CARMEM, ALTO BOA VISTA.
260	10	APIACÁS, ALTO TAQUARI, CAMPO VERDE, SANTA RITA DO TRIVELATO, JACIARA, COLÍDER, TANGARÁ DA SERRA, RIO BRANCO, PRIMAVERA DO LESTE, SALTO DO CÉU.
270	4	CHAPADA DOS GUIMARÃES, CAMPO NOVO DO PARECIS, LUCAS DO RIO VERDE, GUARATÃ DO NORTE.
290	1	CAMPOS DE JÚLIO.

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor, conforme distribuição dos municípios e nota de proficiência. Os municípios com nota zero são os que não realizaram a Prova Brasil no referido exercício ou não tiveram suas notas divulgadas pelo INEP.

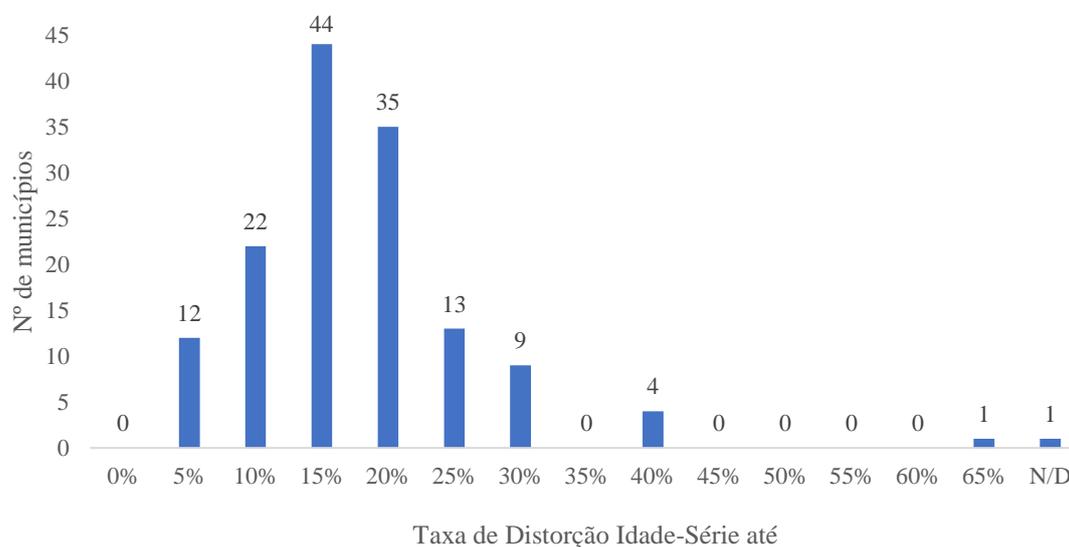
ANEXO B – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE A VARIÁVEL DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO:

Figura 53 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2011).



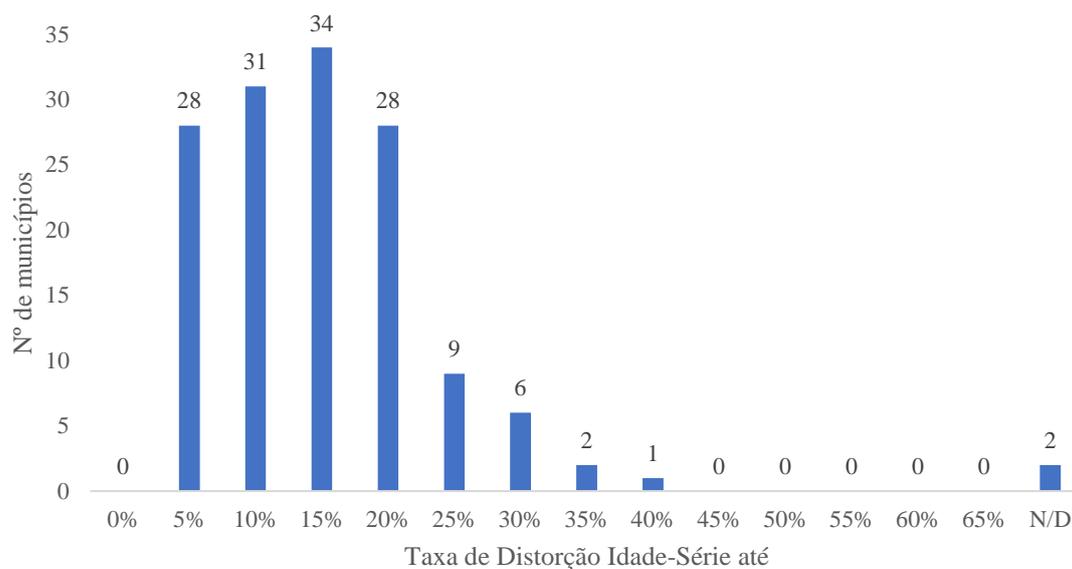
Fonte: Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 54 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2012).



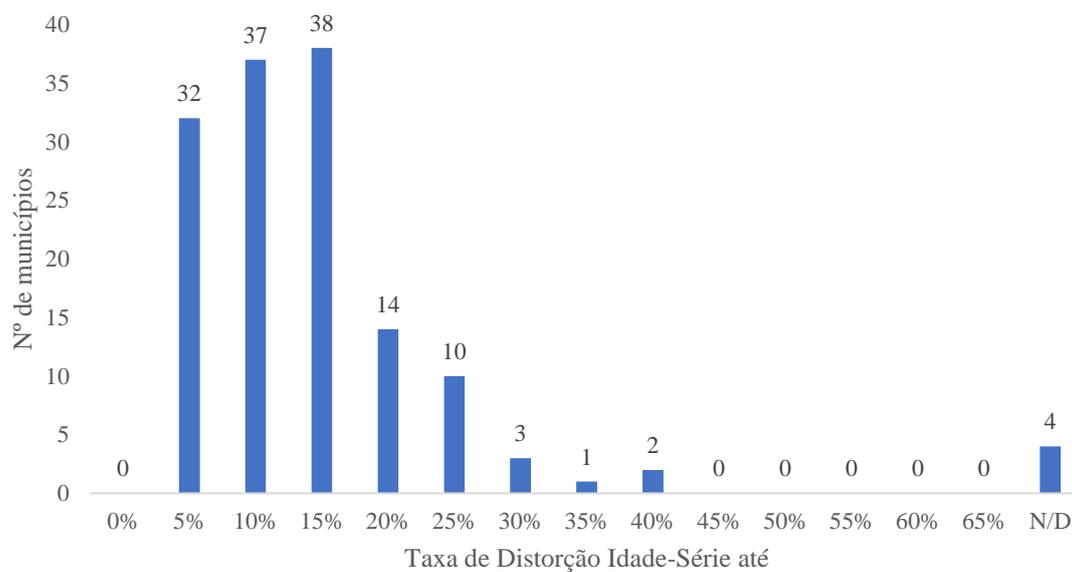
Fonte: Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 55 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2013).



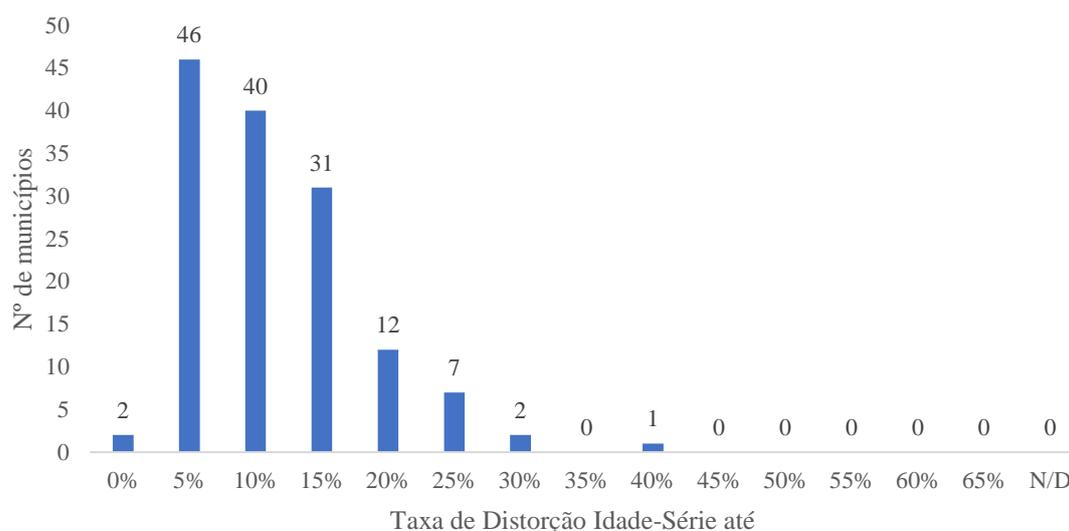
Fonte: Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 56 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2014).



Fonte: Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 57 - Histograma da Taxa de Distorção Idade-Série do EF - Mato Grosso (2015).



Fonte: Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Detalhadamente, pode-se ver as respectivas faixas do índice e os municípios que nelas se encontram:

Tabela 28 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2011.

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	2	BARÃO DE MELGAÇO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 5%	0	0
5,1% a 10%	22	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO PARAGUAI, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, CASTANHEIRA, COLÍDER, DIAMANTINO, JACIARA, JANGADA, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MUTUM, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PONTE BRANCA, RESERVA DO CABAÇAL, RONDONÓPOLIS, TABAPORÃ, TORIXORÉU, VERA.
10,1% a 15%	39	ALTA FLORESTA, ALTO GARÇAS, CANABRAVA DO NORTE, CUIABÁ, CURVELÂNDIA, DENISE, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITAÚBA, ITIQUIRA, JUÍNA, JUSCIMEIRA, LUCAS DO RIO VERDE, MARCELÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MONTE VERDE, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, POCONÉ, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO DOS GAÚCHOS, QUERÊNCIA, RIBEIRÃOZINHO, SANTA CARMEM, SANTA RITA DO TRIVELATO, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SÃO PEDRO DA CIPA, SAPEZAL, SINOP, SORRISO, TAPURAH, TESOURO, VÁRZEA GRANDE.
15,1% a 20%	30	ALTO BOA VISTA, APIACÁS, ARIPUANÃ, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPO NOVO DO PARECIS, CAMPO VERDE, CLÁUDIA, COCALINHO, COMODORO, COTRIGUAÇU, DOM AQUINO, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, ITANHANGÁ, JAURU, MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MARINGÁ, PEDRA PRETA,

		PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, POXORÉO, PRIMAVERA DO LESTE, RIO BRANCO, TANGARÁ DA SERRA, VALE DE SÃO DOMINGOS.
20,1% a 25%	31	ALTO ARAGUAIA, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CANARANA, CARLINDA, COLNIZA, CONFRESA, GENERAL CARNEIRO, JUARA, JURUENA, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA UBIRATÃ, NOVO SANTO ANTÔNIO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PARANATINGA, PORTO ESPERIDIÃO, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SALTO DO CÉU, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SERRA NOVA DOURADA, TERRA NOVA DO NORTE, UNIÃO DO SUL, VILA RICA.
25,1% a 30%	9	ALTO TAQUARI, CHAPADA DOS GUIMARÃES, CONQUISTA D'OESTE, FELIZ NATAL, GAÚCHA DO NORTE, NOVA BANDEIRANTES, NOVA LACERDA, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTO ANTÔNIO DO LESTE.
30,1% a 35%	3	ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
35,1% a 40%	4	CAMPINÁPOLIS, GUARATÃ DO NORTE, NOVA NAZARÉ, RONDOLÂNDIA.
40,1% a 45%	0	0
45,1% a 50%	1	LUCIARA
50,1% a 55%	0	0
55,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	0	0
Total:	141	

Fonte: Taxa de distorção idade-série - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

Tabela 29 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2012.

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	1	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.
0,1% a 5%	12	ACORIZAL, ARENÁPOLIS, BARÃO DE MELGAÇO, CASTANHEIRA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, JANGADA, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MUTUM, RESERVA DO CABAÇAL, VERA.
0,1% a 0%	0	0
5,1% a 10%	22	ÁGUA BOA, ALTO PARAGUAI, ARAPUTANGA, CAMPOS DE JÚLIO, COLÍDER, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, ITIQUIRA, JACIARA, NOVA GUARITA, NOVA OLÍMPIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO SÃO JOAQUIM, PEIXOTO DE AZEVEDO, PORTO DOS GAÚCHOS, RONDONÓPOLIS, SANTO AFONSO, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TESOURO, TORIXORÉU.
10,1% a 15%	44	ALTA FLORESTA, ALTO BOA VISTA, ALTO GARÇAS, APIACÁS, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPO VERDE, CANABRAVA DO NORTE, COCALINHO, COMODORO, CUIABÁ, DOM AQUINO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITAÚBA, JAURU, JUSCIMEIRA, LUCAS DO RIO VERDE, MARCELÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MONTE VERDE, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, PEDRA PRETA, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, POXORÉO, QUERÊNCIA, RIBEIRÃOZINHO, SANTA CARMEM, SANTA RITA DO

		TRIVELATO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SAPEZAL, SINOP, SORRISO, TAPURAH, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VÁRZEA GRANDE.
15,1% a 20%	35	ARAGUAIANA, ARIPUANÃ, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, CÁCERES, CANARANA, CARLINDA, CLÁUDIA, COLNIZA, CONFRESA, COTRIGUAÇU, GAÚCHA DO NORTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, ITANHANGÁ, JUARA, JUÍNA, MATUPÁ, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA LACERDA, NOVA MARINGÁ, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, PARANAÍTA, PARANATINGA, PORTO ESPERIDIÃO, PRIMAVERA DO LESTE, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO JOSÉ DO POVO, TANGARÁ DA SERRA, TERRA NOVA DO NORTE.
20,1% a 25%	13	ALTO ARAGUAIA, ARAGUAINHA, BRASNORTE, CAMPO NOVO DO PARECIS, JURUENA, LAMBARI D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BANDEIRANTES, ROSÁRIO OESTE, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SERRA NOVA DOURADA, VILA RICA.
25,1% a 30%	9	ALTO TAQUARI, CHAPADA DOS GUIMARÃES, CONQUISTA D'OESTE, FELIZ NATAL, GENERAL CARNEIRO, NOVO SANTO ANTÔNIO, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
30,1% a 35%	0	0
35,1% a 40%	4	CAMPINÁPOLIS, GUARATÃ DO NORTE, NOVA NAZARÉ, RONDOLÂNDIA.
40,1% a 45%	0	0
45,1% a 50%	0	0
50,1% a 55%	0	0
55,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	1	LUCIARA.
Total:	141	

Fonte: Taxa de distorção idade-série - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

Tabela 30 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2013.

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	2	LUCIARA, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 5%	28	ACORIZAL, ARENÁPOLIS, CANABRAVA DO NORTE, CASTANHEIRA, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, JACIARA, JANGADA, JUARA, MATUPÁ, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO SÃO JOAQUIM, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDONÓPOLIS, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TAPURAH, TORIXORÉU, VERA.
5,1% a 10%	31	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAPUTANGA, CAMPOS DE JÚLIO, COLÍDER, ITAÚBA, ITIQUIRA, JAURU, JUÍNA, MARCELÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MONTE VERDE, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTE BRANCA, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESTRELA, POXORÉO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TESOURO, UNIÃO DO SUL, VÁRZEA GRANDE.

10,1% a 15%	34	ALTO GARÇAS, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPO VERDE, CANARANA, CLÁUDIA, COLNIZA, COMODORO, CUIABÁ, DOM AQUINO, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, LUCAS DO RIO VERDE, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MARINGÁ, NOVA SANTA HELENA, PARANAÍTA, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SANTA RITA DO TRIVELATO, SAPEZAL, SINOP, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, TERRA NOVA DO NORTE, VALE DE SÃO DOMINGOS.
15,1% a 20%	28	ALTO ARAGUAIA, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARIPUANÃ, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CARLINDA, COCALINHO, CONFRESA, COTRIGUAÇU, GAÚCHA DO NORTE, INDIAVAÍ, JURUENA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BANDEIRANTES, NOVA LACERDA, NOVA UBIRATÃ, PARANATINGA, PORTO ESPERIDIÃO, PRIMAVERA DO LESTE, RIO BRANCO, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, VILA RICA.
20,1% a 25%	9	CAMPO NOVO DO PARECIS, CHAPADA DOS GUIMARÃES, CONQUISTA D'OESTE, GENERAL CARNEIRO, LAMBARI D'OESTE, NOVO SANTO ANTÔNIO, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SERRA NOVA DOURADA
25,1% a 30%	6	ALTO TAQUARI, FELIZ NATAL, GUARATÃ DO NORTE, JUSCIMEIRA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE
30,1% a 35%	2	CAMPINÁPOLIS, RONDOLÂNDIA
35,1% a 40%	1	NOVA NAZARÉ
40,1% a 45%	0	0
45,1% a 50%	0	0
50,1% a 55%	0	0
55,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	0	0
Total:	141	

Fonte: Taxa de distorção idade-série - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

Tabela 31 - Tabela histograma da Distorção idade-série por municípios/2014.

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	4	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, JANGADA, JUARA, RESERVA DO CABAÇAL.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 5%	32	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, CASTANHEIRA, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, ITAÚBA, JACIARA, MATUPÁ, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, QUERÊNCIA, RIBEIRÃOZINHO, RONDONÓPOLIS, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TAPURAH, TORIXORÉU, VERA.
5,1% a 10%	37	ALTA FLORESTA, ALTO BOA VISTA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, COLÍDER, CUIABÁ, DOM AQUINO, GAÚCHA DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITIQUIRA, JAURU, JUÍNA, LUCAS DO RIO VERDE, MARCELÂNDIA,

		NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MARINGÁ, NOVA MONTE VERDE, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, NOVO SÃO JOAQUIM, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESTRELA, POXORÉO, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, TESOIRO, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VÁRZEA GRANDE.
10,1% a 15%	38	ALTO ARAGUAIA, ALTO GARÇAS, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPO VERDE, CANABRAVA DO NORTE, CARLINDA, CLÁUDIA, COCALINHO, COLNIZA, COMODORO, CONFRESA, COTRIGUAÇU, JURUENA, JUSCIMEIRA, MIRASSOL D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA SANTA HELENA, PARANAÍTA, PARANATINGA, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO ESPERIDIÃO, PRIMAVERA DO LESTE, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SAPEZAL, SINOP, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, TERRA NOVA DO NORTE.
15,1% a 20%	14	BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CANARANA, INDIAVAÍ, NOVA BANDEIRANTES, NOVA UBIRATÃ, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO SANTO ANTÔNIO, RIO BRANCO, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, VILA RICA.
20,1% a 25%	10	CHAPADA DOS GUIMARÃES, CONQUISTA D'OESTE, GENERAL CARNEIRO, GUARATÃ DO NORTE, LAMBARI D'OESTE, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SERRA NOVA DOURADA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
25,1% a 30%	3	ALTO TAQUARI, FELIZ NATAL, NOVA LACERDA.
30,1% a 35%	1	CAMPINÁPOLIS.
35,1% a 40%	2	LUCIARA, NOVA NAZARÉ.
40,1% a 45%	0	0
45,1% a 50%	0	0
50,1% a 55%	0	0
55,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	0	0
Total:	141	

Fonte: Taxa de distorção idade-série - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

Tabela 32 - Tabela histograma da Distorção idade-série por município/2015.

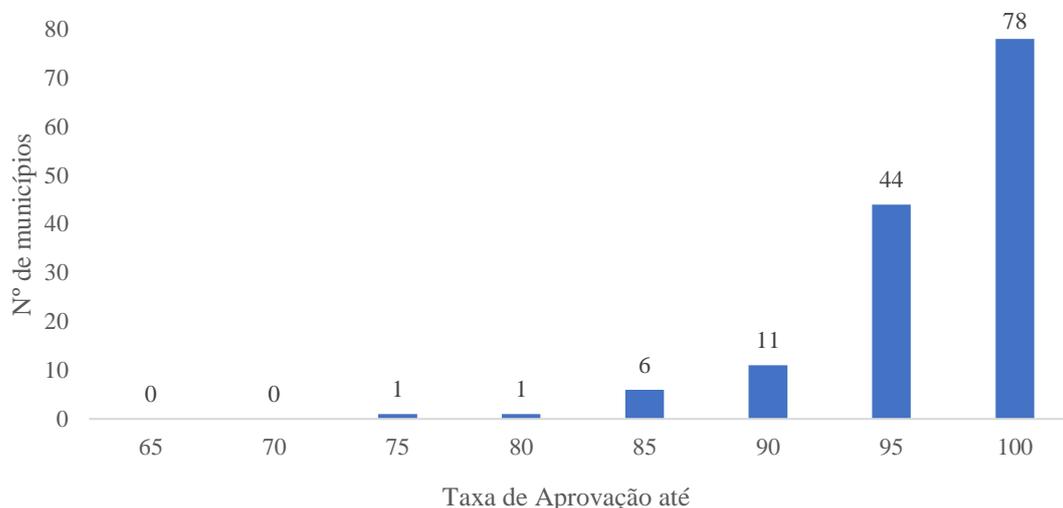
Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	0	0
0,1% a 5%	46	ÁGUA BOA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, CASTANHEIRA, COCALINHO, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, ITAÚBA, JACIARA, JANGADA, JAURU, JUARA, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NOBRES, NOVA GUARITA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MONTE VERDE, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA XAVANTINA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, PORTO ALEGRE DO NORTE, POXORÉO, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL,

		RIBEIRÃOZINHO, RONDONÓPOLIS, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÁ, TAPURAH, TORIXORÉU, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA.
0,1% a 0%	2	ACORIZAL, NORTELÂNDIA.
5,1% a 10%	40	ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, ARAGUAINHA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CARLINDA, COLÍDER, COLNIZA, COTRIGUAÇU, CUIABÁ, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITIQUIRA, JUÍNA, LUCAS DO RIO VERDE, LUCIARA, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA SANTA HELENA, NOVO MUNDO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANATINGA, PEDRA PRETA, POCONÉ, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESTRELA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SALTO DO CÉU, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SAPEZAL, SINOP, TANGARÁ DA SERRA, TESOURO, UNIÃO DO SUL, VÁRZEA GRANDE.
10,1% a 15%	31	ALTO GARÇAS, ARAGUAIANA, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPO NOVO DO PARECIS, CAMPO VERDE, CANARANA, COMODORO, CONFRESA, GAÚCHA DO NORTE, GUARATÃ DO NORTE, JURUENA, JUSCIMEIRA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BANDEIRANTES, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PARANAÍTA, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO ESPERIDIÃO, PRIMAVERA DO LESTE, ROSÁRIO OESTE, SANTA CARMEM, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SORRISO, VILA RICA.
15,1% a 20%	12	CHAPADA DOS GUIMARÃES, CLÁUDIA, INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, NOVA UBIRATÃ, NOVO SANTO ANTÔNIO, RIO BRANCO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO JOSÉ DO POVO, TERRA NOVA DO NORTE.
20,1% a 25%	7	ALTO TAQUARI, CONQUISTA D'OESTE, FELIZ NATAL, NOVA LACERDA, SANTA CRUZ DO XINGU, SERRA NOVA DOURADA, VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE.
25,1% a 30%	2	CAMPINÁPOLIS, GENERAL CARNEIRO.
30,1% a 35%	0	0
35,1% a 40%	1	NOVA NAZARÉ.
40,1% a 45%	0	0
45,1% a 50%	0	0
50,1% a 55%	0	0
55,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	0	0
Total:	141	

Fonte: Taxa de distorção idade-série - INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor.

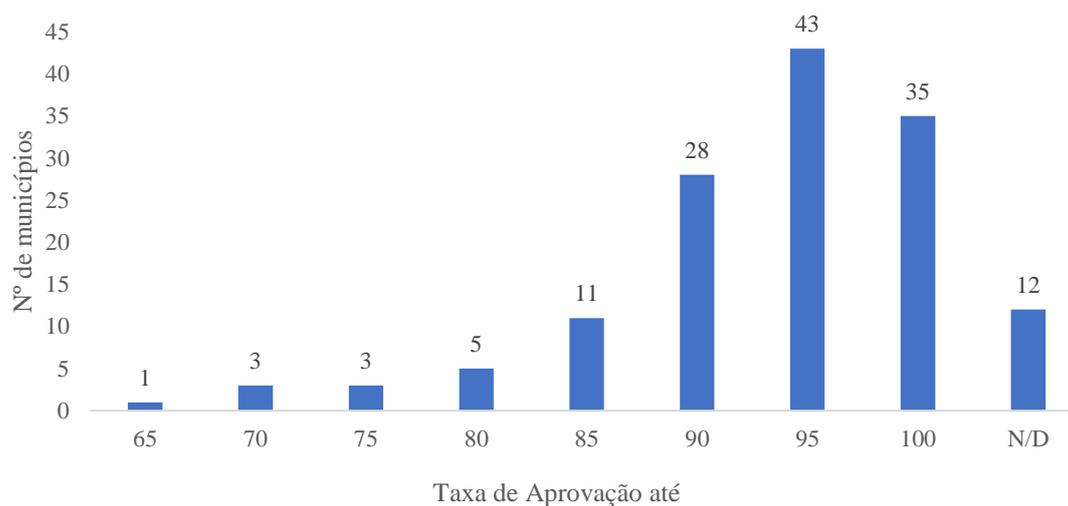
ANEXO C – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE A TAXA DE APROVAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES:

Figura 58 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).



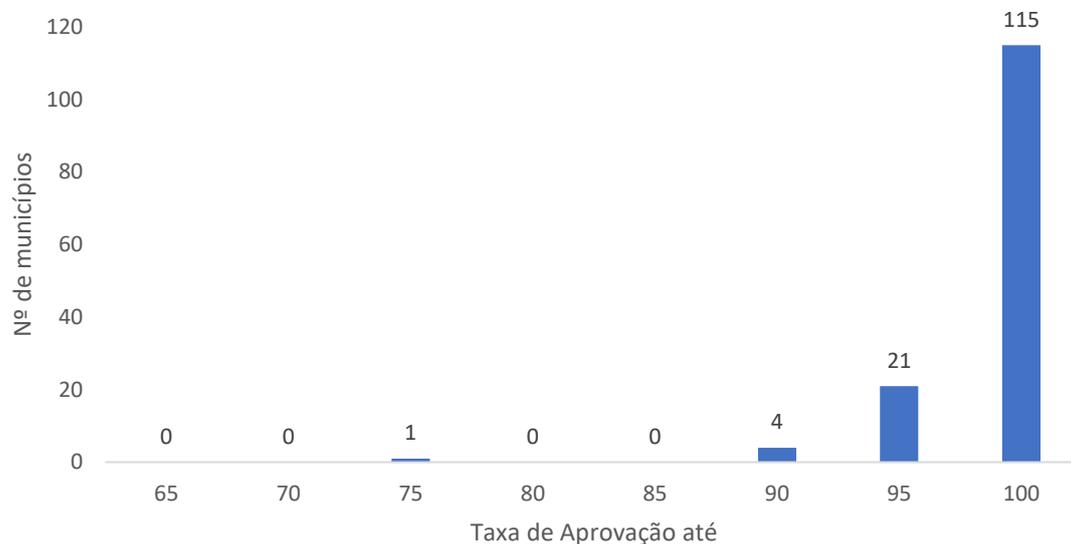
Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 59 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).



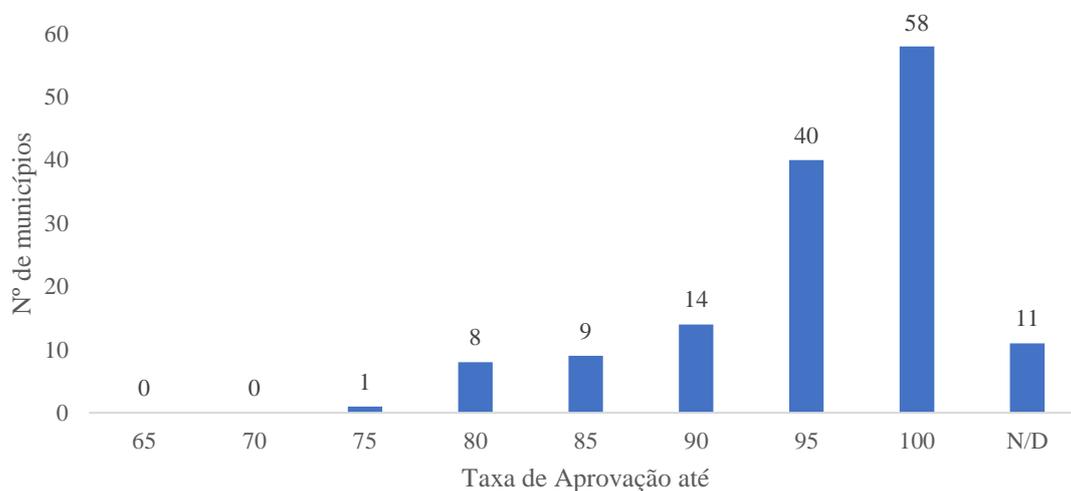
Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 60 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).



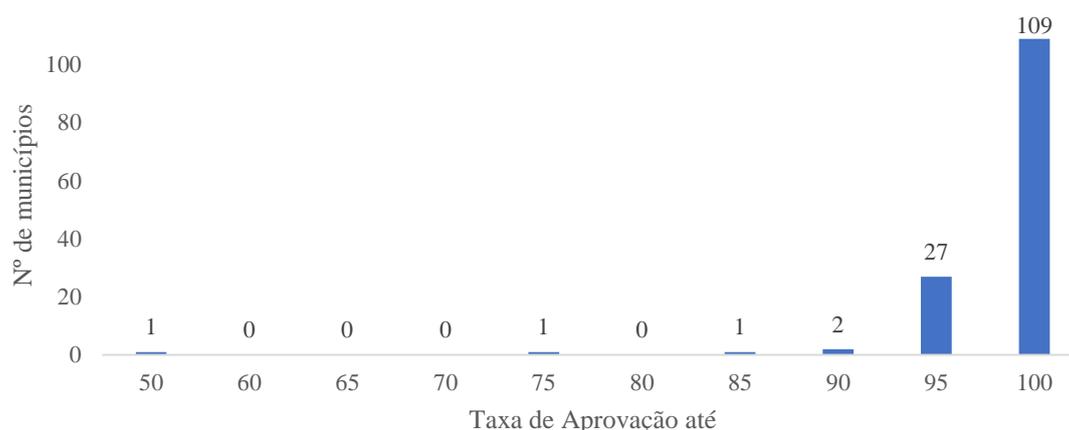
Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 61 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).



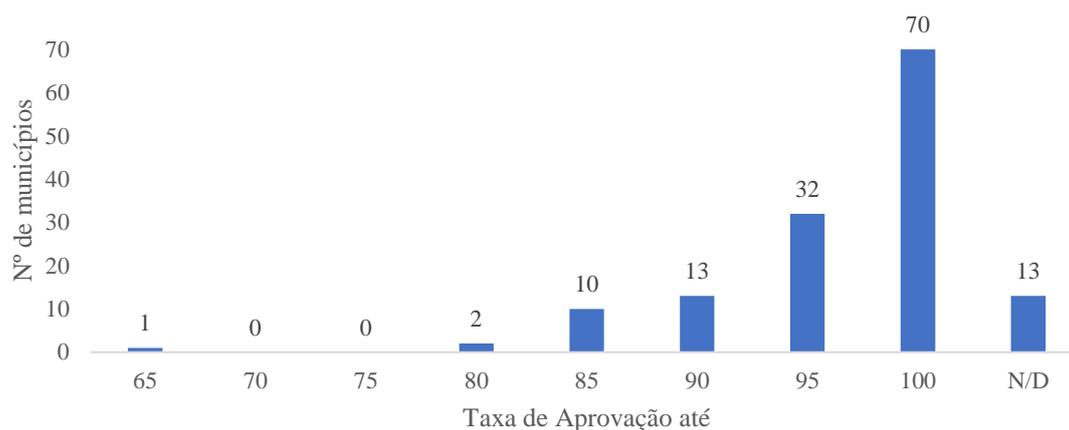
Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 62 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).



Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 63 - Histograma da Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).



Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Pari passu, as tabelas seguintes resumem o desempenho municipal em cada categoria acima:

Tabela 33 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).

Intervalo	Contagem	Municípios
0,1% a 65%	0	0
65,1% a 70%	0	0
70,1% a 75%	1	RONDOLÂNDIA.
75,1% a 80%	1	NOVA NAZARÉ.
80,1% a 85%	6	ARAGUAIANA, CAMPO NOVO DO PARECIS, INDIAVAÍ, LUCIARA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO JOSÉ DO POVO.

85,1% a 90%	11	ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, BARRA DO BUGRES, CHAPADA DOS GUIMARÃES, GENERAL CARNEIRO, ITAÚBA, NOVA LACERDA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PONTAL DO ARAGUAIA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, UNIÃO DO SUL.
90,1% a 95%	44	ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, APIACÁS, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPO VERDE, CLÁUDIA, COCALINHO, COLÍDER, COMODORO, CONFRESA, COTRIGUAÇU, FELIZ NATAL, GAÚCHA DO NORTE, GUARANTÃ DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, JUARA, JURUENA, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, NOBRES, NOVA BANDEIRANTES, NOVA SANTA HELENA, PONTE BRANCA, PORTO ESTRELA, PRIMAVERA DO LESTE, RIO BRANCO, ROSÁRIO OESTE, SANTA CARMEM, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, SINOP, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, VÁRZEA GRANDE, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
95,1% a 100%	78	ACORIZAL, ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO GARÇAS, ALTO TAQUARI, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPINÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CARLINDA, CASTANHEIRA, COLNIZA, CONQUISTA D'OESTE, CUIABÁ, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, ITIQUIRA, JACIARA, JANGADA, JAURU, JUÍNA, JUSCIMEIRA, LUCAS DO RIO VERDE, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA GUARITA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MONTE VERDE, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA UBIRATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PARANATINGA, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESPERIDIÃO, POXORÉU, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIBEIRÃOZINHO, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TAPURAH, TERRA NOVA DO NORTE, TESOIRO, TORIXORÉU, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 34 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	12	ACORIZAL, GENERAL CARNEIRO, IPIRANGA DO NORTE, ITAÚBA, JANGADA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PONTE BRANCA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TESOIRO, UNIÃO DO SUL.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 65%	1	ALTO PARAGUAI.

65,1% a 70%	3	ARAGUAINHA, COTRIGUAÇU, FELIZ NATAL.
70,1% a 75%	3	ALTO GARÇAS, LUCIARA, NOVA XAVANTINA.
75,1% a 80%	5	ALTO TAQUARI, BARRA DO BUGRES, CANARANA, CLÁUDIA, CONFRESA.
80,1% a 85%	11	CAMPO NOVO DO PARECIS, GUARANTÃ DO NORTE, NOVA MARINGÁ, NOVA SANTA HELENA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PONTAL DO ARAGUAIA, RIO BRANCO, ROSÁRIO OESTE, SANTA CARMEM, SANTA RITA DO TRIVELATO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER.
85,1% a 90%	28	ARIPUANÃ, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CANABRAVA DO NORTE, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, CUIABÁ, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, INDIAVAÍ, JUARA, JURUENA, JUSCIMEIRA, NOBRES, NOVA BANDEIRANTES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA LACERDA, NOVA MONTE VERDE, NOVA NAZARÉ, NOVA UBIRATÁ, PARANATINGA, PRIMAVERA DO LESTE, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SAPEZAL, SORRISO, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
90,1% a 95%	43	ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, ARAGUAIANA, ARENÁPOLIS, CAMPINÁPOLIS, CAMPO VERDE, CARLINDA, CASTANHEIRA, COLÍDER, COLNIZA, COMODORO, CONQUISTA D'OESTE, DOM AQUINO, GAÚCHA DO NORTE, GLÓRIA D'OESTE, ITANHANGÁ, LUCAS DO RIO VERDE, MIRASSOL D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTES E LACERDA, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESPERIDIÃO, POXORÉU, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RONDOLÂNDIA, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SERRA NOVA DOURADA, SINOP, TANGARÁ DA SERRA, TAPURAH, TERRA NOVA DO NORTE, VÁRZEA GRANDE.
95,1% a 100%	35	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPOS DE JÚLIO, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, GUIRATINGA, ITIQUIRA, JACIARA, JAURU, JUÍNA, LAMBARI D'OESTE, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA GUARITA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVO MUNDO, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, QUERÊNCIA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TORIXORÉU, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 35 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).

Intervalo	Contagem		Municípios
N/D	0	0	
0,1% a 0%	0	0	
0,1% a 65%	0	0	
65,1% a 70%	0	0	
70,1% a 75%	1		NOVA NAZARÉ.
75,1% a 80%	0	0	

80,1% a 85%	0	0
85,1% a 90%	4	CAMPO NOVO DO PARECIS, INDIAVAÍ, RIO BRANCO, SÃO JOSÉ DO POVO.
90,1% a 95%	21	ALTO GARÇAS, BARRA DO BUGRES, CAMPO VERDE, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COMODORO, CONQUISTA D'OESTE, FELIZ NATAL, GENERAL CARNEIRO, ITAÚBA, JURUENA, JUSCIMEIRA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA LACERDA, PONTAL DO ARAGUAIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SINOP, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
95,1% a 100%	115	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, ALTO TAQUARI, APIACÁS, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BARRA DO GARÇAS, BOM JESUS DO ARAGUAIA, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPINÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CARLINDA, CASTANHEIRA, CLÁUDIA, COCALINHO, COLÍDER, COLNIZA, CONFRESA, COTRIGUAÇU, CUIABÁ, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GLÓRIA D'OESTE, GUARANTÃ DO NORTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITIQUIRA, JACIARA, JANGADA , JAURU, JUARA, JUÍNA, LAMBARI D'OESTE, LUCAS DO RIO VERDE, LUCIARA, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, MIRASSOL D'OESTE, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BANDEIRANTES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MONTE VERDE, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, NOVO SANTO ANTÔNIO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PARANATINGA, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESPERIDIÃO, PORTO ESTRELA, POXORÉU, PRIMAVERA DO LESTE, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTA RITA DO TRIVELATO, SANTO AFONSO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SÃO PEDRO DA CIPA, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, SORRISO, TABAPORÃ, TANGARÁ DA SERRA, TAPURAH, TERRA NOVA DO NORTE, TESOURO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS , VÁRZEA GRANDE, VERA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 36 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	11	ACORIZAL, GENERAL CARNEIRO, IPIRANGA DO NORTE, JANGADA, LUCIARA, NOVO HORIZONTE DO NORTE,

		PONTE BRANCA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TESOURO.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 65%	0	0
65,1% a 70%	0	0
70,1% a 75%	1	NOVA NAZARÉ.
75,1% a 80%	8	FELIZ NATAL, JUSCIMEIRA, NOVA LACERDA, RIO BRANCO, SANTA CARMEM, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SAPEZAL.
80,1% a 85%	9	ALTO TAQUARI, CAMPO NOVO DO PARECIS, CANARANA, JURUENA, PONTAL DO ARAGUAIA, PRIMAVERA DO LESTE, ROSÁRIO OESTE, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
85,1% a 90%	14	ALTO GARÇAS, ARIPUANÃ, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CLÁUDIA, COMODORO, CONFRESA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, NOVO SANTO ANTÔNIO, PARANAÍTA, PARANATINGA, SORRISO.
90,1% a 95%	40	ALTO ARAGUAIA, ARAGUAIANA, CÁCERES, CAMPINÁPOLIS, CAMPO VERDE, CAMPOS DE JÚLIO, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, COLÍDER, COTRIGUAÇU, CUIABÁ, DOM AQUINO, GAÚCHA DO NORTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, LUCAS DO RIO VERDE, MIRASSOL D'OESTE, NOBRES, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BANDEIRANTES, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA XAVANTINA, NOVO SÃO JOAQUIM, PEDRA PRETA, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, PONTES E LACERDA, PORTO ESPERIDIÃO, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SANTA RITA DO TRIVELATO, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SÃO PEDRO DA CIPA, TANGARÁ DA SERRA, TERRA NOVA DO NORTE, VÁRZEA GRANDE.
95,1% a 100%	58	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CARLINDA, CASTANHEIRA, COLNIZA, CONQUISTA D'OESTE, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, GUARANTÃ DO NORTE, GUIRATINGA, ITANHANGÁ, ITAÚBA, ITIQUIRA, JACIARA, JUARA, JUÍNA, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MONTE VERDE, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVO MUNDO, PEIXOTO DE AZEVEDO, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESTRELA, POXORÉU, QUERÊNCIA, RONDOLÂNDIA, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTO AFONSO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SERRA NOVA DOURADA, SINOP, TABAPORÃ, TAPURAH, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 37 - Taxa de Aprovação para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	0	0
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 50%	1	NOVA NAZARÉ
50,1% a 60%	0	0
60,1% a 65%	0	0
65,1% a 70%	0	0
70,1% a 75%	1	GENERAL CARNEIRO
75,1% a 80%	0	0
80,1% a 85%	1	SANTA CRUZ DO XINGU
85,1% a 90%	2	ARAGUAINHA, ALTO GARÇAS
90,1% a 95%	27	BARRA DO BUGRES, CONFRESA, IPIRANGA DO NORTE, PRIMAVERA DO LESTE, LAMBARI D'OESTE, CAMPINÁPOLIS, CONQUISTA D'OESTE, NOVA CANAÃ DO NORTE, SAPEZAL, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, SANTA CARMEM, VILA RICA, CAMPO VERDE, SANTA TEREZINHA, SINOP, ALTO TAQUARI, PONTAL DO ARAGUAIA, NOVA UBIRATÃ, CAMPO NOVO DO PARECIS, NOVO SANTO ANTÔNIO, JURUENA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, INDIAVAÍ, SÃO JOSÉ DO POVO, ROSÁRIO OESTE, BARÃO DE MELGAÇO, RIO BRANCO
95,1% a 100%	109	ÁGUA BOA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAPUTANGA, CURVELÂNDIA, DENISE, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GUIRATINGA, JACIARA, JUARA, JUSCIMEIRA, LUCIARA, MARCELÂNDIA, NORTELÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, PONTE BRANCA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, SALTO DO CÉU, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, TESOURO, TORIXORÉU, VALE DE SÃO DOMINGOS, QUERÊNCIA, RONDONÓPOLIS, ALTO ARAGUAIA, CASTANHEIRA, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, TERRA NOVA DO NORTE, ALTO BOA VISTA, CAMPOS DE JÚLIO, COCALINHO, DIAMANTINO, TABAPORÃ, VERA, ITIQUIRA, NOVA MARILÂNDIA, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO PEDRO DA CIPA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, PLANALTO DA SERRA, RONDOLÂNDIA, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, PEIXOTO DE AZEVEDO, SANTO AFONSO, ARENÁPOLIS, CANABRAVA DO NORTE, GAÚCHA DO NORTE, GUARANTÃ DO NORTE, MIRASSOL D'OESTE, NOVA MONTE VERDE, POXORÉU, TAPURAH, CANARANA, JANGADA, JAURU, NOVA MARINGÁ, PARANATINGA, SÃO JOSÉ DO XINGU, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, TANGARÁ DA SERRA, ALTA FLORESTA, GLÓRIA D'OESTE, COLNIZA, JUÍNA, UNIÃO DO SUL, NOVA BANDEIRANTES, NOBRES, ARAGUAIANA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA SANTA HELENA, PORTO ESTRELA, ITANHANGÁ, NOVO SÃO JOAQUIM, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, CUIABÁ, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, CARLINDA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, COTRIGUAÇU, ARIPUANÁ, FELIZ NATAL, LUCAS DO RIO VERDE, PEDRA PRETA, ACORIZAL, ITAÚBA, PONTES E LACERDA, SORRISO, BARRA DO GARÇAS, SERRA NOVA DOURADA, COMODORO, MATUPÁ, BRASNORTE, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PORTO ESPERIDIÃO, POCONÉ, COLÍDER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, PARANAÍTA, CÁCERES, CLÁUDIA, VÁRZEA GRANDE, NOVA LACERDA
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 38 - Taxa de Aprovação para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	13	ACORIZAL, COCALINHO, GENERAL CARNEIRO, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, NORTELÂNDIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PONTE BRANCA, RESERVA DO CABAÇAL, RIBEIRÃOZINHO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TESOURO.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 65%	1	BARÃO DE MELGAÇO.
65,1% a 70%	0	0
70,1% a 75%	0	0
75,1% a 80%	2	RIO BRANCO, ROSÁRIO OESTE.
80,1% a 85%	10	ALTO GARÇAS, ALTO TAQUARI, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CAMPO VERDE, CLÁUDIA, FELIZ NATAL, JURUENA, NOVA NAZARÉ, PRIMAVERA DO LESTE, SAPEZAL.
85,1% a 90%	13	ARAGUAINHA, CAMPINÁPOLIS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COTRIGUAÇU, NOVA XAVANTINA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PARANATINGA, SANTA CRUZ DO XINGU, SERRA NOVA DOURADA, VÁRZEA GRANDE, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, VILA RICA.
90,1% a 95%	32	ARAGUAIANA, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CÁCERES, CANARANA, COLÍDER, COMODORO, CONFRESA, CUIABÁ, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, LUCAS DO RIO VERDE, LUCIARA, MATUPÁ, NOBRES, NOVA BANDEIRANTES, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MONTE VERDE, NOVA UBIRATÃ, PARANAÍTA, POCONÉ, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTES E LACERDA, PORTO ESPERIDIÃO, SANTA CARMEM, SANTA TEREZINHA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SINOP, SORRISO.
95,1% a 100%	70	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, APIACÁS, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, CAMPOS DE JÚLIO, CANABRAVA DO NORTE, CARLINDA, CASTANHEIRA, COLNIZA, CONQUISTA D'OESTE, CURVELÂNDIA, DENISE, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GUARANTÃ DO NORTE, GUIRATINGA, ITIQUIRA, JACIARA, JANGADA, JAURU, JUARA, JUÍNA, JUSCIMEIRA, MARCELÂNDIA, MIRASSOL D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, NOVA LACERDA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVO MUNDO, NOVO SÃO JOAQUIM, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESTRELA, POXORÉU, QUERÊNCIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RONDOLÂNDIA, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA RITA DO TRIVELATO, SANTO AFONSO, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO PEDRO DA CIPA, TABAPORÃ, TANGARÁ DA SERRA, TAPURAH, TERRA NOVA DO

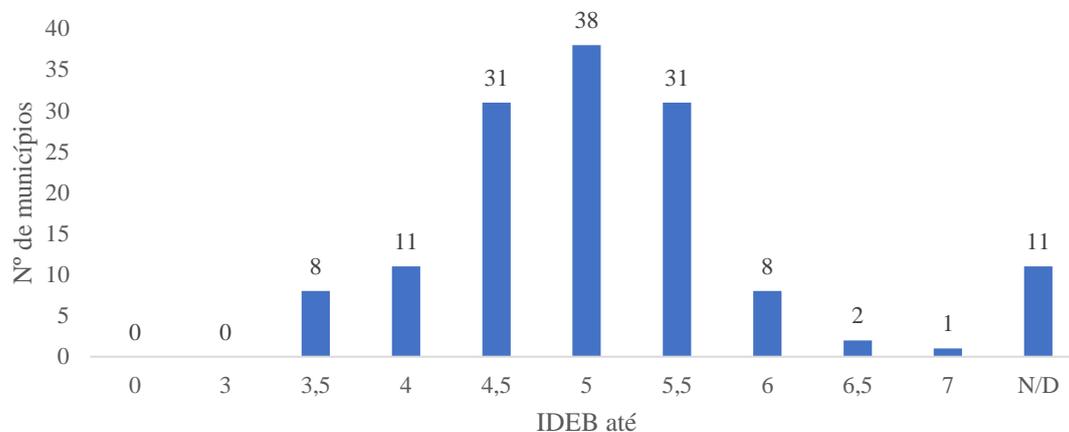
NORTE, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO
DOMINGOS, VERA.

Total: 141

Fonte: MEC/INEP. Taxa de rendimento. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

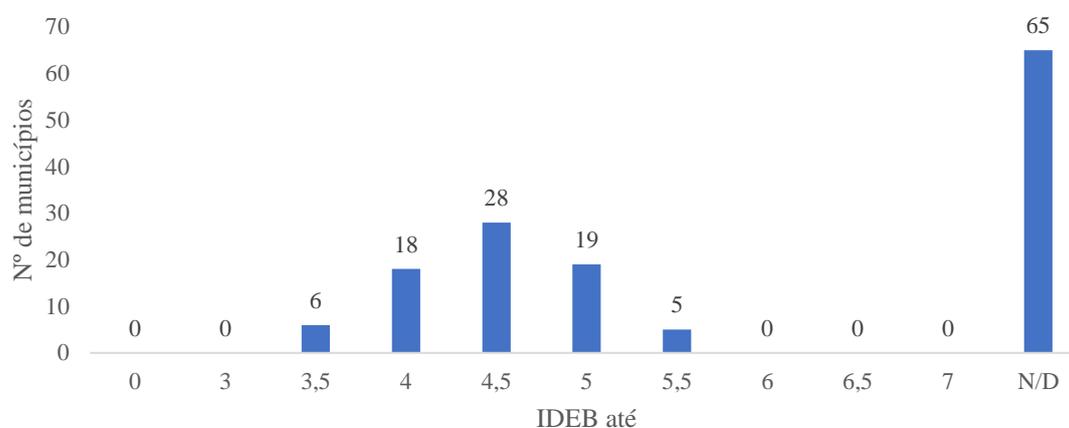
ANEXO D – GRÁFICOS E TABELAS SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) EM MATO GROSSO:

Figura 64 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).



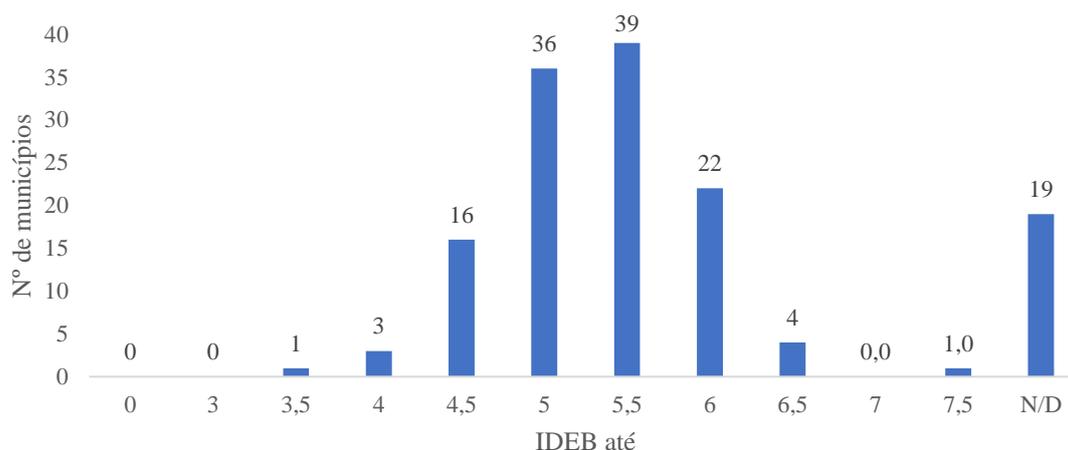
Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 65 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2011).



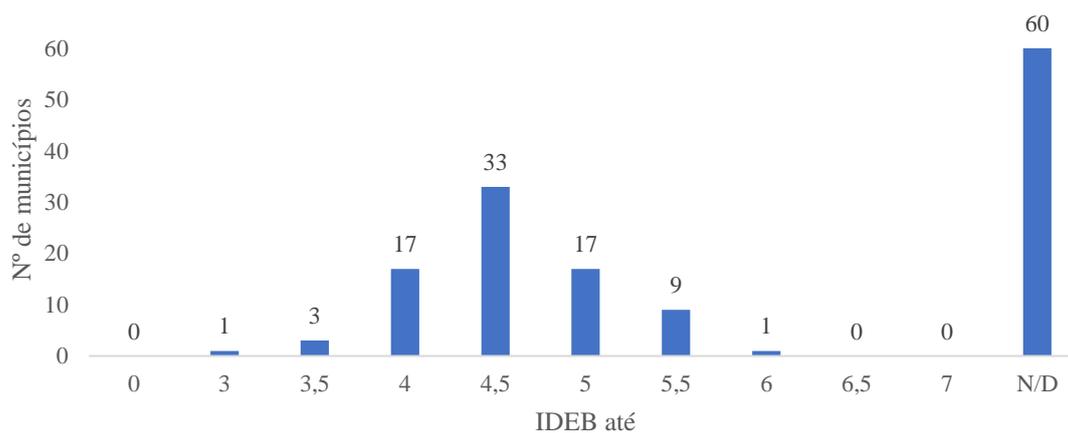
Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 66 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).



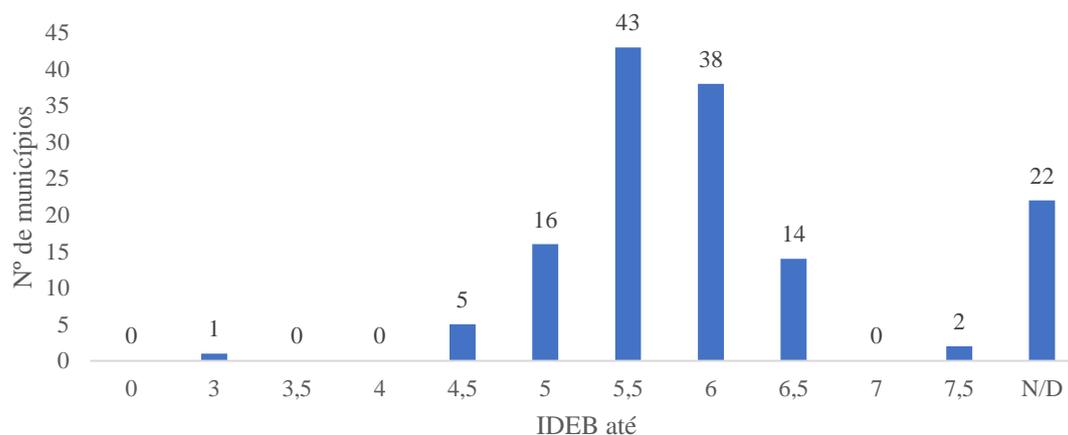
Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 67 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).



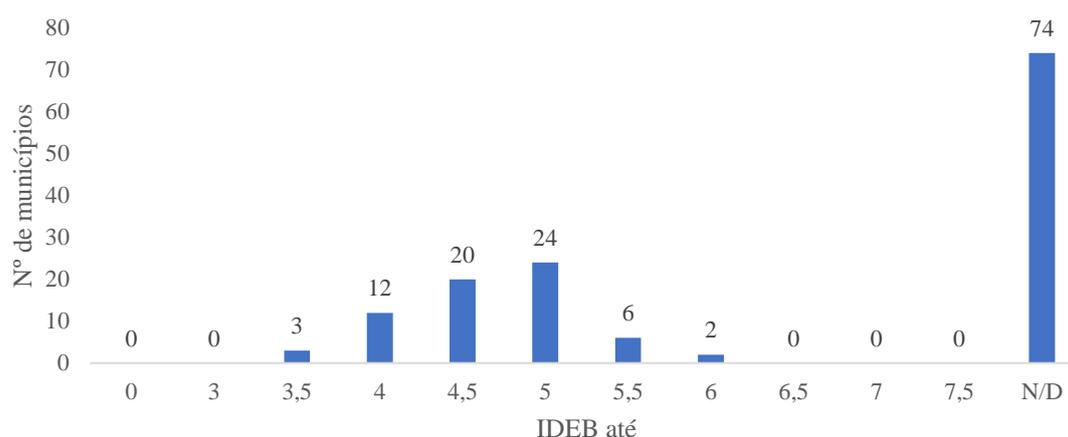
Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 68 - Histograma do IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).



Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Figura 69 - Histograma do IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).



Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Esses mesmos dados podem ser vislumbrados de forma mais detalhada a seguir:

Tabela 39 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2011).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	11	ACORIZAL, ARENÁPOLIS, BARÃO DE MELGAÇO, JANGADA, LUCIARA, MATUPÁ, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, TERRA NOVA DO NORTE, VALE DE SÃO DOMINGOS.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	0	0

3,1% a 3,5%	8	ARAGUAINHA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PORTO ALEGRE DO NORTE, RONDOLÂNDIA, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO JOSÉ DO POVO, SERRA NOVA DOURADA, TESOURO.
3,5,1% a 4%	11	BOM JESUS DO ARAGUAIA, CLAÚDIA, COCALINHO, CURVELÂNDIA, DOM AQUINO, INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA NAZARÉ, ROSÁRIO OESTE, SANTO ÂNTONIO DO LESTE.
4,1% a 4,5%	31	ALTO BOA VISTA, ALTO GARÇAS, ARAGUAIANA, BARRA DO BUGRES, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPINÁPOLIS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CANABRAVA DO NORTE, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COLNIZA, CONFRESA, FELIZ NATAL, GENERAL CARNEIRO, ITAÚBA, JAURU, JUSCIMEIRA, NOBRES, NOVA BANDEIRANTES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO SÃO JOAQUIM, POCONÉ, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO ESTRELA, QUERÊNCIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SANTA CARMEM, SÃO JOSÉ DO XINGU, SÃO PEDRO DA CIPA, TAPURAH, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.
4,5,1% a 5%	38	ALTO ARAGUAIA, ALTO PARAGUAI, ALTO TAQUARI, APIACÁS, ARIPUANÃ, BARRA DO GARÇAS, CARLINDA, CASTANHEIRA, COMODORO, COTRIGUAÇU, CUIABA, DENISE, GUARANTÃ DO NORTE, GUIRATINGA, ITIQUIRA, JUÍNA, MARCELÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA GUARITA, NOVA LACERDA, NOVA MONTE VERDE, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, PARANAÍTA, PARANATINGA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PLANALTO DA SERRA, PORTO DOS GAÚCHOS, PRIMAVERA DO LESTE, RIO BRANCO, SANTO AFONSO, SAPEZAL, UNIÃO DO SUL, VÁRZEA GRANDE, VERA, VILA RICA.
5,1% a 5,5%	31	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, ARAPUTANGA, COLÍDER, CONQUISTA D'OESTE, DIAMANTINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, JACIARA, JUARA, JURUENA, MIRASSOL D'OESTE, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PEDRA PRETA, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO ESPERIDIÃO, POXORÉU, RONDONÓPOLIS, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SINOP, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA, TORIXORÉU.
5,5,1% a 6%	8	CAMPO VERDE, CAMPOS DE JÚLIO, CANARANA, GLÓRIA D'OESTE, NOVA MARILÂNDIA, RESERVA DO CABACAL, SALTO DO CÉU, TABAPORÃ.
6,1% a 6,5%	2	LUCAS DO RIO VERDE, RIBEIRÃOZINHO.
6,5,1% a 7%	1	NORTELÂNDIA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 40 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2011).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	65	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, COMODORO,

		CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, CURVELÂNDIA, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GLÓRIA D'OESTE, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JAURU, JUARA, JUSCIMEIRA, LAMBARI D'OESTE, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABACAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOIRO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VÁRZEA GRANDE, VERA, VILA RICA.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	0	0
3,1% a 3.5%	6	ARAGUAIANA, CONFRESA, FELIZ NATAL, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, POCONÉ, ROSÁRIO OESTE.
3.5,1% a 4%	18	ALTO TAQUARI, BARRA DO BUGRES, CÁCERES, CLÁUDIA, COLNIZA, INDIAVAÍ, MARCELÂNDIA, NOBRES, NOVA BANDEIRANTES, NOVA LACERDA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PEDRA PRETA, PEIXOTO DE AZEVEDO, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SÃO PEDRO DA CIPA, SERRA NOVA DOURADA, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.
4,1% a 4.5%	28	ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, BARRA DO GARÇAS, BRASNORTE, CAMPINÁPOLIS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CUIABA, DENISE, JACIARA, JURUENA, MATUPÁ, MIRASSOL D'OESTE, NOVA GUARITA, NOVA MONTE VERDE, NOVO MUNDO, PARANAÍTA, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTES E LACERDA, POXORÉU, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIO BRANCO, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SANTA CRUZ DO XINGU, TAPURAH, TERRA NOVA DO NORTE.
4.5,1% a 5%	19	ÁGUA BOA, ALTA FLORESTA, CARLINDA, COLÍDER, GUARANTÃ DO NORTE, ITIQUIRA, JUÍNA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MARILÂNDIA, NOVO SÃO JOAQUIM, PORTO DOS GAÚCHOS, PORTO ESPERIDIÃO, PRIMAVERA DO LESTE, QUERÊNCIA, SANTO ANTONIO DO LESTE, SAPEZAL, SINOP, SORRISO, TANGARÁ DA SERRA.
5,1% a 5.5%	5	CAMPO VERDE, CAMPOS DE JÚLIO, LUCAS DO RIO VERDE, NORTELÂNDIA, NOVA MUTUM.
5.5,1% a 6%	0	0
6,1% a 6.5%	0	0
6.5,1% a 7%	0	0
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 41 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2013).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	19	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, CONQUISTA D'OESTE, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GUIRATINGA, JANGADA, LUCIARA, NOVA

		BRASILÂNDIA, PORTO ALEGRE DO NORTE, RONDOLÂNDIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, TESOURO, TORIXORÉU, VALE DE SÃO DOMINGOS.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	0	0
3,1% a 3.5%	1	NOVA NAZARÉ.
3.5,1% a 4%	3	INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, ROSÁRIO OESTE.
4,1% a 4.5%	16	ALTO BOA VISTA, APIACÁS, ARAGUAIANA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CÁCERES, CANABRAVA DO NORTE, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, CONFRESA, GAÚCHA DO NORTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, SÃO PEDRO DA CIPA, SERRA NOVA DOURADA, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.
4.5,1% a 5%	36	ALTO ARAGUAIA, ALTO PARAGUAI, BARRA DO BUGRES, BRASNORTE, CAMPINÁPOLIS, CASTANHEIRA, CLÁUDIA, COLNIZA, COMODORO, COTRIGUAÇU, DENISE, DIAMANTINO, GENERAL CARNEIRO, ITAÚBA, ITIQUIRA, JAURU, JUARA, JUÍNA, JUSCIMEIRA, MARCELÂNDIA, NOBRES, NOVA XAVANTINA, NOVO SANTO ANTÔNIO, NOVO SÃO JOAQUIM, PEIXOTO DE AZEVEDO, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTES E LACERDA, PORTO ESPERIDIÃO, PORTO ESTRELA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTO AFONSO, SANTO ÂNTONIO DO LESTE, SÃO JOSÉ DO XINGU, VÁRZEA GRANDE, VILA RICA.
5,1% a 5.5%	39	ALTA FLORESTA, ALTO GARÇAS, ARAPUTANGA, ARIPUANÃ, CAMPO NOVO DO PARECIS, CANARANA, CARLINDA, CUIABA, CURVELÂNDIA, FELIZ NATAL, GLÓRIA D'OESTE, JACIARA, MATUPÁ, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BANDEIRANTES, NOVA LACERDA, NOVA MONTE VERDE, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA UBIRATÃ, PARANAÍTA, PARANATINGA, PEDRA PRETA, PONTE BRANCA, POXORÉU, PRIMAVERA DO LESTE, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABACAL, RONDONÓPOLIS, SALTO DO CÉU, SANTA CARMEM, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SINOP, SORRISO, TABAPORÃ, TANGARÁ DA SERRA, TERRA NOVA DO NORTE, VERA.
5.5,1% a 6%	22	ÁGUA BOA, ALTO TAQUARI, ARENÁPOLIS, BARRA DO GARÇAS, CAMPO VERDE, CAMPOS DE JÚLIO, COLÍDER, GUARANTÃ DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, JURUENA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA GUARITA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVO MUNDO, PORTO DOS GAÚCHOS, RIO BRANCO, SANTA RITA DO TRIVELATO, SAPEZAL, TAPURAH, UNIÃO DO SUL.
6,1% a 6.5%	4	LUCAS DO RIO VERDE, NORTELÂNDIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, RIBEIRÃOZINHO.
6.5,1% a 7%	0	0
7,1% a 7.5%	1	NOVA MARILÂNDIA.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 42 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2013).

Intervalo	Contagem	Municípios
-----------	----------	------------

N/D	60	ACORIZAL, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, COMODORO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JAURU, JUARA, JUSCIMEIRA, LAMBARI D'OESTE, LUCIARA, NOBRES, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, PARANATINGA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, RESERVA DO CABACAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, TABAPORÃ, TESOUREO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA, VILA RICA
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	1	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
3,1% a 3.5%	3	NOVA NAZARÉ, POCONÉ, SANTA CARMEM
3.5,1% a 4%	17	BRASNORTE, CAMPINÁPOLIS, CONFRESA, DENISE, JUÍNA, NOVA LACERDA, NOVA UBIRATÃ, NOVO SANTO ANTÔNIO, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PORTO ESPERIDIÃO, RIO BRANCO, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO PEDRO DA CIPA, TERRA NOVA DO NORTE, VÁRZEA GRANDE
4,1% a 4.5%	33	ALTA FLORESTA, ALTO ARAGUAIA, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, ARIPUANÃ, BARRA DO BUGRES, BARRA DO GARÇAS, CÁCERES, CAMPO NOVO DO PARECIS, CLÁUDIA, COLNIZA, CUIABA, CURVELÂNDIA, FELIZ NATAL, INDIAVAÍ, JURUENA, MATUPÁ, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BANDEIRANTES, NOVA GUARITA, NOVA MONTE VERDE, PEDRA PRETA, PLANALTO DA SERRA, PONTAL DO ARAGUAIA, PONTES E LACERDA, PRIMAVERA DO LESTE, RONDONÓPOLIS, SANTO AFONSO, SANTO ÂNTONIO DO LESTE, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, TANGARÁ DA SERRA, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
4.5,1% a 5%	17	ÁGUA BOA, ALTO TAQUARI, CAMPO VERDE, CARLINDA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COLÍDER, ITIQUIRA, MARCELÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, POXORÉU, QUERÊNCIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SANTA RITA DO TRIVELATO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SINOP, SORRISO, TAPURAH
5,1% a 5.5%	9	ARENÁPOLIS, CAMPOS DE JÚLIO, GLÓRIA D'OESTE, GUARANTÃ DO NORTE, JACIARA, LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MARILÂNDIA, PORTO DOS GAÚCHOS, SALTO DO CÉU
5.5,1% a 6%	1	NORTELÂNDIA
6,1% a 6.5%	0	0
6.5,1% a 7%	0	0
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D ("no data"), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 43 - IDEB para os anos iniciais (4ª série/5º ano) do EF - Mato Grosso (2015).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	22	ACORIZAL, ARAGUAINHA, BARÃO DE MELGAÇO, DOM AQUINO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GENERAL CARNEIRO, JANGADA, JAURU, LAMBARI D'OESTE, LUCIARA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA GUARITA, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SERRA NOVA DOURADA, TESOURO, VALE DE SÃO DOMINGOS, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	1	NOVA NAZARÉ.
3,1% a 3.5%	0	0
3.5,1% a 4%	0	0
4,1% a 4.5%	5	BOM JESUS DO ARAGUAIA, INDIAVAÍ, POCONÉ, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO ALEGRE DO NORTE.
4.5,1% a 5%	16	ALTO BOA VISTA, ALTO PARAGUAI, BARRA DO BUGRES, CÁCERES, CAMPINÁPOLIS, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COCALINHO, CONFRESA, CURVELÂNDIA, NOBRES, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVO SANTO ANTÔNIO, PLANALTO DA SERRA, PORTO ESPERIDIÃO, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO JOSÉ DO XINGU.
5,1% a 5.5%	43	ALTO GARÇAS, ARAGUAIANA, ARAPUTANGA, ARIPUANÃ, BRASNORTE, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, CLÁUDIA, COLNIZA, COMODORO, CONQUISTA D'OESTE, CUIABA, DENISE, DIAMANTINO, GAÚCHA DO NORTE, GUIRATINGA, ITAÚBA, ITIQUIRA, JUARA, JUÍNA, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NOVA MONTE VERDE, NOVA UBIRATÃ, NOVO SÃO JOAQUIM, PARANAÍTA, PEIXOTO DE AZEVEDO, PORTO ESTRELA, POXORÉU, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABACAL, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RIO BRANCO, RONDONÓPOLIS, SANTO ANTÔNIO DO LESTE, SÃO PEDRO DA CIPA, SAPEZAL, TAPURAH, TERRA NOVA DO NORTE, TORIXORÉU, VÁRZEA GRANDE, VILA RICA.
5.5,1% a 6%	38	ALTA FLORESTA, ALTO TAQUARI, APIACÁS, ARENÁPOLIS, BARRA DO GARÇAS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CAMPO VERDE, CARLINDA, COLÍDER, COTRIGUAÇU, FELIZ NATAL, GLÓRIA D'OESTE, JURUENA, JUSCIMEIRA, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BANDEIRANTES, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA LACERDA, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO MUNDO, PARANATINGA, PEDRA PRETA, PONTE BRANCA, PONTES E LACERDA, PORTO DOS GAÚCHOS, PRIMAVERA DO LESTE, SALTO DO CÉU, SANTO AFONSO, SINOP, SORRISO, TABAPORÃ, UNIÃO DO SUL, VERA.
6,1% a 6.5%	14	ÁGUA BOA, ALTO ARAGUAIA, CAMPOS DE JÚLIO, GUARANTÃ DO NORTE, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, JACIARA, LUCAS DO RIO VERDE, NORTELÂNDIA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, SANTA CARMEM, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, TANGARÁ DA SERRA.
6.5,1% a 7%	0	0
7,1% a 7.5%	2	RIBEIRÃOZINHO, SANTA RITA DO TRIVELATO.
Total:	141	

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

Tabela 44 - IDEB para os anos finais (8ª série/9º ano) do EF - Mato Grosso (2015).

Intervalo	Contagem	Municípios
N/D	74	ACORIZAL, ÁGUA BOA, ALTO GARÇAS, ALTO PARAGUAI, ARAGUAIANA, ARAGUAINHA, ARAPUTANGA, BARÃO DE MELGAÇO, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANABRAVA DO NORTE, CANARANA, CASTANHEIRA, COCALINHO, COMODORO, CONQUISTA D'OESTE, COTRIGUAÇU, DIAMANTINO, FELIZ NATAL, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GAÚCHA DO NORTE, GENERAL CARNEIRO, GUIRATINGA, IPIRANGA DO NORTE, ITANHANGÁ, ITAÚBA, JANGADA, JAURU, JUARA, JURUENA, JUSCIMEIRA, LUCIARA, NOBRES, NORTELÂNDIA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVA CANAÃ DO NORTE, NOVA MARILÂNDIA, NOVA MARINGÁ, NOVA MUTUM, NOVA NAZARÉ, NOVA OLÍMPIA, NOVA SANTA HELENA, NOVA XAVANTINA, NOVO HORIZONTE DO NORTE, NOVO MUNDO, NOVO SANTO ANTÔNIO, PARANATINGA, PLANALTO DA SERRA, PONTE BRANCA, PORTO ALEGRE DO NORTE, PORTO ESTRELA, POXORÉU, QUERÊNCIA, RESERVA DO CABACAL, RIBEIRÃOZINHO, RONDOLÂNDIA, ROSÁRIO OESTE, SANTA TEREZINHA, SANTO AFONSO, SANTO ANTONIO DO LEVERGER, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO POVO, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, SÃO JOSÉ DO XINGU, SAPEZAL, SERRA NOVA DOURADA, SORRISO, TABAPORÁ, TERRA NOVA DO NORTE, TESOURO, TORIXORÉU, UNIÃO DO SUL, VALE DE SÃO DOMINGOS, VERA, VILA RICA
0,1% a 0%	0	0
0,1% a 3%	0	0
3,1% a 3,5%	3	DOM AQUINO, POCONÉ, VÁRZEA GRANDE
3,5,1% a 4%	12	CAMPINÁPOLIS, CLÁUDIA, CURVELÂNDIA, DENISE, INDIAVAÍ, LAMBARI D'OESTE, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA MONTE VERDE, PEDRA PRETA, RIO BRANCO, SANTA CRUZ DO XINGU, SÃO PEDRO DA CIPA
4,1% a 4,5%	20	ALTO ARAGUAIA, ALTO TAQUARI, BARRA DO BUGRES, BRASNORTE, CÁCERES, CAMPO VERDE, COLNIZA, CONFRESA, CUIABA, GLÓRIA D'OESTE, MARCELÂNDIA, MATUPÁ, NOVA GUARITA, NOVA UBIRATÃ, NOVO SÃO JOAQUIM, PEIXOTO DE AZEVEDO, PONTAL DO ARAGUAIA, PORTO ESPERIDIÃO, TAPURAH, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
4,5,1% a 5%	24	ALTA FLORESTA, ALTO BOA VISTA, APIACÁS, ARENÁPOLIS, ARIPUANÃ, BARRA DO GARÇAS, CAMPO NOVO DO PARECIS, CARLINDA, CHAPADA DOS GUIMARÃES, COLÍDER, ITIQUIRA, JUÍNA, MIRASSOL D'OESTE, NOVA BANDEIRANTES, PARANAÍTA, PONTES E LACERDA, PORTO DOS GAÚCHOS, PRIMAVERA DO LESTE, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, RONDONÓPOLIS, SANTA CARMEM, SANTO ÂNTONIO DO LESTE, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, SINOP
5,1% a 5,5%	6	JACIARA, LUCAS DO RIO VERDE, NOVA LACERDA, SALTO DO CÉU, SANTA RITA DO TRIVELATO, TANGARÁ DA SERRA
5,5,1% a 6%	2	CAMPOS DE JÚLIO, GUARANTÁ DO NORTE
6,1% a 6,5%	0	0
6,5,1% a 7%	0	0

Total:	141
---------------	-----

Fonte: MEC/INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Metodologia de divisão elaborada pelo autor considerando o desempenho máximo e o mínimo apresentado pelos municípios. N/D (“no data”), corresponde à quantidade de municípios sem dados disponíveis ou divulgados.

ANEXO E – ANÁLISE GLOBAL DOS INDICADORES DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (DI), DA TAXA DE APROVAÇÃO (AP), E DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (ID)⁴¹:

A seguir, encontra-se disposto o ranking por média geral (abreviado como RK) do índice de Distorção idade-série (DI), da Taxa de Aprovação (AP), e do Índice de Desenvolvimento da Educação (ID), agrupado por ano, considerando-se os anos de 2011, 2013 e 2015⁴².

Tabela 45 - Ranking (por média) do Índice de Distorção Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2011.

Município	DI	RK	Município	AP	RK	Município	ID	RK
Acorizal**	6,8	8	Acorizal**	97,4	37	Acorizal	-	-
Água Boa	8,6	14	Água Boa	99,1	10	Água Boa	5,1	27
Alta Floresta	12	35	Alta Floresta	97,6	32	Alta Floresta	5,1	26
Alto Araguaia	24,7	121	Alto Araguaia	93,5	85	Alto Araguaia	4,6	70
Alto Boa Vista	15,9	69	Alto Boa Vista	94,3	70	Alto Boa Vista	4,5	79
Alto Garças	10,4	23	Alto Garças	84,6	131	Alto Garças**	4,4	82
Alto Paraguai	8,1	11	Alto Paraguai	94,5	67	Alto Paraguai**	4,6	61
Alto Taquari	27,4	128	Alto Taquari	83,8	134	Alto Taquari	4,3	89
Apiacás	17,9	80	Apiacás	97,5	35	Apiacás	4,6	68
Araguaiana	22,8	112	Araguaiana	90,4	109	Araguaiana	3,8	119
Araguainha	20,2	93	Araguainha	78,4	141	Araguainha**	3,5	127
Araputanga	9,5	19	Araputanga	99	14	Araputanga**	5,2	18
Arenópolis	7,3	9	Arenópolis	98,4	21	Arenópolis	-	-
Aripuanã	19,8	90	Aripuanã	95,1	59	Aripuanã**	4,9	30
Barão de Melgaço	-	-	Barão de Melgaço	100	1	Barão de Melgaço	-	-
Barra do Bugres	20,4	97	Barra do Bugres	84,9	130	Barra do Bugres	4,0	111
Barra do Garças	20,2	94	Barra do Garças	91,3	105	Barra do Garças	4,5	74
Bom Jesus do Araguaia	18,8	86	Bom Jesus do Araguaia	97,8	30	Bom Jesus do Araguaia**	4,0	109
Brasnorte	23,5	117	Brasnorte	91,7	103	Brasnorte	4,2	103
Cáceres	23,1	115	Cáceres	93,2	88	Cáceres	4,2	96
Campinópolis	36,7	135	Campinópolis	96,3	46	Campinópolis	4,2	104
Campo Novo do Parecis	18,1	81	Campo Novo do Parecis	82,1	136	Campo Novo do Parecis	4,3	92

⁴¹ Aqui, busca-se a relacionar, de modo detalhado, três dos quatro indicadores de desempenho verificados ao longo do trabalho, a saber: o Índice de Distorção idade-série (abreviado como DI), da Taxa de Aprovação (abreviado como AP), e do Índice de Desenvolvimento da Educação (abreviado ID), agrupado por ano. Optou-se por apresentar os dados de proficiência média na seção seguinte, juntamente com as informações relativas ao gasto por aluno, eis que ambos os indicadores serão indispensáveis para construção do *score* de eficiência.

⁴² O recorte realizado se deve ao fato de que a Prova Brasil só é realizada a cada dois anos. Assim, para possibilitar a comparação entre os indicadores, realizou-se o recorte.

Campo Verde	15,1	62	Campo Verde	94	74	Campo Verde	5,5	11
Campos de Júlio	8,7	16	Campos de Júlio	98,9	18	Campos de Júlio	5,5	8
Canabrava do Norte	12,1	38	Canabrava do Norte	95,3	58	Canabrava do Norte**	4,2	97
Canarana	21,4	103	Canarana	92,2	98	Canarana**	5,7	4
Carlinda	22,8	113	Carlinda	94,1	71	Carlinda	4,9	36
Castanheira	6,2	5	Castanheira	99,3	8	Castanheira**	4,8	48
Chapada Dos Guimarães	27,5	129	Chapada Dos Guimarães	88,6	115	Chapada Dos Guimarães**	4,5	75
Cláudia	18,5	85	Cláudia	83,8	135	Cláudia	3,8	117
Cocalinho	16,3	72	Cocalinho	92,2	99	Cocalinho**	3,9	113
Colíder	9,8	22	Colíder	92,9	92	Colíder	4,9	37
Colniza	20,4	98	Colniza	96	51	Colniza	4,3	93
Comodoro	17,8	78	Comodoro	92,9	93	Comodoro**	4,9	31
Confresa	22,5	107	Confresa	88,1	117	Confresa	3,6	125
Conquista D'oste	27,9	130	Conquista D'oste	99	15	Conquista D'oste**	5,4	12
Cotriguaçu	19,4	88	Cotriguaçu	85,7	129	Cotriguaçu**	4,6	62
Cuiabá	14,8	54	Cuiabá	93,9	76	Cuiabá	4,5	76
Curvelândia	11	27	Curvelândia	99	16	Curvelândia**	3,7	121
Denise	14,8	55	Denise	99,6	5	Denise	4,6	63
Diamantino	6,1	4	Diamantino	99,1	11	Diamantino**	5,1	20
Dom Aquino	17,8	79	Dom Aquino	94,9	61	Dom Aquino**	3,9	114
Feliz Natal	27,1	126	Feliz Natal	81,8	137	Feliz Natal	3,9	115
Figueirópolis D'oste	13,9	49	Figueirópolis D'oste	93,7	81	Figueirópolis D'oste**	5,1	21
Gaúcha do Norte	27,1	127	Gaúcha do Norte	93,6	82	Gaúcha do Norte**	5,3	17
General Carneiro**	23	114	General Carneiro**	88,1	118	General Carneiro**	4,2	98
Glória D'oste	18,1	82	Glória D'oste	96,3	47	Glória D'oste**	5,6	6
Guaratã do Norte	39,9	138	Guaratã do Norte	89,4	114	Guaratã do Norte	4,8	44
Guiratinga	13,9	50	Guiratinga	99,7	4	Guiratinga**	4,8	49
Indiavaí	19,7	89	Indiavaí	84,5	132	Indiavaí	3,8	120
Ipiranga do Norte**	11,7	33	Ipiranga do Norte**	92,8	94	Ipiranga do Norte**	5,4	13
Itanhangá	16,5	75	Itanhangá	94,5	68	Itanhangá**	5,1	22
Itaúba**	13,3	45	Itaúba**	86,2	125	Itaúba**	4,1	105
Itiquira	12	36	Itiquira	97,1	41	Itiquira	4,9	38
Jaciara	5,6	3	Jaciara	97,8	31	Jaciara	4,8	50
Jangada**	8,7	17	Jangada**	99,1	12	Jangada	-	-
Jauru	18,1	83	Jauru	97,5	36	Jauru**	4,4	83
Juara	22,5	108	Juara	92,6	97	Juara**	5,1	23
Juína	14,8	56	Juína	98,2	26	Juína	4,9	32
Juruena	22,1	104	Juruena	90,8	108	Juruena	4,8	51
Juscimeira	10,6	24	Juscimeira	94,1	72	Juscimeira**	4,2	99
Lambari D'oste	22,3	106	Lambari D'oste	93,8	80	Lambari D'oste**	3,6	123
Lucas do Rio Verde	11,9	34	Lucas do Rio Verde	95,6	54	Lucas do Rio Verde	5,7	5
Luciara	48,6	139	Luciara	78,7	140	Luciara	-	-

Marcelândia	11,6	32	Marcelândia	98,4	22	Marcelândia	4,3	90
Matupá	16,3	73	Matupá	98,2	27	Matupá*	4,2	100
Mirassol D' oeste	23,7	119	Mirassol D' oeste	93,3	87	Mirassol D' oeste	4,9	39
Nobres	5,4	2	Nobres	91	107	Nobres	4,1	106
Nortelândia	8,2	13	Nortelândia	99	17	Nortelândia	6,0	2
Nossa Senhora do Livramento	19,9	91	Nossa Senhora do Livramento	95,9	52	Nossa Senhora do Livramento	3,6	124
Nova Bandeirantes	26	123	Nova Bandeirantes	91,8	100	Nova Bandeirantes	4,1	107
Nova Brasilândia	22,7	109	Nova Brasilândia	93,9	77	Nova Brasilândia**	4,2	101
Nova Canaã do Norte	15,8	67	Nova Canaã do Norte	96,8	44	Nova Canaã do Norte	4,8	45
Nova Guarita	11,3	30	Nova Guarita	99,8	3	Nova Guarita	4,7	60
Nova Lacerda	26,3	125	Nova Lacerda	87,4	122	Nova Lacerda	4,4	84
Nova Marilândia	6,5	6	Nova Marilândia	99,4	6	Nova Marilândia	5,5	10
Nova Maringá	15,9	70	Nova Maringá	92,8	95	Nova Maringá**	5,5	9
Nova Monte Verde	12,3	39	Nova Monte Verde	93,6	83	Nova Monte Verde	4,5	80
Nova Mutum	5,3	1	Nova Mutum	99,4	7	Nova Mutum	5,4	16
Nova Nazaré	37,6	136	Nova Nazaré	81,7	138	Nova Nazaré**	4,0	110
Nova Olímpia	10,8	26	Nova Olímpia	99,2	9	Nova Olímpia**	5,1	24
Nova Santa Helena	14,9	60	Nova Santa Helena	88	119	Nova Santa Helena**	4,6	64
Nova Ubitatã	20,6	99	Nova Ubitatã	91,6	104	Nova Ubitatã**	4,8	52
Nova Xavantina	11,5	31	Nova Xavantina	94,7	64	Nova Xavantina**	4,8	53
Novo Horizonte do Norte**	9,4	18	Novo Horizonte do Norte**	95,7	53	Novo Horizonte do Norte**	5,4	14
Novo Mundo	14,8	57	Novo Mundo	97,4	38	Novo Mundo	4,6	69
Novo Santo Antônio	23,3	116	Novo Santo Antônio	84	133	Novo Santo Antônio	3,6	126
Novo São Joaquim	23,6	118	Novo São Joaquim	93,9	78	Novo São Joaquim	4,5	77
Paranaíta	21,1	101	Paranaíta	94,5	69	Paranaíta	4,6	65
Paranatinga	22,1	105	Paranatinga	93,6	84	Paranatinga**	4,8	54
Pedra Preta	15,2	63	Pedra Preta	95,6	55	Pedra Preta	4,6	71
Peixoto de Azevedo	16,4	74	Peixoto de Azevedo	96,4	45	Peixoto de Azevedo	4,4	85
Planalto da Serra	15,7	65	Planalto da Serra	98,3	24	Planalto da Serra**	4,7	57
Poconé	11,2	29	Poconé	94,6	66	Poconé	3,8	118
Pontal do Araguaia	13,4	46	Pontal do Araguaia	87,6	120	Pontal do Araguaia	4,4	87
Ponte Branca**	8	10	Ponte Branca**	94	75	Ponte Branca**	5,4	15
Pontes e Lacerda	15,7	66	Pontes e Lacerda	93,9	79	Pontes e Lacerda	4,9	40
Porto Alegre do Norte	15,8	68	Porto Alegre do Norte	98,2	28	Porto Alegre do Norte**	3,4	132
Porto Dos Gaúchos	12	37	Porto Dos Gaúchos	97	42	Porto Dos Gaúchos	4,9	41
Porto Esperidião	22,7	110	Porto Esperidião	95,5	57	Porto Esperidião	4,9	42
Porto Estrela	17,5	76	Porto Estrela	92,7	96	Porto Estrela**	4,3	91
Poxoréu	15,3	64	Poxoréu	96,9	43	Poxoréu	4,8	46

Primavera do Leste	17,5	77	Primavera do Leste	89,6	113	Primavera do Leste	4,8	47
Querência	13	42	Querência	97,4	39	Querência	4,6	72
Reserva do Cabaçal**	8,6	15	Reserva do Cabaçal**	98,1	29	Reserva do Cabaçal**	5,8	3
Ribeirão Cascalheira	20,1	92	Ribeirão Cascalheira	94,1	73	Ribeirão Cascalheira	4,3	94
Ribeirãozinho**	12,4	40	Ribeirãozinho**	99,1	13	Ribeirãozinho**	6,5	1
Rio Branco	19,3	87	Rio Branco	88,4	116	Rio Branco	4,5	81
Rondolândia	38,3	137	Rondolândia	80,4	139	Rondolândia**	3,5	128
Rondonópolis	8,1	12	Rondonópolis	97,6	33	Rondonópolis	4,8	56
Rosário Oeste	31,3	132	Rosário Oeste	86	126	Rosário Oeste	3,5	129
Salto do Céu	21,2	102	Salto do Céu	96,1	48	Salto do Céu	5,0	29
Santa Carmem	14,5	53	Santa Carmem	87,6	121	Santa Carmem	4,5	78
Santa Cruz do Xingu	26,2	124	Santa Cruz do Xingu	90,2	111	Santa Cruz do Xingu	3,9	116
Santa Rita do Trivelato	14,4	52	Santa Rita do Trivelato	86,9	123	Santa Rita do Trivelato	4,6	73
Santa Terezinha	32,7	133	Santa Terezinha	94,7	65	Santa Terezinha	-	-
Santo Afonso	12,8	41	Santo Afonso	96,1	49	Santo Afonso**	4,6	66
Santo Antônio do Leste	29,6	131	Santo Antônio do Leste	85,9	127	Santo Antônio do Leste	4,2	102
Santo Antônio do Leverger	20,2	95	Santo Antônio do Leverger	86,8	124	Santo Antônio do Leverger	-	-
São Félix do Araguaia	23,7	120	São Félix do Araguaia	95,6	56	São Félix do Araguaia	-	-
São José do Povo	14,8	58	São José do Povo	85,8	128	São José do Povo**	3,5	130
São José do Rio Claro	-	-	São José do Rio Claro	97,2	40	São José do Rio Claro**	5,2	19
São José do Xingu**	14,8	59	São José do Xingu**	94,9	62	São José do Xingu**	4,1	108
São José Dos Quatro Marcos	13,4	47	São José Dos Quatro Marcos	91,8	101	São José Dos Quatro Marcos	4,7	58
São Pedro da Cipa	11,1	28	São Pedro da Cipa	98,6	19	São Pedro da Cipa	4,3	95
Sapezal	13,2	43	Sapezal	91,1	106	Sapezal	4,9	43
Serra Nova Dourada	25	122	Serra Nova Dourada	93	89	Serra Nova Dourada	3,7	122
Sinop	13,4	48	Sinop	93	90	Sinop	4,9	33
Sorriso	14,9	61	Sorriso	91,8	102	Sorriso	4,9	34
Tabaporã	9,7	21	Tabaporã	98,3	25	Tabaporã**	5,6	7
Tangará da Serra	18,1	84	Tangará da Serra	93	91	Tangará da Serra	5,0	28
Tapurah	13,2	44	Tapurah	95,1	60	Tapurah	4,3	88
Terra Nova do Norte	20,8	100	Terra Nova do Norte	96,1	50	Terra Nova do Norte*	4,4	86
Tesouro**	10,6	25	Tesouro**	98,5	20	Tesouro**	3,5	131
Torixoréu	9,5	20	Torixoréu	98,4	23	Torixoréu**	5,1	25
União do Sul**	20,2	96	União do Sul**	90	112	União do Sul**	4,8	55
Vale de São Domingos	16,1	71	Vale de São Domingos	97,6	34	Vale de São Domingos	-	-
Várzea Grande	13,9	51	Várzea Grande	94,8	63	Várzea Grande**	4,7	59
Vera	6,7	7	Vera	99,9	2	Vera**	4,6	67

Vila Bela de Santíssima Trindade	34,1	134	Vila Bela de Santíssima Trindade	90,3	110	Vila Bela da Santíssima Trindade	4,0	112
Vila Rica	22,7	111	Vila Rica	93,4	86	Vila Rica**	4,9	35

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>> e Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Campos vazios, correspondem a municípios sem dados disponíveis ou divulgados. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial.

Tabela 46 - Ranking (por média) do Índice de Distorção Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2013.

Município	DI	RK	Município	AP	RK	Município	ID	RK
Acorizal**	1,1	3	Acorizal**	99,6	20	Acorizal**	-	
Água Boa	5,3	32	Água Boa	99,1	30	Água Boa	5,5	15
Alta Floresta	8,1	45	Alta Floresta	97,8	53	Alta Floresta	4,6	80
Alto Araguaia	17,3	112	Alto Araguaia	95,3	90	Alto Araguaia	4,8	69
Alto Boa Vista	9,9	58	Alto Boa Vista	99,3	27	Alto Boa Vista	4,4	99
Alto Garças	11,1	67	Alto Garças	90,6	128	Alto Garças**	5,1	36
Alto Paraguai	5,7	34	Alto Paraguai	99,1	31	Alto Paraguai**	4,6	81
Alto Taquari	26,1	132	Alto Taquari	92	122	Alto Taquari	5,2	28
Apiacás	6,8	36	Apiacás	99	34	Apiacás	4,3	109
Araguaiana	16,6	104	Araguaiana	94,8	94	Araguaiana**	4,4	92
Araguainha	18,4	117	Araguainha	95,7	85	Araguainha**	-	
Araputanga	5,1	29	Araputanga	99,5	23	Araputanga**	5,2	24
Arenápolis	1,2	5	Arenápolis	99,1	32	Arenápolis	5,5	16
Aripuanã	15,2	94	Aripuanã	95,4	88	Aripuanã	4,8	60
Barão de Melgaço**	10,2	61	Barão de Melgaço	97,4	59	Barão de Melgaço**	-	
Barra do Bugres	17,8	115	Barra do Bugres	90,7	127	Barra do Bugres	4,5	90
Barra do Garças	18,3	116	Barra do Garças	95,5	87	Barra do Garças	4,9	55
Bom Jesus do Araguaia	11,7	70	Bom Jesus do Araguaia	98,5	44	Bom Jesus do Araguaia**	4,1	114
Brasnorte	16,8	106	Brasnorte	93,6	104	Brasnorte	4,4	100
Cáceres	17,4	113	Cáceres	93,5	107	Cáceres	4,3	107
Campinápolis	33,4	138	Campinápolis	93,4	109	Campinápolis	4,4	101
Campo Novo do Parecis	21,1	125	Campo Novo do Parecis	85,7	139	Campo Novo do Parecis	4,8	59
Campo Verde	10,2	62	Campo Verde	92,2	120	Campo Verde	5,2	25
Campos de Júlio	6	35	Campos de Júlio	97,3	63	Campos de Júlio	5,7	10
Canabrava do Norte	4,6	25	Canabrava do Norte	99,7	15	Canabrava do Norte**	4,2	112
Canarana	14,5	92	Canarana	93,6	105	Canarana**	5,1	37
Carlinda	15,8	99	Carlinda	97,2	66	Carlinda	5,1	38
Castanheira	1,6	9	Castanheira	100	1	Castanheira**	4,9	46
Chapada Dos Guimarães	23	126	Chapada Dos Guimarães	94	102	Chapada Dos Guimarães	4,6	85
Cláudia	14,6	93	Cláudia	93,5	108	Cláudia	4,4	93

Cocalinho	15,5	96	Cocalinho	97,8	54	Cocalinho**	4,3	108
Colíder	9,4	53	Colíder	95,4	89	Colíder	5,2	29
Colniza	13,9	86	Colniza	97,1	68	Colniza	4,5	88
Comodoro	13,6	83	Comodoro	92	123	Comodoro**	4,9	47
Confresa	15,8	100	Confresa	94,6	96	Confresa	4,1	115
Conquista D' oeste	24,2	129	Conquista D' oeste	93,1	112	Conquista D' oeste**	-	
Cotriguaçu	15,5	97	Cotriguaçu	96,6	74	Cotriguaçu**	4,8	61
Cuiabá	11,5	68	Cuiabá	96,1	82	Cuiabá	4,7	75
Curvelândia	4,9	27	Curvelândia	99,7	16	Curvelândia	4,7	71
Denise	3,1	15	Denise	100	2	Denise	4,4	94
Diamantino	2,3	13	Diamantino	99,7	17	Diamantino**	4,8	62
Dom Aquino	10,4	64	Dom Aquino	97,4	60	Dom Aquino**	-	
Feliz Natal	27	134	Feliz Natal	86	137	Feliz Natal	4,8	63
Figueirópolis D' oeste	3,6	18	Figueirópolis D' oeste	97,6	57	Figueirópolis D' oeste**	-	
Gaúcha do Norte	17,2	110	Gaúcha do Norte	97,2	67	Gaúcha do Norte**	4,4	95
General Carneiro**	24,7	130	General Carneiro**	94,3	100	General Carneiro**	4,6	82
Glória D' oeste	14,1	87	Glória D' oeste	98,5	45	Glória D' oeste	5,2	30
Guaratã do Norte	29,5	136	Guaratã do Norte	98,7	40	Guaratã do Norte	5,6	11
Guiratinga	12,5	77	Guiratinga	99,2	28	Guiratinga**	-	
Indiavaí	19,6	120	Indiavaí	88,9	134	Indiavaí	4,0	117
Ipiranga do Norte**	10,2	63	Ipiranga do Norte**	96,8	71	Ipiranga do Norte**	6,0	4
Itanhangá	12,8	79	Itanhangá	97,3	64	Itanhangá**	5,9	5
Itaúba**	7,2	40	Itaúba**	94,6	97	Itaúba**	4,9	48
Itiquira	7,5	41	Itiquira	98,1	52	Itiquira	4,9	56
Jaciara	2	11	Jaciara	99,8	12	Jaciara	5,2	31
Jangada**	3,2	16	Jangada**	98,5	46	Jangada**	-	
Jauru	9,4	54	Jauru	96,8	72	Jauru**	4,9	49
Juara	0,1	1	Juara	100	3	Juara**	4,9	50
Juína	9,5	56	Juína	97,6	58	Juína	4,4	96
Juruena	16,3	102	Juruena	91,8	124	Juruena	5,2	26
Juscimeira	27,4	135	Juscimeira	91,4	125	Juscimeira**	4,7	72
Lambari D' oeste	20,7	123	Lambari D' oeste	94,6	98	Lambari D' oeste**	3,7	120
Lucas do Rio Verde	10,8	65	Lucas do Rio Verde	96,6	75	Lucas do Rio Verde	5,9	7
Luciara	-	-	Luciara	100	4	Luciara**	-	
Marcelândia	9,3	51	Marcelândia	98,8	36	Marcelândia	4,8	70
Matupá	3,6	19	Matupá	99,6	21	Matupá	4,9	51
Mirassol D' oeste	14,4	90	Mirassol D' oeste	96	83	Mirassol D' oeste	4,7	76
Nobres	2,9	14	Nobres	96,6	76	Nobres**	4,9	52
Nortelândia	2,2	12	Nortelândia	99,2	29	Nortelândia	5,9	8
Nossa Senhora do Livramento	18,7	118	Nossa Senhora do Livramento	96,5	78	Nossa Senhora do Livramento	3,8	119
Nova Bandeirantes	19,9	121	Nova Bandeirantes	95,1	93	Nova Bandeirantes	5,0	42
Nova Brasilândia	13,6	84	Nova Brasilândia	98,8	37	Nova Brasilândia**	-	

Nova Canaã do Norte	12	72	Nova Canaã do Norte	93,1	113	Nova Canaã do Norte	5,3	22
Nova Guarita	5,1	30	Nova Guarita	99,5	24	Nova Guarita	5,3	23
Nova Lacerda	19,3	119	Nova Lacerda	86	138	Nova Lacerda	4,5	89
Nova Marilândia	1,3	8	Nova Marilândia	99,7	18	Nova Marilândia	6,2	3
Nova Maringá	10,8	66	Nova Maringá	97,7	56	Nova Maringá**	5,6	12
Nova Monte Verde	7,1	38	Nova Monte Verde	98,3	49	Nova Monte Verde	4,9	57
Nova Mutum	0,3	2	Nova Mutum	100	5	Nova Mutum**	5,7	9
Nova Nazaré	37,3	139	Nova Nazaré	74,6	141	Nova Nazaré	3,3	122
Nova Olímpia	4	20	Nova Olímpia	99,7	19	Nova Olímpia**	5,3	20
Nova Santa Helena	12,1	75	Nova Santa Helena	93,3	111	Nova Santa Helena**	5,1	39
Nova Uiratã	17,1	108	Nova Uiratã	93,1	114	Nova Uiratã	4,4	102
Nova Xavantina	7,7	42	Nova Xavantina	97,4	61	Nova Xavantina**	4,9	53
Novo Horizonte do Norte**	4,1	21	Novo Horizonte do Norte**	98,3	50	Novo Horizonte do Norte**	6,2	2
Novo Mundo	8,2	47	Novo Mundo	98,7	41	Novo Mundo**	5,6	13
Novo Santo Antônio	21	124	Novo Santo Antônio	93,6	106	Novo Santo Antônio	4,4	97
Novo São Joaquim	4,8	26	Novo São Joaquim	97,1	69	Novo São Joaquim	4,5	91
Paranaíta	14,2	88	Paranaíta	92,5	118	Paranaíta	4,6	87
Paranatinga	15,5	98	Paranatinga	95,2	92	Paranatinga**	5,1	40
Pedra Preta	10	59	Pedra Preta	96,6	77	Pedra Preta	4,7	77
Peixoto de Azevedo	7,8	44	Peixoto de Azevedo	99,5	25	Peixoto de Azevedo	4,4	103
Planalto da Serra	8,8	50	Planalto da Serra	96,8	73	Planalto da Serra	4,4	104
Poconé	8,1	46	Poconé	94,7	95	Poconé	3,9	118
Pontal do Araguaia	12,2	76	Pontal do Araguaia	89,7	132	Pontal do Araguaia	4,7	78
Ponte Branca**	8,2	48	Ponte Branca**	100	6	Ponte Branca**	5,4	17
Pontes e Lacerda	11,5	69	Pontes e Lacerda	94,3	101	Pontes e Lacerda	4,7	79
Porto Alegre do Norte	10,1	60	Porto Alegre do Norte	97,8	55	Porto Alegre do Norte**	-	
Porto Dos Gaúchos	9,3	52	Porto Dos Gaúchos	98,3	51	Porto Dos Gaúchos	5,4	18
Porto Esperidião	16,6	105	Porto Esperidião	96,3	79	Porto Esperidião	4,4	105
Porto Estrela	9,8	57	Porto Estrela	98,8	38	Porto Estrela**	4,8	64
Poxoréo	7	37	Poxoréo	98,6	43	Poxoréu	4,9	54
Primavera do Leste	16,1	101	Primavera do Leste	91,2	126	Primavera do Leste	4,8	65
Querência	1,9	10	Querência	99,8	13	Querência	5,0	44
Reserva do Cabaçal**	1,1	4	Reserva do Cabaçal**	100	7	Reserva do Cabaçal**	5,4	19
Ribeirão Cascalheira	13,8	85	Ribeirão Cascalheira	95,8	84	Ribeirão Cascalheira	4,7	73
Ribeirãozinho**	4,2	23	Ribeirãozinho**	99,1	33	Ribeirãozinho**	6,3	1
Rio Branco	17	107	Rio Branco	84,1	140	Rio Branco	4,8	66
Rondolândia	32,2	137	Rondolândia	98,7	42	Rondolândia**	-	
Rondonópolis	4,1	22	Rondonópolis	99,4	26	Rondonópolis	4,8	67

Rosário Oeste	20,5	122	Rosário Oeste	88,3	135	Rosário Oeste**	3,7	121
Salto do Céu	13,4	81	Salto do Céu	98,5	47	Salto do Céu	5,2	32
Santa Carmem	13	80	Santa Carmem	88,1	136	Santa Carmem	4,4	98
Santa Cruz do Xingu	17,5	114	Santa Cruz do Xingu	89,4	133	Santa Cruz do Xingu	4,4	106
Santa Rita do Trivelato	12	73	Santa Rita do Trivelato	96,3	80	Santa Rita do Trivelato	5,3	21
Santa Terezinha	23	127	Santa Terezinha	92,5	119	Santa Terezinha**	-	
Santo Afonso	1,2	6	Santo Afonso	98,4	48	Santo Afonso	4,6	86
Santo Antônio do Leste	26,2	133	Santo Antônio do Leste	93	115	Santo Antônio do Leste	4,7	74
Santo Antônio do Leverger	15,4	95	Santo Antônio do Leverger	93,4	110	Santo Antônio do Leverger**	-	
São Félix do Araguaia	17,1	109	São Félix do Araguaia	93,9	103	São Félix do Araguaia**	-	
São José do Povo	16,4	103	São José do Povo	90,6	129	São José do Povo**	-	
São José do Rio Claro	-	-	São José do Rio Claro	100	8	São José do Rio Claro**	5,1	41
São José do Xingu**	3,4	17	São José do Xingu**	99,8	14	São José do Xingu**	4,6	83
São José Dos Quatro Marcos	8,5	49	São José Dos Quatro Marcos	95,3	91	São José Dos Quatro Marcos	5,2	33
São Pedro da Cipa	7,1	39	São Pedro da Cipa	97,1	70	São Pedro da Cipa	4,1	116
Sapezal	12	74	Sapezal	89,8	131	Sapezal	4,9	58
Serra Nova Dourada	23	128	Serra Nova Dourada	97,4	62	Serra Nova Dourada	4,3	110
Sinop	12,7	78	Sinop	92,9	117	Sinop	5,2	34
Sorriso	13,5	82	Sorriso	93	116	Sorriso	5,0	45
Tabaporã	5,3	33	Tabaporã	99,6	22	Tabaporã**	5,2	27
Tangará da Serra	14,3	89	Tangará da Serra	94,6	99	Tangará da Serra	5,0	43
Tapurah	5	28	Tapurah	98,9	35	Tapurah	5,2	35
Terra Nova do Norte	14,4	91	Terra Nova do Norte	96,2	81	Terra Nova do Norte	4,6	84
Tesouro**	5,2	31	Tesouro**	100	9	Tesouro**	-	
Torixoréu	4,4	24	Torixoréu	100	10	Torixoréu**	-	
União do Sul**	7,7	43	União do Sul**	97,3	65	União do Sul**	5,9	6
Vale de São Domingos	11,7	71	Vale de São Domingos	98,8	39	Vale de São Domingos**	-	
Várzea Grande	9,4	55	Várzea Grande	95,6	86	Várzea Grande	4,3	111
Vera	1,2	7	Vera	99,9	11	Vera**	5,5	14
Vila Bela de Santíssima Trindade	25,2	131	Vila Bela de Santíssima Trindade	90	130	Vila Bela da Santíssima Trindade	4,2	113
Vila Rica	17,2	111	Vila Rica	92,2	121	Vila Rica**	4,8	68

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>> e Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Campos vazios, correspondem a municípios sem dados disponíveis ou divulgados. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial.

Tabela 47 - Ranking (por média) do Índice de Distorsão Idade-Série, da Taxa de Aprovação e do Índice de Desenvolvimento da Educação - Anos iniciais e finais do ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2015.

Município	DI	RK	Município	AP	RK	Município	ID	RK
Acorizal**	0	1	Acorizal*	97,4	81	Acorizal**	-	-
Água Boa	1,8	17	Água Boa	100	1	Água Boa**	6,2	3
Alta Floresta	5,5	51	Alta Floresta	98	69	Alta Floresta	5,2	68
Alto Araguaia	9,4	83	Alto Araguaia	99,9	18	Alto Araguaia	5,2	67
Alto Boa Vista	6,2	59	Alto Boa Vista	98,8	50	Alto Boa Vista	5,0	81
Alto Garças	12,4	104	Alto Garças	88,8	134	Alto Garças**	5,3	56
Alto Paraguai	2,7	29	Alto Paraguai	100	2	Alto Paraguai**	5,0	78
Alto Taquari	21,6	136	Alto Taquari	88,5	135	Alto Taquari	5,1	69
Apiacás	2,2	21	Apiacás	99,7	24	Apiacás	5,3	53
Araguaiana	10,5	92	Araguaiana	96,8	85	Araguaiana**	5,1	70
Araguainha	8,1	69	Araguainha	89,6	131	Araguainha**	-	-
Araputanga	2,5	27	Araputanga	99,7	25	Araputanga**	5,4	44
Arenópolis	1,2	12	Arenópolis	98,6	57	Arenópolis	5,4	45
Aripuanã	10,7	93	Aripuanã	97,3	82	Aripuanã	5,1	71
Barão de Melgaço**	10,2	89	Barão de Melgaço	83,7	139	Barão de Melgaço**	-	-
Barra do Bugres	12,2	101	Barra do Bugres	93,9	107	Barra do Bugres	4,6	101
Barra do Garças	13,1	110	Barra do Garças	95,5	94	Barra do Garças	5,1	72
Bom Jesus do Araguaia	8,1	70	Bom Jesus do Araguaia	95,2	96	Bom Jesus do Araguaia**	4,5	106
Brasnorte	13,6	113	Brasnorte	94,3	105	Brasnorte	4,7	97
Cáceres	13,5	112	Cáceres	94,2	106	Cáceres	4,5	108
Campinápolis	29,3	140	Campinápolis	90,8	124	Campinápolis	4,1	119
Campo Novo do Parecis	15	119	Campo Novo do Parecis	90,1	129	Campo Novo do Parecis	5,3	54
Campo Verde	11,5	98	Campo Verde	89,2	132	Campo Verde	5,2	62
Campos de Júlio	4,7	45	Campos de Júlio	98,7	54	Campos de Júlio	6,1	6
Canabrava do Norte	7,1	64	Canabrava do Norte	99,4	36	Canabrava do Norte**	5,2	63
Canarana	13,6	114	Canarana	97,8	74	Canarana**	5,5	34
Carlinda	9,5	84	Carlinda	97,9	71	Carlinda	5,3	55
Castanheira	1,4	14	Castanheira	99,8	22	Castanheira**	5,3	57
Chapada Dos Guimarães	17,7	127	Chapada Dos Guimarães	90	130	Chapada Dos Guimarães	4,8	90
Cláudia	15,1	120	Cláudia	89,2	133	Cláudia	4,4	109
Cocalinho	2,8	31	Cocalinho	99,7	26	Cocalinho**	4,8	91
Colíder	8	68	Colíder	94,5	103	Colíder	5,5	41
Colniza	9	77	Colniza	97,8	75	Colniza	4,7	98
Comodoro	13	109	Comodoro	94,9	97	Comodoro**	5,3	58
Confresa	12,8	107	Confresa	93,6	111	Confresa	4,4	110
Conquista D'oeste	22,3	137	Conquista D'oeste	94,8	99	Conquista D'oeste**	5,4	46
Cotriguaçu	9,7	87	Cotriguaçu	96,4	89	Cotriguaçu**	5,8	15
Cuiabá	9	78	Cuiabá	97,2	84	Cuiabá	5,0	79

Curvelândia	3,3	33	Curvelândia	100	3	Curvelândia	4,2	118
Denise	1,1	11	Denise	99,6	30	Denise	4,6	105
Diamantino	1,5	15	Diamantino	99,7	27	Diamantino**	5,5	35
Dom Aquino	5	48	Dom Aquino	99,2	41	Dom Aquino*	3,5	122
Feliz Natal	21,4	134	Feliz Natal	94,4	104	Feliz Natal**	5,6	28
Figueirópolis D' oeste	2,3	22	Figueirópolis D' oeste	100	4	Figueirópolis D' oeste**	-	-
Gaúcha do Norte	11,1	95	Gaúcha do Norte	98,7	55	Gaúcha do Norte**	5,5	36
General Carneiro**	26,7	139	General Carneiro*	73,1	140	General Carneiro**	-	-
Glória D' oeste	4,3	41	Glória D' oeste	96,8	86	Glória D' oeste	5,0	82
Guaratã do Norte	11,3	97	Guaratã do Norte	98,4	63	Guaratã do Norte	6,1	10
Guiratinga	1,9	18	Guiratinga	100	5	Guiratinga**	5,4	47
Indiavaí	17,8	129	Indiavaí	91,2	122	Indiavaí	4,3	116
Ipiranga do Norte**	9	79	Ipiranga do Norte*	94,8	100	Ipiranga do Norte**	6,2	4
Itanhangá	6	57	Itanhangá	98,3	64	Itanhangá**	6,1	7
Itaúba**	0,5	4	Itaúba*	97,3	83	Itaúba**	5,4	48
Itiquira	5,6	53	Itiquira	98,9	49	Itiquira	5,0	85
Jaciara	1,9	19	Jaciara	99,9	19	Jaciara	5,7	25
Jangada**	2,5	28	Jangada*	99,3	39	Jangada**	-	-
Jauru	4	38	Jauru	98,5	61	Jauru**	-	-
Juara	1	10	Juara	100	6	Juara**	5,2	64
Juína	5,8	56	Juína	98,6	58	Juína	5,1	77
Juruena	12,2	102	Juruena	90,6	126	Juruena**	5,8	16
Juscimeira	10,3	90	Juscimeira	100	7	Juscimeira**	5,7	26
Lambari D' oeste	19,6	131	Lambari D' oeste	93,4	114	Lambari D' oeste*	3,7	121
Lucas do Rio Verde	9,2	82	Lucas do Rio Verde	96,7	88	Lucas do Rio Verde	6,0	11
Luciara	5,5	52	Luciara	98,2	67	Luciara**	-	-
Marcelândia	4,7	46	Marcelândia	99,5	33	Marcelândia	4,8	93
Matupá	4,8	47	Matupá	93,9	108	Matupá	4,9	88
Mirassol D' oeste	7,7	65	Mirassol D' oeste	97,9	72	Mirassol D' oeste	5,4	52
Nobres	4,2	40	Nobres	97,7	78	Nobres**	4,8	92
Nortelândia	0	2	Nortelândia	100	8	Nortelândia**	6,2	5
Nossa Senhora do Livramento	10,7	94	Nossa Senhora do Livramento	98,8	51	Nossa Senhora do Livramento	4,5	107
Nova Bandeirantes	14,6	116	Nova Bandeirantes	96,8	87	Nova Bandeirantes	5,1	73
Nova Brasilândia	6,8	61	Nova Brasilândia	97,5	79	Nova Brasilândia**	-	-
Nova Canaã do Norte	10,3	91	Nova Canaã do Norte	93,3	116	Nova Canaã do Norte**	5,6	29
Nova Guarita	3,8	36	Nova Guarita	100	9	Nova Guarita*	4,3	115
Nova Lacerda	20,6	133	Nova Lacerda	95,6	92	Nova Lacerda	5,4	49
Nova Marilândia	0,8	9	Nova Marilândia	99,7	28	Nova Marilândia**	5,8	17
Nova Maringá	6,7	60	Nova Maringá	99,1	44	Nova Maringá**	6,0	12

Nova Monte Verde	4,6	43	Nova Monte Verde	97,5	80	Nova Monte Verde	4,6	102
Nova Mutum	0,1	3	Nova Mutum	99,9	20	Nova Mutum**	5,8	18
Nova Nazaré	36,7	141	Nova Nazaré	54,9	141	Nova Nazaré**	2,9	123
Nova Olímpia	3	32	Nova Olímpia	100	10	Nova Olímpia**	5,6	30
Nova Santa Helena	9,1	81	Nova Santa Helena	98,6	59	Nova Santa Helena**	5,7	27
Nova Ubiratã	15,6	123	Nova Ubiratã	93,4	115	Nova Ubiratã	5,0	83
Nova Xavantina	3,8	37	Nova Xavantina	98,3	65	Nova Xavantina**	5,9	13
Novo Horizonte do Norte**	11,9	100	Novo Horizonte do Norte*	96,1	91	Novo Horizonte do Norte**	6,1	8
Novo Mundo	5,6	54	Novo Mundo	98,8	52	Novo Mundo**	5,8	19
Novo Santo Antônio	17,7	128	Novo Santo Antônio	90,4	128	Novo Santo Antônio**	4,6	103
Novo São Joaquim	8,5	71	Novo São Joaquim	98,5	62	Novo São Joaquim	4,9	89
Paranaíta	12,6	105	Paranaíta	93,8	109	Paranaíta	5,0	84
Paranatinga	8,7	74	Paranatinga	97,8	76	Paranatinga**	5,6	31
Pedra Preta	9	80	Pedra Preta	97,8	77	Pedra Preta	4,9	86
Peixoto de Azevedo	4	39	Peixoto de Azevedo	99,2	42	Peixoto de Azevedo	4,7	99
Planalto da Serra	3,4	35	Planalto da Serra	99	46	Planalto da Serra**	4,9	87
Poconé	8,6	73	Poconé	94,9	98	Poconé	4,0	120
Pontal do Araguaia	11,5	99	Pontal do Araguaia	93,6	112	Pontal do Araguaia	4,4	111
Ponte Branca**	5,3	50	Ponte Branca*	100	11	Ponte Branca**	5,8	20
Pontes e Lacerda	9,7	88	Pontes e Lacerda	95,6	93	Pontes e Lacerda	5,3	60
Porto Alegre do Norte	4,6	44	Porto Alegre do Norte	98,1	68	Porto Alegre do Norte**	4,4	112
Porto Dos Gaúchos	7,8	67	Porto Dos Gaúchos	97,9	73	Porto Dos Gaúchos	5,4	50
Porto Esperidião	11,1	96	Porto Esperidião	93,7	110	Porto Esperidião	4,7	95
Porto Estrela	5,7	55	Porto Estrela	98,6	60	Porto Estrela**	5,1	74
Poxoréo	4,3	42	Poxoréo	99,4	37	Poxoréo**	5,5	37
Primavera do Leste	13,3	111	Primavera do Leste	90,5	127	Primavera do Leste	5,2	65
Querência	0,7	8	Querência	99,9	21	Querência**	5,3	59
Reserva do Cabaçal**	0,6	6	Reserva do Cabaçal*	100	12	Reserva do Cabaçal**	5,4	51
Ribeirão Cascalheira	9,5	85	Ribeirão Cascalheira	98,0	70	Ribeirão Cascalheira	5,1	76
Ribeirãozinho**	2,7	30	Ribeirãozinho*	100	13	Ribeirãozinho**	7,1	1
Rio Branco	18,7	130	Rio Branco	85	137	Rio Branco	4,8	94
Rondolândia	15,4	121	Rondolândia	99,6	31	Rondolândia**	-	-
Rondonópolis	0,6	7	Rondonópolis	99,8	23	Rondonópolis	5,1	75
Rosário Oeste	13,7	115	Rosário Oeste	88,1	136	Rosário Oeste**	-	-
Salto do Céu	8,9	76	Salto do Céu	100	14	Salto do Céu	5,6	32
Santa Carmem	12,3	103	Santa Carmem	92,6	118	Santa Carmem	5,5	42
Santa Cruz do Xingu	21,5	135	Santa Cruz do Xingu	84,1	138	Santa Cruz do Xingu	4,4	113

Santa Rita do Trivelato	8,5	72	Santa Rita do Trivelato	98,7	56	Santa Rita do Trivelato	6,3	2
Santa Terezinha	17,1	124	Santa Terezinha	92,9	117	Santa Terezinha**	-	-
Santo Afonso	1,5	16	Santo Afonso	99,5	34	Santo Afonso**	5,8	21
Santo Antônio do Leste	15,5	122	Santo Antônio do Leste	98,3	66	Santo Antônio do Leste	5,0	80
Santo Antônio do Leverger	12,6	106	Santo Antônio do Leverger	100	15	Santo Antônio do Leverger**	-	-
São Félix do Araguaia	14,6	117	São Félix do Araguaia	94,6	101	São Félix do Araguaia**	-	-
São José do Povo	17,1	125	São José do Povo	92,3	120	São José do Povo**	-	-
São José do Rio Claro**	1,3	13	São José do Rio Claro	99,7	29	São José do Rio Claro**	6,1	9
São José do Xingu**	2,4	26	São José do Xingu*	99,2	43	São José do Xingu**	4,7	96
São José Dos Quatro Marcos	7	63	São José Dos Quatro Marcos	96,2	90	São José Dos Quatro Marcos	5,5	43
São Pedro da Cipa	2,3	23	São Pedro da Cipa	99,5	35	São Pedro da Cipa	4,6	104
Sapezal	9,5	86	Sapezal	90,8	125	Sapezal**	5,5	38
Serra Nova Dourada	24	138	Serra Nova Dourada	91,9	121	Serra Nova Dourada**	-	-
Sinop	7,7	66	Sinop	93,5	113	Sinop	5,3	61
Sorriso	12,8	108	Sorriso	95,4	95	Sorriso**	5,8	22
Tabaporã	2,3	24	Tabaporã	99,6	32	Tabaporã**	5,6	33
Tangará da Serra	6,8	62	Tangará da Serra	99,1	45	Tangará da Serra	5,8	24
Tapurah	2	20	Tapurah	98,8	53	Tapurah	4,7	100
Terra Nova do Norte	17,1	126	Terra Nova do Norte	99,0	47	Terra Nova do Norte**	5,5	39
Tesouro**	5,2	49	Tesouro*	100	16	Tesouro**	-	-
Torixoréu	3,3	34	Torixoréu	100	17	Torixoréu**	5,5	40
União do Sul**	6,1	58	União do Sul*	99	48	União do Sul**	5,9	14
Vale de São Domingos	2,3	25	Vale de São Domingos	99,3	40	Vale de São Domingos**	-	-
Várzea Grande	8,8	75	Várzea Grande	94,6	102	Várzea Grande	4,4	114
Vera	0,5	5	Vera	99,4	38	Vera**	5,8	23
Vila Bela de Santíssima Trindade	20,3	132	Vila Bela de Santíssima Trindade	90,9	123	Vila Bela da Santíssima Trindade*	4,2	117
Vila Rica	14,7	118	Vila Rica	92,4	119	Vila Rica**	5,2	66

Fonte: Prova Brasil – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>> e Indicadores Educacionais – INEP/MEC – Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Campos vazios, correspondem a municípios sem dados disponíveis ou divulgados. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. **Dados parciais: média calculada somente para os anos finais. Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial.

ANEXO F – TABELA DE GASTO POR ALUNO E NÍVEL MÉDIO DE PROFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.

Os dados a seguir, demonstram o total gasto em cada município por aluno assim como as médias gerais municipais.

Vale ressaltar que as informações foram agrupadas em relação aos anos de 2011, 2013 e 2015, haja vista a frequência bienal de realização da Prova Brasil, utilizada como medidor de proficiência. O resultado já se apresenta em forma de tabela possibilitando a comparação entre cada um dos entes:

Tabela 48 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2011

Municípios	Média	RK	Municípios	Gasto/Aluno	RK
Água Boa	219,2175	31	Água Boa	4.259,04	77
Alta Floresta	221,7025	26	Alta Floresta	3.919,49	92
Alto Araguaia	213,9725	45	Alto Araguaia	8.312,86	4
Alto Boa Vista	210,5875	55	Alto Boa Vista	4.526,80	70
Alto Garças**	190,67	97	Alto Garças**	5.871,06	27
Alto Paraguai**	178,795	115	Alto Paraguai**	4.095,61	86
Alto Taquari	225,49	17	Alto Taquari	5.931,32	26
Apiacás	209,5875	58	Apiacás	3.050,96	127
Araguaiana	195,65	89	Araguaiana	5.094,34	43
Araguainha**	176,005	118	Araguainha**	6.852,61	14
Araputanga**	195,185	91	Araputanga**	4.831,93	53
Aripuanã**	187,6	105	Aripuanã**	3.462,54	113
Barra do Bugres	211,01	54	Barra do Bugres	4.135,38	84
Barra do Garças	216,8825	37	Barra do Garças	4.377,62	73
Bom Jesus do Araguaia**	165,505	124	Bom Jesus do Araguaia**	4.727,37	61
Brasnorte	204,21	72	Brasnorte	3.512,58	111
Cáceres	204,9875	71	Cáceres	3.739,71	105
Campinápolis	200,8825	78	Campinápolis	3.208,59	125
Campo Novo do Parecis	224,255	21	Campo Novo do Parecis	4.022,34	90
Campo Verde	237,0475	4	Campo Verde	3.448,80	114
Campos de Júlio	235,41	5	Campos de Júlio	6.651,14	18
Canabrava do Norte**	171,18	121	Canabrava do Norte**	7.036,42	12
Canarana**	213,27	47	Canarana**	5.053,01	47
Carlinda	217,5925	35	Carlinda	3.330,56	120
Castanheira**	182,18	112	Castanheira**	3.858,48	94
Chapada Dos Guimarães**	184,715	108	Chapada Dos Guimarães**	3.836,91	97
Cláudia	207	64	Cláudia	4.250,41	78
Cocalinho**	169,015	122	Cocalinho**	2.843,85	129
Colíder	226,8675	14	Colíder	4.366,35	74

Colniza	199,35	83	Colniza	3.325,92	121
Comodoro	222,135	25	Comodoro	4.008,54	91
Confresa	193,715	93	Confresa	3.779,51	101
Conquista D'oeste**	198,54	86	Conquista D'oeste**	5.200,17	38
Cotriguaçu	222,55	23	Cotriguaçu	4.067,71	88
Cuiabá	215,385	43	Cuiabá	5.545,77	31
Curvelândia**	153,25	128	Curvelândia**	4.789,21	57
Denise	208,6525	60	Denise	3.333,98	119
Diamantino**	188,675	101	Diamantino**	5.281,85	35
Dom Aquino**	163,07	126	Dom Aquino**	7.343,48	10
Feliz Natal	216,3175	39	Feliz Natal	3.291,10	122
Gaúcha do Norte**	206,7	66	Gaúcha do Norte**	6.613,50	20
General Carneiro**	182,28	111	General Carneiro**	8.699,72	3
Glória D'oeste**	205,49	70	Glória D'oeste**	7.016,93	13
Guaratã do Norte	232,4225	6	Guaratã do Norte	3.155,99	126
Guiratinga**	182,31	110	Guiratinga**	9.367,47	2
Indiavaí	202,465	75	Indiavaí	4.791,06	56
Ipiranga do Norte**	210	56	Ipiranga do Norte**	7.896,64	7
Itanhangá**	199,175	84	Itanhangá**	6.393,10	21
Itaúba**	183,49	109	Itaúba**	7.203,97	11
Itiquira	215,0825	44	Itiquira	5.057,93	46
Jaciara	216,305	40	Jaciara	5.622,27	30
Jangada**	164,48	125	Jangada**	5.980,02	25
Jauru	203,67	74	Jauru	8.095,19	6
Juara	220,625	29	Juara	8.130,78	5
Juína	211,3925	53	Juína	5.188,68	41
Juruena	226,7025	15	Juruena	3.532,66	109
Juscimeira**	173,32	120	Juscimeira**	6.709,84	17
Lambari D'oeste**	167,12	123	Lambari D'oeste**	4.627,44	65
Lucas do Rio Verde	246,275	2	Lucas do Rio Verde	3.766,96	103
Marcelândia	200,765	80	Marcelândia	3.833,85	98
Matupá	207,6375	63	Matupá	4.108,72	85
Mirassol D'oeste	224,92	19	Mirassol D'oeste	5.664,39	29
Nobres	200,2325	82	Nobres	5.198,09	39
Nortelândia	249,1475	1	Nortelândia	6.209,60	22
Nossa Senhora do Livramento*	190,46	98	Nossa Senhora do Livramento*	4.909,71	51
Nova Bandeirantes	206,6625	67	Nova Bandeirantes	4.230,70	80
Nova Canaã do Norte	215,6125	41	Nova Canaã do Norte	4.624,68	66
Nova Guarita	216,51	38	Nova Guarita	4.159,65	83
Nova Lacerda	220,6825	28	Nova Lacerda	3.837,81	96
Nova Marilândia	232,24	7	Nova Marilândia	4.089,62	87
Nova Maringá**	208,38	61	Nova Maringá**	3.766,93	104
Nova Monte Verde	212,35	49	Nova Monte Verde	4.704,00	62
Nova Mutum	230,525	8	Nova Mutum	4.783,27	58

Nova Nazaré**	188,675	102	Nova Nazaré**	3.431,91	115
Nova Olímpia**	192,105	95	Nova Olímpia**	3.428,36	116
Nova Santa Helena**	190,085	100	Nova Santa Helena**	5.357,68	34
Nova Ubiratã**	185,32	107	Nova Ubiratã**	3.661,79	107
Nova Xavantina**	186,09	106	Nova Xavantina**	4.635,18	64
Novo Horizonte do Norte**	204,015	73	Novo Horizonte do Norte**	6.766,91	15
Novo Mundo	206,7	65	Novo Mundo	5.370,93	33
Novo Santo Antônio	197,43	88	Novo Santo Antônio	7.493,48	8
Novo São Joaquim	213,8525	46	Novo São Joaquim	3.671,98	106
Paranaíta	213,1225	48	Paranaíta	3.574,62	108
Paranatinga**	188,565	103	Paranatinga**	4.909,02	52
Pedra Preta	222,2325	24	Pedra Preta	4.543,31	69
Peixoto de Azevedo	200,6625	81	Peixoto de Azevedo	3.397,34	118
Planalto da Serra**	179,515	113	Planalto da Serra**	4.771,32	59
Poconé	191,56	96	Poconé	3.523,52	110
Pontal do Araguaia	220,545	30	Pontal do Araguaia	3.850,62	95
Ponte Branca**	209,62	57	Ponte Branca**	7.479,65	9
Pontes e Lacerda	217,58	36	Pontes e Lacerda	4.457,05	71
Porto Alegre do Norte**	146,205	129	Porto Alegre do Norte**	3.861,26	93
Porto Dos Gaúchos	218,39	34	Porto Dos Gaúchos	5.767,18	28
Porto Esperidião	208,3	62	Porto Esperidião	4.275,14	76
Porto Estrela**	178,855	114	Porto Estrela**	5.252,86	37
Poxoréo	218,56	33	Poxoréo	5.254,56	36
Primavera do Leste	229,865	9	Primavera do Leste	4.753,83	60
Querência	211,9	52	Querência	5.087,60	44
Reserva do Cabaçal**	212,22	51	Reserva do Cabaçal**	5.087,60	45
Ribeirão Cascalheira	206,465	68	Ribeirão Cascalheira	3.788,75	100
Rio Branco	220,715	27	Rio Branco	2.915,57	128
Rondonópolis	215,605	42	Rondonópolis	5.196,76	40
Rosário Oeste	193,68	94	Rosário Oeste	4.574,50	67
Salto do Céu	224,635	20	Salto do Céu	6.073,10	24
Santa Carmem	223,855	22	Santa Carmem	3.768,43	102
Santa Cruz do Xingu	198,72	85	Santa Cruz do Xingu	3.496,14	112
Santa Rita do Trivelato	225,8325	16	Santa Rita do Trivelato	6.121,82	23
Santo Afonso**	178,74	116	Santo Afonso**	4.931,54	50
Santo Antônio do Leste	212,315	50	Santo Antônio do Leste	6.644,19	19
São Félix do Araguaia	219,0475	32	São Félix do Araguaia	4.655,13	63
São José do Povo**	174,375	119	São José do Povo**	10.503,96	1
São José do Rio Claro**	194,625	92	São José do Rio Claro**	4.401,33	72
São José do Xingu**	161,025	127	São José do Xingu**	4.355,17	75
São José Dos Quatro Marcos	225,3575	18	São José Dos Quatro Marcos	5.143,15	42
São Pedro da Cipa	200,83	79	São Pedro da Cipa	4.964,08	48
Sapezal	227,835	12	Sapezal	4.813,47	54
Serra Nova Dourada	190,1425	99	Serra Nova Dourada	6.741,11	16

Sinop	226,9925	13	Sinop	4.562,39	68
Sorriso	229,155	10	Sorriso	4.241,80	79
Tabaporã**	195,31	90	Tabaporã**	4.036,02	89
Tangará da Serra	228,6725	11	Tangará da Serra	4.213,74	81
Tapurah	206,16	69	Tapurah	5.434,63	32
Terra Nova do Norte*	238,145	3	Terra Nova do Norte*	4.934,15	49
União do Sul**	198,38	87	União do Sul**	4.193,81	82
Vale de São Domingos	202,265	77	Vale de São Domingos	4.795,73	55
Várzea Grande**	188,27	104	Várzea Grande**	3.215,64	124
Vera**	177,58	117	Vera**	3.253,47	123
Vila Bela de Santíssima Trindade	202,4125	76	Vila Bela de Santíssima Trindade	3.799,49	99
Vila Rica	209,365	59	Vila Rica	3.421,22	117

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. Total de municípios: 129. Valores em reais. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de Acorizal (R\$ 6.576,51); Arenápolis (R\$ 4.974,10); Barão de Melgaço (R\$ 9.460,93); Figueirópolis D'oeste (R\$ 15.139,26); Luciara (R\$ 15.319,83); Nova Brasilândia (R\$ 6.962,57); Ribeirãozinho (R\$ 10.606,47); Rondolândia (R\$ 5.567,66); Santa Terezinha (R\$ 4.849,11); Santo Antônio do Leverger (R\$ 7.795,88); Tesouro (R\$ 12.057,23); e Torixoréu (R\$ 6.858,39), que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC. Assim, como o objetivo da tabela é a comparação entre as médias de proficiência e o gasto municipal, foram suprimidos os municípios mencionados, cujos respectivos gastos proporcionais por aluno encontram-se aqui estampados.

Tabela 49 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2013.

Municípios	Média	RK	Municípios	Gasto/Aluno	RK
Água Boa	231,40	27	Água Boa	5.647,87	64
Alta Floresta	214,32	58	Alta Floresta	7.492,71	18
Alto Araguaia	228,48	31	Alto Araguaia	9.688,62	5
Alto Boa Vista	210,37	72	Alto Boa Vista	5.242,31	78
Alto Garças**	198,98	90	Alto Garças**	5.531,78	69
Alto Paraguai**	178,28	111	Alto Paraguai**	7.173,51	22
Alto Taquari	245,19	5	Alto Taquari	5.523,64	70
Apiacás	206,04	84	Apiacás	4.457,56	100
Araguaiana**	170,39	116	Araguaiana**	8.372,09	9
Araputanga**	183,79	104	Araputanga**	5.913,05	52
Arenápolis	238,69	14	Arenápolis	5.505,86	71
Aripuanã	222,00	45	Aripuanã	4.328,22	104
Barra do Bugres	222,35	43	Barra do Bugres	6.011,47	50
Barra do Garças	226,25	34	Barra do Garças	5.130,50	83
Bom Jesus do Araguaia**	162,34	119	Bom Jesus do Araguaia**	4.251,13	107
Brasnorte	212,85	63	Brasnorte	5.592,40	65
Cáceres	212,78	64	Cáceres	4.926,60	89
Campinápolis	215,66	56	Campinápolis	3.743,72	120
Campo Novo do Parecis	241,86	9	Campo Novo do Parecis	4.845,24	91
Campo Verde	239,29	12	Campo Verde	4.968,78	88
Campos de Júlio	250,31	2	Campos de Júlio	6.933,64	25

Canabrava do Norte**	158,97	123	Canabrava do Norte**	8.168,23	12
Canarana**	191,46	94	Canarana**	10.826,57	1
Carlinda	225,13	38	Carlinda	4.724,16	94
Castanheira**	170,13	117	Castanheira**	8.308,68	11
Chapada Dos Guimarães	207,49	79	Chapada Dos Guimarães	5.793,09	58
Cláudia	216,63	55	Cláudia	5.390,37	73
Cocalinho**	168,05	118	Cocalinho**	3.030,59	124
Colíder	235,15	18	Colíder	3.707,69	121
Colniza	210,72	70	Colniza	3.065,65	123
Comodoro	215,27	57	Comodoro	5.134,78	82
Confresa	210,80	69	Confresa	4.338,54	102
Cotriguaçu**	171,76	115	Cotriguaçu**	5.570,90	66
Cuiabá	219,90	48	Cuiabá	7.686,58	17
Curvelândia	212,02	66	Curvelândia	6.066,99	46
Denise	203,87	87	Denise	5.389,57	74
Diamantino**	180,87	109	Diamantino**	6.496,97	31
Feliz Natal	247,62	3	Feliz Natal	4.702,53	95
Gaúcha do Norte**	161,17	122	Gaúcha do Norte**	8.605,64	8
General Carneiro**	179,05	110	General Carneiro**	5.883,76	53
Glória D'oeste	235,49	17	Glória D'oeste	8.312,20	10
Guaratã do Norte	242,73	8	Guaratã do Norte	3.954,93	115
Indiavaí	213,38	61	Indiavaí	5.222,71	79
Ipiranga do Norte**	213,33	62	Ipiranga do Norte**	8.116,60	13
Itanhangá**	207,34	80	Itanhangá**	5.080,58	85
Itaúba**	182,95	106	Itaúba**	6.734,26	26
Itiquira	217,74	54	Itiquira	6.597,42	29
Jaciara	233,92	21	Jaciara	7.241,76	20
Jangada**	155,80	124	Jangada**	9.975,96	3
Jauru	211,81	67	Jauru	7.218,92	21
Juara**	182,36	107	Juara**	9.103,41	6
Juína	206,29	83	Juína	5.700,37	62
Juruena	241,27	11	Juruena	4.319,28	105
Juscimeira**	183,45	105	Juscimeira**	6.170,85	39
Lambari D'oeste	186,91	100	Lambari D'oeste	6.054,19	47
Lucas do Rio Verde	251,16	1	Lucas do Rio Verde	3.956,89	114
Marcelândia	219,32	51	Marcelândia	5.410,68	72
Matupá	205,74	85	Matupá	6.173,61	38
Mirassol D'oeste	220,00	47	Mirassol D'oeste	5.990,83	51
Nobres**	177,08	113	Nobres**	6.240,48	36
Nortelândia	247,49	4	Nortelândia	10.016,69	2
Nossa Senhora do Livramento	188,28	97	Nossa Senhora do Livramento	4.697,76	96
Nova Bandeirantes	227,28	32	Nova Bandeirantes	5.139,52	81
Nova Canaã do Norte	233,85	22	Nova Canaã do Norte	5.086,32	84
Nova Guarita	222,21	44	Nova Guarita	6.118,31	41

Nova Lacerda	230,33	29	Nova Lacerda	4.227,83	108
Nova Marilândia	241,84	10	Nova Marilândia	4.534,79	99
Nova Maringá**	198,22	91	Nova Maringá**	3.766,93	118
Nova Monte Verde	221,13	46	Nova Monte Verde	5.546,00	68
Nova Mutum**	201,16	88	Nova Mutum**	5.810,72	56
Nova Nazaré	207,61	77	Nova Nazaré	5.356,73	75
Nova Olímpia**	187,50	98	Nova Olímpia**	4.798,10	92
Nova Santa Helena**	191,12	95	Nova Santa Helena**	5.720,30	61
Nova Ubitatã	207,56	78	Nova Ubitatã	4.206,85	109
Nova Xavantina**	185,12	102	Nova Xavantina**	5.154,67	80
Novo Horizonte do Norte**	207,94	74	Novo Horizonte do Norte**	7.248,20	19
Novo Mundo**	178,07	112	Novo Mundo**	5.008,51	87
Novo Santo Antônio	218,90	52	Novo Santo Antônio	9.785,96	4
Novo São Joaquim	207,91	75	Novo São Joaquim	6.111,55	45
Paranaíta	213,81	59	Paranaíta	7.792,36	14
Paranatinga**	187,39	99	Paranatinga**	6.664,64	27
Pedra Preta	231,47	26	Pedra Preta	5.728,94	60
Peixoto de Azevedo	206,39	82	Peixoto de Azevedo	3.892,70	116
Planalto da Serra	219,57	50	Planalto da Serra	4.606,63	98
Poconé	199,75	89	Poconé	6.392,06	34
Pontal do Araguaia	232,99	24	Pontal do Araguaia	7.094,95	24
Ponte Branca**	193,92	93	Ponte Branca**	4.179,13	110
Pontes e Lacerda	225,25	36	Pontes e Lacerda	5.825,61	55
Porto Dos Gaúchos	238,94	13	Porto Dos Gaúchos	6.611,71	28
Porto Esperidião	213,80	60	Porto Esperidião	5.356,64	76
Porto Estrela**	175,34	114	Porto Estrela**	5.649,59	63
Poxoréo	223,19	42	Poxoréo	7.767,81	16
Primavera do Leste	233,76	23	Primavera do Leste	4.920,45	90
Querência	226,03	35	Querência	6.050,05	48
Reserva do Cabaçal**	189,37	96	Reserva do Cabaçal**	6.050,05	49
Ribeirão Cascalheira	226,71	33	Ribeirão Cascalheira	4.129,80	111
Ribeirãozinho**	212,50	65	Ribeirãozinho**	5.870,61	54
Rio Branco	243,80	7	Rio Branco	5.025,33	86
Rondonópolis	218,27	53	Rondonópolis	6.152,98	40
Rosário Oeste**	161,78	120	Rosário Oeste**	7.097,85	23
Salto do Céu	230,77	28	Salto do Céu	6.519,56	30
Santa Carmem	223,58	41	Santa Carmem	3.969,62	113
Santa Cruz do Xingu	223,63	40	Santa Cruz do Xingu	5.563,48	67
Santa Rita do Trivelato	234,86	20	Santa Rita do Trivelato	6.196,92	37
Santo Afonso	211,40	68	Santo Afonso	8.929,14	7
Santo Antônio do Leste	225,25	37	Santo Antônio do Leste	7.789,71	15
São José do Rio Claro**	182,00	108	São José do Rio Claro**	5.262,21	77
São José do Xingu**	161,38	121	São José do Xingu**	4.693,00	97
São José Dos Quatro Marcos	236,26	16	São José Dos Quatro Marcos	3.761,99	119
São Pedro da Cipa	204,83	86	São Pedro da Cipa	4.286,04	106

Sapezal	244,42	6	Sapezal	6.116,48	43
Serra Nova Dourada	207,75	76	Serra Nova Dourada	5.733,71	59
Sinop	236,46	15	Sinop	4.061,63	112
Sorriso	235,11	19	Sorriso	4.760,77	93
Tabaporã**	186,45	101	Tabaporã**	6.426,91	33
Tangará da Serra	231,74	25	Tangará da Serra	4.330,56	103
Tapurah	228,88	30	Tapurah	6.114,94	44
Terra Nova do Norte	206,78	81	Terra Nova do Norte	6.446,57	32
União do Sul**	208,76	73	União do Sul**	6.312,50	35
Vale de São Domingos	224,30	39	Vale de São Domingos	6.116,76	42
Várzea Grande	210,65	71	Várzea Grande	3.447,97	122
Vera**	195,63	92	Vera**	5.794,53	57
Vila Bela da Santíssima Trindade	219,69	49	Vila Bela da Santíssima Trindade	3.799,49	117
Vila Rica**	184,47	103	Vila Rica**	4.403,35	101

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. Total de municípios: 124. Valores em reais. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal (R\$ 5.980,90); Araguaína (R\$ 7.239,17); Barão de Melgaço (R\$ 9.176,35); Conquista D' oeste (R\$ 7.294,12); Dom Aquino (R\$ 9.078,99); Figueirópolis D' oeste (R\$ 14.987,85); Guiratinga (R\$ 8.307,66); Luciara (R\$ 9.327,61); Nova Brasilândia (R\$ 8.784,48); Porto Alegre do Norte (R\$ 5.756,36); Rondolândia (R\$ 10.802,47); Santa Terezinha (R\$ 5.540,89); Santo Antônio do Leverger (R\$ 7.789,71); São Félix do Araguaia (R\$ 13.274,63); São José do Povo (R\$ 13.107,18); Tesouro (R\$ 16.326,72); e Torixoréu (R\$ 7.830,73), que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC. Assim, como o objetivo da tabela é a comparação entre as médias de proficiência e o gasto municipal, foram suprimidos os municípios mencionados, cujos respectivos gastos proporcionais por aluno encontram-se aqui estampados.

Tabela 50 - Ranking (por média) das notas de proficiência e gasto por aluno no ensino fundamental municipal - Mato Grosso/2015.

Municípios	Média	RK	Municípios	Gasto/Aluno	RK
Água Boa**	220,59	51	Água Boa**	5.348,56	108
Alta Floresta	227,44	30	Alta Floresta	5.697,59	94
Alto Araguaia	223,56	43	Alto Araguaia	10.653,82	8
Alto Boa Vista	219,78	54	Alto Boa Vista	7.225,16	57
Alto Garças**	214,97	62	Alto Garças**	7.233,62	56
Alto Paraguai**	187,59	121	Alto Paraguai**	7.690,98	41
Alto Taquari	240,51	13	Alto Taquari	5.550,43	101
Apiacás	227,66	28	Apiacás	5.574,16	99
Araguaiana**	194,24	112	Araguaiana**	10.569,32	10
Araputanga**	200,35	106	Araputanga**	7.348,67	52
Arenápolis	232,88	21	Arenápolis	5.683,86	96
Aripuanã	221,23	48	Aripuanã	6.269,67	82
Barra do Bugres	214,12	65	Barra do Bugres	8.116,23	34
Barra do Garças	229,28	27	Barra do Garças	5.340,28	109
Bom Jesus do Araguaia**	178,14	124	Bom Jesus do Araguaia**	5.254,66	112
Brasnorte	218,38	56	Brasnorte	5.692,74	95
Cáceres	212,19	68	Cáceres	6.742,97	75
Campinápolis**	184,40	122	Campinápolis**	4.270,56	123

Campo Novo do Parecis	244,93	7
Campo Verde	244,31	8
Campos de Júlio	252,64	3
Canabrava do Norte**	193,60	115
Canarana**	202,07	101
Carlinda	229,93	24
Castanheira**	197,31	110
Chapada Dos Guimarães	227,66	29
Cláudia	218,70	55
Cocalinho**	182,59	123
Colíder	240,85	12
Colniza	213,54	66
Comodoro	225,78	34
Confresa	209,75	80
Conquista D'oeste**	207,92	89
Cotriguaçu**	201,69	103
Cuiabá	223,28	44
Curvelândia	194,11	114
Denise	207,33	91
Diamantino**	201,26	105
Dom Aquino*	208,81	86
Feliz Natal**	209,09	85
Gaúcha do Norte**	204,06	98
Glória D'oeste	222,31	46
Guaratã do Norte	252,00	4
Guiratinga**	200,09	107
Indiavaí	209,68	81
Ipiranga do Norte**	229,30	26
Itanhangá**	219,99	53
Itaúba**	204,09	97
Itiquira	223,84	41
Jaciara	238,87	14
Jangada**	174,33	125
Jauru*	247,76	5
Juara**	192,54	117
Juína	220,69	50
Juruena**	224,49	38
Juscimeira**	207,75	90
Lambari D'oeste	205,99	94
Lucas do Rio Verde	253,23	2
Marcelândia	211,97	70
Matupá	215,63	60
Mirassol D'oeste	231,55	22
Nobres**	189,03	119
Nortelândia**	221,87	47

Campo Novo do Parecis	6.831,71	70
Campo Verde	5.435,53	103
Campos de Júlio	11.377,05	5
Canabrava do Norte**	5.669,88	97
Canarana**	7.353,71	51
Carlinda	4.961,35	119
Castanheira**	10.801,77	7
Chapada Dos Guimarães	5.765,04	91
Cláudia	8.295,94	29
Cocalinho**	8.886,40	25
Colíder	6.257,98	83
Colniza	3.818,60	125
Comodoro	6.757,21	73
Confresa	5.183,55	114
Conquista D'oeste**	6.865,08	68
Cotriguaçu**	6.963,60	66
Cuiabá	7.809,78	38
Curvelândia	7.084,81	62
Denise	5.772,33	90
Diamantino**	8.811,85	26
Dom Aquino*	10.482,53	11
Feliz Natal**	4.806,14	120
Gaúcha do Norte**	8.522,15	27
Glória D'oeste	8.058,68	35
Guaratã do Norte	5.240,38	113
Guiratinga**	8.200,01	30
Indiavaí	6.344,12	80
Ipiranga do Norte**	9.099,82	22
Itanhangá**	7.287,76	53
Itaúba**	11.531,99	4
Itiquira	7.262,00	54
Jaciara	6.575,49	78
Jangada**	13.311,06	1
Jauru*	9.241,33	20
Juara**	10.651,15	9
Juína	5.925,63	89
Juruena**	5.099,43	117
Juscimeira**	11.038,44	6
Lambari D'oeste	6.171,04	86
Lucas do Rio Verde	5.095,83	118
Marcelândia	7.804,46	39
Matupá	6.844,04	69
Mirassol D'oeste	8.168,02	33
Nobres**	7.669,62	42
Nortelândia**	10.054,73	14

Nossa Senhora do Livramento	206,68	93
Nova Bandeirantes	223,81	42
Nova Canaã do Norte	226,38	32
Nova Guarita*	229,87	25
Nova Lacerda	230,70	23
Nova Marilândia**	209,43	83
Nova Maringá**	216,21	58
Nova Monte Verde	211,41	74
Nova Mutum**	209,60	82
Nova Nazaré**	213,33	67
Nova Olímpia**	204,87	96
Nova Santa Helena**	209,36	84
Nova Ubitatã	226,10	33
Nova Xavantina**	214,98	61
Novo Horizonte do Norte**	225,03	37
Novo Mundo**	211,20	76
Novo Santo Antônio**	190,03	118
Novo São Joaquim	215,65	59
Paranaíta	225,05	36
Paranatinga**	206,75	92
Pedra Preta	222,83	45
Peixoto de Azevedo	210,33	78
Planalto da Serra**	187,68	120
Poconé	199,36	109
Pontal do Araguaia	211,54	73
Ponte Branca**	211,66	72
Pontes e Lacerda	227,43	31
Porto Alegre do Norte**	173,78	126
Porto Dos Gaúchos	233,44	20
Porto Esperidião	214,45	64
Porto Estrela**	194,16	113
Poxoréo**	202,16	100
Primavera do Leste	241,40	10
Querência**	196,19	111
Reserva do Cabaçal**	199,87	108
Ribeirão Cascalheira	223,98	39
Ribeirãozinho**	246,30	6
Rio Branco	236,56	16
Rondonópolis	220,99	49
Salto do Céu	235,62	18
Santa Carmem	243,42	9
Santa Rita do Trivelato	254,91	1
Santo Afonso**	210,69	77
Santo Antônio do Leste	220,50	52

Nossa Senhora do Livramento	6.749,60	74
Nova Bandeirantes	5.369,44	106
Nova Canaã do Norte	7.138,48	59
Nova Guarita*	6.791,86	72
Nova Lacerda	5.290,04	110
Nova Marilândia**	6.309,12	81
Nova Maringá**	7.886,60	37
Nova Monte Verde	7.907,56	36
Nova Mutum**	8.192,14	31
Nova Nazaré**	8.971,45	23
Nova Olímpia**	6.215,84	85
Nova Santa Helena**	6.921,90	67
Nova Ubitatã	5.406,68	104
Nova Xavantina**	7.417,22	48
Novo Horizonte do Norte**	7.758,93	40
Novo Mundo**	7.493,48	47
Novo Santo Antônio**	7.503,12	46
Novo São Joaquim	5.648,56	98
Paranaíta	7.237,48	55
Paranatinga**	7.014,50	63
Pedra Preta	2.438,94	126
Peixoto de Azevedo	5.139,58	116
Planalto da Serra**	7.135,40	60
Poconé	8.960,20	24
Pontal do Araguaia	6.984,92	64
Ponte Branca**	9.473,12	18
Pontes e Lacerda	6.619,77	77
Porto Alegre do Norte**	10.315,73	13
Porto Dos Gaúchos	13.186,09	2
Porto Esperidião	6.981,09	65
Porto Estrela**	7.657,26	43
Poxoréo**	9.109,79	21
Primavera do Leste	6.662,67	76
Querência**	7.598,34	44
Reserva do Cabaçal**	7.598,34	45
Ribeirão Cascalheira	4.757,64	121
Ribeirãozinho**	10.381,94	12
Rio Branco	5.369,03	107
Rondonópolis	7.196,51	58
Salto do Céu	7.367,77	50
Santa Carmem	5.147,05	115
Santa Rita do Trivelato	7.398,03	49
Santo Afonso**	9.688,82	17
Santo Antônio do Leste	9.906,25	15

São Félix do Araguaia	192,60	116	São Félix do Araguaia	9.336,11	19
São José do Rio Claro**	217,31	57	São José do Rio Claro**	6.827,95	71
São José do Xingu	223,94	40	São José do Xingu	8.387,11	28
São José Dos Quatro Marcos	238,42	15	São José Dos Quatro Marcos	3.823,74	124
São Pedro da Cipa	208,13	88	São Pedro da Cipa	9.870,26	16
Sapezal**	211,98	69	Sapezal**	5.553,76	100
Sinop	234,94	19	Sinop	5.733,02	92
Sorriso	235,88	17	Sorriso	5.402,38	105
Tabaporã**	205,38	95	Tabaporã**	5.272,20	111
Tangará da Serra	241,03	11	Tangará da Serra	5.966,50	88
Tapurah	209,93	79	Tapurah	5.720,29	93
Terra Nova do Norte**	201,95	102	Terra Nova do Norte**	7.134,13	61
Torixoréu**	201,67	104	Torixoréu**	12.887,33	3
União do Sul**	214,76	63	União do Sul**	5.447,71	102
Vale de São Domingos*	225,27	35	Vale de São Domingos*	8.172,90	32
Várzea Grande	208,63	87	Várzea Grande	4.709,81	122
Vera**	211,28	75	Vera**	6.154,61	87
Vila Bela de Santíssima Trindade	211,88	71	Vila Bela de Santíssima Trindade	6.239,04	84
Vila Rica**	203,66	99	Vila Rica**	6.562,67	79

Fonte: SAEB/Prova Brasil e SIPE/FNDE. Total de municípios: 126. Valores em reais. *Dados parciais: média calculada somente para os anos finais (ausente dados dos anos iniciais). **Dados parciais: média calculada somente para os anos iniciais (ausente dados dos anos finais). Os dados parciais se devem à ausência de informações na fonte oficial. Não constam na listagem os municípios de: Acorizal (R\$ 5.419,18); Araguainha (R\$ 9.951,29); Barão de Melgaço (R\$ 9.939,29); Figueirópolis D' oeste (R\$ 22.087,30); General Carneiro (R\$ 12.815,31); Luciara (R\$ 10.393,92); Nova Brasilândia (R\$10.490,62); Rondolândia (R\$ 11.281,08); Rosário Oeste (R\$ 6.721,72); Santa Cruz do Xingu (R\$ 6.757,15); Santa Terezinha (R\$ 8.443,61); Santo Antônio do Leverger (R\$ 10.691,34); São José do Povo (R\$ 10.102,64); Serra Nova Dourada (R\$ 6.020,63); e Tesouro (R\$ 12.387,97), que não tiveram seus dados de proficiência disponibilizados ou divulgados pelo MEC. Assim, como o objetivo da tabela é a comparação entre as médias de proficiência e o gasto municipal, foram suprimidos os municípios mencionados, cujos respectivos gastos proporcionais por aluno encontram-se aqui estampados.

ANEXO G – CONJUNTO DE DADOS DO PIB PER CAPITA.*Tabela 51 - Conjunto de dados PIB per capita 2011.*

Nome do Município	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)
Alto Paraguai	63915	10180	6.278,49
São Pedro da Cipa	29131	4209	6.921,00
São José do Povo	27918	3634	7.682,46
Peixoto de Azevedo	241681	31170	7.753,64
Rosário Oeste	140535	17601	7.984,49
Porto Alegre do Norte	89649	10912	8.215,65
Cotriguaçu	127375	15455	8.241,65
Nossa Senhora do Livramento	96524	11579	8.336,13
Poconé	278211	31857	8.733,11
Carlinda	95524	10890	8.771,70
Pontal do Araguaia	49099	5523	8.890,00
Campinápolis	132199	14450	9.148,73
Colniza	254527	27616	9.216,65
Novo Horizonte do Norte	34803	3768	9.236,49
Alto Boa Vista	50173	5403	9.286,21
Ponte Branca	16282	1744	9.335,99
Nova Nazaré	29585	3110	9.512,87
Curvelândia	47890	4893	9.787,54
Rio Branco	50170	5069	9.897,41
Confresa	255307	25684	9.940,32
Porto Estrela	35793	3568	10.031,68
Novo Santo Antônio	20875	2068	10.094,36
Juruena	120226	11671	10.301,28
Chapada dos Guimarães	188793	17980	10.500,19
Santo Afonso	31745	3001	10.578,29
Nova Guarita	53101	4877	10.888,09
Salto do Céu	41863	3842	10.896,18
Nortelândia	70771	6374	11.103,15
Serra Nova Dourada	15921	1393	11.429,62
Cáceres	1014693	88428	11.474,79
Canabrava do Norte	55463	4771	11.625,04
Vila Rica	256100	21828	11.732,65
Porto Esperidião	130518	11111	11.746,75
Castanheira	97192	8265	11.759,43
Guarantã do Norte	388727	32525	11.951,63
Novo Mundo	90426	7512	12.037,58
Araguainha	13125	1077	12.187,00
Nova Bandeirantes	148394	12004	12.362,04

Nova Santa Helena	43604	3487	12.504,81
Marcelândia	148201	11819	12.539,22
Apiacás	109898	8713	12.613,13
Nova Xavantina	261728	19783	13.229,96
Terra Nova do Norte	148536	11107	13.373,17
Planalto da Serra	36887	2715	13.586,30
Glória D'Oeste	42584	3118	13.657,45
São José dos Quatro Marcos	258857	18945	13.663,63
Pontes e Lacerda	586827	41741	14.058,77
Colíder	443481	30975	14.317,39
Ribeirão Cascalheira	130378	9002	14.483,20
Nova Monte Verde	121160	8191	14.791,88
Juína	592069	39351	15.045,84
Alta Floresta	746770	49332	15.137,64
Juara	503126	32948	15.270,30
Conquista D'Oeste	53355	3447	15.478,72
Comodoro	286275	18419	15.542,37
Araguaiana	50321	3180	15.824,20
Nova Canaã do Norte	195566	12174	16.064,26
Feliz Natal	181695	11253	16.146,33
União do Sul	61202	3727	16.421,23
Juscimeira	187230	11382	16.449,66
Cláudia	185565	11122	16.684,51
Santa Cruz do Xingu	33447	1967	17.004,03
Itaúba	76365	4483	17.034,25
Guiratinga	242278	14038	17.258,71
Várzea Grande	4443679	255449	17.395,56
Mirassol d'Oeste	449077	25495	17.614,31
Cocalinho	101328	5500	18.423,28
Barra do Garças	1049686	56903	18.446,93
Indiavaí	45427	2424	18.740,35
Araputanga	291842	15470	18.865,06
Matupá	278159	14396	19.321,99
Tangará da Serra	1657354	85319	19.425,38
Vila Bela da Santíssima Trindade	285559	14634	19.513,40
Poxoréu	345652	17413	19.850,23
Paranatinga	391505	19594	19.980,85
São José do Xingu	106293	5266	20.184,82
Jaciara	524616	25790	20.341,85
Jauru	214494	10255	20.916,02
Água Boa	451482	21325	21.171,48
Nova Olímpia	386652	17771	21.757,44
Barra do Bugres	710174	32134	22.100,39
Sinop	2639100	116014	22.748,12

Bom Jesus do Araguaia	123728	5437	22.756,70
Itanhangá	125280	5420	23.114,31
Paranaíta	247844	10718	23.124,10
Tabaporã	230390	9863	23.359,03
General Carneiro	121831	5080	23.982,44
Dom Aquino	196151	8153	24.058,80
Aripuanã	458313	19006	24.114,14
Cuiabá	13440075	556299	24.159,80
Nova Marilândia	75880	2980	25.463,18
Brasnorte	403591	15783	25.571,26
Canarana	490270	19011	25.788,75
Lambari D'Oeste	142377	5492	25.924,40
Pedra Preta	438820	15920	27.564,07
Rondonópolis	5510459	198950	27.697,71
Nova Lacerda	154110	5544	27.797,71
Vera	292641	10326	28.340,19
Nobres	435935	15003	29.056,50
Gaúcha do Norte	195318	6423	30.409,09
Alto Garças	319593	10505	30.422,96
Porto dos Gaúchos	166231	5433	30.596,63
Denise	279736	8605	32.508,57
Alto Araguaia	522574	15969	32.724,31
Nova Maringá	228002	6793	33.564,21
Santa Carmem	146795	4123	35.603,83
Novo São Joaquim	216183	5924	36.492,80
Campo Verde	1221787	32692	37.372,67
Tapurah	422246	10723	39.377,58
Reserva do Cabaçal	102469	2584	39.655,27
Lucas do Rio Verde	1887403	47571	39.675,49
Sorriso	2766495	68894	40.155,82
Primavera do Leste	2153805	53004	40.634,76
Querência	570532	13476	42.336,91
Campo Novo do Parecis	1386565	28340	48.926,08
Nova Mutum	1711033	33034	51.796,11
Nova Ubiratã	494296	9492	52.074,99
Diamantino	1066262	20475	52.076,29
Alto Taquari	480875	8349	57.596,72
Ipiranga do Norte	321258	5382	59.691,25
Sapezal	1226043	18880	64.938,70
Santo Antônio do Leste	253494	3898	65.031,94
Itiquira	807103	11653	69.261,37
Santa Rita do Trivelato	260335	2585	100.709,98
Campos de Júlio	538636	5327	101.114,38

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alto-araguaia/panorama>>.

Tabela 52 - Resumo de dados dos quartis - 2011.

	Quartil	Quantidade	Média
1º quartil	Até R\$ 11.733	32	R\$ 9.494,56
2º quartil	Até R\$ 17.034	31	R\$ 14.289,25
3º quartil	Até R\$ 25.924	31	R\$ 21.466,87
4º quartil	Até R\$ 101.114	31	R\$ 45.329,19
Total:		125	

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 53 - Conjunto de dados PIB per capita 2013.

Nome do Município	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)
Alto Paraguai	72557	10476	6.926,07
Cotriguaçu	144311	16689	8.647,08
Pontal do Araguaia	54836	5855	9.365,74
Colniza	297411	30848	9.641,17
Rosário Oeste	172273	17393	9.904,73
Carlinda	105927	10626	9.968,68
Peixoto de Azevedo	320140	32100	9.973,20
Novo Horizonte do Norte	38560	3815	10.107,39
Nossa Senhora do Livramento	117940	11497	10.258,34
Novo Santo Antônio	22991	2232	10.300,77
Alto Boa Vista	60692	5809	10.447,87
Juruena	136167	12900	10.555,56
Rio Branco	54645	5063	10.792,96
Campinápolis	163224	14827	11.008,54
Nova Nazaré	36823	3318	11.097,85
Poconé	356889	32053	11.134,33
Porto Estrela	39128	3354	11.666,18
Apiacás	106960	9094	11.761,64
São Pedro da Cipa	51630	4341	11.893,57
Salto do Céu	43738	3666	11.930,82
Nova Bandeirantes	156052	12946	12.054,05
Castanheira	100764	8353	12.063,16
Confresa	331519	27144	12.213,33
Serra Nova Dourada	18165	1463	12.416,42
Novo Mundo	99261	7979	12.440,33
Porto Esperidião	144578	11317	12.775,29
Ponte Branca	21813	1679	12.991,61
Chapada dos Guimarães	239693	18393	13.031,76
Arenópolis	130380	9955	13.096,97
Nova Guarita	62691	4731	13.251,16

Cáceres	1196781	89683	13.344,56
Curvelândia	67076	4961	13.520,60
Nova Monte Verde	115107	8444	13.631,84
Nortelândia	85399	6209	13.754,13
Guarantã do Norte	481138	33326	14.437,33
Indiavaí	36515	2491	14.658,80
Vila Rica	349788	22990	15.214,77
Santo Afonso	47872	3025	15.825,53
São José dos Quatro Marcos	301412	18801	16.031,69
Juara	548857	33353	16.456,00
Araguaiana	51606	3133	16.471,70
Nova Santa Helena	58363	3534	16.514,76
Marcelândia	188252	11324	16.624,13
Terra Nova do Norte	177120	10621	16.676,42
Juína	665644	39592	16.812,59
Canabrava do Norte	82748	4728	17.501,76
Nova Xavantina	352676	20143	17.508,60
Cocalinho	97993	5525	17.736,21
Glória D'Oeste	54497	3072	17.740,02
Alta Floresta	902606	49761	18.138,82
Planalto da Serra	50566	2683	18.846,95
Araputanga	303229	15803	19.188,07
Colíder	607386	31515	19.272,91
Mirassol d'Oeste	502771	26002	19.335,85
Jauru	188414	9728	19.368,22
Pontes e Lacerda	854044	42605	20.045,62
Várzea Grande	5285654	262880	20.106,72
Santa Cruz do Xingu	43487	2139	20.330,40
Comodoro	391576	19045	20.560,59
Nova Lacerda	121834	5824	20.919,28
Vila Bela da Santíssima Trindade	316595	14999	21.107,75
Barra do Garças	1222005	57791	21.145,25
Feliz Natal	257697	12088	21.318,41
Juscimeira	243262	11252	21.619,45
Cláudia	246661	11366	21.701,68
Ribeirão Cascalheira	205612	9316	22.070,83
Tangará da Serra	2076941	90252	23.012,68
Nova Olímpia	430018	18437	23.323,63
Poxoréu	402816	16919	23.808,53
Matupá	359622	14973	24.018,06
União do Sul	87572	3639	24.064,88
Itaúba	104300	4238	24.610,61
Aripuanã	501608	19919	25.182,41
Nova Canaã do Norte	311585	12295	25.342,38
São José do Xingu	142235	5333	26.670,73

Jaciara	718045	26157	27.451,35
Ribeirãozinho	62017	2259	27.453,29
Água Boa	633017	22549	28.072,95
Itanhangá	166656	5794	28.763,55
Sinop	3597150	123634	29.095,15
Nobres	443259	15002	29.546,69
Lambari D'Oeste	168494	5647	29.837,80
Barra do Bugres	996915	33022	30.189,42
Pedra Preta	494281	16348	30.234,97
Cuiabá	17459008	569830	30.638,98
Bom Jesus do Araguaia	182055	5756	31.628,80
Paranatinga	644692	20383	31.628,91
General Carneiro	168655	5215	32.340,39
Rondonópolis	6737444	208019	32.388,60
Brasnorte	577509	16895	34.182,24
Vera	370829	10561	35.113,09
Tabaporã	349415	9678	36.104,08
Canarana	724484	19681	36.811,36
Nova Marilândia	115397	3052	37.810,45
Gaúcha do Norte	256207	6761	37.894,85
Porto dos Gaúchos	207939	5389	38.585,88
Alto Garças	453716	10909	41.590,98
Nova Maringá	310853	7323	42.448,88
Denise	393485	8816	44.633,09
Alto Araguaia	750764	16818	44.640,51
Santa Carmem	192371	4219	45.596,34
Campo Verde	1628896	35578	45.783,79
Lucas do Rio Verde	2435209	52843	46.083,85
Primavera do Leste	2610483	55451	47.077,29
Sorriso	3681325	75104	49.016,37
Tapurah	571406	11586	49.318,64
Novo São Joaquim	296748	5611	52.886,82
Nova Mutum	2172228	36659	59.254,96
Querência	867731	14631	59.307,71
Nova Ubiratã	646982	10207	63.386,10
Campo Novo do Parecis	1952483	30335	64.364,03
Reserva do Cabaçal	170478	2612	65.267,37
Diamantino	1409851	20822	67.709,70
Ipiranga do Norte	426976	6057	70.493,03
Alto Taquari	666965	9070	73.535,23
Sapezal	1636951	20934	78.195,81
Paranaíta	845839	10801	78.311,17
Santo Antônio do Leste	335866	4275	78.565,17
Itiquira	990947	12109	81.835,59
Santa Rita do Trivelato	370870	2831	131.003,33

Campos de Júlio	880790	5778	152.438,63
------------------------	--------	------	------------

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alto-araguaia/panorama>>.

Tabela 54 - Resumo de dados dos quartis - 2013.

	Quartil	Quantidade	Média
1º quartil	Até R\$ 13.345	31	R\$ 11.195,52
2º quartil	Até R\$ 21.108	30	R\$ 17.477,94
3º quartil	Até R\$ 35.113	30	R\$ 27.215,19
4º quartil	Até R\$ 152.439	30	R\$ 60.665,03
Total:		121	

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 55 - Conjunto de dados PIB per capita 2015.

Nome do Município	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)
Alto Paraguai	89327	10704	8.345,24
Cotriguaçu	171951	17716	9.705,97
São Pedro da Cipa	43171	4444	9.714,54
Juruena	158104	13933	11.347,47
Pontal do Araguaia	71250	6128	11.626,89
Peixoto de Azevedo	390333	32818	11.893,88
Colniza	400418	33575	11.926,09
Novo Santo Antônio	30336	2369	12.805,54
Campinápolis	198600	15112	13.141,89
Carlinda	137440	10364	13.261,31
Novo Horizonte do Norte	52378	3845	13.622,35
Poconé	438787	32131	13.656,18
Alto Boa Vista	84509	6146	13.750,21
Nova Bandeirantes	189285	13729	13.787,23
Nossa Senhora do Livramento	157924	11393	13.861,46
Rio Branco	70847	5044	14.045,72
Apiacás	134126	9400	14.268,72
Castanheira	121753	8405	14.485,80
Porto Alegre do Norte	174095	11674	14.913,04
Porto Esperidião	174932	11464	15.259,27
Nova Guarita	71402	4590	15.556,00
Porto Estrela	49228	3158	15.588,44
Nortelândia	94612	6048	15.643,57
Salto do Céu	54987	3502	15.701,61
Nova Nazaré	55245	3491	15.824,90
Vila Rica	385204	23937	16.092,39

Novo Mundo	138468	8364	16.555,22
Cáceres	1545823	90518	17.077,52
Nova Monte Verde	150933	8640	17.469,05
Arenápolis	170423	9699	17.571,18
Ponte Branca	28656	1618	17.711,01
Guarantã do Norte	606823	33929	17.885,08
São José dos Quatro Marcos	333651	18622	17.917,02
Confresa	517743	28339	18.269,62
Indiavaí	47247	2543	18.579,31
Conquista D'Oeste	71056	3737	19.014,28
Nova Lacerda	115670	6052	19.112,67
Santo Afonso	58388	3038	19.219,11
Guiratinga	278668	14496	19.223,80
Canabrava do Norte	91375	4678	19.532,86
Planalto da Serra	53481	2647	20.204,23
Araguaiana	62944	3083	20.416,40
Terra Nova do Norte	209990	10167	20.654,04
Juara	698435	33610	20.780,57
Marcelândia	229159	10861	21.099,22
Juína	852429	39688	21.478,26
Juscimeira	241333	11107	21.728,02
Curvelândia	111402	5006	22.253,62
Mirassol d'Oeste	588350	26369	22.312,18
Glória D'Oeste	68733	3023	22.736,58
Cocalinho	126722	5530	22.915,45
Araputanga	370515	16047	23.089,34
Comodoro	453139	19536	23.195,06
Torixoréu	86281	3713	23.237,63
Várzea Grande	6267239	268594	23.333,50
Nova Xavantina	482754	20399	23.665,55
Colíder	775115	31895	24.302,08
Nova Olímpia	463159	18965	24.421,79
Vila Bela da Santíssima Trindade	384835	15274	25.195,42
Alta Floresta	1261321	49991	25.230,96
Chapada dos Guimarães	474247	18699	25.362,14
Nova Santa Helena	91442	3566	25.642,86
Ribeirão Cascalheira	247084	9562	25.840,16
Tangará da Serra	2482372	94289	26.327,27
Cláudia	306417	11546	26.538,78
Barra do Garças	1554804	58398	26.624,26
Pontes e Lacerda	1153231	43235	26.673,54
Nova Canaã do Norte	335034	12365	27.095,32
Feliz Natal	355393	12782	27.804,21
São José do Rio Claro	530799	19052	27.860,55
Aripuanã	593551	20657	28.733,64

Poxoréu	483071	16441	29.382,12
União do Sul	107769	3551	30.348,95
Barra do Bugres	1036912	33700	30.768,90
Paranatinga	646989	21014	30.788,46
Jaciara	813956	26401	30.830,50
Nobres	462159	14959	30.895,02
Itanhangá	193077	6103	31.636,36
Água Boa	798362	23551	33.899,29
Sinop	4426992	129916	34.075,81
Lambari D'Oeste	196734	5767	34.113,82
Bom Jesus do Araguaia	207666	6018	34.507,52
Dom Aquino	283818	8032	35.335,93
Tabaporã	336810	9489	35.494,74
Brasnorte	639152	17815	35.877,19
São José do Xingu	193087	5375	35.923,14
Ribeirãozinho	82648	2290	36.090,79
Vera	389832	10736	36.310,76
Matupá	564158	15433	36.555,29
Cuiabá	21220587	580489	36.556,40
Rondonópolis	8358255	215320	38.817,83
Itaúba	156268	4013	38.940,56
Pedra Preta	667146	16674	40.011,13
Alto Garças	455373	11229	40.553,27
Nova Maringá	333080	7764	42.900,58
Denise	386297	8975	43.041,40
Gaúcha do Norte	311731	7036	44.305,14
Alto Araguaia	790146	17509	45.128,00
Canarana	967479	20208	47.876,06
Campo Verde	1918991	37989	50.514,37
Porto dos Gaúchos	271435	5334	50.887,64
Santa Carmem	218908	4292	51.003,81
Lucas do Rio Verde	2977831	57285	51.982,74
Novo São Joaquim	281561	5323	52.895,19
Tapurah	664313	12305	53.987,21
Primavera do Leste	3145819	57423	54.783,26
Nova Marilândia	171443	3107	55.179,62
Sorriso	4655430	80298	57.976,91
Nova Mutum	2564804	39712	64.585,11
Nova Ubiratã	700287	10801	64.835,38
Santo Antônio do Leste	300312	4591	65.413,13
Paranaíta	709556	10844	65.433,06
Campo Novo do Parecis	2110505	31985	65.984,21
Itiquira	916939	12472	73.519,78
Ipiranga do Norte	493585	6629	74.458,50
Querência	1173196	15597	75.219,31

Diamantino	1588900	21064	75.432,04
Reserva do Cabaçal	199647	2630	75.911,42
Sapezal	1911315	22665	84.328,92
Alto Taquari	943326	9674	97.511,45
Santa Rita do Trivelato	379372	3036	124.957,69
Campos de Júlio	973239	6155	158.121,62

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alto-araguaia/panorama>>.

Tabela 56 - Resumo de dados dos quartis - 2015.

	Quartil	Quantidade	Média
1º quartil	Até R\$ 17.755	31	R\$ 14.071,28
2º quartil	Até R\$ 25.503	30	R\$ 21.545,53
3º quartil	Até R\$ 38.910	30	R\$ 31.578,31
4º quartil	Até R\$ 158.122	31	R\$ 60.985,23
Total:		122	

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO H – CONJUNTO DE DADOS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL.

A seguir, encontram-se os dados relativos à população dos municípios, baseada no censo 2010. Para os anos seguintes utilizou-se a estimativa de evolução da população, como forma de atualização dos dados.

Tabela 57 - Tamanho da população - Censo 2010.

Município	POP.		
ARAGUAINHA	1096	GENERAL CARNEIRO	5027
SERRA NOVA DOURADA	1365	RIO BRANCO	5070
PONTE BRANCA	1768	IPIRANGA DO NORTE	5123
SANTA CRUZ DO XINGU	1900	CAMPOS DE JÚLIO	5154
NOVO SANTO ANTÔNIO	2005	SÃO JOSÉ DO XINGU	5240
RIBEIRÃOZINHO	2199	ALTO BOA VISTA	5247
LUCIARA	2224	ITANHANGÁ	5276
INDIAVAÍ	2397	BOM JESUS DO ARAGUAIA	5314
SANTA RITA DO TRIVELATO	2491	PONTAL DO ARAGUAIA	5395
RESERVA DO CABACAL	2572	LAMBARI D'OESTE	5431
PLANALTO DA SERRA	2726	NOVA LACERDA	5436
NOVA MARILÂNDIA	2951	PORTO DOS GAÚCHOS	5449
SANTO AFONSO	2991	COCALINHO	5490
NOVA NAZARÉ	3029	ACORIZAL	5516
VALE DE SÃO DOMINGOS	3052	NOVO SÃO JOAQUIM	6042
GLÓRIA D'OESTE	3135	GAÚCHA DO NORTE	6293
ARAGUAIANA	3197	NORTELÂNDIA	6436
CONQUISTA D'OESTE	3385	NOVA MARINGÁ	6590
TESOURO	3418	NOVO MUNDO	7332
NOVA SANTA HELENA	3468	SANTA TEREZINHA	7397
SÃO JOSÉ DO POVO	3592	BARÃO DE MELGAÇO	7591
RONDOLÂNDIA	3604	JANGADA	7696
PORTO ESTRELA	3649	ALTO TAQUARI	8072
NOVO HORIZONTE DO NORTE	3749	NOVA MONTE VERDE	8093
SANTO ÂNTONIO DO LESTE	3754	DOM AQUINO	8171
UNIÃO DO SUL	3760	CASTANHEIRA	8231
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	3796	DENISE	8523
SALTO DO CÉU	3908	APIACÁS	8567
TORIXORÉU	4071	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	8881
SANTA CARMEM	4085	NOVA UBIRATÁ	9218
SÃO PEDRO DA CIPA	4158	TABAPORÃ	9932
ITAÚBA	4575	ALTO PARAGUAI	10066
NOVA BRASILÂNDIA	4587	VERA	10235
CANABRAVA DO NORTE	4786	ARENÁPOLIS	10316
CURVELÂNDIA	4866	ALTO GARÇAS	10350
NOVA GUARITA	4932	TAPURAH	10392
		JAURU	10455

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	10625	ARIPUANÃ	18656
PARANAÍTA	10684	CANARANA	18754
PORTO ALEGRE DO NORTE	10748	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	18998
FELIZ NATAL	10933	PARANATINGA	19290
CARLINDA	10990	NOVA XAVANTINA	19643
CLAÚDIA	11028	DIAMANTINO	20341
PORTO ESPERIDIÃO	11031	ÁGUA BOA	20856
JURUENA	11201	VILA RICA	21382
TERRA NOVA DO NORTE	11291	CONFRESA	25124
JUSCIMEIRA	11430	MIRASSOL D'OESTE	25299
ITIQUIRA	11478	JACIARA	25647
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	11609	COLNIZA	26381
NOVA BANDEIRANTES	11643	CAMPO NOVO DO PARECIS	27577
MARCELÂNDIA	12006	COLÍDER	30766
NOVA CANAÃ DO NORTE	12127	PEIXOTO DE AZEVEDO	30812
QUERÊNCIA	13033	CAMPO VERDE	31589
GUIRATINGA	13934	NOVA MUTUM	31649
MATUPÁ	14174	POCONÉ	31779
CAMPINÁPOLIS	14305	BARRA DO BUGRES	31793
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	14493	GUARANTÃ DO NORTE	32216
COTRIGUAÇU	14983	JUARA	32791
NOBRES	15002	JUÍNA	39255
ARAPUTANGA	15342	PONTES E LACERDA	41408
BRASNORTE	15357	LUCAS DO RIO VERDE	45556
ALTO ARAGUAIA	15644	ALTA FLORESTA	49164
PEDRA PRETA	15755	PRIMAVERA DO LESTE	52066
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	17124	BARRA DO GARÇAS	56560
NOVA OLÍMPIA	17515	SORRISO	66521
POXORÉU	17599	TANGARÁ DA SERRA	83431
ROSÁRIO OESTE	17679	CÁCERES	87942
CHAPADA DOS GUIMARÃES	17821	SINOP	113099
SAPEZAL	18094	RONDONÓPOLIS	195476
COMODORO	18178	VÁRZEA GRANDE	252596
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	18463	CUIABA	551098

Fonte: IBGE.

ANEXO I – CONJUNTO DE DADOS DA POPULAÇÃO MUNICIPAL.

Por fim, seguem os dados relativos ao número de matrículas utilizado na análise tendencial do item 3.2.

Tabela 58 - Número de Matrículas.

Município	2011	2013	2015				
				Cuiabá	31566	30887	32441
Acorizal	252	291	333	Curvelândia	461	432	334
Água Boa	2059	2074	428	Denise	682	613	629
Alta Floresta	2334	2221	2199	Diamantino	1343	1109	1231
Alto Araguaia	1039	943	1098	Dom Aquino	292	287	276
Alto Boa Vista	599	472	572	Feliz Natal	1812	1670	1537
Alto Garças	579	515	525	Figueirópolis d'Oeste	72	55	43
Alto Paraguai	443	437	514	Gaúcha do Norte	538	544	635
Alto Taquari	962	937	941	General Carneiro	282	288	131
Apiacás	917	780	695	Glória d'Oeste	210	214	201
Araguaiana	281	288	257	Guarantã do Norte	3340	3243	3555
Araguaína	104	87	99	Guiratinga	402	384	430
Araputanga	1004	871	772	Indiavaí	395	358	338
Arenópolis	439	423	453	Ipiranga do Norte	469	472	480
Aripuanã	2439	2339	2109	Itanhangá	619	591	503
Barão de Melgaço	227	247	229	Itaúba	517	492	416
Barra do Bugres	1710	1700	1679	Itiquira	1614	1660	1856
Barra do Garças	3976	4173	3769	Jaciara	1256	1096	1022
Bom Jesus do Araguaia	597	628	836	Jangada	229	219	276
Brasnorte	2199	2068	1877	Jauru	660	530	478
Cáceres	6926	6121	5468	Juara	1269	1032	1018
Campinápolis	2425	2659	2921	Juína	1698	1435	1351
Campo Novo do Parecis	3608	3726	2783	Juruena	1151	1081	1088
Campo Verde	772	881	903	Juscimeira	500	442	272
Campos de Júlio	3640	3349	3395	Lambari d'Oeste	535	560	568
Canabrava do Norte	346	329	364	Lucas do Rio Verde	4835	5553	5792
Canarana	1181	1308	1366	Luciara	88	58	119
Carlinda	1204	1043	931	Marcelândia	1169	997	864
Castanheira	616	511	444	Matupá	1079	909	800
Chapada dos Guimarães	2086	1680	1573	Mirassol d'Oeste	967	924	974
Cláudia	1106	946	885	Nobres	1344	1053	865
Cocalinho	460	550	383	Nortelândia	317	268	163
Colíder	2213	2171	2068	Nossa Senhora do Livramento	1362	1265	1419
Colniza	4625	4187	3604	Nova Bandeirantes	1532	1366	1236
Comodoro	2381	2236	2012	Nova Brasilândia	222	159	103
Confresa	2612	2525	2438	Nova Canaã do Norte	1466	1491	1341
Conquista d'Oeste	551	445	388	Nova Guarita	501	454	436
Cotriguaçu	1346	1202	1036	Nova Lacerda	1015	1087	1068

Nova Marilândia	341	385	362	Santo Antônio do Leste	508	536	523
Nova Maringá	674	574	538	Santo Antônio do Leverger	489	395	349
Nova Monte Verde	813	628	566	São Félix do Araguaia	1010	1015	1423
Nova Mutum	2857	2903	3422	São José do Povo	149	140	146
Nova Nazaré	687	619	559	São José do Rio Claro	1361	1154	1222
Nova Olímpia	2183	1798	1571	São José do Xingu	845	922	931
Nova Santa Helena	442	413	353	São José dos Quatro Marcos	513	493	540
Nova Ubiratã	1442	1508	1605	São Pedro da Cipa	463	338	388
Nova Xavantina	1073	1031	1090	Sapezal	2589	2625	2568
Novo Horizonte do Norte	296	255	244	Serra Nova Dourada	232	296	312
Novo Mundo	972	783	682	Sinop	10097	9058	8131
Novo Santo Antônio	348	349	300	Sorriso	8982	9678	9273
Novo São Joaquim	700	598	623	Tabaporã	770	831	863
Paranaíta	1328	1345	1283	Tangará da Serra	6338	6436	6680
Paranatinga	1666	1722	1644	Tapurah	935	979	979
Pedra Preta	1357	1438	1373	Terra Nova do Norte	1062	912	843
Peixoto de Azevedo	3192	2886	2897	Tesouro	85	123	97
Planalto da Serra	312	341	344	Torixoréu	208	220	273
Poconé	1460	1310	1121	União do Sul	445	429	394
Pontal do Araguaia	448	403	349	Vale de São Domingos	378	351	298
Ponte Branca	125	147	131	Várzea Grande	16487	15298	16344
Pontes e Lacerda	1998	1873	1709	Vera	894	887	843
Porto Alegre do Norte	468	517	466	Vila Bela da Santíssima Trindade	2487	2375	2520
Porto dos Gaúchos	434	364	346	Vila Rica	1958	2012	1799
Porto Esperidião	1373	1362	1259				
Porto Estrela	372	357	371				
Poxoréu	935	713	697				
Primavera do Leste	5834	6242	3723				
Querência	1073	1180	1277				
Reserva do Cabaçal	221	174	176				
Ribeirão							
Cascalheira	1067	1022	810				
Ribeirãozinho	142	127	135				
Rio Branco	559	495	481				
Rondolândia	420	385	263				
Rondonópolis	10965	9500	10490				
Rosário Oeste	1112	1149	744				
Salto do Céu	311	283	282				
Santa Carmem	683	668	660				
Santa Cruz do Xingu	344	342	354				
Santa Rita do Trivelato	423	450	425				
Santa Terezinha	618	497	461				
Santo Afonso	250	254	195				

Fonte: Censo escolar. Número total de matrículas em todas as modalidades municipais do Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados/consulta-matricula>>. Acesso em: 24 mar. 2019.